

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Ana Lidia Resende

Cobertura colaborativa como tecnologia que nos UNE: imaginários, tecnicidades e resistências estudantis na disputa por territórios algorítmicos

Juiz de Fora
2026

Ana Lidia Resende

Cobertura colaborativa como tecnologia que nos UNE: imaginários, tecnicidades e resistências estudantis na disputa por territórios algorítmicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kérley Winkes

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Resende, Ana Lidia.

Cobertura colaborativa como tecnologia que nos UNE : imaginários, tecnicidades e resistências estudantis na disputa por territórios algorítmicos / Ana Lidia Resende. -- 2026.

213 p. : il.

Orientadora: Kérley Winqes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2026.

1. Comunicação. 2. Movimento estudantil. 3. Movimentos sociais dataficionados. 4. Mediações algorítmicas. 5. Uso social da tecnologia. I. Winqes, Kérley, orient. II. Título.

Ana Lidia Resende

Cobertura colaborativa como tecnologia que nos UNE: imaginários, tecnicidades e resistências estudantis na disputa por territórios algorítmicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada 6 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Kérley Winqes - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. João Paulo Carrera Malerba
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dr.^a Liliane Dutra Brignol
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Juiz de Fora, 06/03/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Kérley Winqes, Professor(a)**, em 06/03/2026, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LILIANE DUTRA BRIGNOL, Usuário Externo**, em 06/03/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Carrera Malerba, Professor(a)**, em 06/03/2026, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2850639** e o código CRC **42C6D249**.

À utopia, que me faz caminhar. Também a todos que caminham comigo. É bom saber que não ando só!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por cada uma das linhas tão bem escritas para mim e para os meus. Encerro mais uma página com a certeza de que todos os meus caminhos estão desenhados por Ele e que só me resta confiar – e acalmar a ansiedade – pois tudo acontece na hora certa e exatamente como tem que ser.

Agradeço à minha família, em especial, aos meus pais, Silvane e Luiz Geraldo, ao meu irmão, Luís Felipe, e aos meus avós, Maria e Dimas. Sem eles, eu não teria chegado até aqui e não teria realizado mais esse sonho, que não é só meu, é NOSSO! Obrigada por sonharem comigo, por me darem asas e por serem a casa que sei que sempre posso voltar. Obrigada por me deixarem voar!

Agradeço à minha orientadora, Kérley Winques, por ter, em vários momentos, acreditado em mim mais do que eu mesma acreditava, por dar asas a cada uma das minhas ideias e compartilhar comigo o brilho no olho em cada uma de nossas orientações. Obrigada por me ensinar um pouquinho sobre um jeito mais humano e sensível de fazer pesquisa, observando e absorvendo, deixando-me levar pelos afetos sem me esquecer dos métodos e do rigor científico. Obrigada por me formar – e seguir me formando – pesquisadora de campo. Aprendo e me inspiro muito em você.

Agradeço também à professora Liliane Brignol e ao professor João Paulo Malerba, membros das bancas de Qualificação e de Defesa, cujas contribuições, ainda na Qualificação, enriqueceram o trabalho e me tiraram o medo de me posicionar na pesquisa, de mostrar as lentes que me guiam e inspiram cada uma das escolhas teóricas, metodológicas e empíricas feitas neste texto. Obrigada por aceitarem o convite e por partilharem um pouco do que sabem comigo para, juntos, pensarmos tecnologias, ativismos e movimentos sociais no Brasil.

Aos meus amigos e amigas, que partilharam sonhos, conquistas, choros, desesperos e que entenderam minha ausência nos momentos mais difíceis nesses dois anos quando as demandas da pesquisa me sufocaram. Obrigada por não desistirem de mim, mesmo quando fui monotemática, mesmo quando não consegui estar presente, mesmo quando eu só quis ficar em silêncio. Como diz a psicanalista Ana Suy, amizade é como a gente chama o amor que deu certo. Sou grata por ter vocês comigo.

Agradeço aos professores e professoras de todos os lugares por onde passei – dos espaços formais de educação aos informais – que me formaram humana, militante, jornalista e uma aspirante a professora. Foi vendo vocês que esse sonho brotou em mim. Em especial,

agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF).

Aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos das Mediações Simbólicas e Materiais das Tecnologias Digitais (Assimetrias/UFJF), com quem partilhei muitas ideias e inquietações. Tão bom poder ver e viver o coletivo, sempre tão importante para mim, também no ambiente acadêmico.

Por fim, agradeço aos ex-diretores e colaboradores da União Nacional dos Estudantes (UNE) que de alguma forma colaboraram, direta ou indiretamente, com esta pesquisa. Este trabalho também é dedicado a essa organização que reúne os sonhos da juventude brasileira. A UNE somos nós! E ainda, aos interlocutores da pesquisa: Antônio, Beatriz, Florestan, Kaãhy Pataxó, Kirita Kaiowá, Malcon, Rudá Wapichana e Wel, por não só serem colaboradores das práticas de comunicação colaborativa da UNE, mas também por aceitarem colaborar com esta pesquisa.

Obrigada a cada um e cada uma que caminhou comigo durante esses dois anos de pesquisa. Seguimos juntos. Essa história não acaba aqui. É hora de *esperançar!*

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG, 2024) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES, 2025), através da concessão de bolsa de estudo de mestrado – Código de Financiamento 001.

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.
(Galeano, 1993)¹

¹ Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano em “Las palabras andantes?” (Galeano, 1993)

RESUMO

Este estudo analisa as práticas de resistência e colaboração entre estudantes brasileiros a partir dos usos sociais das tecnologias, da comunicação e das plataformas de mídia social, com ênfase no Instagram. O objetivo geral desta pesquisa é investigar de que forma os estudantes participantes da cobertura colaborativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) imaginam e se apropriam de forma tática das técnicas e plataformas digitais para a construção de narrativas e resistências. Ainda, buscamos esclarecer as motivações que os levam a participar das práticas colaborativas de comunicação, bem como de que forma avaliam os processos de mobilização e ação ativista mediados por plataformas, dados e algoritmos e imaginam os potenciais e limites das plataformas digitais para os movimentos sociais. Recorremos ao Mapa das Mediações Algorítmicas (Winques, 2024) como guia teórico-reflexivo para nos ajudar a pensar as temporalidades, cidadanias, institucionalidades, socialidades, fluxos, imaginários, técnicas e narrativas das práticas colaborativas de comunicação nos movimentos sociais, especificamente no movimento estudantil universitário brasileiro. O percurso metodológico fundamenta-se na abordagem etnográfica com uma combinação de métodos que envolve notas de campo, observação participante, aplicação de questionário e entrevistas em profundidade. O processo de observação, somado aos dados coletados a partir do processo de escuta e diálogo com oito estudantes colaboradores de diferentes regiões do Brasil, nos permite perceber nuances sobre o uso social da comunicação e da tecnologia como uma tática organizada pela UNE e apropriada pelos estudantes. No contexto atual, em que os sujeitos se encontram cada vez mais envoltos nas mediações algorítmicas, a cobertura colaborativa emerge como uma tecnologia popular na luta por visibilidade algorítmica, pertencimento, cidadania e participação política. Nesse sentido, apesar da percepção sobre as assimetrias de poder entre a agência dos sujeitos e a agência das plataformas (Bonini e Tréré, 2024), as plataformas digitais são imaginadas pelos sujeitos como um território em disputa.

Palavras-chave: Comunicação. Movimento estudantil. Movimentos sociais datafificados. Mediações algorítmicas. Uso social da tecnologia.

ABSTRACT

This study analyzes the practices of resistance and collaboration among Brazilian students based on the social uses of technologies, communication, and social media platforms, with an emphasis on Instagram. The overall objective of this research is to investigate how students participating in the collaborative coverage of the National Union of Students (UNE) imagine and tactically appropriate digital technologies and platforms to construct narratives and resistance. Furthermore, we seek to clarify the motivations that lead them to participate in collaborative communication practices, as well as how they evaluate the processes of mobilization and activist action mediated by platforms, data, and algorithms, and imagine the potential and limitations of digital platforms for social movements. We use the Map of Algorithmic Mediations (Winques, 2024) as a theoretical-reflective guide to help us consider the temporalities, citizenships, institutionalities, socialities, flows, imaginaries, technologies, and narratives of collaborative communication practices in social movements, specifically in the Brazilian university student movement. The methodological approach is based on an ethnographic approach with a combination of methods involving field notes, participant observation, questionnaire application, and in-depth interviews. The observation process, combined with data collected from listening and dialogue with eight student collaborators from different regions of Brazil, allows us to perceive nuances about the social use of communication and technology as a tactic organized by the UNE and appropriated by the students. In the current context, in which subjects are increasingly involved in algorithmic mediations, collaborative coverage emerges as a popular technology in the struggle for algorithmic visibility, belonging, citizenship, and political participation. In this sense, despite the perception of power asymmetries between the agency of subjects and the agency of platforms (Bonini and Treré, 2024), digital platforms are imagined by subjects as a contested territory.

Keywords: Communication. Student movement. Datafied social movements. Algorithmic mediations. Social use of technology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapas das Mediações Algorítmicas.....	61
Figura 2 - Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa a partir do Mapa das Mediações Algorítmicas.....	64
Figura 3 - Desenho metodológico: percurso teórico-reflexivo.....	82
Quadro 1 - Estrutura do questionário de mapeamento da rede colaborativa de comunicação.....	88
Quadro 2 - Estrutura de organização das entrevistas conforme os objetivos da pesquisa.....	91
Quadro 3 - Linha do Tempo das bienais da UNE.....	102
Imagem 1 - Painel “Internet, liberdade de imprensa e redes no Brasil”.....	107
Imagem 2 - Roda de conversa sobre cobertura colaborativa.....	112
Imagem 3 - Hackeamento artístico.....	114
Imagem 4 - Cobertura Colaborativa no WhatsApp.....	117
Imagem 5 - Cobertura colaborativa no Telegram.....	118
Imagem 6 - Colaboração entre UNE, Cuca da UNE e Estudantes Ninja.....	119
Imagem 7 - Demarcação regional da participação.....	120
Gráfico 1 - Regionalização da cobertura colaborativa.....	128
Gráfico 2 - Papel dos estudantes na cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE.....	140
Gráfico 3 - Aparatos tecnológicos utilizados na cobertura colaborativa.....	141
Quadro 4 - Formação e atuação profissional dos entrevistados.....	153
Quadro 5 - Dinâmica de participação dos colaboradores.....	160
Quadro 6 - Imaginários sobre a cobertura colaborativa.....	162
Quadro 7 - Fraquezas e potenciais das plataformas para os movimentos sociais.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil geral dos sujeitos participantes.....	126
Tabela 2 - Dados socioeconômicos.....	130
Tabela 3 - Educação e trabalho.....	131
Tabela 4 - Participação em movimentos sociais.....	134
Tabela 5 - Participação em organizações do movimento estudantil.....	135
Tabela 6 - Participação em entidades representativas do movimento estudantil.....	137
Tabela 7 - Plataformas de mídia social utilizadas pelos estudantes.....	138
Tabela 8 - Plataformas em que acessam conteúdos sobre a UNE.....	139
Tabela 9 - Categorias de motivação.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)
Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG)
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)
Centro Acadêmico (CA)
Centro Popular de Cultura (CPC)
Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA da UNE)
Congresso da UNE (CONUNE)
Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB)
Diretório Acadêmico (DA)
Diretório Central dos Estudantes (DCE)
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)
Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro)
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)
Iniciação científica (IC)
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT)
Juventude Pátria Livre (JPL)
Lei Orçamentária Anual (LOA)
Levante Popular da Juventude (LPJ)
Mapa das Mediações Algorítmicas (MMA)
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)
Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Partido dos Trabalhadores (PT)
Partido Liberal (PL)
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Brasileiras (Reuni)
Programa de Educação Tutorial (PET)
Programa Universidade para Todos (Prouni)
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Treinamento profissional (TP)

União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)

União da Juventude Socialista (UJS)

União Estadual dos Estudantes (UEE)

União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. TRINCHEIRAS DIGITAIS: USO TÁTICO DAS TECNOLOGIAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	24
2.1 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DATAFICADOS.....	28
2.2 SUJEITOS E SUAS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AGÊNCIA ALGORÍTMICA.....	39
2.3 PLATAFORMAS EM DISPUTA: RESISTÊNCIA POR MEIO DE ALGORITMOS.....	45
3. UM MAPA PARA PENSAR A COLABORAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS..	56
3.1 DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS.....	59
3.2 NOVA ROTA: CIRCUITO DAS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO COLABORATIVA...	62
4. PRIMEIRAS PISTAS: O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E O ENCONTRO COM O OBJETO.....	79
4.1 NOSSAS ESCOLHAS: ABORDAGEM, METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA.....	81
4.1.1 Observação participante nos dois fluxos e notas de campo.....	85
4.1.2 Questionário de mapeamento do perfil da rede de comunicação colaborativa.....	87
4.1.3 Entrevistas em profundidade.....	90
4.2 A UNE SOMOS NÓS: IDENTIDADE NACIONAL DE LUTA ESTUDANTIL.....	93
5. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA 14ª BIENAL DA UNE E A COBERTURA COLABORATIVA NOS FLUXOS COMUNICACIONAIS.....	100
5.1 OBSERVAÇÕES E NOTAS DE CAMPO.....	104
5.2. PLATAFORMAS COMO MEDIADORAS: WHATSAPP, TELEGRAM E INSTAGRAM	116
6. COLABORAÇÃO ALGORÍTMICA: IMAGINÁRIOS, NARRATIVAS E RESISTÊNCIAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO.....	122
6.1 QUEM CONSTRÓI A REDE COLABORATIVA DE COMUNICAÇÃO DA UNE?....	124
6.1.1 Perfil geral e regionalização.....	125
6.1.2 Perfil socioeconômico, trabalho e educação.....	129
6.1.3 Movimentos sociais e movimento estudantil.....	133
6.1.4 Uso cotidiano das plataformas de mídia social.....	137
6.1.5 Cobertura colaborativa: estudantes colaboradores.....	139
6.2 INTERLOCUTORES: DE ESTUDANTES A COLABORADORES.....	143
6.3 COBERTURA COLABORATIVA: TECNOLOGIA QUE NOS UNE.....	147
6.4 FLUXOS E USOS TÁTICOS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.....	164
6.5 AGÊNCIA ALGORÍTMICA DO SUJEITO: POTENCIAIS E LIMITES.....	172
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS.....	188
APÊNDICE A - Declaração UNE.....	194
APÊNDICE B - Questionário aplicado “Cobertura Colaborativa da 14ª Bienal da UNE”....	195
APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado das entrevistas em profundidade.....	202

APÊNDICE D - E-mail convite para etapa de entrevistas.....	204
APÊNDICE E - Íntegra das entrevistas.....	205
APÊNDICE F - Quadro “Cobertura colaborativa, sujeitos e motivações”.....	206
ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	208

1. INTRODUÇÃO

Dentre as descobertas marcantes desses dois anos de mestrado, coloco esta entre as principais: é, sim, possível – e necessário – nos colocarmos na pesquisa. Nós, sujeitos que, dentre as tarefas de pesquisador e pesquisadora, carregamos outras tantas bagagens que nos trouxeram até aqui. E é assim, com a gente presente, em nossos temas e objetos, que será possível vermos a universidade contribuir para a transformação da sociedade. Nós não estamos distantes da sociedade. Aliás, somos parte dela. Essa tal transformação social pode ser feita por nós, acadêmicos, mas há um tanto de outros sujeitos tentando pensar sobre isso lá fora. Não nos esqueçamos deles. Como nos lembram Martín-Barbero e Berkin (2017), é preciso que estejamos dispostos a ver o mundo com os outros e construí-lo junto a eles.

Ainda, não nos esqueçamos nunca de quem somos, das nossas raízes, das nossas vivências, do que nos toca e afeta a alma e se transforma em prática e, no caso da autora que aqui escreve, é impossível ignorar a militância, parte importante de quem sou, que me segue até aqui – ainda bem – e que nesta pesquisa é elemento fundamental para que o leitor e a leitora entendam cada uma das escolhas tomadas ao longo deste trabalho. Do tom de escrita ao recorte dos entrevistados. Da metodologia às referências bibliográficas. Do chão do estádio lotado de estudantes em Recife às videochamadas por oito estados brasileiros. Há militância, há afeto, há vontade de transformar, de contribuir – mesmo que pouco – não só para que próximos passos sejam dados no campo da comunicação, mas também para que o texto aqui escrito e apresentado possa significar avanços para a prática diária de luta e resistência dos colegas que se dedicam à construção de um país melhor a partir da organização estudantil e de outros vínculos potentes em diversos movimentos sociais.

Não sei se a leitura da epígrafe do trabalho marcou vocês da mesma forma que me marca e, por isso, vou trazê-la mais uma vez ao texto antes de começar a falar sobre o tema que move esta pesquisa, os objetivos, o objeto, os caminhos metodológicos e os resultados. O texto de Eduardo Galeano sobre a utopia me marca há bastante tempo. Vez ou outra, ele volta a ser motivo das minhas reflexões. Desde muito nova sou chamada de utopista. Muitas vezes com ar negativo, inclusive. Como se acreditar em algo utópico – e que por muitas vezes é bastante possível – me tirasse o pé da realidade. Mas aí é Galeano quem explica, ao citar o cineasta argentino Fernando Birri², que a utopia serve para a gente caminhar, mesmo que a

² A frase é citada no livro “Las Palabras Andantes”, de Eduardo Galeano. No original, diz: “Ventana sobre la utopia Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri –. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos

linha de chegada pareça distante. É ela que tem poder de nos mover adiante.

Trago ela no início desta dissertação não para dizer que este texto se trata de uma bela utopia, mas, sim, porque ele nos ajuda a enxergar as micro-resistências cotidianas – que não são demarcadas nos livros de história nem televisionadas como as grandes revoluções – mas que acontecem diariamente, em diversos cantos desse país. Ainda bem que é a utopia que me move e que me faz ver potência nessas minúcias. Ou, como nosso grupo de pesquisa Assimetrias³ tem orgulho de estampar na camisa: nas brechas que confrontam as assimetrias do mundo, da política, da tecnologia.

Esta pesquisa surge das brechas, da subalternidade, da resistência, do movimento estudantil brasileiro. Brechas essas frequentadas por mim enquanto estudante de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) nos anos de 2018, 2019 e 2020. Mesmo que por um tempo curto, interrompido pela pandemia de Covid-19 que me afastou das tarefas militantes, fui marcada pelo movimento estudantil e pela rede que o faz existir. A rede do movimento estudantil, organizada nos diretórios e centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes e uniões estaduais estudantis, mobilizou e segue mobilizando muitas pautas, principalmente relacionadas à educação. E é a União Nacional dos Estudantes (UNE), objeto deste estudo, a entidade máxima de representação dos universitários nessa rede potente que está presente em cada canto do país. Agora, revisito esses lugares enquanto pesquisadora, sem nunca os ter abandonado de fato. Por isso, digo que ao longo do texto podem surgir algumas marcas que não são de agora, mas fazem parte da história desta pesquisadora que aqui escreve.

Durante o período de pesquisa, defendo a ideia de que falar sobre resistência algorítmica é, sim, possível ao considerar a apropriação cotidiana das tecnologias, plataformas, dados e algoritmos por sujeitos e movimentos que contrariam a lógica esperada pelas grandes empresas de tecnologia e seus programadores. Ocupar esse espaço faz parte de uma estratégia, talvez ainda não tão demarcada, mas que gradualmente vai se tornando parte do cotidiano dos movimentos e seus membros. Ao longo desta pesquisa, veremos como as tecnologias e as “redes sociais” – nós as entendemos como plataformas de mídia social, mas no imaginário popular elas muitas vezes são chamadas assim e consideradas redes que unem

pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.” (Galeano, 2001, p. 230).

³ Núcleo de Estudos das Mediações Simbólicas e Materiais das Tecnologias Digitais (Assimetrias/UFJF). O Assimetrias está registrado no CNPq, sob coordenação da professora Kérley Winkes, da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

peessoas em prol de suas lutas e demandas em comum – transformam a forma de agir e militar dos movimentos sociais, com ênfase no movimento estudantil brasileiro.

Também veremos que, em meio a uma crença mais otimista, do reconhecimento das resistências cotidianas e de tanta utopia, também há espaço para reconhecer os prejuízos desses elementos, não só para a luta estudantil, mas também para os movimentos sociais em um contexto geral. Entretanto, independente e a partir dos pontos positivos e negativos desse espaço que marca o digital como um território em disputa, reforçamos o que foi dito por Foucault (1976, p. 126): sempre haverá resistência em quaisquer espaços onde há demarcações de poder. Assim:

Não há, portanto, em relação ao poder, um lugar de grande recusa à revolta, o foco de todas as rebeliões, uma lei puramente revolucionária. Mas resistências que são casos específicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, concertadas, rastejantes, violentas, irreconciliáveis, rápidas em transigir, interessadas ou sacrificiais; por definição, elas só podem existir no campo estratégico das relações de poder (Foucault, 1976, p. 126, tradução livre)⁴.

Pelo prisma dos estudos culturais, Hall (2003, p. 263) nos lembra que é na cultura popular “onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência.” É por isso que acreditamos em formas de resistência – populares – que não culminem em grandes revoluções, mas, sim, em pequenas subversões e alinhamentos por meio de táticas diárias de organização e reorganização, de trocas e negociações entre o resistir e o consentir. Canclini (2021) aponta que nos movimentos mais atuais da juventude, como *Occupy Wall Street*, Primavera Árabe, *Yo Soy 132*, dentre outros, prevalece a utopia acima das mudanças efetivas. E isso não é necessariamente algo ruim, é apenas uma forma de perceber e elucidar que nem sempre haverá formas de romper por completo as estruturas, mas resistir, como dissemos anteriormente, nas brechas, é uma forma dos movimentos populares tentarem esperar em meio às práticas dominantes. Mas esperança ativa, como nos lembra Freire (1992):

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é

⁴ No original: Il n'y a donc pas ipar rapport au pouvoir un lieu du grand Refus-âme de la révolte, foyer de toutes les rébellions, loi pure dix révolutionnaire. Mais des résistances qui · sont des cas d'espèces : possibles, nécessaires, improbables, spontanées, sauvages, solitaires, concertées, rampantes, vi ol ente s, irréconciliables, prompts à la transaction, intéressées, ou sacrificielles; par définition, elles ne peuvent exister que dans le champ stratégique des relations de pouvoir. (Foucault, 1976, p. 126, tradução livre)

juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992, p. 5).

Ao entender que a resistência está no cotidiano e acontece por meio de ações táticas e estratégicas, nos apropriamos de Certeau (1990, p. 100) e incorporamos a este trabalho a noção de tática, que “não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha.” A tática é movimento, aponta o autor. Ela não provoca grandes transformações, mas bagunça, conquista, altera, incomoda. Ela pode não durar por muito tempo, ser suscetível ao cenário e ao contexto em que opera, mas ela é uma forma dos sujeitos existirem mesmo naqueles espaços onde o poder não é dado a eles, e logo, não só existirem, como resistirem.

A internet talvez seja esse lugar que não é “nosso” e sim do “outro”. Compreenda o “nosso” como dos movimentos sociais e populares e “outro” como as grandes empresas que comandam o espaço digital, como Amazon, Apple, Alphabet (Google), Meta (Facebook) e Microsoft, as *big techs*. É por meio de táticas mundanas e cotidianas que sujeitos comuns podem habitar esse espaço, aceitando e negociando, consentindo ou resistindo, brincando ou subvertendo a sua governança. Bonini e Treré (2025) pontuam:

Stuart Hall e seus colegas argumentam que os estilos e os rituais das subculturas servem apenas para negociar e sobreviver à experiência de pertencimento a uma classe subordinada. Eles não podem resolvê-la. Da mesma forma, o repertório de táticas de resistência algorítmica que apresentamos não é uma solução para o poder avassalador das plataformas, mas uma prova do descompasso entre os usuários e as economias morais das plataformas. Esse dissenso, no entanto, precisa ser interceptado por política e movimentos sociais para se tornar uma forma de resistência estrutural. Ainda assim, essas formas cotidianas, mundanas e disseminadas de resistência importam, e importam muito (Bonini e Treré, 2025, p. 5).

Neste trabalho, vamos ao encontro do que os autores defendem e nos apropriamos do conceito de resistência algorítmica (Bonini e Treré, 2024) para pensar e repensar a ocupação das plataformas digitais pelos movimentos sociais como uma tática de resistência. É a palavra ocupar que marca nosso posicionamento frente ao conceito. Será mesmo que a internet é um território em disputa? Será que é possível que os movimentos sociais ocupem esse território? Se sim, quais são as formas de ocupação? De que forma os sujeitos imaginam esse espaço e se imaginam nele – como seres individuais ou coletivos? Esperamos que essas questões possam ser analisadas e, quiçá, até mesmo respondidas ao longo deste trabalho. Não são nossas perguntas centrais, mas são inquietações importantes para pensar o nosso objeto.

Entendemos a cobertura colaborativa como uma forma de mobilização, participação, resistência e ocupação que acontece por meio da apropriação tática das tecnologias não só

pela UNE enquanto um movimento social, mas também por aqueles estudantes que topam colaborar com a organização. E é essa discussão que pretendemos apresentar ao longo deste trabalho, cuja pergunta norteadora é: de que forma os estudantes brasileiros imaginam e se apropriam de forma tática das técnicas e das plataformas digitais para a construção de narrativas e resistências? Partimos da cobertura colaborativa e, sabendo da importância do contexto social e cultural dos sujeitos para a análise, nos debruçamos a pensar mais do que a cobertura em si, mas também como eles enxergam os potenciais e as fraquezas das plataformas para a prática ativista, bem como avaliam as reconfigurações das mobilizações e ações coletivas a partir da plataformização (Poell, Nieborg e Van Dijck, 2020).

A primeira inquietação que motivou esta pesquisa veio de uma vivência pessoal. Em 2019, na 11ª Bienal da UNE em Salvador-BA, inscrevi-me para a cobertura colaborativa. Lembro que não tinha equipamento, pouco sabia de fotografia ou audiovisual, estava finalizando o segundo período da faculdade de Jornalismo, meu celular estava ultrapassado e com a câmera quebrada, mas eu tinha vontade, uma vontade imensa de contribuir com a narrativa sobre a resistência estudantil, àquela época, momento histórico e de muitas incertezas, a Bienal foi o primeiro grande evento da UNE após a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência do Brasil. Por isso, não havia muita dimensão do quanto teríamos que resistir e performar resistência em busca de espaço – nas ruas e também nas redes.

Pouco tempo depois, Bolsonaro implementou diversas ações que representaram ataques diretos à educação e às universidades públicas. Várias universidades tiveram cortes severos em seus orçamentos, dentre as universidades em ameaça estava lá a UFJF, citada diretamente pelo Ministro da Educação na época, Abraham Weintraub, que disse à imprensa que “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (Estado de Minas, 2019)⁵. Mais uma vez, lembro da estudante de Jornalismo e Diretora de Relações Institucionais do Diretório Central de Estudantes da UFJF, eu, que só conseguia pensar em como as nossas ações em âmbito local atingiriam visibilidade. Sabia que não era por meio da mídia tradicional. Sabia que o caminho era o Instagram, o Facebook e o Twitter (atual X). Lembro de entrar em grupos de cobertura colaborativa da UNE, Mídia Ninja e Jornalistas Livres no WhatsApp e Telegram e eu era uma das responsáveis por cobrir as ações que aconteciam na UFJF e transformar a resistência local em nacional, visto que o movimento aconteceu em todo o Brasil nos *#TsunamisdaEducação*⁶.

⁵ Disponível em: <https://encurtador.com.br/ckKb> Acesso em: 30 de agosto de 2025.

⁶ Em 15 de maio de 2019, ocorreu uma Greve Nacional da Educação, com a adesão de professores, estudantes e outros profissionais da área. As manifestações incluíram greves, paralisações, passeatas, ocupações de instituições de ensino e mobilizações nas redes sociais. A data foi apenas o primeiro

Esta pesquisa nasce antes do mestrado e provavelmente não se encerrará na entrega da dissertação. Justamente pelo que foi dito no início. Ela afeta. Não só a pesquisadora que aqui escreve, mas os diversos estudantes que são personagens desta história e de tantas outras. E é por isso que sigo acreditando no poder da universidade, no poder da pesquisa, da ciência e da comunicação. Eu achava que sabia muito sobre a UNE e os sujeitos que se dedicam a construir o movimento estudantil, mas esta pesquisa me trouxe um mundo novo. Nossas certezas não devem permanecer. É no encontro com o outro que a gente de fato pode tecer descobertas, análises e contribuições para o futuro. Muitas das minhas certezas, que chamei de premissas lá na escrita da primeira versão do projeto, foram desfeitas. Outras tantas confirmadas. Está aí a graça do encontro com o outro e com o campo.

Nos propomos aqui a articular três áreas do conhecimento ou campos de estudo: os estudos culturais, com um olhar mais atento às iniciativas e análises latino-americanas; os estudos sobre movimentos sociais, um pouco mais localizados na grande área das Ciências Sociais; e os estudos críticos de plataformas, dados e algoritmos, sob uma perspectiva mais qualitativa, uma vez que discutimos a relação entre sujeitos e tecnologias. É por meio dessas três lentes que apresentamos nossas questões, inquietações, reflexões e resultados.

No caminho teórico-reflexivo, nos apropriamos do Mapa das Mediações Algorítmicas (MMA), proposto por Winques (2024), que nos oferece pistas sobre nosso objeto e sobre aquilo que chamamos de Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa (Capítulo 3). Ao longo da análise, falaremos sobre temporalidades, cidadanias, institucionalidades, socialidades, fluxos, imaginários, tecnicidades e narrativas. Estas são as “palavras mágicas” que atuam como o que chamamos de guia teórico-reflexivo para pensar a colaboração algorítmica e as mediações envolvidas no processo de cobertura colaborativa da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao longo do texto, apresentaremos a cobertura colaborativa como uma tecnologia, uma tática de resistência utilizada pelo movimento estudantil brasileiro para narrar as lutas imaginadas e sentidas pela juventude brasileira.

Nosso objetivo geral nesta pesquisa é investigar de que forma os estudantes brasileiros participantes da cobertura colaborativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) imaginam e

marco do que seria o “Tsunami da Educação”, seguida de uma série de mobilizações posteriores. Organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), com a participação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e diversos sindicatos de trabalhadores da educação. A rede de movimento estudantil e de sindicatos atuou em diversas universidades públicas realizando assembleias estudantis e docentes de mobilização. Os manifestantes se mobilizaram em resposta aos cortes orçamentários anunciados pelo governo de Jair Bolsonaro na área da educação.

se apropriam de forma tática das tecnicidades e das plataformas digitais para construção de narrativas e resistências. Por sua vez, os objetivos específicos perpassam por: a) Identificar as motivações para a participação dos estudantes na construção de conteúdos colaborativos, se elas estão mais relacionadas a aspirações profissionais, ideológicas, pertencimento cultural ou de outra natureza, e se essas motivações são baseadas em ideais individuais ou coletivos. Assim, entender de que forma os estudantes enxergam a cobertura colaborativa como espaço de participação, comunicação e construção coletiva; b) discutir os aspectos dos processos colaborativos e das resistências, sobretudo no que tange às transformações dos movimentos sociais no cenário da plataformização; e c) avaliar a percepção dos sujeitos participantes da cobertura colaborativa sobre os limites e as potencialidades das plataformas, a liberdade de produção *versus* a liberdade de alcance, ou seja, as tensões que permeiam os usos táticos e estratégicos das mediações algorítmicas e *affordances* das plataformas nas ações coletivas.

Antes de adentrar nossos passos metodológicos, métodos e técnicas, cabe destacar que uma das primeiras escolhas desta pesquisa foi pautá-la a partir de uma abordagem etnográfica. Destaco que trazemos a etnografia como uma abordagem e não como um método (Peirano, 2014), pois entendemos se tratar muito mais de uma escolha – quase que política – de intervenção e afetação em relação ao objeto e ao contexto do qual faz parte do que puramente um instrumento técnico para atingir o objetivo final da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma abordagem que nos permite observar o objeto não só naquele momento específico, como também na prática cotidiana, possibilitando que a produção de dados seja derivada do enfrentamento e aproveitamento do imprevisível no trabalho de campo (Caiafa, 2019).

Nesse sentido, não nos apegaremos aos rigores propostos por alguns teóricos clássicos da antropologia que construíram a etnografia, mas nos apropriamos dela como abordagem, para pensar e traçar nossa rota durante toda a pesquisa. Saperas (1998, p. 164 *apud* Peruzzo, 2003, p. 12) destaca que a etnografia aplicada à pesquisa em comunicação se interessa em formar um modelo de investigação destinado a descrever e analisar como se produzem os atos de comunicação em distintas situações, com foco nos usos sociais da mídia, no caso específico deste trabalho, das apropriações das tecnicidades por estudantes brasileiros na construção de práticas colaborativas. A partir disso, nossas escolhas de técnicas e métodos de pesquisa seguiram três fases combinadas:

1) Observação participante e notas de campo: nesta primeira etapa, viajamos a Recife para acompanhar a 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, que aconteceu entre os dias 29 de janeiro e 2 de fevereiro de 2025. Por lá, realizamos a observação participante do evento. A partir dos elementos apresentados por Peruzzo (2017), nossa observação aconteceu de forma

tática, nos inserimos no evento e delimitamos, desde a primeira conversa com a organização, até o contato com os participantes, tanto no presencial, quanto na inserção em grupos em plataformas de mídia social, nosso lugar de observação. Por se tratar de um evento grande, com várias atividades concomitantes, o foco se deu no acompanhamento da cobertura colaborativa do evento e de mesas de discussão que levassem como tema cultura, comunicação e tecnologia. Aqui, a técnica de pesquisa mais utilizada foi o acompanhamento por notas de campo, além da coleta de imagens e vídeos da cobertura colaborativa no Instagram, durante todo o evento e os dez dias antecedentes e posteriores à Bienal.

2) Aplicação de questionário: outro passo importante da pesquisa foi a aplicação de um questionário entre os membros participantes da cobertura colaborativa da 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE. O questionário foi utilizado como uma técnica de mapeamento dos participantes, além de ser uma forma de construir um perfil da rede colaborativa a partir de critérios como escolaridade, dados socioeconômicos, regionalização, gênero, orientação sexual, cor, participação em movimentos sociais. Cabe destacar que o questionário foi também uma forma de selecionar, dentre os estudantes participantes da cobertura colaborativa, aqueles que seriam entrevistados na etapa seguinte. Utilizamos os grupos da cobertura colaborativa no WhatsApp e no Telegram para o envio do questionário e, ao todo, obtivemos 34 respostas, valor correspondente a 48,57% do número de participantes ativos na edição da cobertura colaborativa, segundo estimativa dos organizadores.

3) Entrevistas em profundidade semiestruturadas: por fim, o terceiro método de pesquisa selecionado por nós para esta pesquisa foi o de entrevistas em profundidade. As entrevistas foram utilizadas para: a) observar de forma mais detalhada os sujeitos participantes da rede colaborativa da UNE, qualificar suas vontades, seus interesses, os motivos por trás da sua participação na rede de colaboração; b) entender como imaginam (e se imaginam) os processos de mediação e resistência algorítmica; c) verificar de que forma os estudantes participantes negociam suas práticas de comunicação, colaboração e mobilização no ambiente digital e de que forma validam os potenciais e limites das plataformas digitais para os movimentos sociais. Nesta etapa, selecionamos dois estudantes por região brasileira, a partir das respostas no questionário. Ou seja, fecharíamos em dez entrevistas no total. Entretanto, não obtivemos respostas de estudantes da Região Sul do Brasil. Dessa forma, finalizamos com oito entrevistas. Duas na Região Sudeste (Espírito Santo e São Paulo), duas na Região Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), duas na Região Norte (Amazonas e Pará) e duas na Região Nordeste (Bahia e Ceará). Todas realizadas por videochamada, pela plataforma Google Meet, entre os meses de agosto e novembro de 2025.

Organizamos os capítulos deste texto da seguinte forma: o Capítulo 2, intitulado *Trincheiras digitais: usos táticos das tecnologias pelos movimentos sociais*, traz reflexões teóricas a partir de conceitos e autores caros para esta pesquisa. Discutimos os movimentos sociais a partir de seu contexto histórico e das dinâmicas de plataformização e dataficação. Além disso, apresentamos alguns exemplos práticos de como os movimentos sociais vêm disputando espaço por meio da tecnologia. São conceitos como resistência algorítmica, agência algorítmica do sujeito e visibilidade algorítmica que guiam nosso caminho para entender a colaboração algorítmica e a ocupação tática das plataformas digitais pelos movimentos sociais brasileiros. No Capítulo 3, *Um mapa para pensar a colaboração nas plataformas digitais*, apresentamos o Mapa das Mediações Algorítmicas (Winques, 2024) como guia teórico-reflexivo desta pesquisa. É ele que nos guia para entender algumas questões importantes para os movimentos sociais envolvidos em mediações algorítmicas e para refletir sobre os processos colaborativos que perpassam por práticas de comunicação e de apropriação das tecnicidades.

No Capítulo 4, *Primeiras pistas: o percurso teórico-metodológico e o encontro com o objeto*, apresentamos nossas escolhas metodológicas, bem como os métodos e técnicas de pesquisa, destacando de que forma cada um contribuiu para a construção deste trabalho. Ainda no capítulo, apresentamos um breve histórico sobre a União Nacional dos Estudantes, nosso objeto. Já no Capítulo 5, *Observação participante da 14ª Bienal da UNE e a cobertura colaborativa nos fluxos comunicacionais*, narramos nossa vivência durante a 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE. Aqui, são as notas e observações de campo que dão tom ao texto, não só sobre a experiência em Recife, como também a partir do que observamos na imersão nos grupos de WhatsApp, Telegram e nos perfis do Instagram da UNE e do Cuca da UNE.

No Capítulo 6, *Colaboração algorítmica: imaginários, narrativas e resistências no movimento estudantil brasileiro*, apresentamos os resultados do questionário que mapeia o perfil dos colaboradores da UNE e a etapa de entrevistas, uma continuidade das outras etapas que qualifica algumas questões relacionadas às percepções e imaginários dos estudantes sobre a cobertura colaborativa da UNE, sobre os movimentos sociais, participação e cidadania digital, sobre resistência e tecnologias digitais, dentre outros pontos, divididos nos seguintes eixos de análise, organizados nos subtópicos do capítulo: 1) *Cobertura colaborativa: tecnologia que nos UNE*, aqui discutimos sobre a participação dos sujeitos participantes da cobertura colaborativa, os motivos que os levaram a colaborar com a UNE, a relação com a organização, com outros movimentos sociais, com a comunicação e com outros sujeitos da rede colaborativa; 2) *Fluxos e usos táticos das plataformas digitais*, nesta parte do capítulo

trazemos reflexões sobre as transformações dos movimentos sociais a partir das plataformas digitais e a partir do imaginário dos sujeitos, discutimos os principais impactos e os pontos positivos e negativos dessas mudanças em relação aos processos de mobilização dentro e fora das plataformas; e 3) *Agência algorítmica do sujeito: potenciais e limites*, é por meio das vozes entrevistadas que discutimos os desafios enfrentados pela agência algorítmica do sujeito e as táticas algorítmicas de resistência em meio às forças de poder das grandes plataformas. Durante as entrevistas, questionamos aos sujeitos participantes como eles avaliam os limites e as potencialidades das plataformas digitais para os movimentos sociais e são esses resultados que apresentaremos neste tópico.

Por fim, nas *considerações finais*, apresentamos um balanço sobre os resultados encontrados e traçamos notas reflexivas para pesquisas futuras sobre a internet como território em disputa pelos movimentos sociais no Brasil. É aqui que fazemos conexões entre as etapas da pesquisa e retomamos os achados a partir de nossos objetivos específicos. Trata-se, ainda, de um encontro entre o campo e a teoria, a pesquisa empírica e o referencial teórico.

Então, se pensar, e mais do que isso, enxergar (porque elas já existem no mundo) alternativas é ser um/uma utopista, esperamos que esta pesquisa seja um chamado coletivo para sermos utopistas, para caminharmos em direção a um futuro em que não sejamos dominados pelas técnicas, mas que elas se tornem instrumentos táticos apropriados por nós para a revolução, mesmo que para as pequenas revoluções. Lembramos que resistência nem sempre é oposição. É possível resistir enquanto se ocupa um espaço de poder, enquanto se subvertem as táticas inimigas, enquanto se tenta narrar o cotidiano e disputar o território algorítmico. Talvez os mais pessimistas digam que os últimos anos foram de derrotas. Eu, um pouco mais otimista, ou utopista, digo que por mais que tenhamos perdido muito, nós também ganhamos. Ainda bem que existem sujeitos como os interlocutores Antônio, Beatriz, Florestan, Kaãhy Pataxó, Kirita Kaiowá, Malcon, Rudá Wapichana, Wel e outros tantos que acreditam na possibilidade de caminhar. A partir de agora, as próximas páginas serão escritas no plural e, sempre que necessário, trazer um tom mais pessoal são as notas de campo, um singular também coletivo, que entra em jogo.

Que as próximas páginas possam nos fazer *esperançar* e encontrar caminhos para disputas dentro (e fora) do território algorítmico – sim, é possível!

2. TRINCHEIRAS DIGITAIS: USO TÁTICO DAS TECNOLOGIAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma frase marcou aquele 28 de outubro de 2018, quando Jair Messias Bolsonaro foi anunciado pelo Plantão Globo como candidato eleito à Presidência da República. Do escritor norte-americano Ernest Hemingway, ela dizia assim: “Quem está nas trincheiras ao teu lado? – E isso importa? – Mais do que a própria guerra.” Talvez vocês se perguntem o porquê de trazermos ela aqui agora, ou o motivo de retornarmos a essa data tão triste da história recente do Brasil. Mas é que estávamos lá e, enquanto chorávamos a dor da derrota da democracia, pensávamos nos desafios que estavam por vir na gestão do Diretório Central dos Estudantes da UFJF, para os movimentos sociais em um contexto geral e para os sujeitos comuns, que sonham, trabalham e operam o país todos os dias. Trazemos a frase aqui e agora para dizer que a escolha pelo estudo das práticas colaborativas de comunicação se dá – quase que de forma política – a partir do entendimento de que as trincheiras⁷ são espaços importantes em qualquer disputa – das guerras reais às simbólicas – e elas devem ser estudadas, observadas e analisadas nas minúcias.

Existem pequenas revoluções acontecendo no cotidiano e não podemos nos esquecer dos sujeitos que se dedicam a isso, eles merecem ser ouvidos e terem suas histórias contadas. E as trincheiras digitais, quais são? Quem as frequenta? Como operam os movimentos sociais, ou aqui, no caso observado por nós, o movimento estudantil, em relação ao digital, à internet, às plataformas digitais? São elas que nos interessam neste capítulo, bem como as relações de poder e resistência que emergem do encontro dos sujeitos com as novas técnicas e tecnologias digitais. Quem está na trincheira digital da União Nacional dos Estudantes nos importa mais do que a guerra ao capitalismo, ao colonialismo digital, às grandes empresas de tecnologia. Quem resiste e colabora precisa ser observado.

Sujeitos e técnicas são mutuamente afetados em quaisquer processos que perpassam pelo estabelecimento de uma relação ou encontro entre um ser e as tecnologias digitais, plataformas, dados e algoritmos. É daqui que partimos neste trabalho. Apesar de

⁷ Segundo o dicionário, a palavra trincheira significa: 1. Caminho aberto com escavações. 2. [Militar] Escavação feita para que a terra escavada sirva de parapeito a combatentes. 3. [Figurado] Lugar onde se luta ou combate. 4. Conjunto dos assentos à volta de um circo ou praça de touros. 5. [Tauromaquia] Muro ou barreira que circunda a arena da praça de touros. 6. [Náutica] Caixa nas amuradas do navio onde se arrecadam as macas. 7. Corda tensa que serve de guia num trabalho de terreno ou estrada. 8. [Vestuário] Gabardina ou impermeável de estilo militar. “Trincheira”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008–2025, grifos nossos. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/trincheira>. Acesso em: 12 de novembro de 2025.

entendermos que existe uma série de assimetrias impostas nessas relações, como será discutido ao longo deste capítulo, nos ancoramos na ideia de que, onde quer que haja uma relação de poder, sempre haverá formas de resistência, sejam elas mais explícitas ou implícitas, sejam elas bem demarcadas ou escondidas, sejam elas imaginadas ou ainda nem tão percebidas. Se olharmos bem ao nosso redor, nas minúcias do nosso dia a dia, sempre enxergaremos sujeitos resistindo às dominâncias impostas, dentro e fora das plataformas.

Por vezes, o caminho da resistência é a oposição completa, o boicote, a criação de alternativas severas. O problema é que, no geral, para que essas grandes ações aconteçam, é necessário grande investimento de tempo, pessoal e capital. Assim, para a maioria da sociedade, organizada coletivamente ou em atos individuais, a resistência vem das brechas, da ocupação de um espaço que já é demarcado pelos que dominam, da contra-narrativa às narrativas das classes dominantes que ocupam, performam e conquistam maior visibilidade nesses territórios. Por vezes, estar na disputa – mesmo com a certeza de mais derrotas do que vitórias, já que as armas, os aliados e as trincheiras são diferentes e desiguais em relação ao outro lado – é, sim, a maior forma de resistência.

Por isso, este capítulo é nomeado “*Trincheiras digitais: uso tático das tecnologias pelos movimentos sociais*”. Ao longo dele, composto por uma vasta pesquisa bibliográfica, apresentaremos iniciativas que demonstram resistências que operam nas brechas a partir do uso das tecnologias, da ocupação das plataformas digitais e da criação de táticas e estratégias que promovem o que Martín-Barbero (2014) nomeia como uma “revanche sociocultural”, ou, nas palavras do autor, a construção de uma contra-hegemonia pelo mundo. Somos conscientes das dificuldades enfrentadas nesse cenário construído pelos movimentos sociais, por cidadãos e cidadãs que acreditam na possibilidade de resistência por meio da luta. Mas, como dito por um dos entrevistados da pesquisa, historicamente foram colocados grandes desafios para a classe trabalhadora e ela jamais fugiu da luta. Por acreditar que ainda há brechas em disputa, fazemos coro ao que ele disse quando apontou que talvez o grande desafio da classe trabalhadora na atualidade seja entender e lidar com o novo cenário de disputa comandado pela classe dominante. A batalha política não opera mais somente nas ruas, ela está cada vez mais nas plataformas digitais. A disputa digital é emergente e urgente.

Apresentamos aqui uma perspectiva sociotécnica para refletir sobre o enlace entre as técnicas e as práticas colaborativas a partir do movimento estudantil brasileiro, especificamente a partir da observação dos processos de comunicação colaborativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima de representação dos estudantes universitários no Brasil. Alinhando os estudos críticos de dados, plataformas e algoritmos e os

estudos culturais, pretendemos lançar luz às práticas mundanas que impactam de alguma forma na lógica das plataformas e seus algoritmos. Nem sempre fazendo grandes transformações, mas, como em um trabalho de formiguinha, produzindo pouco a pouco significados, sentidos e resistências em um espaço que, se não ocupado pelos movimentos sociais e ações coletivas, seria explorado somente pelas *big techs* – Alphabet-Google, Amazon, Apple, Meta-Facebook e Microsoft – e os empresários que as comandam. Por isso, consideramos a ocupação das plataformas pelos movimentos sociais por si só como um ato de resistência e queremos aqui explorar os imaginários que perpassam essa ocupação, a escolha por construir coletivamente narrativas e comunicação e a participação como parte de um processo de cidadania.

É no contexto da plataformização (Poell, Nieborg e van Dijck, 2020), em que as plataformas, suas dinâmicas e governanças estão cada vez mais penetradas no cotidiano dos cidadãos e da dataficação (van Dijck, 2014; Mejias e Couldry, 2019; Milan e Treré, 2022; Milan e Beraldo, 2024), onde os dados são transformados em elementos centrais das práticas e relações sociais, que este trabalho se coloca. Observando os sujeitos e as apropriações táticas que eles fazem das materialidades e das tecnicidades disponíveis em seu cotidiano, a partir do uso tático e estratégico das plataformas digitais para contar suas próprias narrativas e construir resistências colaborativas. Evocamos uma perspectiva que, como Nemer (2021, p.244) pontua, reverbere o que Paulo Freire disse sobre a esperança em vão. “Ecoando Freire, que disse que apenas *esperançar* é ter uma esperança em vão, afirmo que apenas usar a tecnologia é usá-la em vão; se queremos provocar a mudança, precisamos engajar com a Tecnologia Mundana”⁸.

Esperançar, portanto, a partir do meio digital, envolto por dados e algoritmos, é um grande desafio da atualidade. Buscamos uma esperança concreta, que provoque transformações no cotidiano e possibilite a construção de resistências mundanas. Entretanto, d’Andréa (2020) nos lembra que não devemos perder de vista que as plataformas digitais se apropriam das lógicas de conexão como parte de uma estratégia comercial para incentivar que os usuários deixem seus dados e rastros disponíveis para que elas possam lucrar posteriormente. Ressaltamos que, ao pensarmos em uma perspectiva nacionalista, pode ser

⁸ Conceito proposto por Nemer (2021) após uma densa pesquisa de campo, de abordagem etnográfica, nas favelas de Vitória. O objetivo do autor era identificar as formas mundanas de apropriação das tecnologias no cotidiano dos moradores. Segundo o autor, “a tecnologia mundana não trata da tecnologia em si. Em vez disso, trata de como os moradores da favela traziam suas esperanças para se apropriarem de maneira criativa e crítica de tecnologias (artefatos, processos e espaços) e de suas jornadas para se libertarem” (Nemer, 2021, p. 243 e 244).

assustador constatar que nossos dados e rastros digitais não pertencem a nós nem ao nosso país, pois estão armazenados nas mãos das grandes empresas de mídia social, já citadas acima, que têm suas matrizes e sedes nos Estados Unidos. Ou seja, as relações geopolíticas hoje perpassam, sim, pela análise da internet como um território cheio de disputas, relações assimétricas, velhas e novas formas de dominação, como pode, inclusive, ser visto no Mapa dos Territórios da Internet⁹, desenvolvido pela *Coding Rights*, com colaboração da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais e apoio da Fundação Heinrich-Böll Brasil.

Assim, não nos esqueçamos de que, ao falar da ocupação desses espaços pelos movimentos sociais e pelos sujeitos comuns, estamos falando, sim, de um apoio indireto a essas plataformas, a essas empresas e ao poder dominante do capital, visto que, navegar por essas plataformas é doar nossos dados e nossa identidade digital para serem utilizados sabe-se lá para quê. Na verdade, sabemos. Para venda de anúncios personalizados, para o envio direcionado de “necessidades” aos sujeitos usuários, para, de certa forma, que o capitalismo continue a comandar a sociedade contemporânea e o futuro dela. Como debate Zuboff (2019, p. 22), o capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais, a autora explica:

Eles [os capitalistas de vigilância] se apresentam como defensores de direitos e emancipação, apelando para e explorando ansiedades contemporâneas, enquanto a verdadeira ação ficava escondida nos bastidores. Era um manto de invisibilidade confeccionado em igual medida para a retórica da rede de empoderamento, a habilidade de mover com agilidade, a confiança de vastos fluxos de receita e a natureza selvagem e desprotegida do território que viriam a conquistar e reivindicar. Estavam protegidos pela inerente ilegibilidade dos processos automatizados que comandam, pela ignorância criada por estes e pelo senso de inevitabilidade que fomentam (Zuboff, 2019, p. 25).

Então, registramos aqui que, sim, a internet é um território perigoso, comandado por pessoas poderosas e que seguem fortalecendo a lógica dominante do capitalismo e criando novas formas de dominação. Entretanto, ressaltamos que, em nossa visão, é necessário estar nesse lugar e construir resistência de dentro, disputando espaço e visibilidade, ganhando e perdendo. Relembramos, a partir de Milan e Beraldo (2024, p. 271, tradução livre)¹⁰, que “a mudança de paradigma provocada pela dataficação tem consequências tão significativas que altera a dinâmica e o significado da cidadania, da participação política e, por extensão, da ação coletiva organizada”. E é essa a perspectiva que adotamos neste trabalho. Pensar como,

⁹ Disponível em: <https://www.cartografiasdainternet.org/>. Acesso em: 7 de novembro de 2025.

¹⁰ No original: “The paradigm shift brought about by datafication has consequences so significant as to alter the dynamics and meaning of citizenship, political participation, and by extension of organized collective action” (Milan e Beraldo, 2024, p. 271).

mesmo nesse ambiente um tanto hostil, propenso ao caos, que dissemina desinformação e projeta ideias dominantes, independente dessas questões, a cidadania, a participação política e a ação coletiva são armas de luta da classe trabalhadora na disputa simbólica desse território digital.

Assim, é necessário ter clareza de que “o poder computacional pode ser confrontado por meio de cooperação, ajuda mútua e poder coletivo. Plataformas são um campo de batalha [...]. Às vezes, [as pessoas] perdem; outras vezes, elas (temporariamente) ganham. Às vezes, elas jogam com o sistema; às vezes, elas o mudam radicalmente” (Bonini e Treré, 2024, p. 178, tradução livre)¹¹. A seguir discutiremos as relações construídas nesse campo de batalha, construídas a partir dos sujeitos, seus usos e apropriações táticas dos aparatos técnicos, das tecnologias digitais e da conexão, de seus imaginários advindos das bagagens sociais e culturais, dos seus modos de enxergar as resistências mundanas. Neste trabalho, nos apegamos às afetações mútuas e aos sentidos estabelecidos por gente comum em seu cotidiano. Estudantes que (re)significam, (re)imaginam e (re)incorporam novas visões de mundo às tecnicidades e às plataformas digitais e constroem colaborativamente narrativas e resistências.

2.1 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DATAFICADOS

Como mencionamos na introdução deste trabalho, compreendemos como um desafio realizar um alinhamento teórico entre os estudos críticos de dados, algoritmos e plataformas, os estudos culturais e os estudos de movimentos sociais. No caso dos estudos de movimentos sociais, é sabido que boa parte do pensamento teórico é produzida sob lentes das Ciências Sociais, Sociologia, Serviço Social e Antropologia, apesar de existirem pesquisadores e pesquisadoras da área da comunicação que se debruçam a pensar sobre, principalmente nas perspectivas da comunicação comunitária e alternativa.

Nosso objetivo aqui é fazer um apanhado sobre conceitos e teorias dos movimentos sociais e refletir sobre o papel dessas organizações na atualidade. Ao final, apresentamos o conceito de movimentos sociais datafificados, pensado por Milan e Beraldo (2024) para entender os efeitos sociotécnicos da dataficação na prática diária dos movimentos sociais. Conceito esse relevante para algumas das reflexões que apresentaremos ao longo da análise de

¹¹ No original: “People have begun to realize that computational power in the hands of platforms can be countered only by joining forces and pooling our knowledge, time, and economic resources. Computational power can be confronted only through cooperation, mutual aid, and collective power. Platforms are a battleground where [...]. Sometimes they lose; other times, they (temporarily) win. Sometimes they game the system; some- times they radically change it” (Bonini e Treré, 2024, p. 178).

resultados e discussão deste trabalho. Foi, inclusive, uma das inspirações para pensarmos nossos objetivos de pesquisa e direcionar o nosso olhar para enxergar o movimento estudantil brasileiro em meio a esse cenário de plataformas, dados e algoritmos.

Touraine (2006), ao fazer um breve histórico sobre os movimentos sociais, destaca que falar sobre um movimento social – ou vários – é abordar o ponto de vista dos atores sociais que não deviam ser ignorados, mas por diversas vezes foram no curso da história. Falar “dos atores que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros” (*ibid.*, 2006, p. 20). Para o autor, ainda é necessário que façamos as devidas contextualizações em relação à sociedade à qual nos referimos na análise ao nos apropriarmos da noção de movimento social. Pré-industrial, pós-industrial, sociedade da informação e comunicação, ou, como apresentamos aqui neste texto, a sociedade de plataformas (Van Dijck, Poell e de Wall, 2013). É a partir deste último cenário, orientado por dados e algoritmos e pela articulação entre sujeitos e tecnologias, que observamos os movimentos sociais.

Essa ideia de pensar o movimento enquanto consciência do que se tem em comum nos parece bastante útil no caso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, principalmente, na análise da cobertura colaborativa, foco desta pesquisa. Inclusive, uma das premissas que tínhamos, ainda na fase da elaboração do projeto de pesquisa que originou esta dissertação, era de que a cobertura colaborativa é mais do que um instrumento de comunicação alternativa. Talvez ela seja mais um instrumento de mobilização, um chamado à colaboração direta, à união de ideais e ao “botar a mão na massa” em prol do que se acredita. Talvez, um passo mais próximo da cidadania. Uma forma de organização, de mobilização, de convite a construir junto, a fazer parte, a participar, a tomar consciência e construir elos a partir do que se tem em comum. Exploraremos mais sobre isso ao longo do texto.

Iniciamos aqui a discussão justamente para refletirmos sobre os impactos dos contextos sociais nas práticas dos movimentos sociais. Talvez em um contexto pré-industrial, por exemplo, fosse impossível pensar uma estratégia de mobilização de massas a partir de um convite à construção de narrativas coletivas e de comunicação colaborativa, justamente pela falta de aparatos técnicos e tecnológicos a serem apropriados pelos sujeitos “comuns”, como na cobertura colaborativa em que, na maioria das vezes, os participantes usam seus próprios celulares e câmeras fotográficas. Isso não quer dizer que a tecnologia é indispensável para a mobilização, muito pelo contrário. Inclusive, como veremos ao longo dos próximos capítulos, ela pode, em alguns momentos, ser um ponto negativo, principalmente quando o objetivo é ocupar o mesmo espaço físico. Entretanto, devemos destacá-la como uma mediação

importante para pensar a atuação dos movimentos sociais.

Mas, afinal, o que é um movimento social? Melucci (1989) pontua que o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis, visto que várias percepções sobre movimentos e ações coletivas foram construídas ao longo do tempo. Para o autor, um movimento deve ser definido como uma forma de ação coletiva que é a) baseada em solidariedade, b) desenvolvendo um conflito; e c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação (*ibid.*, p. 57). O autor defende que essas três dimensões permitem que os movimentos sociais sejam distinguidos de outras formas de organização coletiva, como a delinquência, as reivindicações organizadas, o comportamento agregado de massa e outros tipos de ação que costumam ser associados a “movimentos” e “protestos”. Em sentido parecido, Gohn (2000) reforça que, antes de definir um movimento social, é necessário estabelecer algumas diferenças a fim de distinguir aquilo que pode ou não ser um movimento. São elas: a) diferença entre movimentos e grupos de interesses; b) diferença quanto ao uso ampliado da expressão para designar a ação histórica de grupos sociais; c) diferença a partir de modos de atuação e ação coletiva; e d) diferença a partir da observação de onde ocorre a organização, como explica:

Para definir movimento social devemos estabelecer algumas diferenças. Uma primeira, é entre movimentos e grupos de interesses. *Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal.* Primeiro, porque a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo tem que formar um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. Ser negro, mulher, defender as baleias, ou não ter teto para morar, são adjetivos que qualificam um grupo dando-lhe objetivos comuns para a ação. Mas eles têm uma realidade anterior à aglutinação de seus interesses. Eles têm uma história de experiências culturais. *As inovações culturais, econômicas ou outro tipo de ação que vierem a gerar, partem do substrato em comum das carências ou demandas que reivindicam, articuladas pelos legados da herança cultural que possuem. A partir dessa base, eles criam e renovam seus repertórios de ações, ideias, valores, etc.* Uma segunda diferença deve ser feita quanto ao uso ampliado da expressão ao se designar a ação histórica de grupos sociais, tais como o movimento da classe trabalhadora. Aqui se trata de uma categoria da dialética, a de movimento, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico. Uma terceira diferença deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente. *Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas; poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas sozinhos não são movimentos sociais.* Finalmente, uma quarta diferença refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública, nem na esfera privada. *Mas devemos tomar cuidado com as generalizações empíricas,*

denominando de movimento tudo que estiver na esfera não-institucional (Gohn. 2000. p. 12, grifos nossos).

A partir disso e de outras considerações expostas, a autora define movimento social como as ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Para ela, esses sujeitos, organizados em coletivo, são capazes de transformar suas demandas pessoais em pautas políticas e contribuir para a organização da sociedade civil. As ações desses grupos são desenvolvidas a partir de um processo social, político e cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, baseada em interesses em comum entre aqueles que escolhem fazer parte. “Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo” (*ibid.*, p. 13). Por isso, falar de colaboração e de práticas colaborativas de comunicação é também abordar os princípios que sustentam e sempre sustentaram os movimentos sociais.

Scherer-Warren (2014) aborda o conceito de redes de movimentos para pensar as identidades, os valores e as concepções de mundo que fazem com que sujeitos se articulem em um mesmo espaço, tempo e projeto de movimento, vinculando-se para construir algo coletivamente. Para a autora, no Brasil, as redes de movimentos apresentam algumas características em comum, são elas: a) *articulação de atores e movimentos sociais e culturais*: são aquelas articulações formadas entre dois ou mais movimentos em prol de um objetivo específico em comum, ou pautas gerais que os unem ao longo do tempo; b) *transnacionalidade*: aspecto que observa a organização internacional dos movimentos e a cooperação mútua entre movimentos de um mesmo tipo, ou que abordam a mesma temática, mas em países diferentes. c) *pluralismo organizacional e ideológico*: manifestado pela participação dos mesmos sujeitos em várias organizações ou redes de movimento, ou ainda pelo fato de uma mesma organização incorporar sujeitos com diversas opiniões, ideologias e simpatias políticas/partidárias; e d) *atuação nos campos cultural e político*: caracterizada pela atuação para além do campo simbólico, além da busca por transformações na opinião pública, as redes de movimento operam disputando sentidos também no sistema institucional, sobretudo no campo político e cultural. Sobre esse último tópico, entendemos que, cada vez mais, essa disputa se dá também nos espaços simbólicos de poder das plataformas digitais, que são espaços de formação de opinião pública, além de culturais e políticos.

Entendemos que a rede do movimento estudantil, no nível de representação dos universitários brasileiros, composta por: a) Organização Continental Latino-Americana e

Caribenha dos Estudantes (OCLAE)¹²; b) União Nacional dos Estudantes (UNE)¹³; c) União Estadual dos Estudantes (UEE)¹⁴; d) Diretório Central dos Estudantes (DCE)¹⁵; e) Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA)¹⁶; e f) Executivas de Curso¹⁷, é um bom exemplo do que a autora aponta, como demonstramos a seguir.

Observamos que a rede do movimento estudantil é composta pela articulação de movimentos diferentes, em níveis diferentes de organização (local, regional, estadual, nacional e internacional), mas que se unem por pautas em comum. Nela também estão incorporadas, para além das representações universitárias, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), que representa os estudantes secundaristas no Brasil, e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), que representa os pós-graduandos brasileiros. Esses movimentos estão constantemente articulando ações coletivas entre si e, em geral, as pautas da educação, principalmente aquelas mais relacionadas às causas estudantis, são conduzidas por um (ou mais de um) deles com apoio das outras organizações. Isso demonstra, na prática, o primeiro eixo apontado por Scherer-Warren (2014), a articulação de atores e movimentos sociais e culturais.

¹² Maior entidade dos estudantes na América Latina. Atualmente representa trinta e oito federações estudantis na região, englobando organizações do movimento estudantil secundarista, universitário e de pós-graduação de 24 países do continente americano.

¹³ Entidade que reúne todos os DAs, CAs, DCEs, UEEs executivas de curso e outras organizações do movimento estudantil universitário brasileiro. Se organiza basicamente a partir de três instâncias: o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEG), reunindo CAs e DAs de todo o país; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), reunindo DCEs, UEEs e executivas de cursos e o Congresso da UNE (CONUNE), realizado há cada dois anos, reúne estudantes delegados das universidades brasileiras, com direito a voz e voto e ainda estudantes participantes/observadores, com direito a voz e não a voto.

¹⁴ Entidade que representa os universitários de cada estado brasileiro. Diretamente ligada a UNE, a UEE realiza atividades regionais, de acordo com cada realidade, assim como fortalece a pauta nacional de lutas do movimento estudantil. Realiza congressos a cada dois anos para eleger a nova diretoria e decidir os rumos da sua atuação no estado. É ela a responsável por pautar ao nível local, regional, e, a depender do assunto, também nacional, demandas relacionadas aos estudantes universitários de cada um dos estados brasileiros, não só aqueles de universidades estaduais, mas também federais e privadas.

¹⁵ Entidade que representa o conjunto dos universitários de uma determinada universidade. Deve existir nas instituições de ensino que tenham mais de quatro cursos superiores. O DCE possibilita aos estudantes o debate e mobilizações relacionadas àquela instituição, seus problemas, desafios gerais ou específicos. Os DCEs realizam eleições anuais ou bienais, além de assembleias, conselhos de DAs e CAs, entre outras formas de organização para ouvir os alunos e agir em relação às especificidades de cada organização de ensino.

¹⁶ Entidades conhecidas por formarem a base do movimento estudantil, o DA ou CA existe em cada curso da universidade, atendendo aos problemas gerais e desafios no seu interior. Realizam eleições anuais ou bianuais, assim como conselhos de representantes de turmas e outras ações de mobilização e organização dos estudantes.

¹⁷ Entidades que representam o conjunto dos estudantes de uma determinada área. Fazem o debate e as lutas nacionais de cada curso, como, por exemplo, nas questões ligadas à regulamentação da profissão ou ao currículo.

A rede também nos ajuda a entender como funciona o eixo da transnacionalidade, por meio da articulação entre os sujeitos e movimentos. Destacamos a OCLAE como uma importante organização, principalmente em relação ao fortalecimento da identidade latino-americana na perspectiva do movimento estudantil. A organização trabalha em ações que buscam construir “imaginários do passado e do presente, sempre lembrando das lutas que marcaram a resistência do povo latino, das marcas colonizadoras, das desigualdades que constituem a história e ainda pautando a busca pelo reconhecimento global” (Paula e Winkes, 2024, p. 10). Sua atuação acontece em âmbito internacional, mobilizando estudantes de toda a América Latina e do Caribe.

Em relação ao pluralismo organizacional e ideológico, terceiro eixo apontado por Scherer-Warren (2014), entendemos ser possível observá-lo a partir dos processos de disputa que acontecem internamente nessas organizações. Por exemplo, dentro da UNE, ocorrem alguns momentos em que são pautadas e aprovadas moções, propostas e teses conjunturais. São as entidades de base, representadas por DAs, CAs e DCEs, que participam desses momentos em que, coletivamente, são escolhidas a linha política e as pautas prioritárias da organização. É também um momento de disputa entre partidos, ou melhor, entre as juventudes partidárias. Esse momento de disputa se acirra, principalmente, a cada dois anos, nos congressos nacionais da UNE, conhecidos como CONUNE. É de lá que saem, a partir de eleições com delegados votantes de universidades de todo o Brasil, o presidente e a direção da organização pelos próximos dois anos. Ou seja, apesar de a pauta prioritária ser a educação universitária, a UNE é também um espaço de disputa ideológica e de linha política, assim como os outros movimentos estudantis apresentados neste trabalho, que passam por processos muito parecidos de disputas internas.

Por fim, o quarto eixo apresentado pela autora, a atuação nos campos cultural e político, pode ser observado a partir dos espaços de disputa simbólica que a rede do movimento estudantil busca ocupar. Inclusive, nesse aspecto, incluímos a internet e as plataformas de mídia social como alguns desses espaços de ocupação. Nos parece que, cada vez mais, os movimentos buscam operar também na disputa por sentidos no ambiente digital. Assim, vemos que os sujeitos que participam desses movimentos são pessoas interessadas em pautar, em diversos espaços, institucionais, materiais e simbólicos, suas lutas coletivas. Para avançar em relação ao movimento estudantil, retornamos a Gohn (2011, p. 346) a partir de suas reflexões sobre movimentos sociais e educação. Para ela, a educação abrange várias áreas, dentre elas: “a formal (escolas [também as universidades e instituições de ensino técnico]), não formal (práticas educativas de formação voltadas para a construção da

cidadania) e informal (socialização dos indivíduos no ambiente familiar de origem)”.

A autora defende que as lutas e movimentos que levam a educação como bandeira são de caráter histórico e processual, sendo também espaços importantes de construção de cidadania e luta por direitos sociais. Os principais eixos de demanda da educação das últimas décadas anteriores a 2011, ano de publicação do texto, eram, segundo a autora, os seguintes: a) lutas pelo acesso, principalmente, ao ensino superior; b) demandas por vagas nas escolas de educação infantil; c) aumento de vagas nas escolas de ensino básico; d) escola pública com qualidade; e) gestão democrática da escola; f) valor das mensalidades nas escolas particulares ou confessionais, especialmente no ensino superior (sobre esta pauta, a autora destaca que o movimento estudantil é o grande líder das ações); g) políticas públicas que priorizem a educação com suportes orçamentários adequados; h) realização de experiências alternativas; i) luta dos professores e outros profissionais da educação por melhores condições salariais; j) lutas dos estudantes por vagas, condições, mensalidades, refeitórios e moradia; k) Lutas contra discriminações de todos os tipos; l) ensino técnico; m) jornadas mais efetivas nos programas contra o analfabetismo; n) educação de jovens e adultos; o) projetos pedagógicos que respeitem as culturas locais; e p) alterações na relação da escola com a comunidade.

Quase 15 anos depois da publicação, podemos, felizmente, observar vários avanços em relação às demandas listadas pela autora, como a ampliação do acesso à educação superior, a implementação e efetivação das políticas públicas de cotas raciais, sociais, para pessoas com deficiência e, mais recentemente e em implementação gradual, cotas para pessoas trans em algumas universidades brasileiras. Houve também ampliação e aumento de investimentos no ensino técnico e profissionalizante, além da implementação de ensino integral em muitas das escolas da rede básica de ensino. Destacam-se ainda as políticas de permanência no ensino superior e na pós-graduação, com oferecimento de bolsas de pesquisa e auxílios estudantis. Se fizermos uma pesquisa detalhada sobre cada um desses pontos, veremos, sim, muitos motivos para continuarmos a “*esperançar*”.

Entretanto, na história recente do país também tivemos muitos retrocessos, os quais não devem deixar de ser lembrados aqui, como o Teto de Gastos, que congelou investimentos públicos em várias áreas, incluindo a educação, e a Reforma do Ensino Médio, que alterou a grade curricular de ensino. Fora isso, constantes propostas de militarização das redes (principalmente em escala estadual, como nos estados do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais) de educação básica, ataques à liberdade de cátedra nas escolas e universidades, bem como a precarização do ensino superior a distância, dentre outros diversos temas pautados pelos movimentos estudantis e sindicais da educação nos últimos anos. Gohn (2011, p. 336)

nos lembra que os movimentos sociais são responsáveis por realizar diagnósticos sobre a realidade social e construir propostas efetivas, a partir de suas pautas e bandeiras de luta, para mudar o que precisa ser mudado. “Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.”

No campo da comunicação, Peruzzo (1998; 2006; 2009; 2013) é uma das principais pesquisadoras a refletir e teorizar sobre movimentos sociais e seus enlaces com as práticas alternativas e comunitárias de comunicação. Sobre a formação dos movimentos sociais, a autora esclarece:

Um movimento social pressupõe a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza não só no uso de táticas (mobilizadoras, comunicativas, civil, judiciais, etc.), mas também nas estratégias, como aquelas envolvendo um projeto amplo de sociedade, ou pelo menos, propostas de programas para determinados setores (Peruzzo, 2013, p. 76).

Ou seja, pensar um movimento social, no caso específico desta pesquisa, a UNE, é pensar as articulações táticas e estratégicas engajadas pela organização estudantil para construir suas resistências cotidianas. Nesse caso, entendemos que a cobertura colaborativa é uma tática de mobilização e comunicação que a UNE utiliza para construir seus processos internos e externos de reconhecimento e identificação. Assim, esta pesquisa se constrói a partir de um objeto, a cobertura colaborativa, para refletir também sobre outras questões relacionadas aos movimentos na atualidade, como as dimensões de participação, cidadania, pertencimento, organização e como as práticas são alteradas a partir das dinâmicas incorporadas pelas plataformas digitais, pelos dados e pelos algoritmos.

Dessa forma, nos ancoramos ao conceito de movimentos sociais dataficados, proposto por Milan e Beraldo (2024), para observar as questões que nos são caras em relação aos movimentos sociais brasileiros e suas dimensões sociotécnicas. Os autores reforçam que pensar os movimentos dataficados é pensar não só nos movimentos que incorporam – conscientemente ou não – os dados no cotidiano de suas lutas, mas também pensar em todos os movimentos que têm suas práticas ativistas e ações coletivas modificadas pela inserção dos dados, plataformas e algoritmos na sociedade. Ou seja, independentemente do grau de consciência em relação a essas transformações, cuja avaliação também nos parece um aspecto relevante, os movimentos são, de alguma forma, impactados pelas transformações digitais e tecnológicas.

Os autores apresentam cinco dinâmicas-chave dos movimentos sociais e ferramentas

conceituais dos estudos sobre movimentos sociais, as quais foram alteradas pela dataficação e pelo avanço da tecnologia na sociedade, são elas: a) *formação de grupos*; b) *estruturas de oportunidade*; c) *repertórios de ação*; d) *trabalho de significado*; e e) *identidade coletiva*. Como apontam, o objetivo é refletir sobre “as maneiras pelas quais a dataficação intervém nas dimensões estruturais, agenciais e simbólicas dos movimentos sociais” (*ibid.*, 2024, p. 271, tradução livre)¹⁸. A seguir, aprofundamos cada um desses pontos com o intuito de iniciar as reflexões sobre essas transformações.

Em relação à formação de grupos, primeiro ponto elencado, os autores refletem sobre como os algoritmos interferem na maneira como as pessoas se organizam e se unem para pautar os temas que lhes são caros no âmbito coletivo. Assim, são observadas três tendências: a) *recrutamento e liderança mediados por plataformas*: objetos digitais, como as hashtags (#), e os próprios algoritmos passam a remodelar as dinâmicas das ações ativistas e fazem com que públicos antes não conhecidos pelos ativistas (movimentos ou indivíduos) possam conquistar novas pessoas por meio das ações plataformizadas; b) *grupos como resultados algorítmicos*: a partir da apropriação tática das mediações algorítmicas para as ações ativistas, é possível alcançar novos públicos e visibilidades. Inclusive, veremos mais adiante sobre a relevância da visibilidade algorítmica para os movimentos sociais; e c) *mobilização e desmobilização aceleradas*: a dinâmica dos movimentos segue cada vez mais a lógica viral das plataformas digitais, caracterizada por explosões repentinas e inesperadas de atividade, que possuem muitas vezes duração curta e intensa. Sobre esse último ponto, cabe destacar que, por vezes, essa dinâmica se caracteriza como um efeito negativo, visto que tende a distanciar as pessoas da construção diária de um movimento e sabemos que, a longo prazo, esse distanciamento pode contribuir para o enfraquecimento dos laços coletivos e sociais entre os sujeitos. Ao longo da discussão e análise das entrevistas, retornaremos a esse debate.

Um segundo ponto apresentado pelos autores diz respeito às estruturas de oportunidade, reconhecidas por eles como oportunidades político-sociotécnicas. Nesse sentido, eles enfatizam o poder da mídia (em especial a digital) e da comunicação nos processos de mediação das práticas ativistas. Dessa forma, eles observam: a) *dados e infraestrutura de dados como oportunidades sociotécnicas*: os dados passam a ser objetos em disputa e expandem as oportunidades de construção política na sociedade datafificada, em suas ramificações corporativas e estatais, apresentam-se aos movimentos sociais novos desafios, com impactos diretos na autonomia cidadã e nos direitos humanos, principalmente

¹⁸ No original: “reflecting on the ways in which datafication intervenes in the structural, agential and symbolic dimensions of social movements”. (Milan e Beraldo, 2024, p.271)

relacionados aos poderes dos dados e ao capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019); e b) *novas oportunidades transnacionais*: a conexão promove uma perspectiva de globalidade, seja por meio dos dispositivos e aparatos técnicos ou pela utilização das plataformas digitais. Segundo os autores, isso cria um senso de comunidade e fortalece os aspectos de globalização. É como se já não existissem mais limites territoriais para a mobilização, principalmente a partir do uso tático das plataformas e das tecnicidades pelos movimentos.

O terceiro ponto apresentado por Milan e Beraldo (2024) evidencia a apropriação de repertórios de ação baseados em dados. Quando os dados entram no repertório de ação dos movimentos, eles ampliam as ferramentas disponíveis e possibilitam que os movimentos contem suas próprias narrativas, brinquem com os dados e algoritmos e os utilizem para construir resistências. Mais uma vez, os autores elencam três tendências a partir dessas transformações, são elas: a) *novas parcerias baseadas em competências*: os movimentos podem incorporar especialistas em dados para fortalecer suas causas. Nos exemplos apresentados pelos autores, há ativistas ambientais se associando a especialistas em dados e programadores para promover seus objetivos ou coletivos de hackers que se unem para apoiar manifestações específicas; b) *perda de controle devido à infraestrutura de dados proprietária*: é relevante destacar que não há controle por parte dos ativistas sobre a lógica de funcionamento dos dados e algoritmos, por exemplo, das plataformas digitais. Assim, é como se sempre estivessem reféns da lógica e das definições dos donos das empresas e programadores. A seguir veremos mais sobre como funciona a economia moral das plataformas, ainda neste capítulo; e c) *adaptação e “tradução” do repertório*: a dataficação não apenas introduz novas táticas e oportunidades, mas também pode encorajar os movimentos a repensar as práticas e táticas já existentes, reconfigurando-as para o digital. Nesse aspecto, percebemos o quão importante é a participação dos movimentos sociais no processo de reflexão sobre suas práticas. Por isso, esta pesquisa se aproxima dos sujeitos para refletir, junto a eles, sobre essas transformações.

O trabalho de significado é o quarto ponto da análise de Milan e Beraldo (2024) e traduz as formas como os movimentos buscam se construir na sociedade, projetando sua identidade, seus ideais e características. Segundo os autores, o aspecto mais transformado é como as informações sobre a agenda, as lutas, as pautas prioritárias, a organização de um movimento são expostas e compartilhadas, visto que, cada vez mais, os movimentos utilizam plataformas digitais, aplicativos de mensagens e outras ferramentas tecnológicas para auto-organização. Sobre isso, dois aspectos são destacados: a) *informação híbrida e tendenciosa*: como mencionamos, cada vez mais as pessoas acessam informações por meio

das mídias digitais. É notada a tendência das pessoas se informarem pela internet e consumirem conteúdos noticiosos em plataformas como Instagram e TikTok. É importante destacar, contudo, que nem sempre o que é compartilhado nesses espaços é informação, visto que as plataformas são espaços potentes de disseminação de desinformação. Os autores destacam que os “algoritmos filtram, classificam e reorganizam informações para os usuários, supostamente aumentando a polarização política, seja aprisionando-os em câmaras de eco de conteúdo homogêneo, seja expondo-os a posições fora de sua bolha” (*ibid.*, p. 276, tradução livre)¹⁹, ou seja, eles podem interferir em quem e como esse sujeito terá acesso aos conteúdos dos movimentos sociais; e b) *dados como ferramentas retóricas para enquadramento*: os autores identificam a apropriação tática dos dados como elementos narrativos na construção da imagem de um movimento ou uma pauta/bandeira de luta, seja como argumento ou como elemento reforçador de sucesso, como as métricas de engajamento nas mídias sociais, frequentemente utilizadas para demonstrar a relevância social de um movimento.

Por fim, o quinto elemento, a identidade coletiva. Para os autores, ela é reconfigurada em dois aspectos: a) *identidades voláteis baseadas em métricas da plataforma*: a identidade coletiva, hoje, é mais breve, volátil e flexível, permitindo participação social sem compromisso duradouro. Basta uma pauta unificadora e a organização de ações digitais para que as pessoas possam participar, “fazer a sua parte”, sem ter que continuar construindo um movimento depois. Dessa forma, observam-se mobilizações mais conjunturais; e b) *incoerência e exacerbação da diversidade interna de um movimento*: na dataficação, identidades coletivas complexas são simplificadas para ganhar visibilidade algorítmica e participar do “jogo de visibilidade” das plataformas. Por vezes, os movimentos utilizam táticas padronizadas que revelam incoerências e disputas internas entre os próprios grupos. Em trabalho anterior (Paula e Winques, 2024), avaliamos como a identidade coletiva é reconfigurada no contexto atual de intensa penetração de plataformas, dados e algoritmos no cotidiano dos sujeitos. Observamos ainda que o conceito de identidade dataficação, proposto por Milan e Beraldo (2024), pode nos trazer luz para pensar os movimentos sociais na atualidade, a partir de uma identidade “construída não só a partir do contexto cultural do indivíduo, mas também a partir da sua relação com as tecnicidades. Nela, a percepção do indivíduo sobre a interação sociotécnica com dados, algoritmos e *affordances* é fundamental para o processo de identificação” (*ibid.*, p. 8).

¹⁹ No original: “Algorithms filter, rank and re-arrange information for users, allegedly augmenting political polarization, either by trapping users in echo chambers of homogeneous content, or by exposing them to positions outside of their bubble” (Milan e Beraldo, 2024, p. 276)

Este trabalho observa essas transformações no cenário do movimento estudantil brasileiro. Em contato com os sujeitos participantes, e por meio da observação da UNE dentro e fora das plataformas digitais, traçamos algumas notas sobre a presença dos movimentos nas plataformas e as formas pelas quais eles vêm incorporando, em suas práticas diárias de resistência, dados e algoritmos como repertórios. Assim, este trabalho também busca refletir sobre as diversas apropriações táticas que os sujeitos, organizados ou não em movimentos coletivos, fazem em seu cotidiano para construir suas resistências e como eles tentam ocupar a tecnologia e utilizá-la em prol de suas pautas. A seguir, apresentamos algumas alternativas, discutimos as táticas e estratégias de ação e os limites da agência algorítmica do sujeito.

2.2 SUJEITOS E SUAS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AGÊNCIA ALGORÍTMICA

As plataformas digitais são estruturas governadas por lógicas próprias de poder e orientadas pelos ideais e interesses de seus donos. Bonini e Treré (2024, p. 36, tradução livre)²⁰ denominam as regras impostas pelas plataformas, suas diretrizes e lógica de funcionamento como economia moral das plataformas, economia essa que é geralmente “centrada em valores neoliberais como o livre mercado, individualismo, consumismo, extrativismo de dados, otimização de desempenho, autoempreendedorismo, ideologia meritocrática e competição entre usuários”. É por meio dos algoritmos, das diretrizes das comunidades e das políticas de governança que aqueles que estão por trás das plataformas, empresários como Mark Zuckerberg e Elon Musk ou ainda os próprios operadores e engenheiros de software, expressam seus ideais e demarcam seu poder. Assim, surge o poder de plataforma, poder esse alimentado por dados, cada vez mais difundido na sociedade de plataformas (Van Dijck, Poell e de Wall, 2018) e caracterizado por uma série de assimetrias.

As *big techs*, Alphabet-Google, Amazon, Apple, Meta-Facebook e Microsoft, estão, cada vez mais, presentes na sociedade de forma centralizada e estratégica. Essas empresas atuam em diversas atividades do cotidiano e dominam o acesso aos dados no ambiente digital. Napoli e Caplan (2018) apresentam argumentos que justificam os motivos pelos quais essas e outras empresas de mídia social preferem ser chamadas de empresas de tecnologia, e não empresas de mídia. Elas tentam demarcar que não são produtoras de conteúdo, logo, operam somente como meio e suporte para os verdadeiros produtores e se empenham em demonstrar certa neutralidade ao dizer que não há interferência humana em seu agenciamento.

²⁰ No original: “is mainly centered on neoliberal values such as the free market, individualism, consumerism, data extractivism, optimization of performance, self entrepreneurship, meritocratic ideology, and competition among users” (Bonini e Treré, 2024, p. 36).

Mark Zuckerberg, do Facebook, tem afirmado que a plataforma simplesmente provê ferramentas aos usuários para ajudá-los a se engajar na criação e curadoria de conteúdo (FIVEASH, 2016), uma posição que parece ignorar – ou ao menos descaracterizar – o papel que os algoritmos da plataforma exercem na priorização e filtragem de conteúdo para os usuários (Napoli e Caplan, 2018, p. 150).

Nesse sentido, não podemos ignorar o poder da agência algorítmica, afinal, é por meio dela que empresários e programadores conseguem demarcar os seus pontos de vista e penetrá-los no cotidiano dos sujeitos usuários das plataformas. Bonini e Treré (2024) destacam que é preciso organizar uma teoria das agências algorítmicas para: a) compreender que a agência algorítmica se articula entre duas economias morais: a economia moral do usuário e a economia moral da plataforma; e b) entender a agência algorítmica por meio de ações táticas ou estratégicas. Dessa forma, os autores deixam claro que não há uma única economia em evidência no ambiente digital. Embora sejam inegáveis as assimetrias de poder entre usuários e plataformas, é impossível desconsiderar que os sujeitos também afetam as plataformas e os algoritmos por meio de suas práticas, usos e apropriações das materialidades disponíveis. Portanto, entendemos que a relação entre sujeitos usuários e algoritmos é simbiótica, pois ambos se afetam mutuamente por meio de suas práticas e agências. Assim como Bonini e Treré (2024), acreditamos que, para compreendermos a complexa gramática das culturas algorítmicas contemporâneas, é essencial promover tensionamentos entre as estruturas de poder e resistência. Nesse sentido, os autores destacam que:

O poder da plataforma é um poder de “caixa-preta”. Na verdade, é mais facilmente aceito por aqueles que desconhecem os mecanismos de funcionamento dos algoritmos e seus possíveis vieses. No entanto, o fato de o poder da plataforma ser tão difundido e invisível para a maioria das pessoas não significa que elas estejam irremediavelmente presas dentro da sociedade da plataforma. Não podemos esquecer uma das lições mais significativas de Foucault, que onde há poder, sempre há resistência (Bonini e Treré, 2024, p. 21, tradução livre)²¹.

Essa reflexão se alinha à noção de imaginário algorítmico proposta por Bucher (2017). Quanto mais se conhece sobre os bastidores e as entrelinhas dessa “caixa-preta”, maior é a possibilidade de criar táticas e estratégias para subvertê-los. “O imaginário algorítmico não

²¹ No original: “The emerging power accumulated by tech companies therefore closely resembles the idea of power described by Foucault: a diffuse, ubiquitous power that is accepted to the extent that it is hidden. Platform power is a “black-box” power. In fact, it is more easily accepted by those who are unaware of the functioning mechanisms of algorithms and their possible biases. Yet the fact that platform power is so pervasive and invisible to most people does not mean that people are hopelessly trapped inside the platform society. We cannot forget one of Foucault’s most significant lessons, that where there is power, there is always resistance” (Bonini e Treré, 2024, p. 21)

descreve apenas os modelos mentais que as pessoas constroem sobre algoritmos, mas também o poder produtivo e afetivo que essas imaginações têm” (*ibid.*, p. 41, tradução livre)²². Winqes (2022, p. 12), em um estudo de recepção de matriz sociocultural realizado com 16 pessoas, oito pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus e oito ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, discute a noção de imaginário algorítmico e conclui que “as mediações algorítmicas também se tornam produtivas por meio dos significados e imaginários atribuídos a elas em cenários concretos – individuais e coletivos”. Nem sempre os sujeitos têm ciência do poder algorítmico, entretanto, mesmo quando não a têm, eles são capazes de se apropriar dele, como veremos mais adiante.

Porém, a cada vez que um sujeito entende e decodifica o poder algorítmico, ele ganha ainda mais poder frente às plataformas. Ou seja, é por meio do acionamento desse poder e do conhecimento prático sobre as plataformas digitais que os sujeitos usuários podem transformá-las ou potencializá-las como instrumentos políticos de poder. Para isso, é necessário entendê-las como um campo de batalha, onde alianças são construídas com os algoritmos e, por vezes, colisões e subversões também podem ser utilizadas para que sujeitos explorem as plataformas para sua própria vantagem (Bonini e Treré, 2024). Essa ideia de campo de batalha nos parece útil, pois, de fato, as plataformas são espaços simbólicos onde as lutas são protagonizadas. Cabe destacar que, muitas vezes, o espaço se divide em fluxos híbridos, entre o campo territorial (offline) e o digital (online), e é construído por sujeitos que, por vezes, se aliam às materialidades disponíveis e, em outras, as negam e reprogramam seu uso para outros fins. É nesse ponto que se encontra o que podemos chamar de agência dos usuários. Ou, para nós, agência dos sujeitos usuários.

Bonini e Treré (2024) distinguem dois tipos de agência dos usuários: tática e estratégica²³. Para os autores, o termo “agência algorítmica” refere-se à “capacidade reflexiva de um usuário para fazer os algoritmos funcionarem em benefício de suas próprias necessidades” (*ibid.*, p. 19, tradução livre)²⁴. As estratégias representam manifestações mais amplas da agência algorítmica, capazes de intervir na estrutura algorítmica a longo prazo. Geralmente, são ações promovidas por governos, instituições, nações ou grandes empresas.

²² No original: “The algorithmic imaginary does not merely describe the mental models that people construct about algorithms but also the productive and affective power that these imaginings have.” (Bucher, 2017, p.41)

²³ Destaca-se que os autores se inspiram em Certeau (1998) para definir as diferenças entre estratégias e táticas a partir dos algoritmos, dados e plataformas, criando assim as noções de agência tática algorítmica e agência estratégica algorítmica.

²⁴ No original: “But rather to a user’s “reflexive ability” to make the algorithms work to meet their own needs.” (Bonini e Treré, 2024, p. 19)

Para que uma estratégia de agência algorítmica seja efetiva, é necessário dispor de tempo, dinheiro, experiência e paciência, visto que seu impacto não é imediato. Já as táticas são ações que demandam menor disponibilidade de recursos financeiros, tempo e experiência, além de apresentarem efeitos de curto prazo. Como explicam:

Por outro lado, então, consideramos como táticas todas as manifestações de agência algorítmica que vêm de agentes subalternos, como minorias étnicas, linguísticas e de gênero (interseccionais); de grupos sociais ou indivíduos excluídos da participação democrática; ou de usuários, *fandoms*, produtores culturais e movimentos sociais que não possuem o capital econômico necessário para investir dinheiro na promoção e mercantilização de seu conteúdo. Mesmo que não tenham recursos computacionais e econômicos – ou talvez por essa mesma razão – as ações táticas organizadas individual ou coletivamente pelos usuários da plataforma são incrivelmente variadas e podem atingir altos níveis de complexidade e sofisticação (Bonini e Treré, 2024, p. 46, tradução livre)²⁵.

Alguns exemplos podem esclarecer esses aspectos: táticas seriam atos – organizados conscientemente ou, por vezes, com pouca noção do efeito que poderão causar – que de alguma forma influenciam as dinâmicas algorítmicas para satisfazer e gerar benefícios a determinado indivíduo ou grupo social. Utilizamos a noção de agência algorítmica, pois, em geral, os algoritmos são acionados nessas ações, seja de modo mais direto ou ainda de forma mais discreta. O ativismo de *hashtags*, por exemplo, pode ser considerado uma tática de agência algorítmica. Em fevereiro e março de 2025, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) realizou uma série de mobilizações pelo reajuste das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, pelo aumento do número de bolsas e pela inclusão desse reajuste na Lei Orçamentária Anual (LOA). Durante várias semanas, por meio do perfil da organização no Instagram, eram dadas novas tarefas com intuito de mobilizar e impactar, de forma prática, na discussão do orçamento.

No Mutirão da Pós, denominado assim pela entidade estudantil, aconteciam ações no ambiente offline, como a presença de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado e conversas com parlamentares, e se complementavam com táticas de agência algorítmica, como: a) “*comentaço*” – *incentivo aos comentários em massa nos perfis dos parlamentares*

²⁵ No original: “On the other side, then, we consider as tactical all those manifestations of algorithmic agency that come from subaltern agents, such as ethnic, linguistic, and gender (intersectional) minorities; from social groups or individuals excluded from democratic participation; or from users, fandoms, cultural producers, and social movements that do not possess the necessary economic capital to invest money in the promotion and marketization of their content. Even if they lack computational and economic resources—or perhaps for this very reason—the tactical actions individually or collectively organized by platform users are incredibly varied and can reach high levels of complexity and sophistication.” (Bonini e Treré, 2024, p. 46).

no Instagram: em diversas postagens, a ANPG convocava os estudantes a comentarem massivamente²⁶ nas últimas postagens dos parlamentares responsáveis pela LOA. Parecia tratar-se de uma tática para dar visibilidade à pauta; e b) *marcação dos perfis dos relatores, parlamentares e influenciadores*: nas postagens de chamado era demarcada a importância de ampliar o debate e a organização via, como forma de expansão, o engajamento de novos atores. Mais uma vez, fica clara a importância da visibilidade algorítmica, vista a seguir ainda neste capítulo.

Além disso, nesta ação específica, a ANPG também criou táticas que operaram para além da mediação algorítmica do Instagram, como o abaixo-assinado²⁷ e um site específico²⁸ para o envio de e-mails automáticos a deputados e senadores. Dessa forma, podemos considerar as ações implementadas como táticas de agência algorítmica coletivas e coordenadas, já que foram feitas de forma organizada e com a entidade estudantil ocupando certo papel de liderança.

Entretanto, também podemos falar de táticas de agência algorítmica de caráter individual, em que sujeitos usuários utilizam os algoritmos de forma individualizada, para seu próprio benefício ou apenas promovem reconfigurações nos algoritmos a partir de seus atos. Um exemplo disso pode ser observado na recente implementação da Grok, Inteligência Artificial do X (antigo Twitter). Conhecendo as opiniões políticas de Elon Musk, empresário dono da empresa/plataforma, e sabendo como de diversas formas essas opiniões são incorporadas na economia moral da plataforma, por meio das diretrizes e de novas funções e materialidades, como, por exemplo, as notas de comunidade, os sujeitos usuários treinam a IA e seus algoritmos e alimentam seus dados com opiniões que contrariam as de seu dono.

Talvez não de forma tão consciente, as táticas algorítmicas, nesse caso, são utilizadas como um instrumento de manifestação do poder dos sujeitos que são quem, de fato, interferem e opõem-se nas dinâmicas das plataformas de mídia social. Sem eles e seus dados, a plataforma não teria motivo para seu funcionamento, visto que ela depende do uso e da apropriação dos sujeitos usuários e de suas relações. Em uma brincadeira como essa, os sujeitos estão alterando e afetando a IA. Percebemos então que as agências algorítmicas dos usuários também se configuram como ações mundanas que, de alguma forma, impactam a

²⁶ Drive (<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1XoWZjzgs9YOi8UsgkAljrw9cP10mX9ss>) disponibilizado com as opções de comentário prontas, dessa forma, os comentários teriam um mesmo padrão. Além disso, banco de tuítes, contatos dos parlamentares e material gráfico da campanha. Acesso em: 1º de abril de 2025.

²⁷ Disponível em: <https://www.change.org/p/anpg-reajuste-das-bolsas-de-estudos-j%C3%A1>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2026.

²⁸ Disponível em: <https://reajusteja.com.br/>. Acesso em: 1º de abril de 2025.

lógica das plataformas e de seus algoritmos, seja se apropriando deles para usos táticos ou apenas os reconfigurando.

Ao discutirem poder e agência algorítmica, Siles, Gomez-Cruz e Ricaurte (2023) propõem observá-los a partir de três eixos: 1) *tensões*: uma abordagem que busca enfatizar a forma como indivíduos e grupos podem simultaneamente resistir, cumprir, desafiar e obedecer a algoritmos em suas vidas diárias. A tensão contribui para manter o poder em movimento. Cabe destacar que, por vezes, a tensão está mais ligada a uma reivindicação de agência do que a uma oposição de poderes. Não está necessariamente relacionada a uma dualidade, a lados opostos, mas sim eixos que coabitam e negociam entre si; 2) *mediações*: uma forma de explorar os relacionamentos dos sujeitos com algoritmos nas condições culturais particulares nas quais esses relacionamentos ocorrem, é utilizada para entender que o contexto sempre impacta a forma de agência algorítmica do sujeito usuário, bem como os fatores interseccionais de raça, gênero, classe, entre outros marcadores de identidade, ou os graus de acesso a capital social e econômico, além do nível de seu conhecimento sobre as tecnologias; e 3) *transversalidades*: uma perspectiva que deixa de ignorar o poder como algo universal e reconhece os micropoderes cotidianos, que entende as ações individuais e coletivas de agência de forma unificadas, a partir de suas particularidades e busca também entender outras formas de agência para além dessas. Nesse último aspecto, os autores argumentam que “focar no indivíduo ou no coletivo fez contribuições valiosas para o estudo da agência, mas também teve o preço de tornar invisíveis as promulgações de agência que não podem ser reduzidas a nenhum desses polos” (*ibid.*, 2023, p. 1034, tradução livre)²⁹. Ou seja, é preciso observar de forma conjunta e transversal, múltiplas perspectivas e a partir de diversos sujeitos.

Por sua vez, Velkova e Kaun (2019) destacam ser impossível determinar e prever completamente as maneiras pelas quais os usuários podem empregar algoritmos ou atribuir a eles significados e funções diferentes daquelas prescritas por seus designers e programadores. “Os usuários são, portanto, não apenas parte do processo de criação de grandes conjuntos de dados nos quais os algoritmos operam e exercem seu poder, mas também podem trabalhar taticamente com interfaces algorítmicas para influenciar o processamento algorítmico” (*ibid.*, p. 535, tradução livre)³⁰. As agências algorítmicas de sujeitos usuários mostram-se

²⁹ No original: “Focusing on either the individual or the collective has made valuable contributions to the study of agency, but has also come at the price of making invisible agency enactments that cannot be reduced to either one of these poles, that evolve over time, or that are both.” (Siles, Gomez-Cruz e Ricaurte, 2023, p. 1034).

³⁰ No original: “Users are thereby not only part of the process of the creation of large datasets on which algorithms operate and perform their power, but they can also tactically work with algorithmic

significativas também para transformar os próprios algoritmos, mesmo que a longo prazo, fazendo, inclusive, com que os programadores precisem reconfigurá-los em casos em que o uso pretendido foi subvertido. Bonini e Treré (2024) reforçam que as táticas e estratégias de agência algorítmica implementadas pelos sujeitos usuários podem ou não estar alinhadas à economia moral das plataformas, entretanto elas sempre visam de alguma forma contestar parcial ou totalmente a governança algorítmica.

Ao discutirmos agência algorítmica, é possível perceber que existe uma afetação mútua entre sujeitos e algoritmos. A partir deste trabalho, que estuda práticas colaborativas de comunicação, entendemos ser possível observar esses processos de afetação como processos colaborativos. Quando, de forma tática ou estratégica, um sujeito ou grupo social se alinha, subverte, colide, rompe, ou como dizem Bonini e Treré (2024), dança com os algoritmos, esse sujeito transforma os algoritmos em colaboradores indiretos de suas práticas. Não falamos mais somente de uma colaboração entre sujeitos, mas também de uma colaboração materializada, que conta de forma indireta com a coparticipação dos agentes algorítmicos. Ressaltamos que, ao falar de agência algorítmica, não nos referimos a ações específicas de resistência, podem ser também aquelas práticas cotidianas, realizadas na inocência, sem muito conhecimento técnico, mas que de alguma forma alteram o funcionamento algorítmico das plataformas ou, mesmo sem os alterar, se ancoram neles para seu próprio benefício, como aliados, como colaboradores.

2.3 PLATAFORMAS EM DISPUTA: RESISTÊNCIA POR MEIO DE ALGORITMOS

Por muito tempo, a resistência às plataformas digitais, aos dados e aos algoritmos foi compreendida principalmente por meio de atos de oposição ao seu uso, como protestos, ações políticas, manifestações artísticas e críticas, cujo intuito sempre foi destacar suas falhas sistêmicas e os danos que causam à sociedade. Tratava-se de uma resistência vista apenas a partir da consideração das plataformas e seus algoritmos como oponentes e descartando as possibilidades de serem utilizados como aliados táticos nos processos. No entanto, é possível repensar a resistência como um processo de ocupação desses espaços, tanto de maneira material quanto simbólica, em que os indivíduos e os movimentos organizados se apropriam das ferramentas das plataformas para fortalecer e expandir suas lutas (Velkova e Kaun, 2019; Bonini e Treré, 2024; Ricaurte, 2023; Milan e Beraldo, 2024; Milan e Treré, 2022).

interfaces to influence algorithmic processing to be conducive to specific politics.”(Velkova e Kaun, 2019, p. 535).

A resistência algorítmica tem se mostrado uma ferramenta política fundamental para os movimentos sociais, que estão aprendendo a explorar as potencialidades e até mesmo as limitações das plataformas para potencializar suas lutas e a participar da dinâmica de visibilidade que elas promovem. É por isso que, para nós, essa resistência que atua nas brechas, na tentativa de disputar espaço, de operar em um contexto em que, muitas vezes, o que mais prospera é a desesperança, a sabotagem, o compartilhamento de mentiras, a desinformação, o medo, o caos, também deve ser vista como resistência. Apesar de reconhecermos as diversas iniciativas que atuam propondo o novo e independente à dominância das *big techs*, como vimos anteriormente neste capítulo, entendemos que em tempos em que as disputas – simbólicas e também reais, como os processos eleitorais – são decididas nas plataformas digitais, elas se tornam, sim, espaços a serem ocupados.

O relatório técnico “As campanhas digitais para a Câmara dos Deputados: como as mídias sociais se relacionam com o voto para Deputado Federal em 2022”, de Ituassu *et al.* (2025), mostra que em 74% dos estados brasileiros os deputados federais com maior engajamento nas plataformas de mídia social foram também os que conseguiram mais votos no pleito de 2022. O relatório ainda identifica outros três pontos relevantes: 1) a presença nas mídias digitais pode representar um processo de renovação da Câmara dos Deputados, visto que os parlamentares em primeiro ou segundo mandato apresentam melhores desempenhos digitais; 2) a direita tem maior dominância dentre os eleitos com melhor performance nas mídias sociais, mas a esquerda mostrou competitividade em pelo menos nove contextos estaduais; 3) o Instagram é a plataforma mais importante para esse contexto, apesar do Facebook ainda se mostrar relevante em diversos locais. O que o estudo demonstra é a clara relação entre presença digital e processo eleitoral. Logo, as plataformas são o palco político e espaço importante de disputa não só entre esquerda e direita, como mencionado acima, mas também espaço propício para que sujeitos comuns – sozinhos ou em coletivos – e movimentos sociais também possam performar suas crenças, lutas e ideias.

Antes de discutir o conceito de resistência algorítmica, cabe destacar que a resistência acontece muito antes da revolução tecnológica e da criação e expansão da sociedade de plataformas. Ela emerge da subalternidade, de tempos distantes e da luta contra-hegemônica. Severo (2013) nos lembra uma forma mundana de enxergar a resistência, exposta na teoria de Bakhtin [1940–1965], a partir da noção de carnavalização:

Essa resistência, que também é uma forma de exercício de poder, não operava pela violência ou força contra um poder autoritário e repressor, mas pelo riso, pelo escárnio, pelo deboche, pela fantasia em um espaço público de

festividade, que incluía, por exemplo, festas de carnaval, torneios esportivos, a inscrição de cavaleiros, a outorga de títulos de vassalagem, entre outros. Trata-se de eventos que reuniam a representação do poder jurídico e uma resistência a esse poder de forma criativa e inventiva, que só existia porque “durante a realização da festa só se pode viver de acordo com as suas leis, isso é, as leis da liberdade” (BAKHTIN 2002 [1940–1965], p. 6): a circulação de poder só é possível onde há sujeitos livres e expostos a uma gama de possibilidades de reações – onde há escravidão ou sistemas totalitários não há relações de poder, pois não há possibilidades de resistência (Severo, 2013, p. 154).

Essa noção é útil para pensar a resistência imaginada pelos estudantes brasileiros participantes da cobertura colaborativa da UNE, nosso objeto de estudo. Trata-se de uma resistência que vem não só da apropriação dos aparatos tecnológicos para suas lutas, mas também do envolvimento com a cultura, com o popular, com a arte. Nos próximos capítulos, veremos mais sobre as articulações do objeto com a resistência e como, por muitas vezes, a resistência na UNE vem atrelada ao cultural. Nosso recorte de pesquisa se deu a partir da observação da 14ª Bienal de Cultura e Arte da UNE, que teve como tema “A rua é nosso palco principal”, no site do evento, o convite: “Vamos celebrar e venha para a rua, caia na maior festividade de um grande encontro da juventude brasileira. A Bienal reúne arte, cultura, educação, ativismo, política, ciência e tecnologia [...] A Bienal da UNE é o carnaval dos sonhos e as lutas de uma geração que está reconstruindo o Brasil e que agora vai reconectar profundamente um país com o seu povo e sua cultura. Um festival para lavar o peito e beber da fonte de novos tempos para o Brasil e para a cultura nacional”. Neste trabalho, entendemos que não se pode falar apenas de uma resistência algorítmica sem entender aquela que acontece fora das telas e das plataformas digitais. Como já mencionamos, os fluxos são cada vez mais híbridos e os encontros mundanos e digitais.

Resistência, para nós, então, perpassa pela organização coletiva, pela escolha da colaboração e da participação, pela ocupação sistematizada das plataformas de mídia social pelo movimento estudantil. Pode ser que, ao longo da análise e discussão, possamos descobrir que a resistência estudantil não é tão demarcada assim e ela acontece de forma espontânea, na luta diária dos estudantes brasileiros, na apropriação das câmeras dos celulares que agora flagram cenas antes esquecidas pela história, na construção de uma legenda para o Instagram que pode vir com marcas de narrativas ignoradas, de locais desconhecidos, de pessoas abandonadas pela história. Como apontado por Martín-Barbero (2014), surge uma cultura política na qual a resistência é, ao mesmo tempo, criadora de iniciativas e alternativas, sendo, para nós, a ocupação das plataformas digitais e os usos táticos e estratégicos dos algoritmos como repertório de luta exemplos dessas iniciativas populares de resistência.

Nesse sentido, Bonini e Treré (2024) apresentam uma nova forma de pensar a resistência, que não se baseia mais apenas em atos de oposição, mas sim na colaboração com os algoritmos. A resistência algorítmica é definida como: “1) um ato, 2) realizado por alguém que defende uma posição subalterna ou por alguém agindo em nome e/ou em solidariedade com uma posição subalterna, e 3) (na maioria das vezes) respondendo ao poder por meio de táticas e dispositivos algorítmicos” (*ibid.*, 2024, p. 23, tradução livre)³¹. Eles ainda fazem uma distinção entre dois tipos de resistência: a) *algoritmos como apostas*: ocorre quando um grupo, movimento coletivo ou indivíduo explora os efeitos negativos do poder das plataformas e dos algoritmos. Por exemplo, quando os jornais The Guardian, La Vanguardia e Ouest France anunciaram sua saída do X (antigo Twitter) no final de 2024, estavam realizando um ato de resistência AOS algoritmos; e b) *algoritmos como repertórios*: ocorre quando indivíduos ou coletivos se apropriam das plataformas, dados e algoritmos como uma ferramenta de poder e, portanto, resistência. Quando, por exemplo, um movimento social utiliza os recursos de uma plataforma de mídia social para articular ações de mobilização política, estamos diante de uma resistência construída POR MEIO de algoritmos.

Milan (2024) observa três principais mudanças na resistência em meio à dataficação a partir de aspectos como infraestrutura, agência política e táticas. 1) *Mudança infraestrutural*: agora, temos uma esfera pública digitalizada e dataficada, na qual o discurso público se desenrola em inúmeras plataformas e suportes e os algoritmos adaptam o conteúdo conforme as preferências e os comportamentos individuais; 2) *agência política*: referente à capacidade dos sujeitos se envolverem e construírem resistências no contexto sociocultural em que estão inseridos. Nesse caso, a autora aponta para mudanças relacionadas ao ecossistema algorítmico que passa a interferir nesses processos de envolvimento e de construção de resistência, além de alterar as dinâmicas de interação interpessoal e criar novos modos de reconhecimento de identidades; e 3) *táticas*: também são alteradas a partir da dataficação, o repertório de instrumentos de resistências é ampliado quando dados e algoritmos podem ser utilizados.

A autora defende que, para entender a resistência na sociedade orientada por dados, é necessário considerar os efeitos sociotécnicos e sistêmicos dos dados e suas infraestruturas na dinâmica das ações coletivas e ainda observar como as pessoas resistem à própria dataficação. Nesse sentido, ela ainda apresenta seis táticas que surgiram como resposta à vigilância. Três delas são consideradas *resistências defensivas*, que exploram as dimensões sociotécnicas e os

³¹ No original: “(1) an act, (2) performed by someone upholding a subaltern position or someone acting on behalf of and/or in solidarity with someone in a subaltern position, and (3) (most often) responding to power through algorithmic tactics and devices” (Bonini e Treré, 2024, 2024, p. 23).

aspectos infraestruturais dos dados, transformando-os em repertório, e as outras três, chamadas de *resistências produtivas*, dizem respeito a formas de resistência cultural cujo alvo está nos aspectos simbólicos de uma sociedade orientada por dados, como normas sociais, valores e percepções.

São consideradas *resistências defensivas*: a) *autodefesa*: uso de ferramentas e práticas para proteger a privacidade e combater a vigilância. Envolve tanto táticas reativas, como a utilização de softwares seguros, quanto práticas silenciosas e cotidianas, como a navegação anônima, para reduzir o controle social e proteger a privacidade pessoal; b) *subversão*: marcada por táticas que objetivam desestabilizar sistemas de dados, como sabotagem, coleta de dados poluentes e protestos digitais. Exemplos incluem campanhas como #DeleteFacebook e ações que alteram o funcionamento de plataformas, demonstrando recusa ao modelo de capitalismo de plataforma; e c) *evitação*: são táticas defensivas que envolvem a rejeição ou distanciamento da vida digital, boicotes e desconexões digitais, como a exclusão de redes sociais. Envolve ainda a autossuficiência digital, como a criação de plataformas alternativas e a resistência a tecnologias intrusivas como o reconhecimento facial. Nesse último tipo de resistência, lembramos da plataforma *Señoritas Courier*³², que atua em forma de cooperativa, criada para gerenciar entregas feitas exclusivamente por mulheres e pessoas trans na cidade de São Paulo, um exemplo prático de autossuficiência digital.

Já as *resistências produtivas* são: a) *alfabetização*: a alfabetização digital envolve a educação sobre como proteger a privacidade e lidar com os riscos da vigilância. Também inclui o ensino de habilidades tecnológicas para promover a conscientização crítica contra a desinformação e os usos indevidos das tecnologias; b) *contra-imaginação*: criação de narrativas alternativas para desafiar a dataficação e reverter discursos dominantes sobre dados, oferecem e debatem novas perspectivas e usos sociais dos dados e algoritmos; e c) *campanhas jurídicas ou de advocacia*: envolvem esforços organizados para exigir mudanças nas leis e práticas prejudiciais da sociedade orientada por dados, mobilizando apoio público e criando alianças para ação. No cenário brasileiro, podemos lembrar das mobilizações pelos projetos de lei PL 2338/2023, que regulamenta a Inteligência Artificial no país, ou o PL 2630/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Nos dois casos, foi possível perceber e ainda pode ser percebido até hoje diversas mobilizações de grupos ligados aos direitos digitais que pautam, por meio das próprias plataformas digitais, os projetos de lei, ampliando assim o debate e colocando mais atores em contato com o tema que poderia ter ficado restrito às institucionalidades. Um exemplo disso é

³² Disponível em: <https://senoritascc.com.br/>. Acesso em: 2 de abril de 2025.

a Coalizão Direitos na Rede³³, que reúne diversos coletivos e movimentos em prol do fortalecimento dos direitos digitais.

Neste trabalho, nos interessam mais as resistências que se apropriam dos algoritmos e dos dados como repertório de luta e ocupam as plataformas digitais de forma simbólica, como demarcação de poder. Nesse sentido, notamos que a visibilidade talvez seja uma das principais armas de resistência algorítmica, pois opera em um campo de batalha, sobretudo junto aos algoritmos de recomendação. Táticas e estratégias são acionadas para fazer com que os algoritmos ampliem o alcance de determinado assunto. Nesse sentido, Sued e Hernández Garza (2023) destacam que a visibilidade algorítmica é demarcada pela distribuição desigual de poder, por isso, ao analisá-la, devemos observar o “funcionamento sociotécnico dos algoritmos, o condicionamento das plataformas e as táticas de utilização de *hashtags*, considerando que o uso estratégico de cada um destes elementos constitui um elemento de luta por sentido no digital” (*ibid.*, p. 16, tradução livre)³⁴. No caso dos movimentos sociais, por muitas vezes a visibilidade pode auxiliar na interferência das lutas não só de forma simbólica, como de forma prática. Portanto, ela torna-se um instrumento indispensável. “Trata-se de uma estratégia explícita por parte daqueles que bem sabem ser a visibilidade mediada uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias” (Thompson, 2008, p. 16).

Não é apenas para os movimentos sociais e subalternos que a visibilidade se tornou essencial, mas também para o posicionamento tático e estratégico de diversos outros atores na sociedade plataformizada. Terra (2024, p. 8) explora a temática a partir do universo corporativo e destaca que o contraponto da visibilidade pode ser o perigo da obscuridade ou até mesmo o desaparecimento. “A visibilidade mediada não é apenas um meio pelo qual aspectos da vida social e política são levados ao conhecimento dos outros: ela se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam”. Já Karhawi (2024) apresenta a perspectiva do trabalho de visibilidade diretamente ligada à criação de táticas e estratégias criativas – das mais lúdicas às mais políticas – para contornar a gestão algorítmica das plataformas. No caso dos influenciadores, seu objeto de estudo, a autora aponta que fazendas de cliques e bots, Instagram *Pods*, *clickbait* e *hasbaiting*, sorteios e campanhas de engajamento compõem a matriz deste tipo de trabalho.

Na perspectiva do ativismo, após um longo trabalho de acompanhamento da

³³ Disponível em: <https://www.instagram.com/direitosnarede/>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

³⁴ No original: el funcionamiento sociotécnico de algoritmos, los condicionamientos de las plataformas y las tácticas de uso de *hashtags*, considerando que el uso estratégico de cada uno de estos elementos constituye un elemento de lucha por el sentido en la arena digital (Sued e Hernández Garza, 2023, p.16).

visibilidade de movimentos feministas da América Latina nas plataformas digitais, Sued (2023) distingue três regimes de visibilidade, são eles: 1) *visibilidade vernacular*: composta por pessoas externas aos movimentos ativistas, mas que se apropriam e amplificam seus ideais, linguagens, lutas e estéticas. É um tipo de visibilidade sustentada por figuras como celebridades, influenciadores, pessoas do entretenimento, que atribuem mensagens feministas aos seus próprios modos de produção de conteúdo; 2) *resistência algorítmica*: ações de visibilidade impulsionadas por grupos feministas e de direitos humanos que desempenharam um papel importante na luta histórica, utiliza o *hashtagativismo*³⁵ para organizar ações nas plataformas e uma estética que estende elementos de mobilização da rua para as redes; e 3) *poder algorítmico*: poder de agência do algoritmo, visibilidade acionada e construída pelos próprios algoritmos. “Entre as descobertas relevantes, descobrimos que a visibilidade da expressão pública digital do feminismo não é inteiramente determinada pelos algoritmos das plataformas, mas varia de acordo com os elementos que compõem cada instância de expressão” (*ibid.*, 2023, p. 24, tradução livre)³⁶. Ou seja, mais uma vez destacamos que, por mais que os algoritmos tenham poder – e muito – de interferir na realidade e no jogo da visibilidade, as pessoas também têm formas de subvertê-lo e reprogramá-lo por meio de táticas e estratégias.

Maly (2019) observa que, para que ações ativistas aconteçam mediadas algoritmicamente e possam atingir resultados no aspecto de visibilidade, é necessário que o ativista, grupo ou movimento tenha ciência sobre as ecologias das plataformas. Para o autor, “devemos entender o ativismo online e offline como parte de uma ‘batalha metapolítica’ que explora as possibilidades da mídia digital em um sistema de mídia híbrido” (*ibid.*, 2019, p. 1, tradução livre)³⁷. Em um trabalho com uma abordagem de etnografia digital, o autor observou a página de Facebook do grupo *Schild & Vrienden*, que representa um grupo jovem de extrema-direita, e percebeu características que demonstram o conhecimento tático dos ativistas de direita em relação às mediações algorítmicas e às melhores estratégias para fazer com que seus ideais alcancem maior visibilidade nas plataformas digitais. Para ele:

Uma dimensão importante desse tipo de ativismo é a alfabetização digital desses ativistas. Para se engajar na metapolítica 2.0, é preciso ter uma gama

³⁵ Ativismo feito por meio de *hashtags*, se apropriando delas para organizar públicos em torno de interesses coletivos.

³⁶ No original: Entre los hallazgos relevantes, encontramos que la visibilidad de la expresión pública digital del feminismo no se encuentra totalmente determinada por los algoritmos de las plataformas, sino que varía según los elementos que componen cada instancia de expresión (Sued, 2023, p. 24).

³⁷ No original: we should understand their online and offline activism as part of a “metapolitical battle” exploiting the affordances of digital media in a hybrid media system. (Maly, 2019, p. 1).

muito ampla de habilidades e *insights* digitais. Como um coletivo, eles não devem apenas ser capazes de filmar, editar e projetar seu conteúdo, fazer memes ou postar *status*, eles também precisam ter insights sobre a natureza da ecologia digital (Maly, 2019, p. 7, tradução livre, grifos nossos)³⁸.

No cenário brasileiro, muito se discute sobre a direita ter um maior domínio das plataformas digitais, suas ecologias e linguagens. Terra (2024, p. 5) comenta que “a polêmica e a controvérsia desempenham um papel significativo na dinâmica das mídias sociais, uma vez que o engajamento é incentivado pelo embate, pela discordância e pelo confronto”. Um caso recente no cenário político brasileiro pode ser utilizado para falar sobre visibilidade algorítmica. Em meio a polêmicas sobre uma possível taxaço do PIX³⁹ e a divulgação massiva de desinformação nesse sentido, sem resposta ágil do Governo Federal às dúvidas da população causadas justamente pelos processos desinformativos, o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL/MG) veiculou em seus perfis no Instagram e TikTok um vídeo⁴⁰ supostamente esclarecendo sobre tudo que aconteceria com o PIX a partir da medida do governo. Em menos de 24 horas, o conteúdo viralizou nas plataformas e foi compartilhado por milhares de pessoas. Atualmente, o vídeo está como destaque na grade do perfil do parlamentar, soma quase nove milhões de curtidas, 900 mil comentários e mais de cinco milhões de compartilhamentos. Por meio da visibilidade algorítmica, o alcance atingido pelo vídeo e sua grande repercussão, Nikolas conseguiu impactar de forma prática, inclusive, e o governo optou por revogar a medida, sob o argumento de que a proliferação de desinformação sobre o assunto gerou pânico na população.

Terra (2024), ao apresentar um estudo envolvendo as Universidades de Nova York (EUA) e Grenoble (França), discute o aspecto da visibilidade algorítmica também como algo negativo, quando utilizada para fins maliciosos, como a disseminação de notícias falsas. O estudo (Barros e Lucena, 2021) demonstrou que um conteúdo falso gera seis vezes mais engajamento no Facebook do que notícias verdadeiras. “Muitos perfis de mídias sociais vivem da controvérsia, do sensacionalismo, da fofoca, dos memes e até mesmo de desinformação e de fake news. Tudo isso em busca do clique, da visibilidade e do engajamento” (Terra, 2024, p. 6). Ou seja, por mais que tratemos a resistência como algo

³⁸ No original: An important dimension of this type of activism, is the digital literacy of these activists. To engage in metapolitics 2.0, one has to have a very broad range of digital skills and insights. As a collective they should not only be able to film, edit and design their content, make memes or post statuses, they also need to have insights in the nature of the digital ecology. (Maly, 2019, p. 7).

³⁹ O PIX é um meio de pagamento digital instantâneo, criado em 2020 pelo Banco Central. Ele pode ser usado tanto por pessoas físicas quanto jurídicas e permite que elas façam transferências e pagamentos em tempo real e gratuitamente.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DEz20G0RodB/?hl=pt-br>. Acesso em: 2 de abril de 2025.

positivo e acionemos aqui nesta discussão as diversas táticas e estratégias que podem ser utilizadas por sujeitos usuários e movimentos sociais considerando os algoritmos como aliados, não se pode perder de vista que a economia moral das plataformas segue demarcando ideais e que diversos grupos políticos ocupam esses espaços. Justamente por isso, são tão necessários os processos de resistência. Afinal, as plataformas estão ocupadas por diferentes grupos políticos, alguns mais alinhados à sua economia moral, outros mais dispostos a subvertê-la e negociá-la.

Retornando a uma perspectiva mais otimista, sobre a ocupação das plataformas digitais para lutas políticas e o uso dos algoritmos como repertório, em trabalho anterior (Resende, 2025), identificamos três eixos para pensar e analisar a visibilidade algorítmica no contexto dos movimentos sociais datafificados, especificamente no movimento estudantil brasileiro: 1) *visibilidade como estratégia de resistência algorítmica*: quando o movimento ocupa e se preocupa com suas ações virtuais a longo prazo, como uma rotina estratégica de posicionamento, demarca seu espaço nas plataformas de mídia social e as utiliza cotidianamente como instrumento de luta; 2) *visibilidade como tática de subversão às agências de poder das plataformas*: quando a ação de visibilidade tem que ser pensada de imediato, a partir da conjuntura e, em geral, como reação a algum ato de poder, fruto de agências das próprias plataformas e algoritmos, ou de setores conservadores do cenário político que também se apropriam das mediações algorítmicas; e 3) *visibilidade a partir da construção colaborativa*: quando a busca por visibilidade se consolida por meio de parcerias com outros usuários das plataformas de mídia social e as interfaces, estruturas e ferramentas das próprias plataformas são apropriadas nesse processo. No caso específico do Instagram, materializado pelo uso da ferramenta *Instagram Collabs*.

Nesse estudo, analisamos as táticas e estratégias de resistência e subversão a partir da queda do perfil oficial da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) no Instagram, ocorrida em 22 de maio de 2024. No dia anterior, 21 de maio, foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) a votação de um projeto de lei que propunha a implementação de escolas cívico-militares nas redes estadual e municipal de ensino. Observamos que, entre os dias 22 e 27 de maio, período em que o perfil oficial da UBES esteve fora do ar, a organização estudantil se viu forçada a criar novas formas de mobilização, que não dependessem de sua conta oficial, mas ainda garantissem sua presença na plataforma. Para isso, foram ativados perfis secundários da entidade, firmadas parcerias com organizações aliadas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), e a então presidente, Jade Beatriz, criou um canal de transmissão

em seu próprio perfil, intitulado “Ecoando”. Essas são táticas que perpassam pelo conhecimento dos sujeitos usuários sobre a ecologia digital (Maly, 2019) e seus imaginários sobre o campo de batalha político que é o espaço das plataformas digitais.

Em relação à visibilidade no contexto da dataficação, Milan (2015) apresenta quatro mecanismos relevantes para a criação de uma “política da visibilidade” para as ações coletivas e movimentos sociais no cenário da dataficação e da plataformação, são eles: 1) *centralidade da performance*: as mídias sociais permitem que os sujeitos encenem no ambiente online uma história da qual eles já fazem parte no espaço offline, trata-se de uma forma de tornar o protesto visível também no ambiente digital; 2) *interpelação a companheiros e oponentes*: esses espaços permitem que as pessoas convidem outras pessoas para participar de uma ação coletiva, por meio de tags, citações e menções. Quando se incluem mais pessoas em determinada mobilização, também se exclui aqueles que não fazem parte, que são muitas vezes o alvo do protesto e, portanto, oponentes; 3) *expansão da temporalidade do protesto*: devido à continuidade das mídias sociais, as atividades realizadas no âmbito físico podem seguir sendo compartilhadas após o momento síncrono, reforçando a identidade coletiva ao longo do tempo, por meio da reprodução de conteúdos; e 4) *reprodutibilidade da ação social*: as mídias sociais permitem que determinado conteúdo seja reverberado, principalmente entre pessoas com ideias semelhantes, por meio dos “compartilhamentos” ou “retuítés” e dessa forma chegue a mais pessoas e lugares.

Nesse sentido, vemos como a resistência algorítmica atua em relação às políticas de visibilidade das plataformas, subvertendo o que era esperado e criando novos usos para as materialidades. Para Velkova e Kaun (2019, p. 5, tradução livre)⁴¹, a subversão é uma forma de resistência algorítmica e está ligada à apropriação das materialidades pelos sujeitos que utilizam os algoritmos de forma não pretendida originalmente pelos operadores, “direcionando, em última análise, políticas de atenção para outros objetos que os usuários podem considerar mais importantes para serem amplificados do que aqueles que foram calculados pelos algoritmos como merecedores de atenção”. Ou seja, as dinâmicas materiais e infraestruturais das plataformas estão sempre ligadas aos processos de apropriação dos sujeitos. São eles as peças fundamentais dos processos de comunicação, resistência e ação coletiva mediados pelas técnicas, dados, plataformas e algoritmos. Entretanto, cabe demarcar as limitações oferecidas aos sujeitos, que acabam tendo disponível para a sua

⁴¹ No original: “directing politics of attention toward other objects that users might consider more important to be amplified than those that have been calculated by algorithms as deserving attention” (Velkova e Kaun, 2019, p. 5).

atuação apenas aquilo que os designers e programadores permitem. Embora exista alguma liberdade de intervenção e apropriação, ela é restrita, cabendo aos sujeitos adotarem práticas subversivas e de resistência.

A colaboração, entretanto, é para nós uma forma de resistir às dominâncias da economia moral das plataformas e de organizar a luta estudantil também no território digital. A seguir, apresentamos um mapa para pensar os processos colaborativos mediados algoritmicamente que nos oferecem pistas em relação ao nosso objeto e às vozes que ecoam dos sujeitos que se organizam na cobertura colaborativa da UNE.

3. UM MAPA PARA PENSAR A COLABORAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Após a banca de qualificação, em maio de 2025, uma das principais inquietações que moveram este trabalho foi a busca por formas de elucidar e aprofundar os percursos teóricos e epistemológicos que fundamentam nossa compreensão sobre tecnologias. A palavra tecnicidades, importante para nós e, à época, presente até no próprio título provisório da dissertação, pouco aparecia no texto original e nas previsões de capítulos futuros propostos no sumário expandido. Essa falta de clareza, que, na verdade, era mais um medo de posicionamento, também ficou perceptível durante nossa apresentação e debate no grupo de trabalho “Materialidades digitais e práticas comunicacionais”, no 34º Encontro Anual da Compós⁴². Na ocasião, mais uma vez, nos trouxeram uma questão relevante: de que tecnologia estamos falando quando discutimos resistência, algoritmos, plataformas digitais e movimentos sociais? Quais são as lentes que nos guiam? E assim, após as pertinentes contribuições recebidas nesses dois espaços importantes para pensarmos e repensarmos os caminhos deste trabalho, reformulamos este capítulo a fim de fazer com que nele apareça mais do caminho que nos guiou até aqui: o mesmo caminho daqueles que acreditam nos usos sociais das mídias, das tecnologias e das plataformas digitais.

O capítulo “*Um mapa para pensar a colaboração nas plataformas digitais*” reforça a matriz teórica que orienta este trabalho: os Estudos Culturais e o campo das mediações (culturais, sociais, técnicas e algorítmicas). A partir dessa perspectiva, que explicita o lugar de fala, narrativa e resistência, a discussão sobre tecnologia é elevada para além de um elemento técnico, material e instrumental, sendo pensada a partir dos usos e apropriações dos sujeitos em seu cotidiano. Martín-Barbero (2006) defende que o lugar da cultura se transforma quando a tecnologia deixa de ser meramente técnica e passa a ser reconhecida também como linguagem e sensibilidade. Além disso, nesse cenário, a tecnologia também pode deslocalizar os saberes, levando-os a novos fluxos e territórios. O autor ainda destaca a importância de fugirmos do fatalismo tecnológico e a forma de fazê-lo é “mais do que nunca manter epistemológica e politicamente a estratégia tensão entre as mediações históricas que dão sentido e alcance social às mídias e ao papel de mediadores que eles estão realizando hoje” (*ibid.* p. 55). Nesse sentido, o autor explica que as tecnologias não são neutras, pelo contrário, são demarcadoras dos interesses econômicos e políticos como mediações sociais e conflitos

⁴² Apresentamos um trabalho exploratório, intitulado “Movimentos dataficcados e resistência estudantil: usos táticos das materialidades da colaboração mediada por algoritmos” (Resende e Winques, 2025), parte desta pesquisa de Mestrado.

simbólicos. Por isso, seguimos defendendo que elas sejam vistas também como um espaço de resistência ou, como complementa Martín-Barbero (*ibid.*, p. 70), que sejam enxergadas como “constitutivas de novos modos de construir opinião pública e das novas formas de cidadania, isto é, das novas condições em que se diz e se faz a política”.

É a partir disso que nos orientamos neste trabalho. Por meio das formas cotidianas de agência e resistência dos sujeitos que operam sentido às técnicas. Partimos da premissa de que a cobertura colaborativa emerge como uma tecnologia socialmente apropriada pelos sujeitos para a disputa de espaço narrativo nas plataformas digitais. Esse uso social, inicialmente proposto pela União Nacional dos Estudantes (UNE), só acontece de fato porque há a adesão dos estudantes colaboradores. Tal prática se configura, portanto, como uma tática de comunicação que transcende a técnica e o processo informacional, é também um processo relacional, social, cultural, de criação de vínculos, cidadão e participativo. Nesse processo, os estudantes podem se apropriar de seus próprios celulares para narrar e registrar seus pontos de vista. Winques (2024), ao analisar a sociedade atual envolta em plataformas, dados e algoritmos, comenta que, se de um lado há hiperexploração dos dados pelas gigantes tecnológicas, do outro coexistem dinâmicas de resistência nas dimensões populares e cotidianas.

Nas vias populares de enfrentamento e ação desdobram-se relações de cidadania, socialidade, interdependência, resistência, cooperação, reciprocidade e competição. Esses locais constituem hoje espaços de intersecção física, virtual, imaginária, identitária, produtiva, individual e coletiva; ao mesmo tempo que se inserem em diferentes narrativas e processos de temporalidades com diversas camadas de memórias (Winques, 2024. p. 20).

Nesse mesmo sentido, Brignol (2018) discute, em texto comemorativo ao legado de Martín-Barbero e aos 30 anos de lançamento da obra *Dos meios às mediações*, a relevância do autor para as perspectivas teórico-metodológicas no campo da comunicação. Em suas reflexões, que partem da observação das tecnicidades no contexto das migrações, a autora defende que, ao articularmos conceitos pensados por ele, devemos nos afastar das ideias deterministas de tecnologia que operam imposições e mudanças sem considerar a relação com as práticas sociais e culturais dos sujeitos. Assim, é importante considerar que, independentemente da existência de um objeto ou ferramenta, o que realmente permitirá sua integração no cotidiano são as maneiras pelas quais os indivíduos se apropriam deles. Dessa forma, a autora propõe que nos guiemos por um processo investigativo que observe as apropriações individuais e coletivas e que se coloque em oposição às ideias dominantes de

que não há nessa relação entre sujeito e tecnologia formas de agência e resistência. Além disso, ela nos lembra que os textos mais recentes de Martín-Barbero (2014; 2015):

Nos provocam também a pensar sobre a convergência tecnológica como ambiente e *ecosistema comunicativo*; a convergência digital implicando nas apropriações dos meios comunitários e na conformação de um espaço cultural ibero-americano; o papel das mídias nos modos de produção e circulação do conhecimento, nas escolas públicas, no espaço doméstico e no lugar de trabalho; a comunicação cidadã e os movimentos sociais urbanos, as audiovisuais e as hipertextualidades, entre outros tantos temas atuais e urgentes para pesquisadores da comunicação (Brignol, 2018, p. 121, grifos da autora).

Por isso, nosso ponto de partida para pensar as tecnologias está na esfera das mediações socioculturais – das históricas às contemporâneas. A dinâmica de percepção que observa os sujeitos e suas apropriações cotidianas nos guia para pensar a cobertura colaborativa da UNE e diversos outros processos comunicativos que perpassam tecnologia, cultura, cidadania e comunicação. Como defende Martín-Barbero (2014, p. 19), apesar de a revolução tecnológica agravar as desigualdades sociais pelo mundo, “ela também mobiliza a imaginação social das coletividades, potencializando suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva”. São essas lentes que nos guiam a pensar e imaginar as tecnologias junto à União Nacional dos Estudantes e seus colaboradores.

Abaixo, apresentamos o Mapa das Mediações Algorítmicas (Winques, 2024), nosso principal guia teórico-reflexivo para a compreensão do objeto de estudo e a condução desta pesquisa. Nele, a autora incorpora os algoritmos como mediadores culturais e infraestruturais e nos ajuda a refletir de forma crítica sobre comunicação, tecnologia e cultura a partir do cenário da plataformização. Em seguida, a partir do Mapa, introduzimos o Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa, que organiza nossas ideias, articula as referências teóricas, ilustra o nosso percurso de análise e apresenta as principais questões que serão desenvolvidas ao longo desta pesquisa. Aqui, pensamos na cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE, mas entendemos que outras práticas colaborativas acontecem cotidianamente nos movimentos sociais, articulando técnica, sensibilidade, conhecimento, cultura, imaginação e o Mapa pode ser uma ferramenta útil para pensar essas ações e, logo, o circuito pode inspirar novas aplicações.

3.1 DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS

No clássico *Dos meios às mediações*, lançado pela primeira vez em 1987, Martín-Barbero (2006) inaugura um pensamento que busca superar o poder dos meios e da produção e reconhecer o poder das mediações. Ou seja, dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos que vão da produção à recepção, e se encontram no lugar “entre” elas. Nessa perspectiva, não basta observar o que é produzido pela mídia e pelos meios de comunicação, mas devem ser analisadas as formas como os sujeitos recebem as mensagens e as (re)incorporam em seu cotidiano. A partir daí, a comunicação é vista pelo autor mais como uma questão de mediações do que de meios, um espaço de cultura onde operam processos de reconhecimento. O autor propõe, em um primeiro momento, três hipóteses de mediação que influenciam ou modificam a forma como os indivíduos assimilam os conteúdos midiáticos em seu cotidiano, são elas: 1) o ambiente familiar; 2) a temporalidade social; e 3) a competência cultural. É também nesta edição da obra que nasce o primeiro mapa noturno. Segundo Lopes (2018, p. 40-41), “o mapa noturno vai além da metáfora, e se traduz em um conceito que indica o horizonte no qual o autor procura ressituar os estudos da comunicação e dos meios a partir das matrizes culturais (o popular) nos espaços sociais (América Latina)”. Sem ignorar a metáfora, o mapa é um guia para pensar a comunicação e suas intersecções e, como menciona a autora, principalmente a partir do território latino-americano, suas particularidades e resistências.

Ao longo de sua trajetória, Martín-Barbero integra novas mediações e elabora quatro mapas noturnos (Lopes, 2018; Jacks e Schmitz, 2018; Winqes, 2024). Devido à complexidade teórica e epistêmica de cada um, não serão abordados em detalhes neste trabalho. Contudo, é fundamental destacar que esses mapas são ferramentas teórico-metodológicas significativas que impactaram e continuam a moldar os estudos sobre mediações e os usos sociais da mídia. São os mapas noturnos inspirações importantes para a criação do Mapa das Mediações Algorítmicas (MMA). Quando nomeamos o tópico de “*Dos meios às mediações algorítmicas*”, é para lembrar os processos históricos que antecedem a inserção dos algoritmos e das plataformas digitais como mediadores socioculturais. É necessário considerar os contextos históricos reprogramados, reconstruídos e reinterpretados ao longo do tempo e espaço para podermos (re)interpretar a contemporaneidade.

Orozco (1997) discute o poder da mídia e a centralidade dos meios de comunicação no cotidiano e argumenta que o motivo desse poder onipresente e central ser consolidado é a ausência de mediadores críticos capazes de equilibrar tal impacto, como a escola e o ambiente familiar, somada à carência de alternativas culturais e de lazer para a ocupação do tempo livre

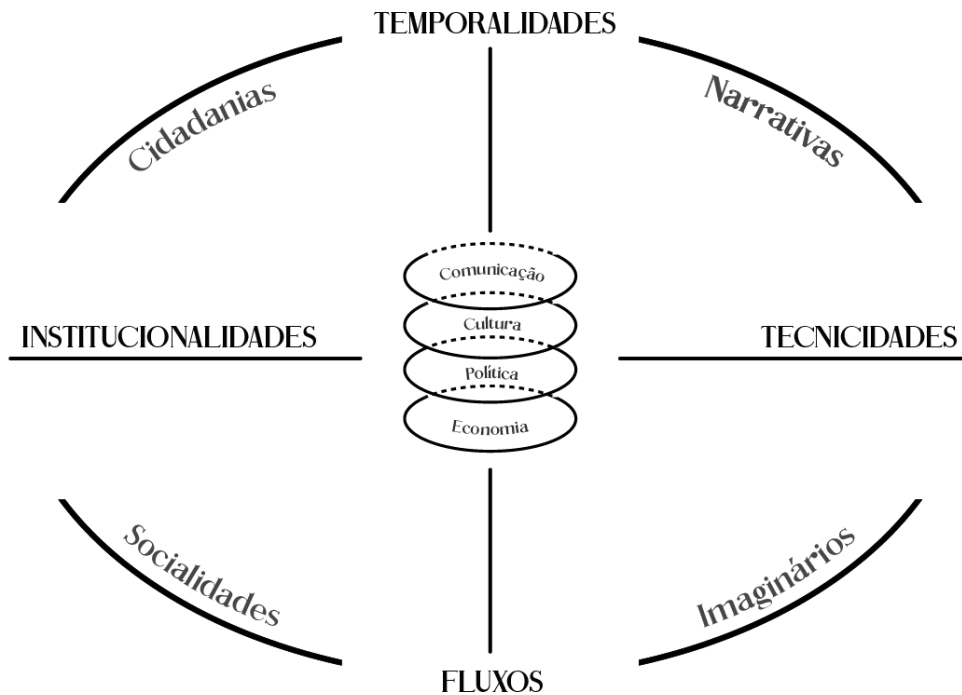
dos sujeitos. Assim, o autor destaca que, para considerar as mediações como ponto de partida, devemos alterar as questões que fazemos e o lugar de enunciação a partir do qual elas são formuladas, para compreender como elas inspiram as negociações de sentido, as apropriações e as utilizações que o público faz da mídia e de suas mensagens. Devemos nos perguntar, ele diz: “Como essas mediações se manifestam nos processos de recepção de certos segmentos do público? E como essas mediações moldam as negociações de significado, as apropriações e os usos que o público faz da mídia e de suas mensagens?” (*ibid.*, 1997, p. 29).

Retomando Martín-Barbero (2002, p. 21), as mediações se referem menos aos aparatos tecnológicos e ideológicos e mais às formas populares de resistência. Então, como resistem hoje, na sociedade de plataformas, os sujeitos? No capítulo anterior, discutimos o conceito de agência e resistência algorítmica, centrais para esta pesquisa, visto que enxergamos os sujeitos como partes importantes dos processos sociais hoje mediados pelas plataformas digitais. Aqui neste trabalho observamos o processo de cobertura colaborativa da UNE, cujo foco maior de reprodução está no Instagram, mas que também utiliza outras plataformas como WhatsApp, Telegram, Google Meet como suporte de suas ações. Ou seja, o processo colaborativo hoje é indissociável das mídias digitais e suas tecnologias, logo, por ele perpassam artefatos tecnológicos, algoritmos e dados. Por isso, Winkes (2024, p. 141) cria o Mapa das Mediações Algorítmicas que não visa ser uma substituição aos mapas noturnos de Martín-Barbero, mas trata-se de uma proposta que se inspira nos estudos clássicos latino-americanos para problematizar as tensões entre as materialidades dos algoritmos e suas dimensões simbólicas, entendendo os algoritmos como mediadores culturais e infraestruturais que “precisam ser enfrentados social, técnica e expressivamente”.

A autora defende que o conceito de mediações é útil para compreender as plataformas digitais como *artefatos de cultura*. O Mapa das Mediações Algorítmicas é “uma estrutura teórico-metodológica que possibilita enxergar as particularidades dos artefatos tecnológicos, plataformizados e algoritmos tanto quanto as especificidades dos processos de recepção, consumo, circulação, uso e apropriação que os envolvem” (*ibid.*, 2024, p.147). É, portanto, uma forma de ver a partir das lentes dos usos sociais das mídias e de, mesmo sem ignorar o poder da economia moral das plataformas (Bonini e Treré, 2024), acreditar também no poder de agência dos sujeitos. O Mapa, como pode ser visto na Figura 1, possui como mediações básicas: a) no eixo horizontal: institucionalidades e tecnicidades; e b) no eixo vertical: temporalidades e fluxos. Como submediações são apresentadas as socialidades, cidadanias, narrativas e os imaginários. Em seu centro se encontram a comunicação, cultura, política e economia. Cada um desses eixos será explorado em profundidade no próximo tópico, de

modo a contemplar o que entendemos como Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa.

Figura 1 - Mapas das Mediações Algorítmicas



Fonte: Winques (2024, p. 147).

Mas por que fazer deste mapa um guia? Quando Lopes (2018) apresenta o que considera como uma teoria da comunicação específica, composta por uma epistemologia, metodologia e conceitos próprios, a qual ela denomina de *teoria barberiana da comunicação*, propõe a observação da cartografia como método para promover novos parâmetros de representação do conhecimento. Martín-Barbero (2002) defende que a cartografia está em constante movimento na América Latina e, por meio dela, é possível ver cidades, circuitos, rotas, mas também os trabalhadores que as constroem, as redes de mercado, a política, a cultura e o social. Sobre a proposta de Martín-Barbero em relação às cartografias, Lopes (2018) aponta que a proposta do autor é repensar o local de enunciação, repensar o fazer científico, o contato com os sujeitos, a forma de ver o mundo:

A questão levantada pelo teórico é a de que é preciso pensar o lugar de enunciação, no caso, deslocar o eixo de análise dos pesquisadores latino-americanos, convocando-os a ver junto com as populações subalternas. Critica a dependência teórica dos estudos de comunicação latino-americanos a modelos hegemônicos, reprodução de teorias e enfoques que o autor considera “fora de lugar”, destituídos de sentido no universo ao qual se propõem inserir. Para o autor, os mapas e os sentidos produzidos por eles mudam na medida

em que se desloca o ponto de observação. Busca por um novo mapa da periferia global, estabelecendo novos sentidos de fronteiras para alcançar uma outra lógica cartográfica, não mais estabelecida pelas nações centrais, mas pelo reconhecimento da potência das práticas periféricas (Lopes, 2018, p. 42).

Não é à toa que neste trabalho não apresentamos a cartografia como método, mas sim como um guia teórico-reflexivo que orienta nossas escolhas teóricas, epistemológicas, metodológicas e práticas durante todo o trajeto de pesquisa. É um instrumento simbólico que nos permite justamente pensar o lugar da enunciação. Assim como responde Martín-Barbero (2002) quando questionado para quê servem os mapas, reafirmamos aqui que, quando escolhemos trazê-los ao trabalho, no nosso caso, o MMA, estamos evitando andar só, estamos nos guiando a partir dos que vieram antes e tecendo reflexões coletivas a partir de um cenário cada vez mais dominado pelas plataformas digitais e, que por isso, apresenta novos desafios e particularidades para os usos cotidianos das tecnologias. Dessa forma, “os mapas nos impediriam de trilhar nosso próprio caminho a pé, de nos aventurarmos a explorar e traçar novas rotas; eles nos poupariam do risco de nos perdermos, sem o qual não há possibilidade de nos descobrirmos” (*ibid.*, 2002, p. 11, tradução livre)⁴³.

E, por isso, ao considerarmos os algoritmos como mediadores dos processos sociais e elementos centrais para nossa análise, adotamos o MMA como um guia teórico-reflexivo ao longo desta pesquisa. Este não se configura como um método ou uma técnica, mas sim como um guia que orientou nossas escolhas e, principalmente, nos revelou caminhos para a análise de processos colaborativos perpassados por mediações algorítmicas. Esse guia nos permite traçar nossa própria rota, respeitando os caminhos já percorridos e evitando a solidão na jornada, resgatando o histórico e os sujeitos que já produziram significados a partir dos elementos que analisamos. A seguir, apresentamos o Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa, que elucida a maneira como nos apropriamos do Mapa das Mediações Algorítmicas para fundamentar esta pesquisa e de que forma cada uma das mediações e submediações é aqui observada.

3.2 NOVA ROTA: CIRCUITO DAS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO COLABORATIVA

Desde os primeiros passos da pesquisa, utilizamos o Mapa das Mediações Algorítmicas (MMA) como ponto de partida para observar o objeto, guiar as perguntas e organizar as inquietações iniciais. Contudo, durante o processo de orientação, em uma das

⁴³ No original: “los mapas nos impedirían hacer nuestro propio camino al andar, aventurarnos a explorar y trazar nuevos itinerarios, nos evitan el riesgo de perdernos sin el que no hay posibilidad de descubrir/nos.” (Martín-Barbero, 2002, p.11)

últimas reuniões que antecedeu a banca de qualificação, identificamos que os eixos, mediações e submediações conceituais trabalhados no MMA estavam sendo integralmente articulados pela investigação. Essa observação nos levou à sistematização do Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa. A partir dessa apropriação tática, o circuito passou a organizar as ideias, articular as referências teóricas, ilustrar o percurso de análise e apresentar as principais questões desenvolvidas ao longo desta pesquisa. Uma nova rota é inaugurada para pensar, observar e analisar a cobertura colaborativa a partir de oito dimensões ou mediações: temporalidades, cidadanias, institucionalidades, socialidades, fluxos, imaginários, tecnicidades e narrativas.

A colaboração sempre foi uma característica marcante das práticas dos movimentos sociais ao longo da história. No entanto, como a prática colaborativa se reconfigura nesse novo contexto, permeado por mediações algorítmicas? O circuito acaba nos servindo como um guia para expandir nossas reflexões sobre as transformações que a tecnologia e as plataformas digitais trazem para as práticas cotidianas dos sujeitos que atuam nas trincheiras da comunicação nos movimentos sociais. Mais do que simplesmente procurar respostas, nosso propósito é debater esses processos e, juntamente com esses indivíduos, refletir sobre o presente e o futuro da comunicação colaborativa, dos movimentos sociais, da cultura e da política, que, a cada dia, se depara com um cenário crescente de incorporação de plataformas, dados, algoritmos e ferramentas tecnológicas em suas rotinas diárias. Não por acaso, no centro do mapa se encontram as dimensões da comunicação, cultura, política e economia.

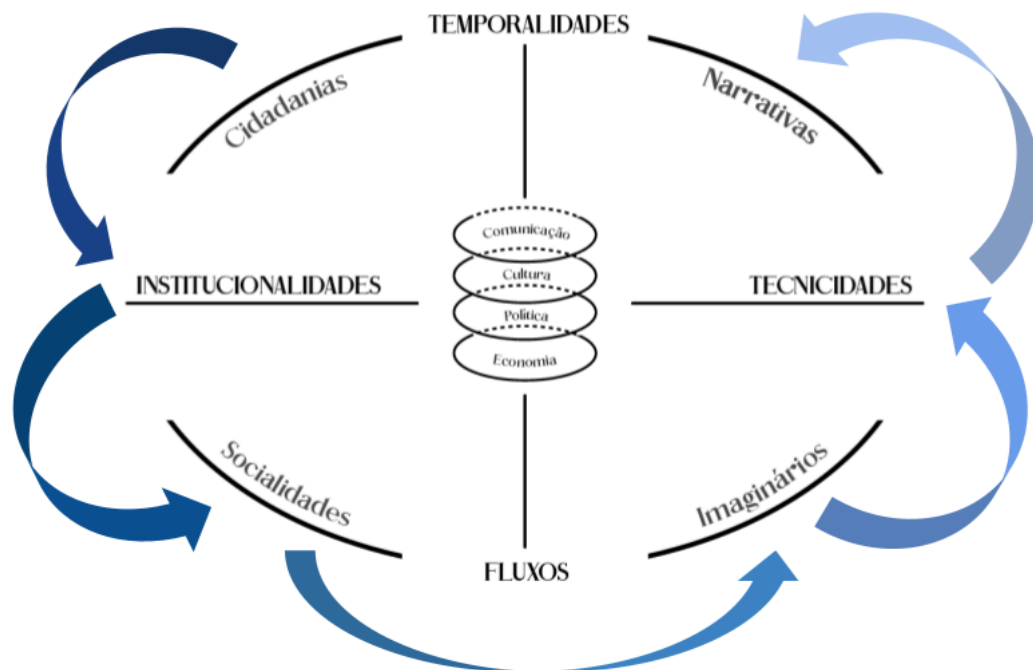
Acreditamos no poder da replicação e apropriação de modelos analíticos, teóricos e reflexivos, e foi por isso que o MMA foi adaptado para a nossa pesquisa. Embora o foco empírico agora seja a cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE, o modelo do Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa pode ser útil em futuras análises de outros contextos, como a cobertura colaborativa de atos e outros tipos de eventos, bem como na observação de diversas táticas e práticas colaborativas de outros movimentos.

Winques (2024, p. 208) argumenta que o MMA é um “convite para que as pesquisadoras e pesquisadores questionem a epistemologia da pesquisa em si, prestando atenção à construção de relações com comunidades e métodos que fortaleçam os sujeitos da pesquisa”. A autora argumenta que o mapa proposto deve ser entendido como um ponto de partida e não uma experimentação fechada. Ele obriga a escolha de métodos que observem os sujeitos a partir de seu contexto social, cultural, econômico, político e de outros marcadores identitários como raça, gênero e classe. “Independentemente da localização da mediação escolhida no Mapa [...] é preciso reconhecer que o sujeito ressignifica, ressimboliza, interpreta

e reinterpreta as mensagens, aceitando-as ou não.” (*ibid.*, 2024, p. 213).

Por isso ele é tão caro para esta pesquisa, que parte de uma perspectiva de enxergar as práticas comunicativas e colaborativas não puramente como técnicas, mas como processos sociais e culturais apropriados pelos sujeitos. Não haveria comunicação colaborativa sem estudantes dispostos a colaborar com o processo. A experiência de cobertura, por mais que coletiva e relacional, é também individual, única de cada um dos sujeitos participantes. A Figura 2 demonstra como estruturamos o Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa, focando na maneira como as mediações e submediações são percebidas.

Figura 2 - Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa a partir do Mapa das Mediações Algorítmicas



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O Circuito é uma adaptação do MMA e conta com a adição de setas que ilustram a rota de observação das práticas de comunicação colaborativa, dos usos táticos das tecnicidades e dos imaginários sociais dos sujeitos. A própria construção deste circuito constitui um ato de apropriação tática e representa uma escolha de pesquisa que busca estruturar e conduzir a investigação e as reflexões sobre a colaboração no contexto de plataformas, dados e algoritmos. Estruturalmente, o circuito é concebido de forma cíclica, iniciando-se nas temporalidades e retornando a elas. É importante ressaltar que parte das reflexões teóricas e analíticas construídas ao longo desta investigação já poderá se tornar

perceptível a partir da descrição a seguir, que demonstra como cada uma das mediações e submediações do MMA nos guiam e de que forma isso inspira nossas escolhas e análise. É um encontro entre teoria, prática e reflexão.

a) Temporalidades: resgatar o passado, narrar o presente e construir o futuro

As temporalidades, primeira mediação aqui observada e que marca o início do nosso circuito, demarcam noções de tempo e espaço. O tempo do acontecimento, que pode durar um instante ou se expandir por outros espaços, o tempo narrado, registrado e guardado para a construção de memórias. Ao analisar o impacto dos algoritmos nas ações coletivas e ativistas, Milan (2015) analisa a existência de uma expansão da temporalidade dos protestos a partir das mídias digitais, visto a não necessidade dos sujeitos coabitarem um mesmo espaço, em um mesmo momento, para participar de determinada ação. Entendemos que isso também pode ser observado no cenário da cobertura colaborativa, uma vez que a narrativa fotografada, gravada, captada durante o evento, no caso aqui observado, a 14ª Bienal da UNE, poderá ser reproduzida e repercutida em outros momentos e lugares a partir de sua publicação no Instagram e posteriores compartilhamentos. Ou seja, aquele momento captado dura mais do que só o momento vivido no “ao vivo”. E o que permite isso acontecer? A escolha tática da UNE em propor uma cobertura colaborativa e a apropriação tática dos estudantes colaboradores que entram no jogo e colaboram.

Nas entrevistas que realizamos com 8 estudantes colaboradores, que serão analisadas e apresentadas no Capítulo 6, veremos com mais detalhes essa questão. Ao olharmos para as temporalidades, traçamos algumas perguntas – mesmo que elas sejam mais um guia para a pesquisadora do que perguntas formais – sobre os processos colaborativos de comunicação e a percepção dos sujeitos sobre as plataformas digitais. De que forma a cobertura colaborativa contribui para a expansão do tempo e espaço do evento? Como as plataformas digitais organizam a temporalidade das ações? Quais são as percepções dos sujeitos sobre essas dimensões? Em nossa análise, é a observação das temporalidades – juntamente com os fluxos – que possibilita olharmos a dimensão de tempo e espaço durante a cobertura e os objetivos em relação às projeções de memória, visibilidade e futuro. Uma descoberta importante e que, mais adiante, vamos aprofundar, é a existência de um grupo na plataforma de mensagens instantâneas Telegram com registros de todas as coberturas colaborativas. Essa também parece ser uma apropriação tática das tecnologias pelos sujeitos e movimentos sociais que, ao virar histórico e memória, materializa a ideia de expansão temporal.

As plataformas de mídia social, como Facebook, Instagram, TikTok e X (antigo

Twitter), também são espaços que permitem essa expansão da temporalidade. Entretanto, são justamente as mediações algorítmicas que vão influir no alcance e nas subjetividades de acesso que cada sujeito usuário terá. Elas “não se concentram em uma temporalidade estável guiada por eventos universais, mas sim por uma pluralidade de indivíduos que (cor)respondem no seu próprio tempo a eventos singulares” (Winques, 2024, p. 196). Dessa forma, por mais que os registros da cobertura colaborativa sejam veiculados no Instagram, isso somente se concretiza em visibilidade e alcance pelos algoritmos das plataformas que nem sempre performam somente sob o critério do tempo, mas também o da relevância, o do investimento financeiro em anúncios, o do direcionamento de conteúdos. Ou seja, nem sempre a cobertura colaborativa receberá grande alcance e visibilidade, porém, de toda forma, o simples fato de ser publicado torna possível a expansão temporal e territorial do evento presencial para aqueles que não podem estar no local.

Coleman (2020, p. 1686, tradução livre)⁴⁴ discute o “agora” e os ritmos das temporalidades nas mídias digitais a partir de entrevistas semiestruturadas com 20 profissionais que trabalhavam com mídia digital em diversas áreas e parte de uma análise com foco na “interação constante entre tecnologias midiáticas, contextos sociais, culturais e organizacionais, e situações experienciais e corporificadas”. A autora observa as formas de percepção dos sujeitos sobre o tempo real a partir das mediações culturais e contextos sociais dos trabalhadores analisados. Em geral, o tempo é visto como acontecimento, imediato e contínuo, instantâneo e expansivo. São também visualizadas as formas de interação, cada vez mais instantâneas, a sensação de não se ter mais tempo fora das plataformas e aplicativos de conexão, o ritmo acelerado de consumo de conteúdos, praticamente impossível de acompanhar.

Assim, ao longo da análise, as temporalidades serão observadas por nós a partir das dimensões de organização de tempo e espaço a partir das ações e táticas de organização da UNE, enquanto proponente da cobertura colaborativa e, principalmente, das percepções dos sujeitos participantes, os estudantes colaboradores com quem conversamos nesta pesquisa. Como mencionamos anteriormente, no Circuito iniciamos nas temporalidades e retornamos a elas. É a ideia de “cobrir” um acontecimento que permite todo o processo de comunicação colaborativa. Retornamos a elas, pois entendemos que o objeto final da cobertura se transforma em memória e registro histórico. É o objetivo, início do caminho e ponto de chegada. Dessa forma, observamos o tempo presente, durante a cobertura, o resgate do

⁴⁴ No original: “constant interplay between media technologies, social, cultural and organisational contexts and experiential and embodied situations” (Coleman, 2020, p. 1686)

passado, a partir das apropriações táticas que permitem acesso ao histórico de coberturas antigas e o futuro, o pós-cobertura colaborativa repercutido nas plataformas digitais. Um espaço físico ampliado e reproduzido em outros espaços (Milan, 2015), criando, assim, novos fluxos de visibilidade.

b) Cidانياs: a construção de uma rede colaborativa

A cobertura colaborativa do acontecimento, no caso, a 14ª Bienal da UNE, é o que permite o processo de colaboração e, logo, a apropriação tática das tecnologias, a participação, a criação de vínculos sociais, as escolhas narrativas, o processo imaginativo, o encontro com formas de cidadania. Peruzzo (2018) revisita o histórico dos movimentos sociais e suas formas de se comunicar e nos lembra que o direito à comunicação, compreendido não só como o acesso à informação, mas também como a apropriação direta dos canais de comunicação e a democratização dos meios, é um direito social, coletivo, humano, cidadão e deve ser garantido não só às classes detentoras dos canais e meios de comunicação, mas também, e principalmente, às classes subalternas e aos sujeitos comuns. Ou seja, a comunicação deve ser um direito de todos e, logo, a disputa por espaços de comunicação trata-se de um processo de cidadania.

Os movimentos sociais sempre criaram táticas alternativas de comunicação para que suas narrativas pudessem ser contadas. Foi por meio de pequenos jornais, fanzines, alto-falantes, jornais murais, bicicletas e carros de som, grupos de teatro, vídeos, rádios comunitárias, canais comunitários de televisão, blogs e outros tipos de mídia contra-hegemônica que a história do ponto de vista popular foi narrada. Como destaca Peruzzo (2018), “é uma questão de satisfazer à necessidade de comunicar e, ao mesmo tempo, disputar o direito de acesso empoderativo às tecnologias de comunicação desenvolvidas, por princípio, para o benefício de toda a humanidade” (*ibid.*, 2018, p. 46). Mas, como sabemos, as tecnologias de comunicação nunca foram de fato para todos e, por isso, faz-se necessária a disputa.

Bonin (2019, p. 34) discute o conceito de cidadania a partir da visão de Jesús Martín-Barbero e destaca que, para ele, a comunicação é vista como uma *dimensão constitutiva do espaço público*, já que “o público constitui o espaço cidadão, articulando interesses comuns e promovendo a interação comunicativa. É cenário de circulação de interesses e discursos plurais, heterogêneos e deveria possibilitar o reconhecimento da diversidade de posições sociais”. A comunicação é, portanto, uma forma de enxergar o social, de se ver no mundo e também ser visto. Dessa forma, práticas de disputa comunicativa devem

ser consideradas práticas cidadãs, afinal, acontecem nesse espaço de articulação e circulação de sentidos.

Sabe-se que a expansão da internet resultou em esperança para os movimentos populares e cidadãos autônomos que viram, pela primeira vez, uma forma de participar e se comunicar que não dependesse, ao menos parecesse não depender, de processos de disputa e espaço. É fato que o avanço das mídias digitais, como já discutimos anteriormente, trouxe a possibilidade de os cidadãos se apropriarem de plataformas, dados e algoritmos para construir suas próprias narrativas e resistências, entretanto, diferente do que foi observado por Castells (2013), existem, sim, assimetrias de poder entre sujeitos usuários e os detentores de poder. A lógica agora é que, por mais que os cidadãos possam produzir e compartilhar seus próprios conteúdos narrativos, nem sempre o alcance será atingido, justamente por conta dos algoritmos que mediam esses processos de participação e cidadania digital. A comunicação autônoma, ou a autocomunicação de massa, proposta pelo autor, está longe de ser “livre de controle dos que detêm o poder institucional” (*ibid.*, p. 14). Entretanto, como destaca Winques (2024), olhar para a noção de cidadanias em interface com as tecnologias digitais pode ajudar a construir estratégias de emancipação, ocupação, demarcação e combate. Por isso, essa submediação é fundamental para nos inspirar a pensar as práticas e táticas de apropriação dos meios de comunicação pelos movimentos sociais e repensar os potenciais e limites das plataformas digitais para a atuação cidadã digital.

Nossa história é cheia de resistência por meio da comunicação como instrumento de luta e o que discutimos agora são as formas de cidadania mediadas por plataformas, dados e algoritmos. Aqui, as cidadanias são observadas a partir da investigação das plataformas digitais como espaços de participação e debate, considerando o papel das plataformas de mídia social como espaço de cidadania digital e a cobertura colaborativa como uma tática de ocupação dessas plataformas que perpassa pelo poder de participar, de se fazer visto, de ver os seus serem lembrados, captados, registrados. Além disso, elas nos ajudam a observar de que forma a participação na cobertura colaborativa se relaciona com a vontade de pertencer, ocupar, construir coletivamente, fazer parte de algo efetivamente. Enfim, aos valores de identidade coletiva tão presentes nos movimentos sociais. Como já dissemos neste capítulo, a cobertura colaborativa é uma tática da UNE apropriada pelos sujeitos colaboradores, sem eles não haveria colaboração. Essa submediação nos permite perceber as entrelinhas de um processo alternativo e colaborativo de comunicação que parece se ater mais aos aspectos de mobilização, participação e cidadania que aos elementos técnicos necessários para a construção de um conteúdo comunicacional.

c) Institucionalidades: as regras que ditam o jogo

No circuito, em sequência às cidadanias, observamos as institucionalidades. São elas que nos permitem tomar as instituições como elementos culturais, sociais e políticos capazes de mediar processos de comunicação e colaboração. A UNE é a principal instituição aqui observada. Ela, como organização máxima de representação dos estudantes universitários brasileiros, possui suas marcas, sua história, seus estatutos e regimentos, sua forma de organizar e mobilizar, seus elos. Dentro dela também existem outras organizações que, por muitas vezes, estarão juntas e em outras poderão estar em lados opostos, principalmente nos momentos de disputa. A cobertura colaborativa só acontece porque a UNE criou (ou se apropriou) da tática de comunicação colaborativa e também porque a organização é capaz de mobilizar os sujeitos colaboradores a também se apropriarem dela e fazerem parte do processo colaborativo de comunicação. Para nossa análise, as institucionalidades nos guiam nas seguintes perguntas: como os sujeitos se relacionam com a UNE, com os movimentos sociais, organizações e entidades estudantis que fazem parte e com as plataformas digitais em seu cotidiano? De que forma percebem as regras impostas, como aceitam ou não, como negociam e reconfiguram? De que forma as instituições são mediadoras dos processos de pertencimento, participação e comunicação nas práticas colaborativas?

Cabe ainda destacarmos o papel das plataformas digitais como elementos institucionais, que possuem suas próprias regras e políticas de governança e, dessa forma, controlam muitas vezes as regras do jogo, como a visibilidade, a entrega de determinado conteúdo, o alcance, a censura de determinadas palavras. São as políticas de governança e a economia moral das plataformas, já discutidas neste trabalho no capítulo anterior, que comandam as diretrizes de atuação no ambiente digital. Mesmo que, para nós, o poder dos sujeitos deva ser reconhecido e considerado, é impossível ignorar o poder das plataformas digitais como instituições que orientam as práticas – mesmo as subversivas. Dessa forma, elas também interferem nas práticas colaborativas de comunicação. Winkes (2024, p. 160-161) destaca que as plataformas digitais, como instituições mediadoras, “oferecem aos indivíduos formas de manifestação, diálogo, construção de posições e ações, além de novas formas de interação [...] embora, ao mesmo tempo, limitem visibilidade, interrompam seus fluxos circulatórios, explorem seus dados para fins econômicos”.

As plataformas digitais transcendem a função de meras ferramentas comunicacionais para se estabelecerem como verdadeiros espaços institucionais. Ao operarem sob uma lógica de governança privada, essas estruturas ditam normas de visibilidade e comportamento que,

por muitas vezes, entram inclusive em embate com as próprias legislações nacionais, exercendo um poder que interfere diretamente na dinâmica de outras instituições. Durante a observação participante e também a etapa de entrevistas, percebemos que há no imaginário dos sujeitos essa percepção sobre o impacto das plataformas digitais como instituições, inclusive quando, por exemplo, pautam a importância da regulamentação das plataformas como uma das principais saídas para alguns dos problemas digitais, como a desinformação, a falta de privacidade, a violência política, dentre outros. Esses temas serão discutidos em profundidade nos próximos capítulos.

O fenômeno recente que ficou popularmente conhecido como “efeito Felca” ilustra essa interferência prática: ao mobilizar massas, totalmente por meio das plataformas digitais, a princípio, por meio da veiculação de um vídeo em seu canal no YouTube⁴⁵, o influenciador Felca colocou em evidência o tema da adultização e denunciou a forma como plataformas e empresários lucram com a exposição, exploração e sexualização de menores de idade, principalmente no ambiente digital. Nesse caso, um único ator social, cabe destacar sua relevância em termos de trabalho de influência, conseguiu pautar o Ministério Público, órgãos reguladores, cidadãos autônomos que se mobilizaram em seus perfis digitais e a grande mídia para dar destaque a um problema antes ignorado por toda a sociedade. Nesse cenário, a institucionalidade da plataforma manifesta-se no fato de que o julgamento público digital e a pressão algorítmica muitas vezes precedem e forçam a ação das instâncias legais tradicionais, invertendo o fluxo convencional de vigilância social. Só a mobilização digital não basta, mas ela funciona como um motor para intervenções em outros âmbitos institucionais. Observar as plataformas como instituições nos permite, ao longo da pesquisa, questionar de que forma os sujeitos as imaginam e percebem os seus poderes e limitações para a atuação dos movimentos sociais.

Portanto, aqui nesta pesquisa olhamos as institucionalidades a partir da UNE e as instituições que a cercam, inclusive as plataformas digitais. As institucionalidades são pensadas a partir de dois eixos: a instituição do movimento estudantil brasileiro, União Nacional dos Estudantes (UNE), e a materialização das plataformas digitais como instituições, que possuem suas próprias regras, política de governança, capital econômico e social, as quais são também meio por onde acontecem os processos comunicacionais. No circuito, elas entrelaçam as cidadanias e possibilitam as socialidades, são espaços para a criação de vínculos e o reconhecimento de adversários (Milan, 2024).

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGL1LE>. Acesso em: 29 de dez. de 2025.

d) Socialidades: fios que tecem a rede

Winques (2024), inspirada no legado dos estudos culturais, pontua que a atuação das instituições auxilia na formação das relações cotidianas e dos laços sociais e nos modos em que os sujeitos desenvolvem sua participação política e performam suas identidades. Por isso, a autora defende as submediações socialidades e cidadanias conectadas às institucionalidades. Para nós, isso de fato faz muito sentido para pensar o circuito em que viemos acompanhando o acontecimento das práticas colaborativas de comunicação. Entendemos que a ideia de prática de cidadania, possibilitada pela formação de uma conexão com uma (ou mais) instituições, é marcada por diversos vínculos sociais criados e reencontrados por meio dos processos de identificação, do desejo por colaborar, do encontro com o outro e, até mesmo, do encontro consigo, suas memórias e seus ideais. As socialidades são os modos e usos sociais e coletivos da comunicação, elas “conectam tradições culturais com as formas como os sujeitos se relacionam com os meios” (Winques, 2024, p. 154). Ou seja, a própria cobertura colaborativa é uma forma de socialidade.

Quando acionamos essa submediação, buscamos observar os vínculos formados por meio da relação dos sujeitos colaboradores entre si, com a UNE e até mesmo com as tecnologias em seu cotidiano. As socialidades cotidianas “são ancoradas em fortes movimentos identitários que buscam relacionamento, reconhecimento, criação de comunidades engajadas e emancipação por meio de suas práticas de resistência e visibilidade a partir de sistemas tecnológicos” (Winques, 2023, p. 156-157). Acreditamos que as socialidades podem ser entendidas e analisadas sob o viés da não passividade do sujeito – como já discutimos no capítulo anterior – por meio do conceito de agência algorítmica. Aqui, elas são fundamentais para nos fazer questionar os pontos positivos e negativos da cobertura colaborativa na avaliação dos sujeitos, a forma como as relações se constituem nesse espaço e, principalmente, como o espaço da comunicação deixa de ser um espaço de produção de conteúdo e passa a ser um espaço de encontro, afeto, participação, mobilização e cidadania.

Por meio da participação ativa na cobertura colaborativa da UNE e da apropriação tática das plataformas digitais para práticas sociais, as socialidades são acionadas pelos sujeitos. Elas representam o encontro social, as trocas, os vínculos, a escolha pelo processo colaborativo e coletivo, as relações constituídas que podem acabar naquele momento ou durar um pouco mais e ir se transformando em continuidade e quiçá em um projeto, algo para além da tática, uma estratégia de atuação e comunicação. Elas nos guiam a pensar esse afeto, esse lugar de encontro, a comunicação para além da técnica, a cobertura colaborativa como espaço de reencontro consigo, com as raízes e sonhos.

e) Fluxos: das ruas às redes

A dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos é marcada pela circularidade dos fluxos entre as ruas e as redes. O que vemos na atualidade são fluxos de legitimação com novos participantes e que, cada vez mais, expandem os espaços de debate e alteram a complexa relação entre sociedade civil, Estado e esfera pública (Fontes, 2013). Os espaços de debate são marcados por conexão em rede e mediados pelos algoritmos e dados. Para Canclini (1997), a mobilização social fragmenta-se em processos cada vez mais difíceis de totalizar, requerendo uma reorganização do espaço público, o que, por vezes, amplia as dimensões híbridas do habitar. Dessa forma, divididos entre território e digital, local e global, os movimentos vão se constituindo de forma cada vez mais híbrida e ubíqua. Aqui neste trabalho, observamos como essa transição de fluxos, cada vez mais ubíquos, ocorre a partir da avaliação dos próprios sujeitos sobre as transformações na organização das ações coletivas mediadas por plataformas.

Percebemos, ao decorrer desse processo, que a internet deixa de ser apenas um suporte para se tornar a articuladora da própria cobertura colaborativa, como demonstram os relatos que serão apresentados a seguir. É por meio das plataformas digitais que boa parte dos sujeitos participantes ficou sabendo da cobertura, se inscreveu e até mesmo participou. Em relação à espacialidade, quando a salinha da cobertura colaborativa não funcionou nos primeiros dias de evento, foram os grupos digitais no WhatsApp e Telegram que garantiram a articulação e a organização da comunicação colaborativa. Assim, a cobertura comunicacional, embora foque na presença física e pessoal, materializa-se principalmente por meio dos fluxos digitais. Dessa forma, os fluxos nos inspiram a pensar as formas, locais e tempos de atuação e do acontecimento, a forma como as pessoas se apropriam das possibilidades do digital para construir novos sentidos mesmo à distância e o impacto das tecnologias e dos novos fluxos de acesso, comunicação e participação para a prática ativista. Como ficam as ruas quando o foco passa a ser a ocupação das redes?

Essa realidade remete ao conceito de múltipla espacialidade proposto por Martín-Barbero (2018), que compreende o espaço como algo habitado, produzido, imaginado e praticado. Para o autor, a espacialidade constitui-se como um local de disputas e contradições e, com novos fluxos, expandem-se também os espaços de atuação dos sujeitos. Como destaca Winques (2024, p. 206), existe uma multiplicidade de espaços a serem habitados na atualidade e que se entrelaçam, se cruzam, colidem entre si. “Analisar eventos e processos sociais e políticos em termos de suas espacialidades não significará enquadrá-los em

um único território [...] é possível habitar uma multiplicidade de outros espaços e formar coletividades e identidades por meio de diferentes fluxos comunicacionais”. Demarcados aqui pela dimensão híbrida do habitar da prática colaborativa de comunicação da UNE, dividida entre os acontecimentos, encontros e afetações entre o espaço físico geolocalizado (offline) e as vivências experimentadas no evento juntamente com o fluxo digital, materializado pela ocupação simbólica das plataformas de mídia social (online). Os fluxos nos ajudam a perceber os espaços habitados e imaginados pelos sujeitos, de que forma eles são ocupados e como são percebidos e avaliados em relação à cobertura colaborativa e às transformações das práticas dos movimentos sociais no cenário das plataformas digitais.

f) Imaginários: sociais, resistentes, algorítmicos

Quando dizemos que o circuito foi nosso guia nas escolhas feitas ao longo de toda a pesquisa, temos aquelas de menor e maior importância para o resultado final do trabalho. Pensar os imaginários nos fez definir as principais escolhas metodológicas e, principalmente, nos possibilitou olhar para as entrevistas em profundidade como um espaço coletivo de percepções e imaginários. Recordamos que, em algum momento do processo de orientação, pouco antes da marcação das primeiras entrevistas, quando fazíamos uma espécie de teste das perguntas que elencamos como as principais, houve um questionamento relacionado ao limite em que nossas perguntas deveriam adentrar. Havia, de certa forma, um medo de que as próprias perguntas levassem os entrevistados a respostas óbvias ou que os induzissem a responder aquilo que talvez já tomássemos como certeza, sem saber se de fato fazia parte do contexto social deles. Assim, preferimos perguntas que nos deixassem um pouco mais “na superfície”, que não nos trouxessem respostas tão diretas e que dessem margem para nossa interpretação. No final das contas, cabe à pesquisadora (e ao pesquisador) e à pesquisa em si ter uma sensibilidade para as respostas e se dedicar a análises que possam perceber as sutilezas dos imaginários sociais, algorítmicos e de resistência presentes no material obtido.

Uma escolha, por exemplo, foi de não citar a nenhum momento a palavra algoritmos e, assim, interpretar o imaginário algorítmico (Bucher, 2017; Winqes, 2022) dos sujeitos apenas se a expressão fizesse parte do repertório dos entrevistados e aparecesse ao longo da nossa conversa. Como veremos mais adiante, isso nos possibilitou surpresas sobre as formas como cada sujeito colaborador imagina e interpreta de forma única, a partir de seu contexto cultural e de suas experiências, a cobertura colaborativa, as plataformas digitais como espaço de atuação para os movimentos sociais e os algoritmos como mediadores dos processos atuais. Aqui, os imaginários nos guiam a partir da observação de como eles representam

futuros alternativos, conectam passado, presente e futuro, permitem ou restringem ações e naturalizam formas de pensar sobre possibilidades de mundos (Winques, 2024). Ou seja, como os sujeitos criam significados a partir de suas práticas cotidianas e transformam seus imaginários em prática, produção, atuação, sentido.

Apesar de fazerem parte da nossa abordagem, nesta pesquisa vamos além dos imaginários algoritmos quando observamos essa submediação no circuito. Mais do que isso, queremos entender o que leva os estudantes a colaborarem, o que faz com que eles transformem vontade em prática e procurem meios técnicos para apropriação, tática e criação de suas narrativas. São os modos como eles imaginam as práticas colaborativas, como avaliam suas práticas e o andamento dos trabalhos, como avaliam a própria UNE e a dinâmica de organização da cobertura colaborativa, como fazem a crítica e autocritica sobre os modos de atuação dos movimentos na atualidade sabendo que, se de um lado as plataformas se apresentam como terreno fértil para atuação dos movimentos sociais, por outro, elas também provocam o esvaziamento dos espaços físicos. Tudo isso perpassa pelas formas como, a partir de sua realidade, cada um dos sujeitos imagina os processos dos quais participa. É também esse olhar atento aos imaginários que nos permite enxergar a forma como os sujeitos imaginam os territórios algorítmicos como espaço de atuação, não é à toa que os fluxos estão ligados aos imaginários no circuito.

Observamos então os imaginários de luta, de resistência, de possibilidades de exercer sua cidadania e de colaborar com a organização com a qual os estudantes se identificam. Imaginários que levam aos usos táticos e estratégicos dos algoritmos como repertório de luta e aos usos sociais da tecnologia. Winques (2024, p. 192) defende que os algoritmos precisam ser vistos pela perspectiva das mediações, “através de uma abordagem que não deixe de considerar o poder político e econômico que se revela por meio de códigos que conduzem experiências e interações, signos, símbolos e imaginários”. Além disso, nesta pesquisa, os imaginários são também demarcados pelos imaginários que os sujeitos têm em relação às potencialidades e fraquezas das plataformas, com foco no Instagram, como espaço de partilha de suas narrativas e em relação aos algoritmos como mediadores das dinâmicas digitais. Dessa forma, eles nos possibilitam desbravar a “caixa preta” e as entrelinhas das plataformas digitais a partir da potência imaginativa dos sujeitos.

g) Tecnicidades: fio condutor da apropriação tática

Como mencionamos no início do capítulo, talvez esta seja a mediação para a qual nosso olhar mais se ateu desde o início da pesquisa, foi ela o fio condutor não só da

apropriação tática dos estudantes colaboradores, como também o nosso fio, que direcionou nossas principais perguntas e escolhas ao longo de todo o processo. Tecnicidade que, para Martín-Barbero, não está relacionada à “ideia de mero aparato tecnológico, mas à competência na linguagem, às materialidades no discurso que remetem à constituição de gramáticas que dão origem a formatos e produtos midiáticos. A tecnicidade não é da ordem do instrumento, mas da ordem dos saberes, da constituição de práticas produtoras de inovações discursivas, dos modos de percepção social” (Lopes, 2018, p. 57-58). Ou seja, são elas que nos permitem observar os usos sociais das tecnologias e, mais que isso, de que forma a cobertura colaborativa pode ser compreendida por si só como uma tecnologia popular⁴⁶.

Pensar o uso e apropriação tática das tecnologias e aparatos tecnológicos, como smartphone, câmeras fotográficas, aplicativos, plataformas digitais e até mesmo a conexão via internet, pelos sujeitos, é a base para pensar a cobertura colaborativa que, como bem mostra e articula o circuito, acontece por meio do contato dos sujeitos com as possibilidades de intervenção e participação direta na forma de comunicar, aqui observado um evento, mas também explorado em outros momentos, em atos políticos, manifestações, coberturas específicas de ações locais, dentre outras possibilidades. Como destaca Winkes (2024), quando as tecnicidades são observadas a partir das mediações algorítmicas, possibilita-se mapear “os modos pelos quais as narrativas ganham sentido e significado quando são filtradas, conduzidas, construídas e imaginadas por e a partir desse artefato comunicacional”.

Talvez essa seja uma das mediações que mais nos respaldam a questionar o que os sujeitos fazem com as tecnologias, como imaginam sua atuação no digital, como sentem (e se sentem) o impacto dos algoritmos em relação às mobilizações e aos movimentos sociais. Winkes (2024) pontua que, apesar de não ser possível encontrar a dimensão exata da tecnicidade e suas conexões com as narrativas e os imaginários, existe a possibilidade de traçarmos rotas que nos permitam mapear as lógicas criadas a partir das mediações algorítmicas. É por isso que fizemos a escolha tática de aprofundar nesta pesquisa assuntos relacionados ao contexto dos sujeitos participantes em relação às plataformas digitais como território de atuação dos movimentos sociais. Não era, a princípio, o elemento central da nossa pesquisa, mas foi fundamental para compreendermos como os sujeitos observam e analisam plataformas, dados e algoritmos a partir de seus contextos sociais e culturais e, de que forma, isso se relaciona com seu vínculo com a UNE, com a comunicação popular e com

⁴⁶ Nos capítulos seguintes, poderemos entender os motivos que nos levam a nomear o processo de cobertura colaborativa como uma tecnologia. Essa expressão não veio de nós e, sim, da fala de sujeitos participantes, da escuta ativa em nossa observação participante, como veremos mais à frente.

a cobertura colaborativa.

Centrais neste trabalho, as tecnicidades nos possibilitam apresentar um olhar sociotécnico das tecnologias, plataformas, dados e algoritmos, com foco na apropriação que os sujeitos fazem das materialidades disponíveis a partir de seu repertório cultural, social e econômico. Não é à toa que o eixo se concentra entre os imaginários e as narrativas, entre o que é imaginado e depois performado, o que é pensado de forma tática e depois construído, registrado. O que, por muitas vezes, é até mesmo ressignificado no meio do caminho. As tecnicidades são as materialidades, os meios onde o sensível e o coletivo se encontram para construir comunicação colaborativa, ou, como diz o título, o fio condutor das práticas colaborativas de comunicação nos movimentos sociais.

h) Narrativas: ocupar o território e escrever novas histórias

São as narrativas a última submediação observada. Entendemos que são elas que materializam a cobertura colaborativa, que evidenciam a prática comunitária de comunicação colaborativa nos movimentos sociais. Rincon (2013) defende ser possível pensarmos narrativas colaborativas e ativistas que repensem o espaço intermediário entre a estética dominante e a de resistência, entre as narrativas do eu e do outro, como um espaço onde novas formas de cidadania, ação política e intervenção cultural se manifestam. Martín-Barbero e Berkin (2017) relatam, a partir de suas experiências de pesquisa, a importância que a narrativa tem para os sujeitos em sua prática cotidiana. As pessoas aprendem mais sobre si falando sobre o que vivenciam ou sobre aquilo que assistiram na televisão, por exemplo, na telenovela, do que propriamente consumindo o produto televisivo. Por isso, ela é relacional, formada coletivamente, no encontro com o outro, com o passado e o futuro.

No caso deste estudo, observamos as narrativas sob duas perspectivas: aquela produzida pelos sujeitos colaboradores nas fotos, vídeos, textos e entrevistas e também aquela imaginada por eles, os relatos, as vontades, as expectativas. Ou seja, observamos o que produzem a partir da apropriação tática da tecnologia, os produtos comunicacionais advindos da prática colaborativa, mas também os motivos que os levam a tal prática, o que narram sobre o processo, sobre as dificuldades, as incertezas, as frustrações, aquilo imaginado, apropriado, mas que talvez não tenha virado oficialmente produto. Outro elemento que entra em análise aqui é a visibilidade – ou o imaginário ligado a ela. De que forma a narrativa é construída também para se fazer ser visto ou lembrado? Ou para que os seus possam ser reconhecidos? É nesse sentido que ela nos guia. Pensar a narrativa, aqui observando a cobertura colaborativa e as práticas colaborativas de comunicação, perpassa também por

tentar compreender de que forma essa narrativa é construída como tática de agência e resistência algorítmica, um registro histórico do tempo, expansão de fluxos, cidadania e participação. Sem a escolha tática pela participação direta dos sujeitos participantes na narrativa, não seria possível pensar em nenhum dos outros elementos já discutidos aqui. Na nova dinâmica das redes, os sujeitos e até mesmo os próprios algoritmos que organizam os aspectos relacionados a essa visibilidade também se tornam os próprios produtores de conteúdo comunicacional. Assim, “todos os atores envolvidos nos sistemas políticos e culturais passaram a construir narrativas, disputar sentidos e confrontar discursos” (Winques, 2024, p. 171).

Na pesquisa, olhar para a narrativa é uma tentativa de compreender como se materializam as práticas colaborativas de comunicação, o que há por trás dessa prática. Como mencionado por Rincón (2013), como são reconfiguradas as formas de cidadania, as novas narrativas e as estéticas a partir do ativismo e da colaboração? É por meio da observação delas, inclusive, que podemos avaliar se de fato a participação se faz mais importante que a técnica. Assim, voltamos ao início do circuito: resgatar o passado, narrar o presente e construir o futuro. O conteúdo produzido na cobertura colaborativa da UNE e reproduzido por meio dos perfis da organização no Instagram parte da escolha pela colaboração e perpassa pela construção de narrativas próprias – muitas vezes com foco nos anseios individuais, muitas vezes com foco no coletivo. Também podemos analisar aqui a escolha pelos suportes (foto, vídeo, escrita) e como isso constrói o coletivo da cobertura colaborativa da UNE. Por fim, como já dito, entendemos que o circuito se finda nas temporalidades, visto que as narrativas construídas por meio da cobertura colaborativa viram registros históricos e memórias de um tempo. Quando, quase um ano após a 14ª Bienal da UNE, acessamos a página do Instagram para rever o conteúdo veiculado por lá, é prova disso. A cobertura colaborativa vira registro do tempo, memória guardada, que pode ser resgatada a qualquer momento, a depender, é claro, da disponibilidade de acesso à plataforma. No fim, as narrativas acabam diretamente atreladas a outras condições que não apenas a vontade do sujeito de resgatá-las, como o acesso à internet e até mesmo a manutenção da plataforma digital como um banco de dados, visto que, se em algum momento ela sai do ar, ou decide apagar determinada conta, por exemplo, tudo narrado ali deixa de existir.

A seguir, no próximo capítulo, apresentamos nosso percurso metodológico e nosso encontro com o objeto e, assim, passa a fazer sentido a escolha do circuito como um guia teórico-reflexivo. Muitas das marcas discutidas aqui poderão ser vistas ao longo dos próximos capítulos, as inquietações que se materializaram em perguntas, as anotações de campo que já

vieram com destaques para as palavras-chave aqui discutidas. O Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa, como prática de pesquisa, se transforma no nosso próprio mapa e nos guia no caminho pelas descobertas sobre comunicação, colaboração, mobilização e usos sociais das tecnologias pelos movimentos sociais no Brasil.

4. PRIMEIRAS PISTAS: O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E O ENCONTRO COM O OBJETO

No capítulo anterior, explicamos sobre o processo teórico-reflexivo que guiou nossas escolhas de pesquisa e, agora, adentramos mais no encontro entre teoria, método, objeto e campo. Aqui esmiuçamos como as principais escolhas de pesquisa foram construindo nossa empiria, como a abordagem e o desenho metodológico foram desenhados, a fim de que se façam entender as técnicas e métodos de coleta e análise que orientam nosso trabalho. É também aqui que apresentamos algumas considerações sobre a União Nacional dos Estudantes, nosso objeto de estudo, entidade máxima de representação dos estudantes universitários no Brasil. Nos dedicamos a narrar brevemente seu passado histórico que constrói significados, reconhecimentos, identidades, pertencimento, participação, socialidade, além de também resgatar questões do tempo presente.

Como já apresentado no Capítulo 3, a *primeira escolha* que orientou nossa pesquisa foi a da apropriação tática do Mapa das Mediações Algorítmicas como um guia, posicionando nosso olhar a partir dos Estudos Culturais e dos usos sociais das mídias. É a partir desta primeira escolha epistemológica que todas as outras surgiram. A *segunda escolha* foi trabalhar com a etnografia como uma abordagem e, a partir dela, traçar nosso percurso metodológico. Guber (2001) argumenta que adotar a etnografia como uma abordagem é escolher uma concepção e prática de conhecimento que busca compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos e atores sociais. As técnicas e métodos de pesquisa, que serão discutidos abaixo, foram, portanto, orientados pelo olhar etnográfico.

Não só entender os fenômenos sociais por meio da visão dos sujeitos, é necessário que a pesquisa também seja devolvida a eles. Ela não pode ficar presa aos muros da universidade e deve ser significada também para aqueles que colaboraram direta ou indiretamente com ela. Diniz (2024, p.186) propõe que, durante a escrita do texto acadêmico, em especial a de dissertações e teses, tenhamos um cuidado especial com o tom e a linguagem que empregamos. Ela nos lembra que “não escrevemos ou fazemos pesquisa apenas para a banca de avaliação ou para nossas colegas da comunidade acadêmica – escrevemos para muitas pessoas, sobretudo para aquelas mais impactadas pela questão que investigamos”. Assim, esta foi nossa *terceira escolha* de pesquisa. Tentar, dentro do possível e do que é permitido pelas normas acadêmicas, fazer com que a leitura deste trabalho possa fazer sentido para aqueles que participaram dele ou que de alguma forma ainda participam ou vão participar de processos observados aqui. Antes mesmo de ir a campo, antes mesmo de formularmos nossas

perguntas de pesquisa, tentávamos pensar a partir desse lugar. Se é para tentar fazer algo coletivo, que seja do início ao fim.

A *quarta escolha*, que vai ao encontro a essa ideia de coletividade e de respeito aos sujeitos que esbarramos pelo caminho da pesquisa, vem justamente de olhar para o lugar de onde falamos, alçar descolamentos de olhares, tentar ver por meio da visão dos que conversam conosco, mas, mais do que isso, tentar ver junto com eles, como nos inspiram Martín-Barbero e Berkin (2017, p. 138, tradução livre)⁴⁷. Segundo os autores, a experiência de ver com os outros, em uma visão compartilhada e o mais próximo da horizontalidade, se constrói e é validada “pela evidência do conflito gerado e da transição para o outro lado, pelas demonstrações de igualdade discursiva, pelo processo de autonomia do próprio olhar e, finalmente, pela autoria de novos conhecimentos construídos em conjunto com os outros”. Assim, buscamos neste trabalho um posicionamento em campo que se aproxime a essa visão e que, em total diálogo com a abordagem escolhida por nós, respeite a voz e a visão dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, ainda que nossa análise seja construída em um diálogo entre tudo o que foi observado e absorvido durante a experiência de campo que, certamente, durou bem mais do que os quatro dias de observação participante na 14ª Bienal.

Por fim, nossa *quinta escolha*, que dialoga com todas as outras, foi não ignorar o nosso encontro com o objeto que, como citado na Introdução, vem de outros tempos, de luta, militância e de pertencimento. Ter sido parte da rede do movimento estudantil universitário, ter também colaborado com a UNE e participado da comunicação colaborativa faz com que agora tenhamos ainda mais coragem de remontar essa história investigando, junto aos sujeitos colaboradores dos tempos de hoje, as entrelinhas da colaboração, dos usos táticos da mídia pelos estudantes brasileiros, dos imaginários sobre as plataformas como território de atuação dos movimentos sociais, das formas de resistência que emergem também entre dados e algoritmos, da crítica em avaliar os rumos e o que deu certo ou errado no enlace entre movimentos sociais e plataformização. Ignorar o que nos trouxe até aqui seria ir contra todas as outras escolhas realizadas até o momento, afinal, essa visão enquanto participante também construiu a base deste trabalho. E o campo, frutífero que é, transformou nossas certezas e algumas das premissas que tínhamos foram completamente refutadas. Abaixo apresentamos como essas escolhas aqui apresentadas conduziram nossas escolhas pelas técnicas e métodos de pesquisa: observação participante, questionário e entrevistas em profundidade.

⁴⁷ No original: “pela evidência do conflito gerado e da transição para o outro lado, com exemplos de igualdade discursiva, do processo de autonomia da própria perspectiva e, finalmente, com a autoria de novos conhecimentos construídos com os outros.” (Martín-Barbero e Berkin, 2017, p. 138)

4.1 NOSSAS ESCOLHAS: ABORDAGEM, METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA

Neste trabalho, trazemos a etnografia como uma abordagem e não como um método (Peirano, 2014), pois entendemos se tratar muito mais de uma escolha – quase que política – de intervenção e afetação em relação ao objeto e seu contexto do que puramente um instrumento ou técnica de pesquisa. É, portanto, uma abordagem que nos permite observar o objeto não só naquele momento específico da observação de campo, da coleta sistemática de dados, como também na prática cotidiana, possibilitando que a produção de dados seja derivada do enfrentamento e do aproveitamento do imprevisível no trabalho de campo (Caiafa, 2019). Como já mencionamos, nossa base epistemológica atravessa os estudos culturais e propõe a observação e a discussão da cobertura colaborativa da UNE como uma tática de resistência que se articula por meio do uso social das tecnologias e das plataformas digitais. Mais uma vez, destacamos que o processo de entendimento desse campo, o das práticas colaborativas de comunicação da UNE, é construído a partir do olhar da pesquisadora enquanto observadora, mas também de uma tentativa de deslocamento de lugar para narrar os pontos de vista daqueles que colaboram. Este foi um recorte importante na pesquisa. Não escolhemos falar, por exemplo, com sujeitos que compõem a direção da UNE, aqueles responsáveis de alguma forma pela execução da cobertura colaborativa. Escolhemos guiar nosso olhar a partir dos que apenas participam, dos que se mobilizam por meio da comunicação, dos que entendem o chamado à colaboração e vão: aqui nomeados sujeitos colaboradores⁴⁸.

Já explicamos acima sobre as escolhas que guiaram nosso percurso de pesquisa. Agora, adentramos especificamente no desenho metodológico, construído a partir da abordagem etnográfica. A Figura 3 ilustra o caminho metodológico que optamos seguir, iniciado na apropriação tática do Mapa das Mediações Algorítmicas como guia teórico-reflexivo, que orientou a escolha pela abordagem etnográfica que, por sua vez, embasou nossas escolhas metodológicas, que serão descritas a seguir. Dividimos a pesquisa empírica em três tempos de coleta, são eles: 1) *observação participante nos fluxos comunicacionais*: que nos permitiu um primeiro contato com o campo, conversas com alguns dos sujeitos e observação tática não só das práticas colaborativas de comunicação, como também das dinâmicas de discussão propostas pela UNE com diálogo com os temas desta pesquisa: tecnologias, cultura e comunicação; 2) *aplicação de questionário*: que possibilitou o

⁴⁸ Em alguns momentos, eles também serão nomeados como estudantes colaboradores e sujeitos participantes da cobertura colaborativa.

mapeamento prévio dos sujeitos participantes, uma etapa um pouco mais quantitativa, cujo objetivo principal era mapear o perfil da rede de comunicação colaborativa da UNE; e 3) *entrevistas em profundidade*: realizadas com oito sujeitos colaboradores, estudantes de oito estados brasileiros inscritos na cobertura colaborativa da UNE. Como se trata de uma pesquisa com seres humanos, cabe destacar que o projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF, sob o parecer 7.343.638 (Anexo A).

Figura 3 - Desenho metodológico: percurso teórico-reflexivo



A abordagem escolhida por nós, etnográfica, foi traçada de forma estratégica para nos permitir um contato denso, potente e também afetivo com o campo. Peirano (2014) defende que, para construirmos uma boa etnografia, são necessárias, pelo menos, três condições. Em primeiro lugar, a pesquisa etnográfica deve considerar a comunicação a partir do contexto. Em segundo lugar, ela deve saber transformar para a linguagem escrita tudo aquilo experienciado em campo. Esse é um desafio que deve ser enfrentado pelo pesquisador ou pesquisadora. Afinal, não basta sentir e vivenciar, dialogar com os sujeitos afetados, se deixar afetar e não conseguir traduzir cada uma dessas dimensões no papel. Por fim, a boa etnografia deve detectar a eficácia das ações de forma analítica e não apenas descritiva. Segundo a autora, dentre esses pontos, o mais importante para uma boa etnografia é a possibilidade de ultrapassar o senso comum em relação à linguagem, que deve ser sensível aos sentidos encontrados em campo e capaz de traduzir esses sentidos por meio da linguagem escrita.

Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita, é necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial. Que ela apenas "diz" e "descreve", com base na relação entre uma palavra e uma coisa. Ao contrário, palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. E palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam. Da mesma maneira, os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) têm implicações que é necessário avaliar e analisar (Peirano, 2014, p. 386).

A autora defende ainda que a etnografia não seja vista apenas como método, porque ela não é só um método, é também teoria, e argumenta sobre a necessidade de que a etnografia, quando utilizada como método, abordagem ou apenas inspiração, produza também boas reflexões e enlaces teóricos. É também sob a perspectiva da reflexividade que Guber (2001, p. 21, tradução livre)⁴⁹ observa a abordagem etnográfica. “A reflexividade inerente ao trabalho de campo é o processo de interação, diferenciação e reciprocidade entre a reflexividade do sujeito cognoscente – senso comum, teoria, modelos explicativos – e a dos atores ou sujeitos/objetos da pesquisa”. Por isso, nos inspiramos na abordagem etnográfica para tecer nossas reflexões e embasar nossas escolhas metodológicas. Ela serve de apoio e encontro entre a teoria e a prática, a metodologia e o objeto, entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados. Entretanto, destacamos que, quando utilizamos a abordagem etnográfica em uma pesquisa na área da comunicação, estamos interessados em entender as dinâmicas relacionadas aos processos comunicacionais e aos usos táticos e sociais da mídia no cotidiano

⁴⁹ No original: “la reflexividad inherente al trabajo de campo es el proceso de interacción, diferenciación y reciprocidad entre la reflexividad del sujeto cognoscente -sentido común, teoría, modelos explicativos- y la de los actores o sujetos/objetos de investigación.” (Guber, 2001, p. 21)

dos sujeitos. Ou seja, apesar de mapearmos outros elementos sobre o contexto social dos sujeitos pesquisados, o foco de observação se dá, a todo momento, nas especificidades da relação sujeito e comunicação. Aqui neste trabalho, adensamos a perspectiva da relação com a tecnologia, afinal, estamos preocupados em entender também como as tecnicidades são incorporadas às práticas colaborativas. Assim, Peruzzo (2017) nos lembra que:

Se em outros campos do conhecimento a investigação etnográfica está interessada em elaborar mapas descritivos dos modos de vida dos territórios estudados, a composição familiar, suas rotinas e todas as demais dimensões da vida cotidiana e do mundo da cultura, na área da Comunicação ela dá menos ênfase nestes aspectos e ressalta a análise dos fenômenos comunicacionais, principalmente dos processos de recepção de mensagens dos meios de comunicação, as dinâmicas de funcionamento da comunicação comunitária ou os mecanismos de participação e de interação em mídias e redes sociais digitais, entre outras questões (Peruzzo, 2017, p. 171).

Ainda, cabe destacar que a abordagem etnográfica pode ser útil também na criação de novos modelos (ou na combinação de alguns já conhecidos) de observação das plataformas, dados e algoritmos. Não necessariamente falar sobre tecnologia nos obriga a fazer uma coleta a partir da extração de dados digitais, esses dados também podem ser encontrados no encontro com o outro, na conversa com o sujeito que performa suas identidades digitais, mas que também existe fora desse ambiente. Como mencionam Siles, Gomez-Cruz e Ricaurte (2023), a etnografia tem o potencial de ajudar a transformar o poder algorítmico em uma premissa analítica. “Projetos de pesquisa com métodos mistos, que têm sido raros no estudo de agência e algoritmos, podem ajudar a combinar abordagens centradas em dados com uma sensibilidade para o contexto e as experiências vividas pelas pessoas” (Siles, Gomez-Cruz e Ricaurte, 2023, p. 1033, tradução livre)⁵⁰. Os sujeitos devem ser centrais, junto a seus contextos sociais, familiares, econômicos e culturais. Os métodos e técnicas de pesquisa apresentados a seguir foram escolhidos a partir da abordagem etnográfica e nos levam aos caminhos para descobrir de que forma os estudantes negociam suas práticas de colaboração a partir da participação na rede de comunicação colaborativa da UNE. Dessa forma, entendemos que a observação participante foi utilizada para sentirmos o campo, a aplicação de questionários nos permitiu mapeá-lo; e, por fim, foram as entrevistas em profundidade que nos trouxeram elementos o suficiente para entendê-lo.

⁵⁰ No original: “Mixed-method research designs, which have been rare in the study of agency and algorithms, could help combine data-centric approaches with a sensibility for context and the lived experiences of people”.(Siles, Gomez-Cruz e Ricaurte, 2023, p. 1033)

4.1.1 Observação participante nos dois fluxos e notas de campo

Como apontam Caiafa (2019) e Gil (2008), a observação participante talvez seja um dos principais métodos utilizados em uma abordagem etnográfica e em pesquisas qualitativas na Comunicação. Foi ela a técnica empregada em nossa primeira etapa da pesquisa. Viajamos rumo a Recife, capital pernambucana, para acompanhar a 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, também conhecida como Festival dos Estudantes, que aconteceu entre os dias 29 de janeiro e 2 de fevereiro de 2025. Por lá, a partir dos elementos apresentados por Peruzzo (2017), nossa observação aconteceu: a) de forma tática, nos inserimos no evento, delimitando desde o início o papel de observadora. Por se tratar de um evento grande, com várias atividades concomitantes, o foco se deu no acompanhamento da cobertura colaborativa do evento e de mesas de discussão que levassem como tema cultura, comunicação e tecnologia, assuntos que nos interessam neste trabalho; b) optamos por uma proposta de observação em que a observadora fosse revelada desde o início. Logo, desde a primeira conversa com a organização até o contato com os participantes, tanto no presencial quanto na inserção em grupos em plataformas de mídia social, a pesquisadora delimitou o seu lugar de observadora, salvo no acompanhamento das mesas temáticas em que ocupamos a plateia como público; e c) a pesquisadora/observadora atuou de forma autônoma, de forma que a organização pesquisada, a UNE, não interferiu no andamento da pesquisa, em termos de objetivos, propostas, abordagens.

A partir disso, o objetivo da nossa observação foi então perceber como as técnicas são incorporadas nas dinâmicas da comunicação colaborativa do evento, como a prática colaborativa é organizada e, ainda, como a entidade representativa explorou temas como comunicação, cultura e tecnologia na programação do evento. A cobertura colaborativa é uma característica da União Nacional dos Estudantes (UNE), é feita tanto em eventos da própria organização quanto na cobertura de grandes atos políticos de impacto nacional. Dessa vez, as inscrições para a cobertura da 14ª Bienal da UNE foram lançadas no perfil oficial da UNE no Instagram no dia 19 de dezembro de 2024. Para fazer parte, os interessados deveriam preencher um formulário que solicitava os seguintes dados: e-mail, nome, WhatsApp, Telegram, @ no Instagram, nível de escolaridade, instituição de ensino, se o sujeito faz parte de alguma entidade estudantil, como centro acadêmico, diretório acadêmico, diretório central dos estudantes, atlética, se já teve experiência com comunicação, em qual área poderia contribuir⁵¹, portfólio e se possui equipamentos próprios para atuar na área selecionada. No

⁵¹ Opções dadas para contribuição: Fotografia (Responsável por registrar imagens das atividades e momentos do evento) Videomaker (Produção de vídeos para cobrir e divulgar as ações da Bienal)

texto do formulário, um convite: “Junte-se à guerrilha das redes!” o que já demonstra uma preocupação da organização com as batalhas nas plataformas digitais. Antes do evento, a organização da cobertura colaborativa promoveu duas reuniões online com os sujeitos colaboradores inscritos no formulário, uma delas contou inclusive com uma oficina de fotografia *mobile*⁵², que nos permite ver o interesse da UNE com a alfabetização midiática dos sujeitos colaboradores. Destacamos aqui o formulário, pois também nos inscrevemos nele, como uma primeira forma de aproximação do campo⁵³.

Como mencionamos no capítulo anterior, a cobertura colaborativa é uma questão de fluxos e observar somente o ambiente offline poderia fazer com que ignorássemos importantes elementos, principalmente relacionados às narrativas e à apropriação tática das plataformas digitais, se não observássemos também a cobertura colaborativa no fluxo online, na principal plataforma de mídia social utilizada pela UNE, o Instagram. Assim, nossa observação também considerou os conteúdos veiculados nos perfis @uneoficial e @cucadaune, não só coletando o material da própria cobertura colaborativa, como também captando os dez dias anteriores e posteriores ao evento, para que percebêssemos sua divulgação e repercussão. Devemos confessar o desafio desta etapa de coleta, principalmente durante os dias de viagem. Foram mais de 2.000 quilômetros percorridos na ida e na volta, mais de dois dias de viagem em cada um dos trajetos. Pelas estradas brasileiras, enfrentamos dificuldade no acesso à internet para a coleta e sistematização do material veiculado no Instagram, principalmente os *stories* que ficam apenas 24 horas no ar. Descreveremos mais sobre esse processo no próximo capítulo.

Como objetos de apoio ao processo de observação, realizamos anotações em um caderno de campo e utilizamos o próprio smartphone para gravação das mesas de debate e rodas de conversa sobre cobertura colaborativa, cultura e tecnologia, além de alguns poucos registros fotográficos do evento. Entretanto, esse último não era tão necessário, visto que a cobertura colaborativa registra os momentos do evento e disponibiliza o conteúdo no Instagram. Sobre o caderno de campo, nele colocamos nossas principais observações, a partir do ambiente e também das falas e conversas realizadas na experiência de campo. Como

Design (Criação de peças gráficas para redes sociais) copywriting (Criação de textos e legendas para redes sociais e outros canais de comunicação) Produção de conteúdos (Desenvolvimento de posts, entrevistas e reportagens sobre o evento).

⁵² Disponível em: https://www.instagram.com/p/DFJK_h8SIkK/?img_index=1. Acesso em: 10 de fev. de 2025.

⁵³ Infelizmente, como ainda não contávamos com a aprovação do Comitê de Ética e pesquisa da UFJF (CEP/UFJF), optamos por não participar das reuniões e também não fazer parte dos grupos de WhatsApp e Telegram até a aprovação, já que não poderíamos incluir na pesquisa, visto as recomendações de que o contato com os participantes só aconteça após a aprovação do CEP.

menciona Laia (2016), as notas de campo são o método primário de registro de dados na observação participante, é a única técnica que “funciona quando o assunto é registrar detalhes do dia a dia, comportamentos e até entrevistas informais. O importante é manter o rigor no hábito da escrita diária, já que a observação não é dado de pesquisa se não for transformada em nota” (Laia, 2016, p. 32).

Mazer e Marra (2022) defendem que a observação é somente o ponto de partida para pesquisadores que pretendem mergulhar em campo. Para nós, ela nos permitiu sentir o ambiente e os sujeitos, foi um primeiro contato que acabou se desenrolando ao longo das outras etapas de pesquisa. O verbo sentir aqui é importante. Observar é uma forma de sensibilidade, de ancorar todas as outras escolhas já mencionadas por nós até aqui, de não ignorar o olhar do outro, de captar nuances. “Assim, o método observacional compreende a observação direta, empírica e participante, sem espaço para uma pretensa objetividade, com a descrição densa do contexto, detalhamento, levantamento ou coleta de achados para análise e reflexão” (Mazer e Marra, 2022, p. 141-142). É a partir desta etapa de pesquisa que nosso referencial teórico se enlaça com o objeto e permite as primeiras reflexões sobre as práticas colaborativas. Nossa intenção era implementar o questionário de mapeamento da rede colaborativa também no espaço de observação, lá em Recife, entretanto, dado algumas dificuldades geoespaciais e estruturais e a grandiosidade do evento, optamos por veiculá-lo apenas após o evento, por meio dos grupos digitais, como veremos a seguir.

4.1.2 Questionário de mapeamento do perfil da rede de comunicação colaborativa

Quando definimos que iríamos realizar a observação participante da 14ª Bienal da UNE, passamos a pensar nos métodos e técnicas de pesquisa que nos permitiriam fazer o contato com os sujeitos participantes da cobertura colaborativa do evento. Para nós, sempre foi necessária certa sistematização metodológica antes da ida ao campo. Por vezes, a observação participante até se mescla com a sistemática (Gil, 2008), visto que, para nós, esse planejamento anterior é fundamental. Mas, o campo é imprevisível e impossibilitou a implementação de uma das técnicas que escolhemos: o questionário de mapeamento, que só veio a ser aplicado após a experiência na 14ª Bienal da UNE e não durante ela. Acreditamos que essa intercorrência não modificou o que esperávamos de resultado, apenas amplificou o nosso campo e a nossa estadia nele. Já que os envios do questionário acabaram acontecendo entre fevereiro e março de 2025.

O objetivo final desta escolha de pesquisa sempre foi qualificar as motivações e as percepções dos usuários sobre colaboração, resistência e ativismo nas plataformas digitais por

meio das entrevistas. Portanto, os questionários aplicados com os participantes eram uma forma de mapeá-los, bem como construir um perfil da rede colaborativa a partir de critérios como escolaridade, dados socioeconômicos, regionalização, gênero, orientação sexual, cor, participação em movimentos sociais. Por se tratar de uma investigação que visa observar as práticas de produção de comunicação dos sujeitos participantes, acreditávamos que não seria fácil realizar contato com eles durante o evento, afinal, estamos falando do maior evento estudantil da América Latina, que reuniu mais de 10 mil estudantes. Em contato com a UNE, entendemos que o melhor momento para a implementação do questionário e conversa com os participantes seria no acompanhamento da rotina da sala de comunicação colaborativa. Entretanto, isso não foi possível, como explicaremos mais adiante.

Inclusive, talvez esse tenha sido um dos momentos em que a frustração tomou conta, ainda no primeiro dia da observação participante. Mais uma vez, as tecnologias tiveram que ser acionadas e foi nos grupos de WhatsApp e Telegram que conseguimos contatar os sujeitos participantes. Cerca de 70 pessoas participaram da cobertura, número informado pela organização. Dessas, 34 responderam nosso questionário, valor correspondente a 48,57% do número de participantes estimado pela organização. Para a elaboração do questionário, nos apoiamos no que propõe Gil (2008) e priorizamos perguntas fechadas, de múltipla escolha, deixando em aberto somente uma questão, aquela que é o objetivo central desta pesquisa: “O que te levou a participar da cobertura colaborativa?” Enviamos o questionário pela primeira vez no dia 4 de fevereiro de 2025 no grupo de WhatsApp, foi quando também fomos oficialmente inseridos por lá e nos apresentamos. Nesse mesmo dia, enviamos também no grupo do Telegram. Durante o mês de fevereiro, fizemos também o envio individual para todos os membros do grupo do WhatsApp, cerca de 200 pessoas que se inscreveram na cobertura, apesar de muitas delas não terem de fato participado, como demonstra o número de participantes indicados pela organização. O questionário foi dividido em sete seções e a íntegra dele está disponível nos apêndices deste trabalho (Apêndice B). O quadro 1 mostra o que cada uma das partes buscou abordar e qual o diálogo com as escolhas de pesquisa.

Quadro 1 - Estrutura do questionário de mapeamento da rede colaborativa de comunicação

Seção	Características
Informações básicas	Foram coletados dados de contato e localização geográfica, além de marcadores sociais como gênero, orientação sexual, cor e deficiência. O objetivo foi traçar o perfil da diversidade dos sujeitos para mapear quem compunha a rede de colaboradores.

Dados socioeconômicos	O objetivo desta seção foi mapear as condições socioeconômicas dos sujeitos participantes: onde moram, com quantas pessoas dividem a casa e qual a renda da família. Também verificou-se quem faz o uso de auxílios financeiros, questionando-os sobre o recebimento de auxílios ou bolsas de estudo.
Escolaridade e trabalho	Esta seção mapeou a relação de escolaridade e trabalho dos sujeitos participantes, identificando nível de escolaridade, instituição de vínculo e acesso a bolsas de pesquisa ou extensão. Simultaneamente, mapeou a inserção no mercado de trabalho, distinguindo entre empregos formais, informais, servidores públicos e estágios.
Participação em movimentos sociais	A seção teve como objetivo mapear os espaços de militância e a participação dos sujeitos em outros movimentos sociais para além do movimento estudantil, bem como a organização dos sujeitos na própria rede do movimento estudantil. Buscou também mensurar o grau de engajamento político por meio da ocupação de cargos de liderança em entidades representativas estudantis.
Uso de plataformas de mídia social	Por meio de escalas de intensidade, esta seção mensurou o uso cotidiano das principais plataformas e o consumo específico de conteúdos da UNE em cada uma delas. O intuito foi compreender os hábitos de navegação e identificar quais plataformas fazem parte do dia a dia dos sujeitos colaboradores.
Cobertura colaborativa	Na última seção, o foco recaiu sobre as práticas de comunicação colaborativa. Os estudantes colaboradores foram convidados a detalhar as funções técnicas exercidas, equipamentos utilizados e as motivações subjetivas para a colaboração. Além disso, a última pergunta era direcionada à vontade de participar, de forma voluntária, da fase qualitativa de entrevistas.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Houve uma intencionalidade dupla na aplicação do questionário. Primeiramente, buscou-se uma visão panorâmica para compreender a extensão e o perfil dos sujeitos colaboradores na rede de comunicação colaborativa. Em segundo lugar, o instrumento atuou como um filtro metodológico, permitindo selecionar, com base em critérios preestabelecidos, os participantes para o aprofundamento na etapa seguinte, as entrevistas em profundidade. Como já dissemos, foi esta etapa que nos permitiu mapear o campo e os sujeitos com quem conversamos mais tarde. Foi ela fundamental para a construção do roteiro de entrevistas, pois já tínhamos uma noção maior de quem eram os estudantes colaboradores, faltava então qualificar suas vontades, seus anseios, entender como imaginam o mundo, como constroem política no seu dia a dia, como se relacionam com a UNE, com os movimentos que fazem

parte, e, o mais importante, como imaginam e se apropriam de forma tática das técnicas e plataformas digitais para construção de narrativas e resistências.

4.1.3 Entrevistas em profundidade

Quando falávamos sobre o trabalho imprevisível de campo, nem imaginávamos como seria a etapa de entrevistas, a que mais esperávamos desde o início da pesquisa. Cheia de encontros e desencontros, intensidade, imprevisibilidade, reconhecimento, diálogo, trocas potentes entre entrevistadora e entrevistados. Nossa intenção nesta etapa, a última antes da análise, era aprofundar questões que só podiam ser percebidas em contato mais direto com os sujeitos participantes, assim, essa técnica de pesquisa foi escolhida para: a) olhar de forma mais detalhada para os sujeitos participantes da rede colaborativa da UNE, qualificar suas vontades, seus interesses, os motivos por trás da sua participação na rede de colaboração, como eles se relacionam com as tecnologias; b) entender como enxergam (e se enxergam) os processos de mediação e resistência algorítmica; c) compreender de forma mais qualitativa o viés da participação, as motivações, as partes positivas e negativas do processo de colaboração, os tensionamentos, as socialidades construídas, as identidades, enfim, como os estudantes negociam suas práticas comunicativas de colaboração. Como discute Duarte (2005), entrevistas em profundidade não permitem o teste de hipóteses, seu objetivo “muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas” (Duarte, 2005, p. 1).

Lalanda (1998, p. 874) defende que a empatia deve ser uma das principais características adotadas pelo pesquisador na condução das entrevistas. É preciso fazer com que o entrevistado se sinta à vontade durante o processo, criando uma certa relação de confiança com o entrevistador. “O entrevistado deve sentir-se à vontade e ser levado a ocupar lugar central durante a entrevista. Daí que seja ele a tomar, em muitos momentos, a iniciativa do discurso”. A autora menciona que a entrevista em profundidade permite abordar o universo subjetivo do sujeito “ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e os acontecimentos que relata como fazendo parte da história” (*ibid.*, 1998, p. 875). Essa subjetividade deve ser entendida não como um processo reflexivo de individualidade, mas como um processo de socialidade e partilha de valores, construção do social e coletivo.

Nesta pesquisa, as entrevistas foram estruturadas a partir das considerações feitas pela banca durante a qualificação e tentamos sistematizar as entrevistas a fim de que o material não ficasse tão extenso e ainda assim pudesse adentrar em temas que, até então, nossa coleta de

dados não dava conta de responder. Como, por exemplo, a ideia de pertencimento, afeto e vínculo com um movimento social, como a UNE, como motor dos processos colaborativos, as relações sociais ali construídas, os encontros e desencontros, aquilo que, por vezes, extrapola a técnica e não pode ser capturado quantitativamente, ou apenas observando os sujeitos sem os ouvir. Assim, construímos três eixos de análise em um roteiro de entrevista semiestruturado, alinhamos cada um deles aos objetivos específicos da pesquisa. A íntegra das perguntas realizadas pode ser conferida ao final do trabalho, nos apêndices (Apêndice C), bem como todo o material das entrevistas (Apêndice E). O quadro 2 explicita como foi a nossa abordagem e como cada eixo da entrevista se relaciona a um objetivo específico deste trabalho.

Quadro 2 - Estrutura de organização das entrevistas conforme os objetivos da pesquisa

Eixo	Objetivo específico trabalhado	Abordagem
Eixo 1 - Cobertura colaborativa e participação	Identificar as motivações para a participação dos estudantes na construção de conteúdos colaborativos, se elas estão mais relacionadas a aspirações profissionais, ideológicas, pertencimento cultural ou de outra natureza, e se essas motivações são baseadas em ideais individuais ou coletivos. Assim, entender de que forma os estudantes enxergam a cobertura colaborativa como espaço de participação, comunicação e construção coletiva.	Este eixo focou na trajetória do sujeito e sua práxis, conectando o histórico pessoal, acadêmico, militante e político do estudante com sua experiência concreta na cobertura colaborativa da 14 ^a Bienal. Buscamos com ele compreender as motivações para a colaboração, a dinâmica das atividades práticas de comunicação realizadas durante o evento e como se dá o sentimento de pertencimento em relação ao movimento estudantil, à comunicação e à UNE.
Eixo 2 - Tecnicidades e movimentos sociais	Discutir os aspectos dos processos colaborativos e das resistências, sobretudo no que tange às transformações dos movimentos sociais no cenário da plataformização.	O foco aqui foi a relação cotidiana e política com a tecnologia. Dessa forma, buscamos mapear informações sobre o uso cotidiano das plataformas de mídia social (especialmente o Instagram) e a percepção sobre a estratégia digital da UNE. O eixo investigou como as ferramentas digitais reconfiguram o ativismo, alterando as formas de mobilização e a dinâmica das manifestações online e offline, tudo isso a partir da percepção dos sujeitos colaboradores.
Eixo 3 - Imaginários sobre algoritmos, resistências e	Avaliar a percepção dos sujeitos participantes da cobertura colaborativa sobre os limites e as potencialidades das plataformas, a	Este eixo explorou a percepção dos estudantes sobre as estruturas de poder das plataformas, questionando como os

plataformas digitais	liberdade de produção <i>versus</i> a liberdade de alcance, ou seja, as tensões que permeiam os usos táticos e estratégicos das mediações algorítmicas e <i>affordances</i> das plataformas de mídias sociais nas ações coletivas.	entrevistados percebem a mediação algorítmica e como avaliam as assimetrias de poder nas plataformas. Abordamos ainda as estratégias imaginadas ou utilizadas pelos movimentos sociais para disputar narrativas no ambiente digital e como percebem os potenciais e as fraquezas das plataformas digitais para os movimentos sociais.
----------------------	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

24 dos 34 estudantes que participaram da etapa do questionário demonstraram interesse em participar da etapa seguinte, de entrevistas. Em julho, iniciamos o contato, priorizando seguintes critérios, em ordem, para a escolha dos entrevistados: a) *regionalização*: desde o início, nosso objetivo era ouvir estudantes de todas as regiões brasileiras, dado que estamos observando um movimento de representação estudantil de caráter nacional; b) *diversidade de gênero*: queríamos garantir maior diversidade de gênero entre os entrevistados, a princípio, tentamos garantir certa paridade entre homens e mulheres, incluindo ainda as pessoas não-binárias⁵⁴ e de gênero fluido⁵⁵; e c) *nível de engajamento nas respostas do questionário*: optamos, em um primeiro momento, após observar os dois primeiros critérios, por priorizar os sujeitos participantes que haviam respondido às perguntas abertas do questionário de forma mais completa, imaginávamos que isso seria um indicador do grau de envolvimento e disponibilidade para com a pesquisa.

Assim, priorizamos regiões e estados diferentes, diversidade de gênero e participação mais completa na etapa dos questionários. Entretanto, como não obtivemos nenhuma resposta da Região Sul no questionário, fechamos em oito entrevistas, duas na Região Sudeste (Espírito Santo e São Paulo), duas na Região Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), duas na Região Norte (Amazonas e Pará) e duas na Região Nordeste (Bahia e Fortaleza). Todas realizadas por videochamada, pela plataforma Google Meet, entre os meses de agosto e novembro de 2025. Tivemos que entrar em contato com diversos participantes até chegar aos oito aqui citados, visto que alguns não demonstraram disponibilidade real em participar.

Não podemos ignorar as falhas técnicas – as imprevisibilidades do caminho – que modificaram um pouco a nossa rota. A primeira entrevista realizada, no dia 31 de julho de

⁵⁴ Identidade de gênero que define pessoas que não se encaixam exclusivamente nas categorias “homem” ou “mulher”.

⁵⁵ Identidade de gênero não fixa, usada para definir pessoas que transitam entre diferentes gêneros sem precisar de uma definição permanente.

2025, foi potente, cheia de discussões importantes e revelou um cenário que nos encheu os olhos e nos animou instantaneamente. Só conseguimos pensar no que viria pela frente depois da primeira troca, tão frutífera. Lira, estudante de história na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pessoa com deficiência, não-binária, bissexual, branca, organizada no Levante Popular da Juventude (LPJ), foi a primeira pessoa a se disponibilizar a colaborar com a pesquisa. No mesmo dia em que enviamos o e-mail com o convite, ela disse “posso amanhã”, como quem já se dedica à luta há tempos e não vê a hora de narrar sua verdade.

Entretanto, um erro técnico nos impossibilitou de aproveitar nossa conversa. Os equipamentos de gravação, testados diversas vezes antes da entrevista, falharam bem na hora de capturar o som e nossa conversa, de quase uma hora de duração, ficou apenas na memória e nas anotações do caderno, impossibilitando a disponibilização da íntegra. Assim, prezando pelo rigor metodológico e sabendo que sem as gravações perderíamos partes importantes das narrativas ali contadas, optamos por retirar a entrevista, transformando-a em uma entrevista teste, que até então não havíamos realizado. Este acaso, ou como gostamos de chamar, mais um dos imprevisíveis do campo, serviu para nos ajudar a lapidar algumas perguntas, validar o processo de entrevista e observar algumas questões da nossa própria conduta. À Lira, nosso agradecimento pela disponibilidade e vontade de colaborar conosco. Certamente, nossa conversa também nos trouxe várias reflexões sobre o poder da comunicação e da tecnologia para o movimento estudantil.

4.2 A UNE SOMOS NÓS: IDENTIDADE NACIONAL DE LUTA ESTUDANTIL

No meio do caminho de pesquisa, durante a etapa de entrevistas, amanhecemos no dia 16 de julho com a triste notícia de um acidente envolvendo um ônibus que levava cerca de 75 estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) para o congresso da UNE em Goiânia⁵⁶. Cinco pessoas não sobreviveram, entre elas os estudantes Leandro Dias, estudante de farmácia; Ana Letícia Cordeiro, aluna de pedagogia; e Welfesom Campos, do curso de produção e multimídia. Não é ao acaso que iniciamos a escrita desta seção narrando a tragédia que fez com que três famílias não pudessem ver seus filhos voltarem para casa vivos. Lembramos do que faz a UNE existir: os sonhos da juventude brasileira, a crença em um país melhor e mais justo, o desejo de voltar para casa e construir um futuro para os seus, a força de vontade de milhares de estudantes de norte a sul do Brasil que debatem e refletem coletivamente o presente e o futuro das universidades. Um texto de Telma Regina, conhecida

⁵⁶ Mais informações sobre o acidente estão disponíveis em: <https://encurtador.com.br/Sfht>. Acesso em 2 de janeiro de 2026.

como Lia, estudante de geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), militante do movimento estudantil e guerrilheira do Araguaia morta pela Ditadura Militar, representa bem esse processo de escolha pelas trincheiras de luta e resistência. Na carta enviada à família em 31 de janeiro de 1971, ela diz:

Querida família, espero que vocês tenham entendido o que está ocorrendo. Estamos felizes e na certeza de que isto é realmente o que queríamos. Não poderíamos viver tranquilos, sossegados na vida do “dia a dia”, tendo a consciência de que é preciso fazer alguma coisa para libertar nosso povo da miséria e da exploração. A revolução brasileira está em processo acelerado e não podemos nesta hora nos omitir e deixar de dar nossa contribuição efetiva. Ninguém vai lutar pelo nosso povo a não ser nós mesmos, cabe a nós esta nobre tarefa de ser vanguarda na luta pela libertação de nosso povo e do povo explorado do mundo todo... Este mundo corrupto, infeliz, cheio de contradições, de misérias, de vícios que conhecemos, não deixaremos para os outros. Nas mãos de cada um de nós está esta responsabilidade. Qualquer homem comum é capaz de construir um mundo melhor. Para isso é necessário que se tenha disposição para lutar, dedicar-se de corpo e alma a esta tarefa, que é a maior contribuição que um homem pode dar à história, à humanidade... Agora sabemos que nossa passagem pelo mundo foi importante. É necessário estar-se convicto para poder de sã consciência abdicar da vida privada, particular, para dedicar-se de corpo e alma a uma causa política universal... Estamos muito felizes... Esta foi a vida que de livre e espontânea vontade escolhemos... É movido pelo amor de vocês que lutamos. É pensando nos pais, filhos e irmãos que sofrem e morrem nas prisões. É pensando em milhões de famílias que vivem em condições subumanas, vendo seus filhos morrerem de fome... É para que todos possam ter o carinho e o amor de suas família, e possam ser felizes como nós, que lutamos... Estamos aqui porque precisam de nós. Este povo miserável, doente e analfabeto precisa de quem os ajude e nós estamos prontos para isso... Vocês devem ficar orgulhosos em saber que o que nos ensinaram e a cultura que vocês nos possibilitaram ter, não está sendo utilizado à toa, que nós não nos corrompemos pelo dinheiro e fomos fiéis ao nosso ideal... Esta vontade terrível de viver, esta alegria pela vida, este amor pelo homem, pela humanidade, esta esperança de um mundo melhor, aprendemos com vocês, em todas nossas alegrias e tristezas... Não deixaram que nos transformássemos em egoístas, individualistas. Quero que meus sobrinhos se orgulhem de mim... Quero que eles, ao serem adultos, desfrutem daquilo que me esforcei para deixar para eles... Alguém dizia: “Quem não conhece a verdade é apenas um ignorante, mas quem a conhece e a esconde é um criminoso”.⁵⁷

Trazemos esta carta porque muitas das marcas que aparecem nela podem ser vistas também no tempo presente, mesmo que em outras batalhas. Olhar para trás nos permite reconhecer o que a história tem de comum, as marcas que distinguem os aliados e os inimigos, as identidades de luta de cada tempo. Como mencionamos na introdução do

⁵⁷ A carta foi veiculada no blog Brasil Escrito, de Bruno Ribeiro, em 2 de março de 2012. Segundo consta o texto, a versão original da carta está sob posse das sobrinhas de Telma. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AhQM>. Acesso em 13 de janeiro de 2026.

capítulo, pretendemos traçar aqui um breve histórico da UNE enquanto movimento de identidade nacional estudantil. Reconhecida como a entidade máxima de representação dos universitários brasileiros, a União Nacional dos Estudantes foi fundada em 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. Conforme os registros históricos da instituição, disponíveis na aba “História” no site oficial⁵⁸, os primeiros anos da UNE foram marcados por intensa mobilização, sobretudo diante do cenário da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a juventude organizada exerceu um papel protagonista: pressionou o então presidente Getúlio Vargas a adotar uma postura firme e combativa contra o nazifascismo. Durante o conflito, em 1942, os jovens estudantes ocuparam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, 132⁵⁹, no Rio de Janeiro, local tradicional dos militares. Naquele mesmo ano, o presidente Vargas foi responsável por conceder o prédio para a organização estudantil e, assim, ele se tornou a primeira sede da UNE. Além disso, por meio de um decreto, o presidente oficializou a UNE como entidade representativa dos universitários brasileiros.

O período democrático, de 1945 a 1964, é importante não só na história do Brasil, como também na história da UNE. Araújo (2007, p. 62) destaca que foi durante esse período que o movimento estudantil brasileiro se consolidou como um movimento organizado “com grande capacidade de mobilização de massas e com uma direção política crítica e contestadora em relação ao Estado – enfim, como um ator político dos mais relevantes no cenário nacional”. Os estudantes brasileiros participaram ativamente do debate e se mobilizaram pelas seguintes campanhas: “O petróleo é nosso”, contra a entrada de grandes empresas internacionais na exploração de petróleo no território brasileiro; a Campanha da Legalidade, movimento de resistência para garantir que o presidente eleito João Goulart fosse empossado; e a Frente de Mobilização Popular que tinha dentre as suas bandeiras a luta pela reforma universitária e pelas reformas de base. Foram anos de crescimento do movimento

⁵⁸ Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>. Acesso em 16 de dezembro de 2025.

⁵⁹ No site da organização existe uma aba especial sobre as memórias relacionadas à Praia do Flamengo, 132, primeira sede da UNE. O prédio foi incendiado em abril de 1964, um dia depois do golpe militar e demolido pelos militares na década de 1980. Durante a 5ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, em 2007, uma passeata com cerca de 5.000 pessoas ocupou novamente o espaço. O acampamento permaneceu por lá por mais de um ano, até que os estudantes conseguiram a posse definitiva do terreno na Justiça. Em 2008, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva esteve no terreno e anunciou que enviaria um projeto ao Congresso Nacional propondo a indenização do Estado brasileiro aos estudantes pela demolição de sua sede, perseguição política, torturas e mortes na ditadura. Em 2010, o projeto foi aprovado por unanimidade no Legislativo, com votos de parlamentares de todos os partidos. No mesmo ano, iniciou-se a proposta da reconstrução do espaço com um prédio projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, onde seria criado o Museu da Memória do Movimento Estudantil, além de um centro cultural e o teatro dos estudantes. Segundo o site, a obra era prevista para ser entregue em 2016, mas até o momento não houve a finalização. Disponível em: <https://www.une.org.br/praiadoflamengo/>. Acesso em 15 de janeiro de 2026.

estudantil e de reconhecimento dos movimentos populares como atores do debate público, ainda que, como descrito no site da organização, “desde aquele período, crescia a tensão entre os movimentos sociais e os grupos conservadores da sociedade, entre eles os militares, que tentavam intimidar e coibir as ações da UNE”. Foi com o Golpe Militar de 64 que o movimento estudantil se tornou ilegal, permanecendo dessa forma por 20 anos. A UNE teve sua sede invadida, metralhada e incendiada, várias universidades foram também invadidas pelos militares, além de ter ocorrido o fechamento de diversos centros e diretórios acadêmicos pelo Brasil, conforme mostra o relato disponível no site da organização:

A primeira ação da ditadura civil-militar brasileira ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo, 132, na fatídica noite de 31 de março para 1º de abril. Ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. O regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. As universidades eram vigiadas, intelectuais e artistas reprimidos, o Brasil escurecia. Em 1966, um protesto na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, foi brutalmente reprimido. No mesmo ano, também na capital mineira, a UNE realizou um congresso clandestino no porão de uma igreja. Já no Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina da UFRJ, a ditadura reprimiu com violência os estudantes no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha. Apesar da repressão, a UNE continuou a existir nas sombras da ditadura, em firme oposição ao regime. Em 1968, ano marcado por revoluções culturais e sociais em todo o mundo, estudantes e artistas engrossaram a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça. No entanto, os militares endureciam a repressão. Foram marcantes os episódios do assassinato do estudante secundarista Édson Luis e a invasão do Congresso da UNE em Ibiúna-SP, com a prisão de cerca de mil estudantes. No fim do mesmo ano, a proclamação do Ato Institucional número 5 (AI-5) anunciava uma escalada da violência ainda maior. Nos anos seguintes, a ditadura torturou e assassinou estudantes, como a militante Helenira Rezende e o presidente da UNE Honestino Guimarães, perseguido e executado durante o período de clandestinidade da entidade. Mesmo assim, o movimento estudantil continuou nas ruas, como nos atos e na missa de sétimo dia da morte do estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme, em 1973. Ao final dos anos 70, com os primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar, a UNE começou a se reestruturar. O congresso de reconstrução da entidade aconteceu em Salvador, em 1979, reivindicando mais recursos para a universidade, defesa do ensino público e gratuito, assim como pedindo a libertação de estudantes presos do Brasil. No início dos anos 80, os estudantes tentaram recuperar sua sede na Praia do Flamengo, mas foram duramente reprimidos e os militares demoliram o prédio⁶⁰.

O congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes ocorreu apenas em 1979, em Salvador. A partir desse momento, a organização voltou a desempenhar papéis

⁶⁰ Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/> Acesso em 11 de dezembro de 2026.

relevantes na história nacional, agora oficialmente, já que antes “os estudantes que se propuseram a continuar na resistência contra o Regime tiveram que se organizar de outra maneira, certamente sem o alcance que a UNE possibilitava” (Müller, 2010, p. 45). No ano de 1984, a entidade teve uma participação ativa no movimento Diretas Já⁶¹, organizado pela juventude brasileira em defesa da democracia. Em 1992, a UNE liderou, junto a outros setores do campo progressista, o movimento conhecido como Caras-Pintadas⁶², após a abertura do processo de impeachment contra o presidente Fernando Collor. Ao longo da administração de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2003, a UNE se organizou contra as privatizações e contra o neoliberalismo que se fazia presente nas palavras do então presidente. A UNE também levantou a voz contra os exageros nas taxas de matrícula do ensino privado e contra o Provão⁶³, um sistema de avaliação institucional implementado nas universidades do Brasil que visava avaliar e ranquear a qualidade dos cursos.

Tempos de luta, de conquistas, de desmontes, retomadas... A história recente da UNE não é diferente. Nas últimas décadas, a organização enfrentou diversas batalhas, como as jornadas de junho de 2013, a luta contra o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff e em oposição a Michel Temer, em 2016, nomeadas de Não vai ter Golpe e, depois, Fora Temer. A União Nacional dos Estudantes também foi fundamental no movimento Ele Não, durante as eleições de 2018, nos Tsunamis da Educação, em 2019 após os primeiros ataques às universidades pelo governo de Jair Messias Bolsonaro e em movimentos que solicitavam agilidade no combate à Covid-19 e às desigualdades sociais agravadas pela pandemia, por meio do lema “Vida, pão, vacina e educação!”⁶⁴.

Além disso, nas pautas relacionadas às universidades e ao ensino público e privado, a UNE foi importante na luta e na conquista de diversas melhorias. Como já discutimos no Capítulo 2, apesar de muitos retrocessos, também foram muitas as conquistas do movimento

⁶¹ Movimento histórico. Surgiu entre os anos de 1983 e 1984 e ganhou força por se tratar de um movimento de oposição à Ditadura Militar, que tinha como principal interesse pautar a realização de eleições presidenciais no Brasil em 1985 e a defesa do sistema democrático.

⁶² Movimento histórico, organizado principalmente por setores da juventude brasileira. Surgiu no início dos anos 90, caracterizado pelo uso de pinturas faciais, o movimento tinha como principal objetivo lutar contra a corrupção e a impunidade no país. Ganhou força durante o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

⁶³ A UNE questionava como o sistema foi implementado e ainda os critérios de avaliação que, para a entidade, eram superficiais e não representavam as particularidades regionais de cada instituição. O Provão foi substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que inclui o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) a partir de 2004, com uma abordagem mais ampla de avaliação.

⁶⁴ Em 30 de março de 2021, a UNE, juntamente com a UBES e a ANPG organizaram o ato “Vida, Pão, Vacina e Educação”, que também levava em sua pauta um pedido de afastamento/impeachment do então presidente, Jair Bolsonaro.

estudantil nos últimos anos. A UNE foi responsável por liderar a participação dos estudantes na articulação de programas de assistência estudantil pelas universidades brasileiras, na criação de políticas públicas de permanência, na demanda por valorização e investimento em programas que ampliam o acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), e ainda na luta pela implementação da Lei de Cotas como um projeto. Como podemos perceber, talvez seja isso que faça dela um movimento nacional, as pautas conquistadas chegam e mudam a vida de estudantes em cada canto do país.

Especificamente em relação à pandemia de Covid-19, cabe destacar que foi um momento de adaptação, não só para a UNE, como para todo o campo dos movimentos sociais, visto que a rua, palco principal de mobilização, não era mais – pelo menos por algum tempo – um espaço propício para ocupação. Talvez seja esse o momento de guinada nos fluxos de mobilização dos movimentos que, cada vez mais, se ampliam no digital e são reduzidos no campo do território real. Sobre isso, avançaremos no último capítulo, visando enxergar a visão dos estudantes participantes desta pesquisa sobre estas transformações. Neste trabalho, não é especificamente a UNE o nosso objeto de pesquisa, mas sim, uma tática construída pela organização: a cobertura colaborativa que, como escrito no título desta dissertação, se apresenta como uma tecnologia popular que une os sonhos da juventude brasileira e os incorpora aos meios de comunicação digitais. Entretanto, cabe lembrarmos o passado para olharmos as lutas do presente também a partir das lentes que nos trouxeram até aqui.

Em um congresso, nos primeiros meses de trabalho ativo nesta pesquisa, nos disseram que seria um grande desafio falar sobre a União Nacional dos Estudantes, visto uma expressão que encontramos em seu próprio nome: o nacional. A UNE é responsável pela representação de um Brasil inteiro de estudantes diversos. Para Canclini (2011, p. 23), “as diversas formas em que os membros de cada grupo se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais geram novos modos de segmentação dentro de uma sociedade nacional”. Dessa forma, quem é a UNE na visão de seus colaboradores? De que forma os processos de identificação com a organização perpassam o processo de mobilização para a colaboração? Quais vínculos se constroem nesse espaço colaborativo? O autor aponta que existe uma tendência de que o enfraquecimento das identidades nacionais seja maior conforme o nível de envolvimento com o circuito de tecnologias de computação, satélites e tecnologias de informação. Se de um lado concordamos com ele, do outro, nos questionamos se esse enfraquecimento também pode ser

percebido na comunicação colaborativa, já que ela só existe porque há um processo de identidade coletiva entre sujeito colaborador e UNE, mas as entrelinhas dessa relação discutiremos ao longo dos próximos capítulos.

5. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA 14ª BIENAL DA UNE E A COBERTURA COLABORATIVA NOS FLUXOS COMUNICACIONAIS

Foi no dia 27 de janeiro de 2025 que partimos para Recife, capital pernambucana, junto aos estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, em uma viagem que duraria aproximadamente 58 horas. Nelas se incluía uma pequena parada para banho e o descanso dos motoristas na cidade de Paulo Afonso, no norte do estado da Bahia. Não foi essa a nossa primeira viagem com o movimento estudantil. Inclusive, como mencionado na introdução, foi justamente na Bahia, precisamente em Salvador, o primeiro evento da UNE que vivenciamos na prática. Foi lá que nossos olhos brilharam ao imaginar o presente e o futuro do Brasil e a possibilidade de registrar, por meio da câmera daquele celular simples, parte da história presente do país. Um encontro com a cultura, com a arte, com a política, com a literatura.

A graça das bienais culturais dos estudantes está aí: esses eventos não se pautam nos grandes embates políticos, não operam no embate direto e institucional. A disputa política e de sentido é feita por meio do encontro com o popular, com a identidade latino-americana e brasileira, com a arte e a cultura que habitam os quatro cantos desse país. Cabe destacar que a viagem para a capital pernambucana foi meio improvisada, já que nosso projeto de pesquisa só foi aprovado, após os ajustes solicitados, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF no dia 24 de janeiro, três dias antes da nossa partida. Foi com a cara e a coragem, como é de costume para aqueles com quem dividimos as trincheiras durante – e não só – os dias de viagem. Talvez seja este o capítulo no qual as marcas pessoais de escrita e vivência mais se farão evidentes. Ele é carregado de notas de campo e são elas, bem como registros fotográficos, que constroem a narrativa desta seção que se pauta no processo descritivo, reflexivo e interpretativo do campo (Guber, 2001).

Recordamos quando, ainda na etapa de reestruturação do projeto de pesquisa, em meados de julho ou agosto de 2024, a União Nacional dos Estudantes divulgou, em seu Instagram, que, em janeiro de 2025, aconteceria mais uma edição da bienal dos estudantes. Como já mencionamos em outros momentos no texto, a lembrança sobre nossa vivência pessoal na bienal de 2019 acendeu, de imediato à divulgação da UNE⁶⁵, uma possibilidade de encontro com o campo, melhor do que imaginávamos no início, que nos levaria a pensar os passos da pesquisa a partir da cobertura colaborativa do evento. Parecia ser o recorte perfeito para refletir sobre os processos sociais, culturais e comunicacionais que perpassam o uso social da comunicação e da tecnologia. Desde o início da pesquisa, sabíamos que era a

⁶⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-DXgG2u4a9/>. Acesso em: 18 de nov. de 2025.

cobertura colaborativa o fenômeno que queríamos investigar, entretanto, não sabíamos ao certo quais seriam as formas de coletar dados e as técnicas de pesquisa que nos ajudariam a responder nossas perguntas. Foi a divulgação do evento que possibilitou que trabalhássemos, durante seis meses, para que o encontro com os sujeitos colaboradores, desde sempre importante para nós, ocorresse a partir do presencial, do campo, do olhar sensível, da escolha pela aventura, característica daqueles que já estiveram do outro lado da luta e se acostumaram com a estrada.

Durante o processo de pesquisa, buscamos informações documentais e bibliográficas sobre a UNE, as bienais de arte e cultura, o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA da UNE) e sobre a cobertura colaborativa. Entretanto, os materiais encontrados são um tanto quanto limitados e se resumem, em grande maioria, a matérias em sites jornalísticos e conteúdos institucionais veiculados no site oficial da organização. Não há, ou ao menos não encontramos, muitos conteúdos relacionados à história das bienais e à cobertura colaborativa registrados em produções científicas ou obras literárias. Portanto, nos esforçamos para reunir algumas informações disponíveis na internet a fim de ambientar a narrativa de nossas observações, que não acontecem ao acaso, são fruto de 88 anos de história da UNE e 14 edições de bienais culturais. A criação da primeira bienal em 1999 foi um passo fundamental para que a UNE retomasse suas políticas culturais, mas logo ficou claro para os estudantes que o movimento precisava de algo que fosse além de um evento realizado a cada dois anos. Havia uma demanda por um projeto permanente que colocasse a cultura no centro do debate. Dessa percepção nasceu o CUCA da UNE. O modelo buscou inspiração direta na experiência do Centro Popular de Cultura (CPC), projeto cultural da UNE na década de 1960, em que cultura, arte e as pautas políticas estudantis caminhavam juntas.

Talvez por se tratar de algo mais ligado a um período histórico, sobre o CPC conseguimos encontrar um vasto acervo bibliográfico, inclusive disponibilizado pela própria UNE⁶⁶. Muitos desses materiais exploram também, de uma forma mais geral, como cultura e política se articulam como elementos da luta estudantil. Segundo Berlinck (1984), o CPC era o órgão cultural da União Nacional dos Estudantes e tinha autonomia administrativa e financeira garantida pelo Regimento Interno aprovado em 8 de março de 1962 por uma Assembleia Geral. O CPC era um órgão independente, apesar de, em alguns momentos da história, a direção da UNE querer dissolver o poder do órgão cultural e assumir para si a administração da pauta cultural estudantil. O autor relata que isso não aconteceu, pois “o

⁶⁶ Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/08/bibliografia/>. Acesso em: 19 de nov. de 2025.

sucesso do CPC em escala nacional promovia a UNE e, em segundo lugar, porque o grupo político da UNE não possuía recursos – especialmente artistas – à sua disposição para substituírem os já existentes no CPC” (*ibid.*, 1984, p. 17).

O histórico da UNE é bastante ligado à pauta cultural. Foi ela que moveu, em diversos momentos, os debates políticos da organização a partir de um resgate da identidade brasileira e da apropriação da música, da arte e da literatura como repertórios de luta. Realizamos um mapeamento dos temas das quatorze bienais e, a partir dele, que pode ser observado no Quadro 3, é possível perceber o resgate de elementos culturais da identidade nacional e latino-americana. Como destaca Martín-Barbero (2012), o processo de recuperação da história cultural significa rastrear a história dos processos pelos quais as culturas são formadas, as massas são nacionalizadas e as culturas populares são expropriadas. O autor ainda argumenta sobre a necessidade de pensarmos o popular a partir das apropriações culturais e sociais. Ele diz que é preciso olhar para o que as pessoas fazem com tudo produzido à sua volta: “não existe apenas cumplicidade, existe também resistência, muitas formas de resistência, luta e protesto popular” (*ibid.*, 2012, p. 83, tradução livre)⁶⁷. Por isso, reforçamos as lentes pelas quais observamos a União Nacional dos Estudantes e, principalmente, os usos sociais da mídia e da tecnologia a partir da cobertura colaborativa. Há uma intrínseca relação entre política e cultura acontecendo na UNE.

Quadro 3 - Linha do Tempo das bienais da UNE

Edição/Ano	Local	Tema
1ª edição (1999)	Salvador–BA	Sem tema específico
2ª edição (2001)	Rio de Janeiro–RJ	Nossa Cultura em movimento
3ª edição (2003)	Recife–PE	Um encontro com a cultura popular
4ª edição (2005)	São Paulo–SP	<i>Soy Loco por ti América</i>
5ª edição (2007)	Rio de Janeiro–RJ	Brasil-África: um Rio chamado Atlântico
6ª edição (2009)	Salvador–BA	Raízes do Brasil: formação e sentido do povo brasileiro
7ª edição (2011)	Rio de Janeiro–RJ	Brasil no estandarte, o samba é meu combate
8ª edição (2013)	Olinda e Recife–PE	A volta da Asa Branca
9ª edição (2015)	Rio de Janeiro–RJ	Vozes do Brasil

⁶⁷ No original: “No sólo hay complicidad, también hay resistencia, muchas formas de resistencia, de lucha y de protesta popular.” (Martín-Barbero, 2012, p.83)

10ª edição (2017)	Fortaleza–CE	Feira da Reinvenção
11ª edição (2019)	Salvador–BA	Gil, um reencontro com o Brasil
12ª edição (2021)	Online (Pandemia)	Brasil, um povo que resiste
13ª edição (2023)	Rio de Janeiro–RJ	Um Rio Chamado Brasil – Afluentes da Reconstrução
14ª edição (2025)	Recife–PE	A rua é o nosso palco principal

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Como pode ser percebido acima, todos os temas gerais das bienais da UNE perpassam por resgates históricos do Brasil, a partir de suas marcas culturais, da cultura popular e de personalidades artísticas. A última edição, observada por nós, teve como tema “*A rua é nosso palco principal*”. No site oficial do evento⁶⁸, o texto da página principal é um convite para o debate sobre os rumos da entidade estudantil, a definição de políticas públicas para os estudantes e sobre as novas linguagens artísticas do Brasil. Nele aparecem menções ao frevo, ao carnaval e ao maracatu, elementos da cultura popular brasileira.

O maior festival da América Latina já tem local definido. A 14ª Bienal da UNE - Festival dos Estudantes acontecerá em Janeiro de 2025 *na terra do carnaval e do frevo*, Recife - Pernambuco. *Vamos celebrar e venha para a rua, caia na maior festividade de uma grande encontro da juventude brasileira. A Bienal reúne arte, cultura, educação, ativismo, política, ciência e tecnologia com milhares de estudantes, do ensino médio à pós-graduação, de todas as regiões do país. A Bienal da UNE é o carnaval dos sonhos e as lutas de uma geração que está reconstruindo o Brasil e que agora vai reconectar profundamente um país com seu povo e sua cultura. Um festival para lavar o peito e beber da fonte de novos tempos para o Brasil e para a cultura nacional. Nesta edição realizaremos o 16º Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da UNE, um grande encontro de cada sala de aula para debater os rumos da nossa entidade e do Brasil. A rede do movimento estudantil brasileiro é a responsável por grandes conquistas para a educação no nosso país, portanto temos um encontro marcado ao som do frevo para organizar ainda mais a construção da Reforma Universitária que o Brasil precisa. Juntas e juntos, chegaremos ao Recife, na Veneza brasileira, para reformular e apresentar políticas públicas ao som de maracatu e estandarte de novas e atualizações de linguagens artísticas. Um Brasil que reerguemos dos rios às ruas, chegou a vez de inaugurar um novo capítulo da Bienal da UNE. A alma encantadora da rua tá chegando, os estudantes brasileiros, em Pernambuco te esperamos (Bienal da UNE, 2025, grifos nossos).*

O capítulo se estrutura da seguinte forma: na seção “*Observações e notas de campo*”, resgatamos as anotações realizadas no caderno de campo durante nossa experiência na 14ª edição da Bienal da UNE, em Recife-Pernambuco, em janeiro e fevereiro de 2025. É um texto

⁶⁸ Disponível em: <https://bienaldaune.com.br/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2026.

mais descritivo, construído a partir das nossas experiências vivenciadas e sentidas no campo. Depois, na seção “*Plataformas como mediadoras: WhatsApp, Telegram e Instagram*”, traçamos algumas observações sobre o fluxo digital, como a cobertura colaborativa se materializa no Instagram e como a UNE articula sua comunicação institucional. Lembramos que ambas as seções são constituídas a partir da abordagem etnográfica e as técnicas de pesquisa utilizadas nesta etapa nos permitem observar o campo, descrevê-lo e tecer reflexões sobre ele a partir de nosso repertório e lentes teóricas. É, portanto, uma interpretação do campo observado, guiada pelas lentes dos estudos culturais, dos movimentos sociais e plataformas. E claro, a partir da experiência de vida da pesquisadora. Pedimos licença para que a próxima seção seja feita em primeira pessoa. Ainda quando o “eu” é mencionado, ele pode ser visto cheio de “nós”, pois toda essa observação também traz marcas da identidade coletiva que nos uniu à UNE há bastante tempo.

5.1 OBSERVAÇÕES E NOTAS DE CAMPO

No primeiro contato com uma das coordenadoras da cobertura colaborativa, Mel Holzshuster, ainda na fase inicial de organização da pesquisa e preparo para o campo, fomos informados de que durante o evento haveria uma sala específica destinada aos participantes da cobertura, pensada como um espaço fixo de trabalho coletivo. Também foi mencionada a realização de reuniões diárias, o que indicava, ao menos no plano discursivo, uma estrutura organizada e centralizada para o funcionamento da cobertura. No entanto, ao chegarmos ao local do evento, constatamos que essa sala não foi efetivamente implementada nos primeiros dias e, como observamos, a falta do espaço físico resultou em uma primeira observação relevante para a pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao impacto das tecnicidades nas rotinas dos movimentos sociais. Na ausência de um espaço físico de encontro, os principais ambientes de articulação entre os comunicadores inscritos na cobertura colaborativa passaram a ser os grupos de WhatsApp e Telegram, como discutiremos a seguir.

Durante a observação participante, outro elemento se tornou evidente e tensionou algumas expectativas iniciais da pesquisa. Diferentemente do que imaginávamos, a cobertura do evento não era realizada apenas pela equipe de comunicação colaborativa. Havia, paralelamente, uma equipe de comunicação institucional, responsável pela produção e curadoria dos conteúdos publicados no Instagram oficial da UNE. Essa distinção, percebida apenas ao longo da vivência no campo, ainda que pudéssemos imaginar que haveria profissionais guiando os colaboradores, nos levou a compreender que a cobertura colaborativa parecia cumprir menos uma função técnica e mais um papel de mobilização, engajamento e

participação política, enquanto a produção institucional permanecia sob responsabilidade de uma equipe profissional. Independente disso, na materialização da narrativa, veiculada no Instagram, chega a ser imperceptível essa divisão. O que nos leva a crer que ambas as equipes trabalhavam provavelmente juntas, em colaboração.

Esse entendimento foi reforçado pela observação dos conteúdos publicados no Instagram ao longo do evento. Inicialmente, nosso olhar se voltou para o perfil oficial da UNE. No entanto, com o avanço da observação, tornou-se claro que grande parte da dinâmica da cobertura colaborativa se concentrava nos conteúdos vinculados ao CUCA da UNE, enquanto o perfil institucional mantinha uma linha editorial mais padronizada e com maior acabamento técnico e estético. Nos parece que ao CUCA da UNE é esperado o registro das atividades que não são as principais, as rodas de conversa, os passeios pela cidade, as mostras culturais, científicas e esportivas. Essa percepção reforça o que já dissemos, a cobertura não opera no espaço da materialidade e da técnica, mas na produção narrativa, no sensível, nos espaços de socialidades e cidadanias (Martín-Barbero, 2002; Winques, 2024) possibilitados pelo uso social da comunicação. E, talvez, a ideia de sensibilidade caiba muito nessa observação. Afinal, as narrativas parecem ser construídas pelos sujeitos colaboradores a partir daquilo que os afeta.

A experiência no campo também foi atravessada por escolhas estratégicas de inserção. O evento, por sua dimensão e diversidade de atividades, exigia recortes e decisões constantes sobre onde estar e o que acompanhar, afinal, era impossível acompanhar todas as atividades. Talvez esse seja também um papel da cobertura colaborativa, ter pessoas em cada um dos lugares, ocupando diferentes espaços. Desde o início da pesquisa, alguns eixos orientaram nossas escolhas a partir do diálogo com os temas que abordamos na pesquisa: tecnologia, cultura e comunicação. De modo que a tecnologia, como discutido no Capítulo 3, é observada para além de um elemento técnico, material e instrumental, mas pensada a partir dos usos e apropriações dos sujeitos, dos simbolismos construídos através da técnica (Martín-Barbero, 2006). A cultura é compreendida como mediadora das relações sociais e dos processos comunicacionais, inclusive dos processos colaborativos e ativistas. Ainda, como espaço de manifestação popular. E a comunicação, por sua vez, é entendida não apenas a partir da apropriação dos meios, mas também como tática popular de resistência (Bonini e Treré, 2024; Certeau, 1990; Kaplún e Garcia, 1985).

A própria chamada da cobertura colaborativa, tal como apresentada no formulário de inscrição, ajuda a compreender o lugar simbólico atribuído a essa iniciativa. O texto convoca estudantes a se integrarem a uma “guerrilha das redes”, enfatizando menos a técnica e mais o

protagonismo estudantil, a ocupação das mídias digitais e a amplificação do reencontro da juventude brasileira. A cobertura colaborativa é apresentada, assim, como um dispositivo de participação política e de disputa narrativa no ambiente digital, mais do que como uma instância formal de produção de informação, como pode ser vista na íntegra no texto disponibilizado no formulário de inscrição.

PARTICIPE DA COBERTURA COLABORATIVA DA 14ª BIENAL DA UNE! O maior festival estudantil da América Latina é feito por estudantes e para estudantes. *Buscamos comunicadores criativos para registrar e amplificar o reencontro da juventude brasileira.* Se você é estudante e trabalha com fotografia, design, vídeo, redação ou outras áreas da comunicação, *junte-se ao coletivo que vai dar voz ao protagonismo estudantil na reconstrução do Brasil.* Sua participação será essencial para *ocupar as mídias digitais e mostrar ao país a força da nossa juventude.* **JUNTE-SE À GUERRILHA DAS REDES!** (UNE, Formulário de Inscrição Cobertura Colaborativa, 2024, grifos nossos).

Dessa forma, a realidade observada no campo evidencia como as plataformas digitais se tornam, na prática, elementos centrais de articulação, trabalho e encontro, portanto, nos parecem ser elas mediadoras institucionais dos processos de apropriação tática da cobertura colaborativa, como veremos a seguir, desde o chamamento à colaboração, na divulgação do formulário de inscrição, até o espaço da materialidade do processo colaborativo, a produção dos conteúdos narrativos veiculados no Instagram. Ao mesmo tempo, essa realidade revela como a cobertura colaborativa opera entre comunicação, militância e mobilização, integrando-se às estratégias mais amplas da UNE de ocupar as plataformas de mídia social e disputar sentidos no espaço público digital, mas também, no reconhecimento do poder da comunicação como elemento de mobilização por parte da organização estudantil.

Chego ao Centro de Convenções de Pernambuco antes das nove da manhã e encontro o auditório já cheio. Era quinta-feira, 30 de janeiro de 2025. O espaço estava tomado por bandeiras e estandartes de movimentos estudantis e partidos políticos, além dos gritos de guerra das bancadas dos estados e organizações estudantis, que ajudam a compor uma atmosfera marcada por engajamento, identidade e disputa simbólica. Anoto no caderno três palavras que atravessam minha primeira observação naquele espaço, antes mesmo do início da mesa: representatividade, regionalização e identidade. Opto por incorporar registros fotográficos da cobertura do evento como parte da narrativa desta pesquisa, entendendo a imagem como elemento de memória coletiva e de registro histórico daquele momento.

O debate contou com personalidades do ambiente político: Orlando Silva (PCdoB) e Túlio Gadelha (Rede Sustentabilidade), deputados federais por São Paulo-SP e

Pernambuco-PB, respectivamente. Também tiveram espaço de fala a vereadora de Recife, Kari Santos (PT), que também é comunicadora popular, e Gustavo Gaiofato, militante comunista, historiador e youtuber⁶⁹, como pode ser visto na Imagem 1. Em discussão: “*Internet, liberdade de imprensa e redes no Brasil*”⁷⁰. A mesa foi mediada por Bianca Borges, à época presidenta da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e, posteriormente, em julho do mesmo ano, eleita presidenta da UNE. Sua presença na mediação já sinaliza o peso político do debate sobre tecnologia e o lugar estratégico que a pauta ocupa no movimento estudantil. Àquela altura, certamente ela já era um nome cotado para a presidência da organização e, pela nossa vivência prática no movimento estudantil, a bienal era hora de apresentá-la, mesmo que ainda nas entrelinhas.

Imagem 1 - Painel “Internet, liberdade de imprensa e redes no Brasil”



Fonte: Autoria própria.

Em sua fala de abertura, Bianca estabelece o tom da discussão ao afirmar que os “grandes bilionários controladores das *big techs* não estão preocupados com a liberdade de expressão, mas com o lucro, mesmo quando este se sustenta na disseminação de discurso de ódio e em ataques às instituições democráticas”. Ao relacionar a eleição de 2018 e os ataques recentes ao Estado Democrático de Direito à atuação das redes sociais, ela defendeu que a

⁶⁹ Gustavo está à frente do canal “História Cabeluda”, criado para comentar e debater os principais temas da história, política e cultura a partir da perspectiva do marxismo e do materialismo histórico dialético.

⁷⁰ Nome do painel do debate.

regulamentação das plataformas digitais é uma questão de soberania nacional, destacando que o Brasil não pode ser tratado como “terra sem lei” por empresas estrangeiras. Cabe destacar que a discussão sobre a regulamentação deve ser feita em várias instâncias. Inclusive, existem projetos de lei e comissões no Congresso Nacional que discutem a temática e outras questões relacionadas às plataformas digitais. Dentre esses espaços de debate, destacam-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News, a Comissão Especial sobre Inteligência Artificial, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos de Azar e Apostas Online. Existem também diversos projetos de lei em discussão, sem previsão de uma resposta à demanda pela regulamentação.

A partir desse ponto, Gustavo Gaiofato aprofunda o argumento ao reconhecer a importância de projetos de lei voltados à regulamentação das redes, mas alerta para os limites de uma resposta exclusivamente jurídica. Para ele, as *big techs* possuem enorme capacidade econômica e política para contornar regulações formais, interferindo diretamente na economia política dos países. Gaiofato tensiona a fala inicial de Bianca ao sugerir que a disputa vai além da lei: trata-se de enfrentar um modelo estrutural de poder baseado no controle da informação e dos dados. Ao citar casos envolvendo universidades e órgãos públicos, questiona diretamente o destino da produção acadêmica brasileira quando armazenada por empresas como Google e Meta, colocando no centro da discussão a apropriação privada do conhecimento científico e a falta de incentivo a iniciativas soberanas no Brasil, inclusive a ausência de financiamento público. Essa preocupação é retomada e ampliada por Túlio Gadelha, que desloca o foco para a dimensão concreta da vida cotidiana. Túlio enfatiza que os dados dos brasileiros não estão sob controle nacional e são utilizados livremente pelas *big techs*, que conhecem hábitos, preferências, localização e tempo de permanência dos usuários nas plataformas. Em diálogo com Gaiofato, ele reforça que esse poder informacional se materializa também nos algoritmos que ajudam a explicar por que conteúdos da extrema-direita alcançam muito mais visibilidade do que os produzidos pelo campo progressista. Percebe-se, assim, como as plataformas e seus algoritmos são reconhecidos como mediadores também pelos convidados escolhidos pela UNE para pautar o debate.

Para Túlio Gadelha, não se trata apenas de regular, mas de abrir o debate público sobre os algoritmos e investir em educação digital e midiática, hoje praticamente ausente das escolas e universidades. Ao relatar sua experiência como membro da CPI das Fake News, ele conecta a discussão à questão da soberania digital já apontada por Bianca e Gustavo. Ele narra o episódio em que a Meta se recusou a fornecer dados de um grupo envolvido na disseminação coordenada de desinformação, alegando que as informações estavam sob

jurisdição de cortes norte-americanas. O relato funciona como exemplo da dependência tecnológica brasileira e reforça a ideia de que não há democracia possível sem o controle nacional sobre os dados. Falar sobre regulação, tecnologia e plataformas é, portanto, falar também sobre o debate público e o sistema democrático.

Nesse sentido, Orlando Silva, em sua fala, propõe que, antes de tudo, é preciso reconhecer o papel das plataformas de mídias sociais como mediadoras da esfera pública atual. Diferentemente de visões exclusivamente negativas, ele afirma que as plataformas também são ferramentas potentes de conexão, acesso ao conhecimento e difusão cultural. Ao mesmo tempo, ele dialoga criticamente com a defesa da regulamentação ao alertar para os riscos de se delegar ao Judiciário o papel central nesse processo. Segundo Orlando, decisões judiciais são historicamente situadas e politicamente orientadas e, para ele, quando o Poder Judiciário intervém no debate é porque os outros poderes (Legislativo e Executivo) perderam a capacidade de criar um debate no campo político, de convencer, de articular:

Eu sei que muita gente, por exemplo, se entusiasma com certas decisões do poder judiciário em determinados movimentos. Mas, companheiros e companheiras, nós não temos que ter ilusão com o poder Judiciário. As decisões do poder judiciário são construídas historicamente e atendem a determinados objetivos, inclusive políticos. Hoje podem restringir a ação de determinados setores, amanhã podem restringir a ação de outros setores. Portanto, inclusive sou daqueles muito arredios a essa ideia. [...] Quando não temos força para votar no Congresso, vamos ao judiciário e eles decidem e resolvem o nosso problema que não tivemos capacidade política ou força política para resolver na política, inclusive na mobilização, como já foi dito aqui, necessário para você fazer legítima pressão política sobre os poderes. Eu queria fazer esse registro porque, no debate público sobre as redes sociais, a extrema-direita se impulsionou como defensora da liberdade de expressão e carimbou o campo progressista como o campo da censura. E esse debate político e de narrativa impacta em ter menos ou mais força para fazer avançar o debate que considero importantíssimo de regulação das plataformas digitais (Orlando Silva, 2025).

A fala de Orlando apresenta uma evidência importante: o debate sobre a regulação das plataformas ou de outras pautas relacionadas a fenômenos da plataformização deve operar também a partir do campo da mobilização social. Por isso, acreditamos na importância dos estudos que operam na interface entre plataformas, dados e algoritmos e estudos dos movimentos sociais. Orlando articula sua fala diretamente com a de Túlio Gadelha ao analisar o Marco Civil da Internet⁷¹, apontando que a legislação brasileira incorporou a lógica

⁷¹ LEI Nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

norte-americana de blindagem das plataformas, especialmente no artigo 19⁷², dificultando sua responsabilização por danos causados pela omissão diante de discursos de ódio e desinformação. Para ele, a omissão do Congresso em debater e votar uma política de regulamentação das plataformas digitais, atual e condizente com a realidade da sociedade das plataformas, forçou o Supremo Tribunal Federal a, por muitas vezes, ocupar esse espaço, ainda que essa não seja a solução ideal. A regulação, segundo Orlando, precisa caminhar junto com regras de transparência, responsabilidade e garantia da liberdade de expressão, sem reforçar a narrativa da extrema-direita que associa qualquer regulação à censura.

Por sua vez, Gaiofatto reforça que não há soberania digital sem investimento público robusto em ciência, tecnologia e políticas de inovação. Para ele, é inaceitável que um país com a dimensão geopolítica do Brasil não possua sistemas próprios de informação e redes sociais, permanecendo dependente de plataformas alinhadas ao capital estrangeiro. Essa perspectiva é complementada por Kari Santos, que traz o debate para o plano do cotidiano e da disputa comunicacional concreta. Kari afirma que a comunicação é hoje uma das principais armas da extrema-direita para pautar o debate público e vencer as batalhas institucionais, como o processo eleitoral. Em diálogo com Túlio e Orlando, ela defende a ocupação dos espaços digitais como estratégia política, sem reproduzir fake news ou discurso de ódio, mas dialogando com a população comum a partir das experiências concretas do dia a dia.

A gente precisa discutir o cotidiano e hoje o cotidiano é pautado pela comunicação, que é utilizada como uma arma pela extrema-direita para alienar as grandes massas. E se a gente não ficar na disputa e ocupar os mesmos espaços que a direita hoje ocupa através das redes sociais, a gente vai retroceder. Isso não significa que a gente vai utilizar as mesmas armas, não significa que a gente vai propagar fake news, não significa que a gente vai propagar discurso de ódio. Significa que a gente precisa ocupar os espaços para que a gente possa dialogar com a sociedade, para que a gente possa dialogar com o seu Zé e com a dona Maria. Entender o que acontece no cotidiano para que a gente não venha favorecer um campo que favoreça o que aconteceu nas relações de 2018, quando a gente não estava ocupando as redes sociais e a extrema-direita estava ocupando esse espaço e a gente viu uma propagação de fake news que colaborou para que Bolsonaro fosse eleito presidente do Brasil (Kari Santos, 2025).

Talvez o que mais tenha nos marcado durante a mesa tenham sido as falas de Túlio e Orlando quando ambos defendem a educação midiática e digital como eixo estruturante. Essa

⁷² Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

perspectiva, de alinhar educação e comunicação, sempre fez parte de nossa vivência, mesmo antes da entrada na universidade. Túlio afirma que, sem educação digital, a sociedade permanece vulnerável à desinformação. “É preciso discutir desinformação, discutir e promover iniciativas de educação midiática. Mas a realidade é que a internet está ocupando cada vez mais esse espaço e, se a gente não discute educação digital, a gente não tá vacinado contra esse ambiente de desinformação”. Orlando amplia essa ideia ao destacar que a regulação é apenas parte da solução e o enfrentamento dos dilemas das redes exige também acesso universal à internet, investimento estatal em ciência e tecnologia e, sobretudo, a construção de uma soberania tecnológica brasileira.

Eu considero que a própria UNE pautar no ambiente dos movimentos sociais a discussão sobre o papel das redes sociais do ponto de vista da luta democrática é algo bastante importante para que a gente possa responder à questão que nos foi colocada, que é refletir sobre o acesso à informação no momento de crise e jornalismo, discutir a questão do discurso de ódio que vem produzindo tantos danos para a vida social, sobretudo nos setores minoritários do Brasil. [...] O outro pedaço já veio aqui para a mesa, trazido pelo Túlio, que é a ideia de educação midiática, porque esse admirável mundo novo que vemos é definitivo e o que precisamos é fortalecer nas escolas e universidades o desenvolvimento da capacidade crítica para que cada um de nós possamos ver com nossos próprios olhos. Nós temos lentes para sermos capazes de identificar e combater a desinformação. É muito importante que a ideia de educação digital, alfabetização digital, educação midiática seja um tema de interesse, porque só assim, com capacidade crítica, poderemos enfrentar (Orlando Silva, 2025).

A UNE aparece como mediadora desse debate, articulando movimento estudantil e esferas institucionais de poder. Dentre tantos temas de debate disponíveis na programação do evento⁷³, a tecnologia ocupou um lugar de destaque e o auditório lotado, um dos mais cheios que presenciamos ao longo do evento, pode ser a prova de que a juventude brasileira está interessada em debater o presente e o futuro tecnológico brasileiro, plataformas digitais e soberania digital. Registro, por fim, que não foi possível permanecer no local para as perguntas do público, que certamente trouxeram muitos significados ao debate e trariam sentido às nossas observações, mas, a essa altura, já tinha iniciado a roda de conversa “*Da retina às redes: cobertura colaborativa na vanguarda da democracia*”, no Espaço Cuca, e é para lá que caminhamos.

Quando chegamos ao espaço, que era bem informal e ao ar livre, de fato organizado em uma roda de conversa (Imagem 2), a fala de Patrícia de Matos, jornalista e ex-diretora da UNE, já havia acontecido e a atividade já estava em andamento, a fala em curso era a de

⁷³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFOAziHyPBu/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2026.

Pâmela Ortiz, da Mídia Ninja e do Estudantes Ninja. Esse deslocamento no tempo e no espaço não aparece apenas como um detalhe logístico, mas como um dado relevante da própria experiência de campo. É justamente esse aspecto que pesa no evento e ajuda a compreender, inclusive, a existência e a necessidade da cobertura colaborativa. Em um evento de grandes proporções, com múltiplas atividades acontecendo de forma simultânea em diferentes locais, torna-se materialmente impossível acompanhar todas as mesas, rodas de conversa e debates, inclusive para profissionais de comunicação com a função de cobrir. É necessário, portanto, acionar o coletivo, mobilizar mais gente, dividir funções. Esse parece ser também um importante papel da cobertura colaborativa para nós.

Imagem 2 - Roda de conversa sobre cobertura colaborativa



Fonte: Autoria própria.

Foi durante a fala de Pâmela Ortiz que um elemento se destacou de forma mais evidente no caderno de campo. Em determinado momento, ao explicar o sentido político da cobertura colaborativa, Pâmela afirmou que ela pode ser compreendida como uma “tecnologia popular”. Essa expressão foi registrada no caderno e, posteriormente, em uma de nossas leituras atentas às notas de campo, surgiu a inspiração que acabou dando nome ao título final do trabalho. O título emerge, portanto, de um encontro entre a experiência empírica e a escuta atenta do campo, e não de uma formulação teórica prévia. Emerge da apropriação, do encontro com o outro, da horizontalidade das trocas, da possibilidade que o campo oferece de olharmos não só com nossas lentes, mas de enxergar o mundo também a partir da visão dos

sujeitos da pesquisa, daqueles diretamente afetados pelo objeto e fenômeno estudado, como nos inspiram Martín-Barbero e Berkin (2017) quando defendem que a pesquisa coletiva e horizontal perpassa por deixar-se ser tocado pelos outros.

Ao longo de sua fala, Pâmela contextualiza a origem da cobertura colaborativa a partir das experiências dos coletivos de mídia independente, especialmente da Mídia Ninja, que surgem em resposta à concentração dos meios de comunicação e à ausência de representação de determinados sujeitos e pautas na mídia tradicional. A cobertura colaborativa aparece, assim, como uma ferramenta construída a partir da prática, do compartilhamento de saberes e do uso cotidiano das tecnologias digitais, permitindo que estudantes e militantes se tornem produtores de conteúdo e narradores de suas próprias experiências. Pâmela descreve a cobertura colaborativa não apenas como um formato de comunicação, mas como uma prática política, baseada na colaboração, na horizontalidade e na circulação ampliada de informações. Ela narra que, quando criaram os Estudantes Ninja⁷⁴, rede de estudantes comunicadores, a primeira convocatória para cobertura de mobilização nas ruas recebeu mais de seis mil inscritos. Foi na época dos Tsunamis da Educação, já descritos no capítulo anterior, movimento de rua importante dessa geração.

A partir disso, a gente ficou assim: “*Gente, calma aí, a gente tem uma tecnologia muito poderosa para conseguir dar suporte*”, porque era suporte que a gente precisava dar para aqueles estudantes, e não era só estudante, gente, era tipo assim, e agora tem a senhorinha lá de sei lá onde que queria cobrir e ajudar os estudantes, entendeu? [...] E aí, a *partir do sistema dessa tecnologia popular, que é a cobertura colaborativa*, a gente conseguiu, enfim, construir todo um percurso mesmo entre essa galera que se inscreveu e de formação mesmo, porque é uma cobertura colaborativa para além de ela ser essa ferramenta de impulsionar a luta e tudo mais, ela é uma ferramenta muito importante de formação na comunicação. Você participar de coberturas colaborativas é uma experiência que você vai ganhando, você vai se profissionalizando, assim (Pâmela Ortiz, 2025, grifos nossos).

Ao relatar diferentes experiências, ela destaca que essa forma de cobertura permite dar visibilidade a atividades que, em eventos de grande escala, tendem a ficar restritas a públicos muito específicos. Nesse sentido, a cobertura colaborativa atua como um mecanismo de ampliação do alcance do evento, registrando aquilo que, de outro modo, se perderia na simultaneidade das ações. É, portanto, uma forma de explorar novos fluxos e aproveitar a internet para expandir a duração de determinada mobilização ou evento.

Outro espaço escolhido por nós para observação e que merece destaque no relato de campo foi o “*Seminário Nacional do CUCA da UNE: Cultura viva estudantil já!*” que

⁷⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/estudantesninja/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2026.

aconteceu no domingo, já no encerramento da Bienal. O clima do espaço era visivelmente diferente dos dias anteriores. Muitos participantes acompanhavam as atividades com malas ao lado, mochilas no chão e um cansaço acumulado após a intensa programação. Ainda assim, o seminário se manteve como um espaço de concentração e escuta, marcado por apresentações artísticas que atravessavam o debate político e comunicacional. As intervenções artísticas não apareciam apenas como momentos de pausa ou entretenimento, mas como parte constitutiva da reflexão proposta pelo CUCA: pensar a universidade e os territórios como espaços culturais. A ideia de hackeamento artístico (Imagem 3) demonstra essa visão. Hackear não se referia apenas à tecnologia digital, mas à apropriação criativa de linguagens, plataformas e espaços, a partir da arte, deslocando seus usos previstos e produzindo novos sentidos (Martín-Barbero, 2014; Winques, 2024). E, o mais importante, a partir de uma residência coletiva, do trabalho coletivo e colaborativo.

Imagem 3 - Hackeamento artístico



Fonte: captura de tela do Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DD7_svtvuaq/. Acesso em: 1º de fevereiro de 2026.

A arte aparecia, durante todo o evento, mas ainda mais durante o Seminário de Cultura e Arte, como estratégia de intervenção política e comunicacional. Essa noção dialogava

diretamente com a compreensão da internet como território, ponto enfatizado pela convidada Ivana Bentes, professora, pesquisadora e atualmente Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em sua fala, a internet foi apresentada não apenas como meio de circulação de conteúdos, mas como um espaço de disputa simbólica, cultural e política. Um território onde identidades são construídas, narrativas são tensionadas e formas de organização coletiva se reinventam. O objetivo da participação de Ivana era debater uma política cultural nas universidades, um projeto político que incluísse a cultura na pauta estudantil. Entretanto, sua fala também apresentou pontos sobre a relação entre tecnologias e práticas culturais, importantes para os tempos de hoje, sobre a cultura digital e a internet como território e, o mais importante, como um território em disputa.

Quando a gente fala de território, a gente acha que a internet tá fora. *Gente, a internet é uma terra virtual que a gente tem que conquistar.* A gente tem que colocar o território digital junto com o território, o que a gente entende pelas ruas e as redes. A gente está falando disso, pelo menos, desde 2013, dá insurgência e articulação do território das redes. Porque senão a gente vai perder a batalha das redes. Então vamos pensar que o território também é a rede. *Hoje a rede impacta no território tanto quanto o território impacta a rede.* Então vamos colocar a cultura digital nessa discussão sobre territórios. *Nós queremos disputar a terra virtual que hoje é um domínio da extrema-direita.* Óbvio que a gente também está na rede com nossos influenciadores, com ativismo, com a Mídia Ninja, com produção de conteúdo, disputando a rede e os territórios (Ivana Bentes, 2025, grifos nossos).

Ao longo do seminário, ficou evidente a ideia de que a rede não existe de forma dissociada do território físico. Pelo contrário, a internet impacta e reconfigura o território cultural, influenciando práticas artísticas, modos de produção de sentido e consumo, formas de circulação da cultura. E aqui é importante destacarmos que a internet de nuvem não tem nada, como destaca o Mapa dos Territórios da Internet, elaborado pela Coding Rights e já discutido por nós no Capítulo 2, a internet é uma estrutura física, geolocalizada e atravessada por relações de poder. De um lado, cabos, satélites, antenas, servidores, computadores, celulares, minas, garimpo, códigos de programação, lixo eletrônico. Do outro, sujeitos sendo afetados e retirados de suas terras para exploração de água e minérios, outros vivendo às margens da conexão com acesso precário e há ainda aqueles que seguem lucrando com o colonialismo digital (Couldry e Mejias, 2018).

O Seminário do CUCA, portanto, funcionou como um espaço de enlace entre cultura, tecnologia e política, articulando práticas artísticas, reflexões teóricas e experiências concretas. Reafirmando a cultura como parte importante do processo político. Mesmo em um

momento de despedida, com o evento se encaminhando para o fim, o debate reforçou a centralidade da cultura como campo estratégico de disputa e da comunicação como elemento transversal às ações do movimento estudantil e o resgate da cultura como mediação histórica da UNE, como já dissemos anteriormente, desde os tempos do CPC. Logo abaixo, nosso relato segue a partir da observação dos fluxos digitais, observando como se deu a dinâmica da cobertura colaborativa no WhatsApp, Telegram e Instagram, mediadores do processo colaborativo de comunicação.

5.2. PLATAFORMAS COMO MEDIADORAS: WHATSAPP, TELEGRAM E INSTAGRAM

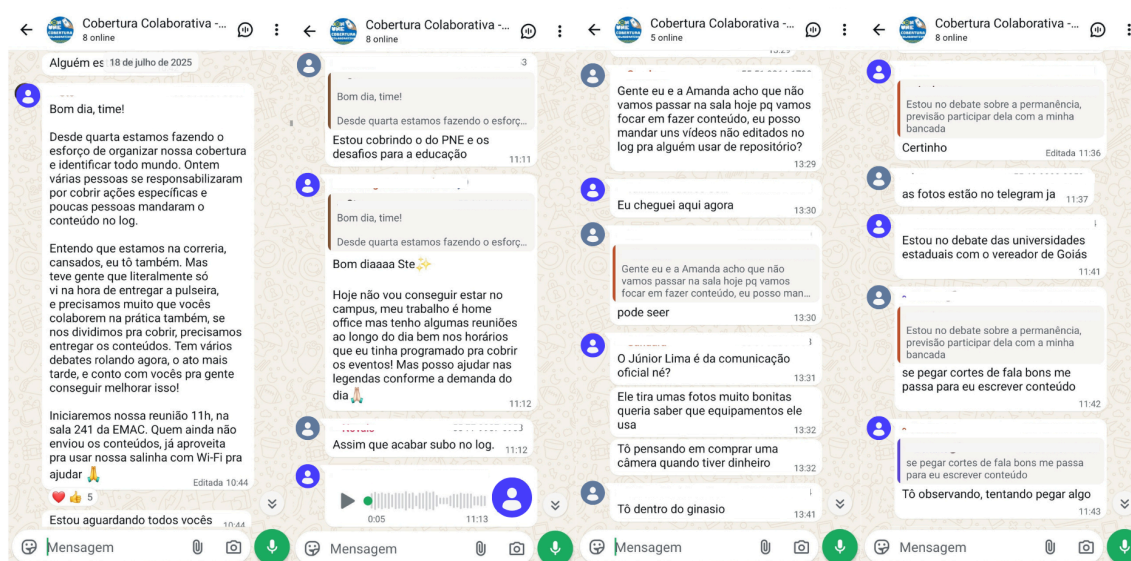
Na discussão teórica, mencionamos que as plataformas digitais podiam ser consideradas instituições mediadoras (Winques, 2024) da prática de comunicação colaborativa. Quando começamos a olhar para isso, lá no início da pesquisa, pensávamos que encontraríamos o Instagram nesse lugar, afinal, é por lá que a cobertura colaborativa se materializa como conteúdo de divulgação digital. Entretanto, ao longo da observação, compreendemos que existem outras plataformas mediando o processo da cobertura, mesmo antes da materialização da narrativa em conteúdo veiculado no Instagram. As plataformas de mídia social WhatsApp e Telegram, cujo foco principal é a transmissão de mensagens instantâneas, são, talvez, os principais suportes do processo colaborativo de comunicação. Para além do contato pessoal e presencial, é pelos grupos de WhatsApp e Telegram que a dinâmica de comunicação acontece.

Como só fomos inseridos no grupo da cobertura colaborativa no WhatsApp depois do evento, seguimos acompanhando o processo por lá e, posteriormente, entramos em outros grupos de cobertura colaborativa divulgados pela UNE. Durante as entrevistas, concedidas na etapa posterior à observação e apresentadas no próximo capítulo, vários dos estudantes entrevistados mencionaram o papel do WhatsApp como mediador do processo, ele servia como: a) *espaço de encontro entre os sujeitos participantes*; b) *organizador da rotina produtiva da cobertura colaborativa*; e c) *uma espécie de “tira-dúvidas”* em que os participantes podiam ter um contato mais próximo com a UNE. No contato com alguns sujeitos participantes da cobertura colaborativa, ainda durante o evento, eles também mencionaram que tinham reuniões, que mensagens estavam sendo enviadas pelo grupo, que as demandas e tarefas de cada colaborador estavam sendo repassadas por lá.

Como nossa pesquisa perpassa esse encontro com o campo, acompanhamos a dinâmica do grupo da cobertura colaborativa do CONUNE, evento que aconteceu entre os dias 16 e 20 de julho de 2025, em Goiânia. Nossa imersão no grupo se deu mais para sentir

essa dinâmica que antes era apenas imaginada por nós a partir de relatos ao longo da própria Bienal e verificar se os elementos apontados acima de fato faziam sentido. As imagens abaixo (Imagem 4) são capturas de tela do grupo durante os dias de evento. Preservamos o nome e as fotos dos participantes, por razões éticas de anonimização de conteúdos digitais, mas escolhemos trazer aqui algumas conversas em que ficam perceptíveis as dimensões sobre a funcionalidade do aplicativo de mensagens ao longo do processo de cobertura. Atualmente, fazemos parte de três grupos direcionados à cobertura colaborativa da UNE: a) *Cobertura Colaborativa 14ª Bienal da UNE*, b) *Cobertura Colaborativa CONUNE* e c) *Cobertura colaborativa dos estudantes 21/9*. Observamos que, vez ou outra, as pessoas retomam assuntos, divulgam produções próprias, solicitam o envio do certificado de participação na cobertura ou em coberturas passadas para a inclusão no histórico escolar e questionam quando terá mais ações de comunicação em que poderão colaborar.

Imagem 4 - Cobertura Colaborativa no WhatsApp



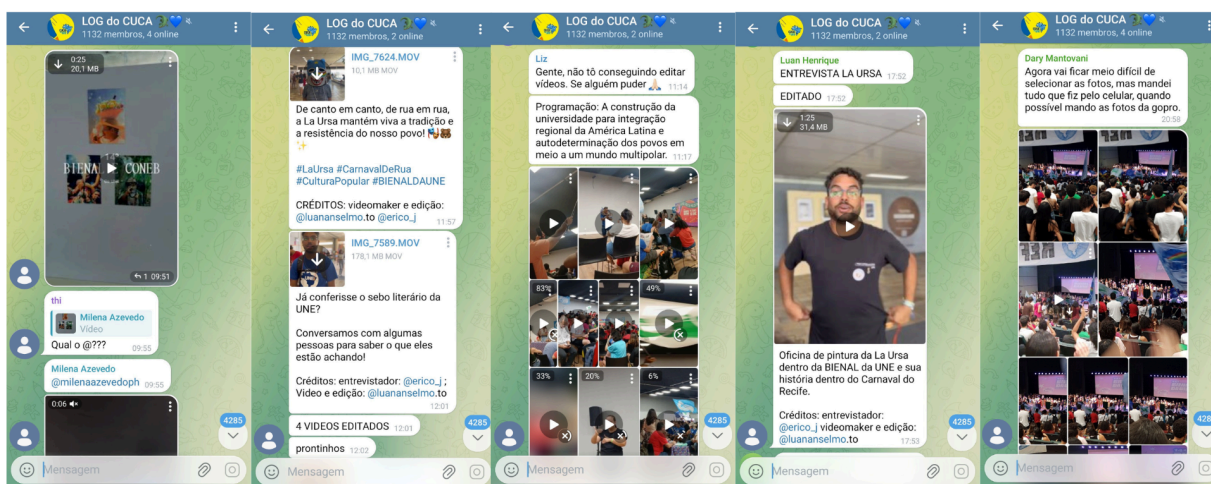
Fonte: Captura de tela do grupo do WhatsApp da cobertura colaborativa da UNE.

Por sua vez, o Telegram nos trouxe lembranças da época em que participamos ativamente da rede de cobertura colaborativa da UNE. Lembramos que ele parecia funcionar como uma espécie de repositório, devido à sua função de “nuvem”, onde os sujeitos podiam depositar os conteúdos produzidos, indicando a autoria e créditos a serem dados, como a marcação de perfil no Instagram, o que, para nós, é uma forma de demarcação da colaboração, como discutimos em trabalho anterior (Resende e Winques, 2025). No trabalho, que discutia as ferramentas e materialidades do Instagram utilizadas para as práticas colaborativas,

identificamos o uso da legenda para: a) demarcar os perfis de produtores, colaboradores, em geral, fotógrafos ou comunicadores alternativos; b) demarcar conteúdos de reprodução (compartilhados de outros perfis do Instagram); e c) creditar os colaboradores da cobertura colaborativa. É por meio do Telegram que são compartilhados os perfis dos colaboradores e, muitas vezes, eles são creditados somente pelos seus perfis no Instagram.

Para nós, o Telegram também parece servir como um espaço de memória dos registros de atos e eventos da UNE e do movimento estudantil, colaborativo e histórico, que todo mundo pode postar, o que, mais uma vez, demonstra o lugar colaborativo da comunicação. As práticas colaborativas aparecem, assim, também como espaço de pertencimento, de fazer parte daquele grupo, de materializar a participação para além de simples expectadores. As imagens abaixo (Imagem 5) são capturas de tela que demonstram a dinâmica de uso do aplicativo ao longo da cobertura colaborativa da Bienal. O LOG da UNE possui 1133 membros, 46.717 fotos e 2142 vídeos depositados por lá.

Imagem 5 - Cobertura colaborativa no Telegram

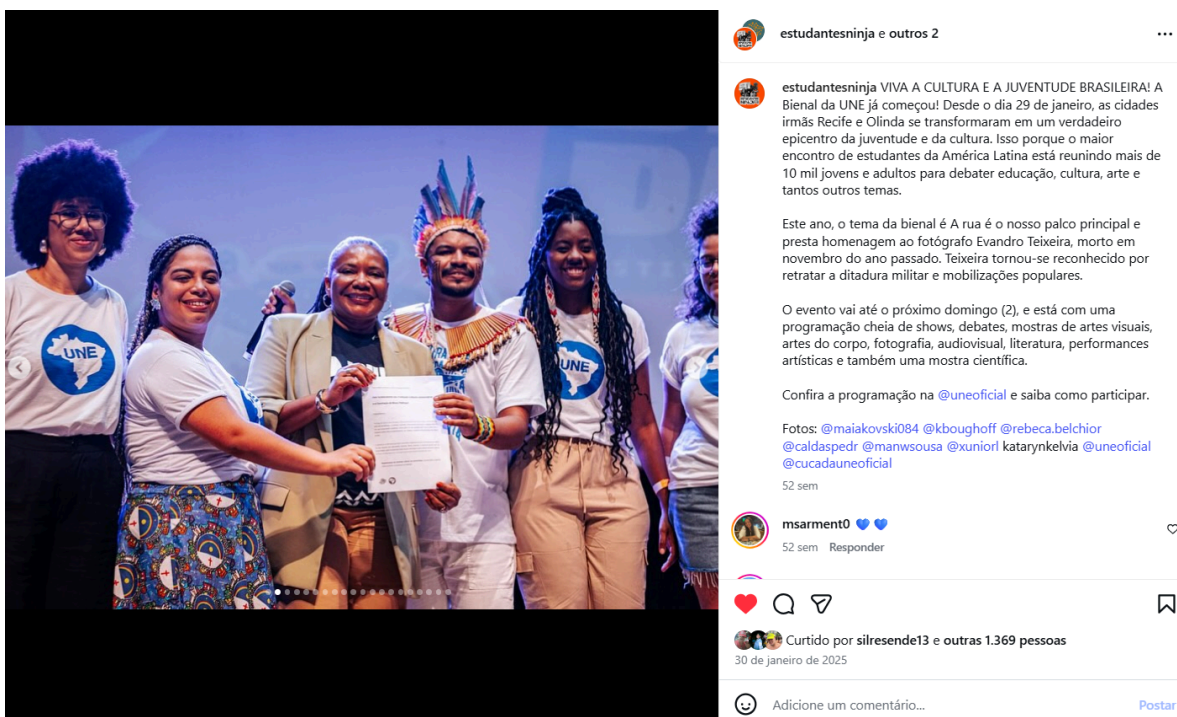


Fonte: Captura de tela do grupo do Telegram LOG da UNE.

Ao longo da observação da cobertura da Bienal, tornou-se evidente a diferença entre os conteúdos publicados no Instagram oficial da UNE e aqueles veiculados pelo CUCA da UNE. Embora ambos fizessem parte do mesmo ecossistema comunicacional e, na maioria das vezes, fosse demarcado pela colaboração entre os dois perfis, foi no contato com o campo que descobrimos que a cobertura colaborativa ficava mais responsável por pensar os conteúdos que seriam veiculados no CUCA da UNE, mesmo que os registros compartilhados pelos colaboradores no Telegram pudessem também ser aproveitados nos conteúdos postados pelo Instagram oficial da organização. O Instagram da UNE apresentava uma cobertura mais

institucional, com linguagem mais padronizada, foco em agendas oficiais, autoridades políticas, divulgações práticas sobre os encaminhamentos do evento. Já o CUCA da UNE concentrava uma cobertura mais experimental, atravessada pela cultura, pelas artes e pela vivência cotidiana da Bienal, com maior espaço para registros espontâneos e afetivos. Entretanto, ressaltamos que a maioria das narrativas veiculadas utilizava a ferramenta *Instagram Collab* para fazer a colaboração entre os dois perfis. Também é possível ver o perfil do Estudantes Ninja, já mencionado acima, produzindo conteúdos colaborativos sobre a cobertura, o que nos permite ver que também há uma interconexão, uma rede de cobertura e colaboração entre UNE e Estudantes Ninja. A Imagem 6 demonstra um desses conteúdos produzidos em parceria pelos três perfis.

Imagem 6 - Colaboração entre UNE, Cuca da UNE e Estudantes Ninja



Fonte: Captura de tela do Instagram. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pOBp>. Acesso em: 1º de fevereiro de 2026.

A partir do acompanhamento dos grupos de comunicação e do material que nos foi compartilhado ao longo do evento, foi possível ter contato com um volume expressivo de fotos, vídeos e relatos produzidos coletivamente. Em diversos momentos, ao organizar e revisar esses arquivos, fomos surpreendidos pela quantidade de material coletado. Ainda assim, é importante destacar que nossa intenção nunca foi quantificar a produção, mas compreender sua dimensão e intensidade. O impacto vinha menos dos números e mais da percepção do ritmo acelerado e da continuidade da cobertura ao longo dos dias. Destacamos

que, inclusive, houve uma dificuldade de acompanharmos os conteúdos postados, principalmente na estrada e durante o evento. A falta de internet na estrada, durante a ida e a volta de Recife, fez com que limitássemos a coleta e transformássemos em algo (ainda mais) qualitativo, observacional mesmo, já que a ferramenta que tínhamos para acompanhar, principalmente os conteúdos veiculados nos *stories*, que desaparecem em 24 horas, era o registro de capturas de tela em foto e vídeo. Fechamos a coleta com cerca de 1000 capturas de tela de *stories* e algumas do *feed*, além das gravações em vídeo, que funcionaram como nossa técnica de coleta nos dias mais corridos.

Ainda na estrada, a caminho de Recife, verificamos algo que parecia ser um demarcador do aspecto territorial presente quando falamos de um evento nacional. Durante os dias que antecederam o evento, houve um grande fluxo de compartilhamento de imagens, principalmente nos *stories* da UNE, de fotos e vídeos das caravanas rumo ao evento (Imagem 7). Parece se tratar de uma forma de demarcar a participação daquela localidade ou universidade, uma forma de se fazer ser visto em meio a um evento nacional e também uma forma de reconhecer a grandiosidade do evento e da própria UNE. A chegada de estudantes de diferentes regiões do país, com trajetórias, sotaques e repertórios culturais diversos, aparecia de forma recorrente nos registros. As caravanas não eram apenas um dado logístico do evento, mas um elemento narrativo importante da cobertura, reforçando a ideia de diversidade territorial e a dimensão nacional não só da bienal, como também da UNE como um movimento nacional.

Imagem 7 - Demarcação regional da participação



Fonte: Captura de tela dos *stories* do Instagram.

Durante os dias de evento, a cobertura se manteve praticamente em regime *full-time*, especialmente nos *stories*. Havia uma sensação constante de fluxo contínuo, com publicações

ao longo de todo o dia, acompanhando debates políticos, apresentações culturais, bastidores, deslocamentos e corredores. Essa presença constante nas redes contribuía para a construção de uma narrativa de imersão, em que quem acompanhava à distância podia ter a sensação de estar circulando pelo evento. Nesse contexto, os elementos de colaboração tornavam-se visíveis não apenas na autoria coletiva dos conteúdos, mas também na diversidade de olhares e enfoques. A colaboração aparecia tanto na partilha de materiais quanto no reconhecimento das autorias, nos créditos e nas marcações, reforçando a lógica coletiva da cobertura. Os conteúdos produzidos também evidenciavam o entrelaçamento constante entre debates políticos e manifestações culturais. A cultura não surgia como um elemento acessório, mas como parte central da experiência política da Bienal. Shows, performances, intervenções artísticas e expressões culturais dividiam espaço com mesas, plenárias e rodas de conversa, compondo uma narrativa em que política e cultura eram reforçadas mutuamente.

A intensidade da produção de conteúdos, perceptível mesmo sem a intenção de mensuração quantitativa, reforça a dimensão do esforço coletivo envolvido. O volume de registros, a cobertura praticamente ininterrupta nos *stories* e a diversidade de temas abordados demonstram como a cobertura colaborativa se sustenta a partir do engajamento contínuo dos participantes, das caravanas e das redes de colaboração que se formam temporariamente em torno do evento. Os debates políticos, fortemente atravessados pela cultura, e a presença de personalidades públicas ampliaram o alcance simbólico da Bienal. A cobertura colaborativa pode, então, ser compreendida como um espaço intermediário entre institucionalidade, socialidade, cidadania, participação, apropriação tática das tecnicidades para construção de narrativas (Winques, 2024; Bonini e Treré, 2024; Certeau, 1990), que de individuais não têm nada e se baseiam na coletividade.

Dessa forma, a Bienal da UNE pode ser vista como um acontecimento que se estende no tempo e nas plataformas digitais, graças à expansão dos fluxos e às políticas de visibilidade. A cobertura colaborativa, longe de ser apenas um produto comunicacional, configura-se como uma prática social que articula tecnologia, cultura e política, evidenciando novas formas de participação, mediação e produção coletiva de sentidos no movimento estudantil brasileiro. No próximo capítulo, discutiremos o perfil da rede de colaboradores da UNE, a partir de um questionário aplicado com os estudantes colaboradores, e ainda, discutiremos sobre comunicação, tecnologia e colaboração a partir dos saberes partilhados pelos sujeitos participantes. Tenho certeza de que com muitos deles me cruzei pelos corredores do Centro de Convenções de Pernambuco, sem saber que tempos depois seriam os interlocutores desta pesquisa, colaboradores também da produção científica.

6. COLABORAÇÃO ALGORÍTMICA: IMAGINÁRIOS, NARRATIVAS E RESISTÊNCIAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

É neste capítulo que vamos discutir a colaboração a partir das mediações algorítmicas e históricas, do uso social da tecnologia e da mídia e a partir dos imaginários, narrativas e resistências do movimento estudantil brasileiro. Antes de qualquer coisa, cabe apresentar como se constitui este capítulo que se soma à discussão dos achados já debatidos a partir da observação participante, no capítulo anterior. Na primeira seção, “*Quem constrói a rede colaborativa da UNE?*”, são os dados coletados no questionário que nos permitem formular um perfil dos colaboradores da UNE a partir da cobertura colaborativa, objeto desta dissertação. Em seguida, na seção “*Interlocutores: de estudantes a colaboradores*”, apresentamos, de forma mais detalhada, o perfil dos estudantes que foram entrevistados por nós durante a pesquisa, escolhidos por meio do primeiro mapeamento advindo da implementação do questionário. Esses oito interlocutores foram os representantes dos inscritos na cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE que conversaram conosco e, é por meio do diálogo com eles, que transformamos nossas inquietações de pesquisa em resultados, em discussões entre teoria e prática. É por meio da fala desses sujeitos que escolhemos responder nossos objetivos de pesquisa, somados, é claro, com as outras etapas metodológicas, necessárias para chegarmos a esse momento.

Dessa forma, na seção “*Cobertura colaborativa: tecnologia que nos UNE*”, vamos discutir e traçar caminhos para o primeiro objetivo desta pesquisa: identificar as motivações para a participação dos estudantes na construção de conteúdos colaborativos, se elas estão mais relacionadas a aspirações profissionais, ideológicas, pertencimento cultural ou de outra natureza, e se essas motivações são baseadas em ideais individuais ou coletivos. Assim, nesta seção, focamos em observar a trajetória do sujeito enquanto estudante, conectando o histórico pessoal, acadêmico, militante e político com sua experiência concreta na cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE. É a observação do contexto e da experiência cotidiana desses sujeitos colaboradores que nos permite discutir a cobertura colaborativa como uma tecnologia popular, uma ferramenta de apropriação tática dos sujeitos para ocupar e disputar espaço no ambiente digital. Buscamos compreender as motivações para a colaboração, a dinâmica das atividades práticas de comunicação realizadas durante o evento e como se dá o sentimento de pertencimento em relação ao movimento estudantil, à comunicação e à UNE, tudo isso por meio do diálogo construído durante a etapa de entrevistas em profundidade.

Em seguida, é na seção “*Fluxos e usos táticos das plataformas digitais*” que buscamos

responder às inquietações do segundo objetivo específico desta pesquisa: discutir os aspectos dos processos colaborativos e das resistências, sobretudo no que tange às transformações dos movimentos sociais no cenário da plataformização. É, portanto, neste momento do trabalho que apresentamos os resultados, também coletados na etapa de entrevistas, mas que versam sobre o cenário atual dos movimentos sociais no Brasil, em especial o movimento estudantil, sobretudo em relação à penetração das plataformas digitais no cotidiano dos sujeitos que acabam por modificar os hábitos de consumo, as práticas culturais, sociais e econômicas (Poell, Nieborg e van Dijck, 2020). É nesta seção que dialogamos com o conceito de movimentos sociais datafificados (Milan e Beraldo, 2024) para entender a percepção dos sujeitos participantes sobre a transformação das práticas de mobilização, ativismo e ação coletiva. Também aproveitamos para discutir como os sujeitos apontam características e exemplos dessas mudanças a partir de seus contextos pessoais e avaliam pontos positivos e negativos para o cenário nacional de mobilização dos movimentos sociais. Em relação ao ponto mais específico deste trabalho, buscamos mapear informações sobre o uso cotidiano das plataformas de mídia social (especialmente o Instagram) também como uma forma de nos ajudar a observar essas reconfigurações no cenário do movimento estudantil brasileiro.

Por fim, é na seção “*Agência algorítmica do sujeito: potenciais e limites*” que inserimos o debate a partir do terceiro objetivo específico deste trabalho: avaliar a percepção dos sujeitos participantes da cobertura colaborativa sobre os limites e as potencialidades das plataformas, a liberdade de produção *versus* a liberdade de alcance, ou seja, as tensões que permeiam os usos táticos e estratégicos das mediações algorítmicas e *affordances* das plataformas de mídias sociais nas ações coletivas. Nesse sentido, buscamos explorar a percepção dos estudantes sobre as estruturas de poder das plataformas, observando como a mediação algorítmica aparece na fala dos entrevistados e como eles avaliam as assimetrias de poder nas plataformas. Abordamos ainda as estratégias imaginadas ou utilizadas pelos movimentos sociais para disputar narrativas no ambiente digital e como esses sujeitos percebem os potenciais e as fraquezas das plataformas digitais para os movimentos sociais. Essa última questão, inclusive, parece ter sido uma grande descoberta da pesquisa e que, como discutiremos a seguir, pode se tornar um campo frutífero para pesquisas futuras.

Somados esses pontos ao que já foi debatido no capítulo anterior a partir da nossa experiência de campo durante a 14ª Bienal da UNE e à discussão teórica que serve como lente para guiar nossa análise, esperamos, até o final deste capítulo, ter respondido nossa principal pergunta: de que forma os estudantes brasileiros imaginam e se apropriam de forma tática das técnicas e das plataformas digitais para construção de narrativas e resistências?

6.1 QUEM CONSTRÓI A REDE COLABORATIVA DE COMUNICAÇÃO DA UNE?

Como descrito no Capítulo 4, nosso percurso metodológico incluiu a implementação de um questionário aplicado com os participantes da cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE. A intenção inicial era aplicar o questionário no próprio evento, a partir da conversa com os participantes na sala destinada à cobertura colaborativa. Entretanto, essa etapa acabou ficando para depois, visto que a grande dimensão do evento e as atividades concomitantes nos impediram de manter esse contato tão próximo com os participantes, afinal, eles também estavam cumprindo seu papel e produzindo comunicação colaborativa. Dessa forma, focamos só na observação, que já nos rendeu bastante material de análise, conforme foi visto no capítulo anterior. Diante disso, em relação ao questionário, realizamos o contato com os participantes da cobertura após o evento. Enviamos o link do questionário e o convite para a participação da pesquisa no dia seguinte, 4 de fevereiro de 2025, no grupo de WhatsApp “Cobertura Colaborativa 14ª Bienal da UNE” e no “LOG do CUCA” no Telegram. Cabe destacar que esse último não era destinado somente ao evento, mas sim a outras várias atividades da cobertura colaborativa proposta pela UNE. Por se tratar de grupos maiores, recebemos respostas também de pessoas inscritas na cobertura do evento, mas que, por questões logísticas, não conseguiram viajar até Recife. Como veremos a seguir, isso nos ajuda a ver os fluxos possíveis de colaboração materializados pelo uso social das tecnologias digitais, principalmente pelas plataformas de mídia social e os aplicativos de mensagem.

No grupo do WhatsApp destinado ao evento, de onde saíram a maioria das respostas ao questionário, encontram-se até o momento 121 pessoas⁷⁵. Entretanto, ao abordarmos os participantes, identificamos que muitos deles se inscreveram no formulário da cobertura, mas não participaram ativamente do processo. Durante as entrevistas, etapa seguinte ao questionário, constatamos que questões relacionadas ao transporte, à grande dimensão territorial do Brasil e à disponibilidade de recursos financeiros fazem com que alguns não tenham tido condição de chegar a Recife e participar presencialmente no evento, mesmo que para eles a participação digital por si só tenha sido válida para o sentimento de colaboração. Como não sabemos efetivamente quantos estudantes compuseram a cobertura, para fins de definirmos um número médio de amostragem do questionário, entramos em contato com Mel Holzshuster, uma das responsáveis pela coordenação da cobertura, que nos informou que

⁷⁵ Para fins de transparência, atualizamos o número em janeiro de 2026. No grupo, continuam sendo compartilhadas informações, principalmente relacionadas a mobilizações e a área da comunicação, apesar de ter sido um grupo criado para o fim específico da cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE, ocorrida há quase um ano.

cerca de 70 pessoas participaram de alguma forma desta edição da cobertura colaborativa. Portanto, apresentamos abaixo as respostas de 34 sujeitos participantes⁷⁶ que colaboraram com a pesquisa por meio da resposta do questionário, o equivalente a 48,57% do número estimado pela organização de participantes na cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE.

6.1.1 Perfil geral e regionalização

Como também já foi explicado no Capítulo 4, a primeira seção do nosso questionário de mapeamento teve por objetivo criar um perfil geral dos sujeitos participantes. Foram coletados dados de contato e localização geográfica, além de marcadores sociais como gênero, orientação sexual, cor e deficiência. A região sempre foi um fator importante para nós, principalmente por se tratar da análise de um fenômeno que acontece em um movimento nacional e, logo, a questão geográfica também poderia nos apresentar alguns indícios sobre os processos de participação. Fora isso, desde o início pretendíamos realizar as entrevistas com dois sujeitos de cada região brasileira. Já no primeiro momento, foi possível observar algumas questões: em primeiro lugar, nos chamou a atenção o fato de nenhum estudante da Região Sul do Brasil ter respondido ao questionário. O fato pode ser significativo em relação ao fator da geolocalização, visto que um evento nacional acaba tendo impacto nos custos de uma viagem para uma região mais distante. Outro fator que costuma ser significativo nesses casos é a disponibilidade para viagem, já que muitos estudantes trabalham ou estagiam e, por vezes, não podem deixar as atividades para participar de eventos do movimento estudantil. Essas duas colocações foram vivenciadas por nós durante nossa experiência no movimento estudantil. A distância geográfica, que gera altos custos financeiros com transporte, e o fato de não poder se ausentar de atividades laborais são alguns dos impedimentos que costumam significar a ausência de estudantes nesses espaços.

Outro fato que nos chamou bastante atenção ao olharmos para esses dados foi a diversidade encontrada nas idades dos estudantes. O mais novo com 16 anos e o mais velho com 53, isso demonstra um perfil diverso na categoria estudante no Brasil e ainda que pessoas que não estudam mais podem ter outros aspectos de identificação com a UNE que as fazem se inscrever na cobertura colaborativa, mesmo sem um vínculo direto de pertencimento ao movimento estudantil. Em relação ao gênero de identificação, temos 61,8% dos sujeitos participantes do sexo masculino (M), 29,4% do sexo feminino (F), 5,9% não binário (NB) e 2,9%, gênero fluido (GF), indicados na *Tabela 1* pelas vogais em parênteses. Na orientação sexual, 41,2% dos sujeitos se declaram heterossexuais, 23,5% homossexuais, 20,6%

⁷⁶ Foram 35 respostas. Entretanto, a 35ª estava repetida, portanto, retiramos dos dados finais.

bissexuais e 14,7% pansexuais. Os dados revelam um perfil diverso e uma maioria de sujeitos LGBTQIA+, que foge do padrão heteronormativo e cisgênero.

Tabela 1 - Perfil geral dos sujeitos participantes

Sujeito	Idade	Gênero	Orientação Sexual	Cor	Pessoa c/ Deficiência	Estado	Região
S1	20	F ⁷⁷	Heterossexual	Negra	Não	ES	Sudeste
S2	22	NB	Bissexual	Branco	Sim	ES	Sudeste
S3	25	M	Homossexual	Negro	Não	MA	Nordeste
S4	30	F	Heterossexual	Branco	Não	PE	Nordeste
S5	22	M	Homossexual	Negro	Não	PI	Nordeste
S6	24	M	Homossexual	Pardo	Não	CE	Nordeste
S7	33	F	Bissexual	Branco	Sim	MS	Centro-oeste
S8	21	M	Heterossexual	Pardo	Não	PA	Norte
S9	21	M	Pansexual	Indígena	Não	BA	Nordeste
S10	28	M	Heterossexual	Negro	Não	BA	Nordeste
S11	22	M	Bissexual	Pardo	Não	BA	Nordeste
S12	20	M	Homossexual	Indígena	Sim	SP	Sudeste
S13	24	F	Bissexual	Pardo	Não	CE	Nordeste
S14	41	M	Heterossexual	Branco	Sim	SP	Sudeste
S15	24	M	Heterossexual	Negro	Não	MT	Centro-oeste
S16	20	F	Heterossexual	Pardo	Não	PA	Norte
S17	23	M	Heterossexual	Negro	Não	RJ	Sudeste
S18	21	F	Pansexual	Branco	Não	PA	Norte
S19	25	M	Homossexual	Negro	Não	MA	Nordeste
S20	21	M	Homossexual	Branco	Não	BA	Nordeste
S21	20	F	Heterossexual	Indígena	Não	MS	Centro-oeste

⁷⁷ S1 assinalou no questionário a opção “Feminino” e não “Transfeminino” (disponível) em relação ao gênero, entretanto, na etapa de entrevistas ela nos relatou ser uma mulher trans. Logo, para fins de transparência, trazemos esta informação aqui, a fim de demarcar esse dado que também contribui para pensar a diversidade no perfil dos colaboradores da UNE.

S22	21	M	Bissexual	Pardo	Não	CE	Nordeste
S23	40	M	Heterossexual	Negro	Não	AM	Norte
S24	21	M	Heterossexual	Pardo	Não	CE	Nordeste
S25	53	M	Heterossexual	Negro	Não	MG	Sudeste
S26	16	F	Pansexual	Pardo	Não	PA	Norte
S27	20	M	Pansexual	Pardo	Sim	RJ	Sudeste
S28	45	F	Heterossexual	Pardo	Não	BA	Nordeste
S29	22	M	Bissexual	Negro	Não	MA	Nordeste
S30	19	NB	Homossexual	Pardo	Não	SP	Sudeste
S31	27	F	Bissexual	Pardo	Não	GO	Centro-oeste
S32	27	M	Heterossexual	Negro	Não	BA	Nordeste
S33	22	M	Homossexual	Negro	Não	BA	Nordeste
S34	21	GF	Pansexual	Pardo	Não	RJ	Sudeste

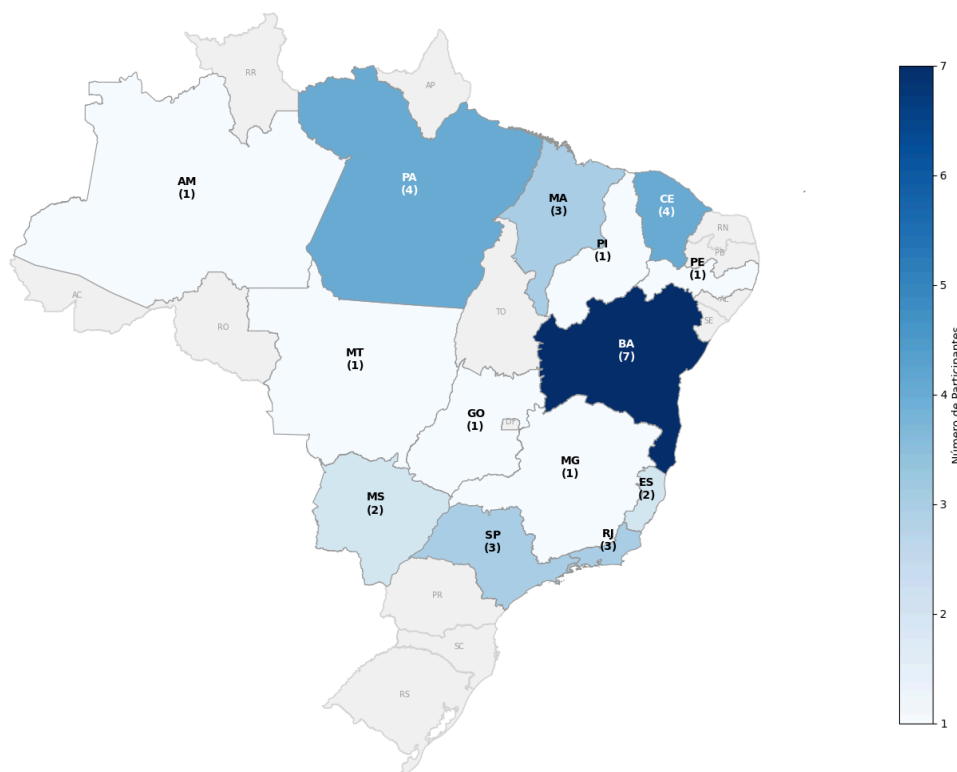
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A diversidade também é demarcada ao observarmos o fator cor: 38,2% dos sujeitos participantes se autodeclararam pardos, 35,3% negros, 17,6% brancos e 8,8% se autodeclararam indígenas. Temos uma maioria de participantes autodeclarados não brancos. Ainda em relação aos dados que ampliam nossa visão sobre o perfil dos sujeitos participantes, constatamos que 14,7%, correspondendo a cinco sujeitos, são pessoas com deficiência. Aqui abrimos um parêntese para relatar que sentimos falta de saber quais eram essas deficiências, certamente nos ajudaria a pensar os processos de inclusão e a comunicação como prática inclusiva, foi uma falha nossa não termos adicionado uma pergunta relacionada a isso para o preenchimento desses sujeitos.

Apesar de termos solicitado no questionário, optamos por não indicar a cidade dos estudantes, a fim de resguardar ainda mais a identidade dos participantes, mas, a partir dos dados analisados, encontramos: 16 estudantes moradores de capitais brasileiras e 18 que moram em cidades do interior. A Bahia se destaca com sete participantes, seguida por Ceará e Pará, ambos com quatro sujeitos. Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão têm três participantes cada, enquanto Espírito Santo e Mato Grosso do Sul registraram dois sujeitos. Por fim, Goiás, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí apresentaram um participante cada. Esse levantamento evidencia a diversidade geográfica na participação da cobertura

colaborativa. Temos, portanto, uma representatividade de 50% de participantes da Região Nordeste, região da cidade onde ocorreu o evento, 14,7% da Região Norte, 23,5% da Região Sudeste e 11,8% da Região Centro-Oeste. Relembramos que nesta edição da cobertura colaborativa não contamos com sujeitos participantes da Região Sul, ou, caso tenham participado, não tiveram interesse em contribuir com esta pesquisa. Cabe destacar a relevância da grande participação do Nordeste e Norte do Brasil, fugindo da centralização da mídia tradicional que se concentra na Região Sudeste. Acreditamos na regionalidade como um fator importante para pensar o contexto dos sujeitos, bem como suas práticas cotidianas de relação com a comunicação, com a tecnologia e até mesmo com os movimentos sociais. O Gráfico 1 apresenta um mapa do Brasil destacando a participação dos estados a partir dos dados coletados no questionário.

Gráfico 1 - Regionalização da cobertura colaborativa



Fonte: Elaborado pela autora com auxílio da ferramenta Google Colab, a partir de código Python gerado pelo Google Gemini 3 (2026).

O mapa do Gráfico 2 destaca a completa ausência da Região Sul, já mencionada anteriormente. Esse acabou sendo um incômodo para nós. Entramos em contato novamente com a coordenadora da cobertura colaborativa, já em outubro de 2025, para perguntar se ela tinha algum dado que mencionava a participação de estudantes do Sul nesta edição da cobertura colaborativa, ou mesmo, dados relacionados à inscrição desses estudantes no

formulário, demonstrando o interesse mesmo que não tenha gerado a participação efetiva. Entretanto, não obtivemos retorno. Dessa forma, registramos a ausência total do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na Região Norte, apesar do protagonismo do Pará e Amazonas, não houve participantes do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Já no Nordeste, mesmo sendo a região com maior participação e onde o evento aconteceu, é possível notar a falta de representantes dos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. No Centro-Oeste, a lacuna ficou por conta do Distrito Federal. Dessa forma, somente a Região Sudeste consolidou-se como a única região do país a ter 100% de seus estados representados na cobertura colaborativa. Entretanto, lembramos que esses dados são oriundos da coleta de informações do questionário, nosso recorte. Não descartamos que estudantes desses estados tenham participado da cobertura colaborativa, mas não tenham se interessado em participar da pesquisa.

6.1.2 Perfil socioeconômico, trabalho e educação

Para a análise, juntamos os dados coletados na segunda e terceira seção do questionário, relacionados aos dados socioeconômicos, condições de moradia, trabalho e, ainda, à escolaridade dos sujeitos participantes. Consideramos essas informações importantes para a formulação de um perfil dos participantes da cobertura colaborativa da UNE. Por se tratar de uma organização de representação estudantil, já esperávamos que o público seria composto majoritariamente por estudantes. Entretanto, nos surpreendemos, já que nem todos são estudantes de ensino superior, a quem a UNE representa formalmente. Isso nos permite questionar, inclusive, essa questão da representatividade como algo que ultrapassa a esfera formal e tem muito mais a ver com identificação, pertencimento, vontade de participar. Apesar de 79,4% desses estudantes colaboradores serem universitários, 11,8% deles são de ensino técnico e profissionalizante, 5,9% de ensino médio e 2,9% de pós-graduação. Esse último em questão, S25, declarou ser estudante de doutorado, mas em outro momento disse que finalizou o mestrado e está em busca de doutorado, portanto, sem vínculo institucional formal no momento, apesar de se considerar ainda como um estudante. Ou seja, a própria categoria estudante pode ser pensada a partir da diversidade.

Abaixo, na Tabela 2, apresentamos os dados coletados a partir de critérios socioeconômicos. O Critério de Classificação Econômica Brasil 2024/2025, feito pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)⁷⁸, divide a população brasileira em classes sociais a partir dos critérios de renda e moradia. Assim, são considerados: classe A:

⁷⁸ Valores do salário mínimo baseado no ano de 2025.

famílias que têm uma renda superior a 20 salários mínimos, o equivalente a mais de R\$ 28.240; classe B: o grupo cuja renda familiar está entre 10 e 20 salários mínimos, isso corresponde a valores de R\$ 14.120 a R\$ 28.240; classe C: composta por famílias com renda mensal que varia entre 4 e 10 salários mínimos, entre R\$ 5.648 e R\$ 14.120; classe D: as famílias com renda mensal entre 2 e 4 salários mínimos, ou seja, ganhando de R\$ 2.824 a R\$ 5.648; e classe E: famílias cuja renda total não ultrapasse 2 salários mínimos. Dessa forma, os dados coletados nos permitem diagnosticar que a maioria dos sujeitos participantes da rede de comunicação colaborativa da UNE compõe as classes D e E.

Tabela 2 - Dados socioeconômicos

Onde e como mora atualmente	Em casa ou apartamento próprio, com sua família	S3, S5, S6, S8, S9, S12, S13, S14, S16, S18, S19, S23, S25, S26, S34 S27,S28, S32 (18)
	Em casa ou apartamento alugado, com sua família	S7 (1)
	Em casa ou apartamento próprio, sozinho(a)	S21 (1)
	Em casa ou apartamento alugado, sozinho(a)	S15, S17, S22 (3)
	Em casa de outros familiares	
	República ou dividindo moradia com amigos	S2, S4, S24, S31 S1, S10, S11, S30, S33 (9)
	Moradia universitária Outra	S20, S29 (2)
Número de pessoas que moram na sua casa (incluindo você):	1 pessoa	S15, S17, S21, S22 (4)
	2 pessoas	S2, S10, S20, S25, S27 (5)
	3 pessoas	S1, S3, S4, S12,S14, S19, S32, S33, S34 (9)
	4 pessoas	S5, S7, S13, S18, S28, S30, S31 (7)
	5 pessoas ou mais	S6, S8, S9, S11, S16, S23, S24, S26, S29 (9)
Renda mensal familiar	Até R\$ 1.500,00	S1, S3, S10, S11,S12, S13, S17, S19, S20, S22, S26, S27,S30, S32 (14)
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	S2, S5, S6, S14, S18, S25, S29 S34 (8)
	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	S7, S8, S9, S16, S24, S31 (6)
	De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.500,00	S4, S23, S28 (3)
	De R\$ 7.501,00 a R\$ 10.000,00	
	Acima de R\$ 10.000,00 Não tem renda fixa	S15, S21, S33 (3)
Recebe algum tipo de benefício ou bolsa assistencial	Bolsa Família	S3, S13, S16, S19, S27 (5)
	Bolsa de estudos	S2, S11, S20, S21 (4)
	Programas de assistência estudantil (exemplo: assistência moradia, alimentação, transporte)	S1, S7, S10, S17, S22, S29, S30, S31, S32 (9)
	Nenhum benefício	S4, S5, S6, S8, S9, S12, S14, S15, S18, S23, S24, S25, S26,S28, S33, S34 (16)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entendemos que outra informação importante para entender o perfil de colaboradores é buscar qual o tipo de instituição acadêmica de que esses estudantes fazem parte, bem como se possuíam vínculo de trabalho. Anexamos também nesta etapa do questionário o aspecto de recebimento ou não de bolsas, ou apoio financeiro das universidades. Lamentamos, em posterior observação, o fato de não termos incluído uma pergunta relacionada ao curso desses estudantes, esse dado poderia ser importante para pensar a relação de comunicadores e não-comunicadores de formação em relação à cobertura colaborativa. Entretanto, na etapa de entrevistas, exploramos melhor essa questão. Ainda que não em um mapeamento denso do perfil, qualificamos isso a partir da área de formação dos entrevistados. Os dados podem ser consultados na Tabela 3, mas antes cabe ressaltarmos algumas informações: em relação às instituições de ensino, destacamos que F corresponde a instituições Federais, E a Estaduais e P a Particulares. Nesse sentido, os sujeitos participantes desta pesquisa são majoritariamente de instituições federais, correspondendo a 50% do total, enquanto 23,53% são de instituições estaduais, 17,65% de instituições particulares e 8,82% dos participantes que responderam o questionário não declararam a instituição.

Tabela 3 - Educação e trabalho

Sujeito	Instituição de Ensino	Nível	Bolsa ou apoio financeiro	Tipo de bolsa	Trabalha	Tipo de Trabalho
S1	UFES (F)	S	Sim	PET	Não	-
S2	UFES (F)	S	Sim	Monitoria	Sim	Trabalho informal
S3	UEMA (E)	S	Não	-	Não	-
S4	SENAC (P)	T	Não	-	Sim	Trabalho autônomo
S5	UNINASSAU (P)	S	Não	-	Não	-
S6	Sem resposta	S	Não	-	Sim	Trabalho informal
S7	UEMS (E)	S	Sim	Outra	Sim	Trabalho informal
S8	UFOPA (F)	S	Sim	Outra	Sim	Trabalho autônomo
S9	Escola Técnica Egídio José Fategídio (P)	T	Não	-	Não	-
S10	UFRB (F)	S	Sim	Outra	Não	-
S11	UFSB (F)	S	Sim	Outra	Não	-
S12	IFSP (F)	M	Não	-	Não	-

S13	UFC (F)	S	Não	-	Não	-
S14	FCE (P)	S	Não	-	Sim	Servidor público
S15	UNEMAT (E)	S	Sim	Outra	Sim	Trabalho autônomo
S16	UFPA (F)	S	Sim	IC	Sim	Estágio remunerado
S17	UFF (F)	S	Sim	IC	Sim	Trabalho informal
S18	UFPA (F)	S	Não	-	Não	-
S19	UEMA (E)	S	Não	-	Não	-
S20	IF Baiano (F)	S	Sim	Outra	Não	-
S21	UEMS (E)	S	Não	-	Não	-
S22	URCA (E)	S	Não	-	Não	-
S23	FAMETRO (P)	S	Sim	-	Sim	Trabalho autônomo
S24	UFC (F)	S	Não	-	Não	-
S25	Sem resposta	P	Não	-	Sim	Trabalho autônomo
S26	Sem resposta	M	Não	-	Não	-
S27	SEST SENAT (P)	T	Sim	TP	Sim	Trabalho formal/assalariado
S28	UNEB (E)	S	Não	-	Sim	Trabalho formal/assalariado
S29	UFMA (F)	S	Sim	Outra	Não	-
S30	IFSP (F)	S	Não	-	Não	-
S31	UFG (F)	S	Não	-	Sim	Trabalho autônomo
S32	UFSB (F)	S	Não	-	Não	-
S33	UFSB (F)	S	Não	-	Sim	Trabalho autônomo
S34	FAETEC (E)	T	Não	-	Não	-

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Em relação às bolsas, 12 dos 34 sujeitos participantes recebem algum tipo de bolsa. Desses, 13,3% recebem bolsas de Iniciação Científica (IC), 6,7% de monitoria, 6,7% de treinamento profissional (TP), 6,7% bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), e 66,7% responderam “outra”. No último caso, acreditamos se tratar de bolsas de apoio à permanência e assistência estudantil, frutos da política de assistência estudantil das universidades públicas, ou ainda que estudantes que não recebem nenhuma bolsa podem ter selecionado a opção na

hora do preenchimento. Portanto, podemos constatar que a maioria dos sujeitos participantes desta pesquisa, 22 deles, não recebe nenhuma bolsa ou apoio financeiro das instituições acadêmicas às quais estão vinculados. Já em relação ao trabalho, 19 dos sujeitos participantes não trabalham, enquanto 15 deles vivem uma jornada dividida entre formação acadêmica e mercado de trabalho. Boa parte deles, inclusive, vive uma realidade de precarização com vínculos informais.

Os dados demonstram que sete participantes possuem vínculos de trabalho autônomo. Dentre os trabalhos, eles mencionam: técnico em informática, *freelancer* de comunicação e em eventos, profissional da construção civil, fotografia, filmagem e edição de vídeos, criação de conteúdo para as redes sociais e eletricitista. Quatro falaram sobre trabalho informal, sendo: guia turístico, produtor cultural, artesão, *freelancer*, fotógrafo e *videomaker*. Apenas dois sujeitos participantes disseram trabalhar com vínculo formal/assalariado, uma como professora e advogada e o outro na carreira de mobilidade urbana. Temos ainda um participante servidor público, que atua como inspetor de alunos, e um vinculado a um estágio remunerado em comunicação e design.

Portanto, muitos dos estudantes atuam em áreas semelhantes às da cobertura colaborativa, como fotografia, filmagem e edição de vídeos, design, enquanto alguns possuem áreas de atuação totalmente distintas da comunicação. Os dados demonstram ainda que 11 dos 15 trabalhadores estão em situação de instabilidade em relação ao mercado de trabalho. Isso espelha a realidade da juventude brasileira que, cada vez mais, lida com os desafios dos trabalhos informais e que precisa conciliar estudo com sobrevivência imediata, sem direitos trabalhistas garantidos. Também nos chama bastante atenção o fato de esses dados evidenciarem que nem só os sujeitos da área da comunicação se dispõem a colaborar com a UNE, o que mostra que os valores profissionais podem ser fatores que levam ao envolvimento com a comunicação, mas não são determinantes para a participação em uma ferramenta popular e colaborativa.

6.1.3 Movimentos sociais e movimento estudantil

Uma premissa deste trabalho é que o valor de identidade coletiva é um dos fatores que levam os sujeitos participantes a colaborarem com a União Nacional dos Estudantes. Acreditamos que o pertencimento a determinado movimento, seja ele o movimento estudantil ou de outra natureza, é um demarcador importante para a vontade de colaborar não só com a UNE em si, mas com a comunicação. Esta seção do questionário buscou entender o contexto dos sujeitos participantes em relação à participação em movimentos sociais e no próprio

movimento estudantil, também para compreender em que local da rede do movimento estudantil, já discutida neste trabalho, se encontram os estudantes colaboradores, se é que esses já fazem parte, efetivamente, de algum movimento ou entidade estudantil. Dos 34 sujeitos que participaram desta etapa, 24 declararam participar do movimento estudantil. Entretanto, oito deles disseram nunca ter participado de nenhum tipo de movimento social, algo que pode indicar certo envolvimento momentâneo na construção da comunicação colaborativa. Isso nos permite pensar que a cobertura colaborativa é também uma forma de mobilização.

A Tabela 4 demonstra a participação dos estudantes em movimentos sociais, os movimentos listados nela foram apresentados por nós como opções para seleção. Além disso, o S22 apontou ser militante de movimentos em defesa do SUS, categoria essa que não havia sido mencionada por nós no questionário. Destacamos a importância da pauta ambiental para o público que respondeu ao questionário, fato esse que nos surpreendeu. O movimento ambientalista emerge como a segunda maior força de mobilização (dez sujeitos), superando numericamente pautas identitárias clássicas como o movimento LGBTQIA+ (9) e o Movimento Negro (8). A pesquisa também demonstra a interseccionalidade na prática quando sujeitos como S12 (Indígena) e S25 (Negro) articulam, simultaneamente, pautas de raça, território, gênero e classe. Esses dados nos permitem ver que no movimento estudantil existe um atravessamento de muitas outras lutas e a identidade do estudante vai sendo formada a partir de cada uma dessas questões que o afeta, talvez, muito antes de ser afetado pela pauta estudantil, inclusive.

Tabela 4 - Participação em movimentos sociais

Movimento estudantil	S15, S3, S18, S30, S1, S32, S11, S22, S24, S2, S17, S19, S5, S6, S9, S10, S13, S20, S25, S26, S27, S29, S34, S12 (24)
Movimento negro	S15, S3, S1, S32, S17, S19, S25, S34 (8)
Movimento LGBTQIA+	S3, S18, S30, S1, S9, S11, S22, S34, S12 (9)
Movimento feminista	S3, S18, S26, S34, S25 (5)
Movimento indígena	S12, S21, S9 (3)
Movimento ambientalista	S15, S18, S30, S11, S12, S24, S23, S26, S25, S9 (10)
Movimentos trabalhistas e sindicais	S15, S24, S25 (3)
Movimento de pessoas com deficiência	S2, S27 (2)
Movimentos em defesa de moradia	S15, S2, S27 (3)

Associações de bairro	S30, S32, S16, S25 (4)
Nunca participou	S4, S7, S8, S10, S14, S28, S31, S33 (8)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A Tabela 5 também nos permite perceber aspectos sobre participação a partir do envolvimento dos sujeitos colaboradores em organizações do movimento estudantil. 20 sujeitos participantes (58,8%) fazem parte de alguma organização do movimento estudantil. Os outros 14 (41,2%) declararam não fazer parte de nenhuma organização. Esses podem ser considerados, dentro do movimento estudantil, como estudantes independentes, pois não se articulam em nenhuma força política, mas também são peças importantes em relação à organização estudantil. Sobre a participação, destaca-se que 13 estudantes participam da União da Juventude Socialista (UJS), três do Levante Popular da Juventude (LPJ), dois da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT), um do O Grito dos Excluídos e um da Juventude Pátria Livre (JPL). Destacamos que todas as organizações compõem atualmente a base e a diretoria da UNE e são todas do campo político da esquerda, e do campo político majoritário na UNE, fato importante para se pensar a colaboração. Quem é da oposição – tanto de direita quanto de esquerda⁷⁹ – certamente não se vincula com a UNE ao ponto de construir colaborativamente a comunicação do evento e, logo, visibilidade para a organização.

Em contrapartida, a UJS detém 65% dos quadros organizados na cobertura colaborativa e, historicamente, a UJS, a juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), é a força política majoritária na direção da UNE. Isso indica que a cobertura colaborativa, embora aberta, tem uma forte participação ligada à força política hegemônica na organização estudantil. O que demonstra haver um alinhamento político em relação à comunicação. Incentivados ou não pela direção da entidade estudantil, os dados nos revelam que os militantes da força política se engajam com a pauta da comunicação.

Tabela 5 - Participação em organizações do movimento estudantil

Faz parte de alguma organização do movimento estudantil?	Sim	S1, S2, S3, S5, S6, S9, S12, S13, S15, S18, S19, S20, S22, S24, S25, S26, S27, S29, S30, S34 (20)
	Não	S4, S7, S8, S10, S11, S14,

⁷⁹ A oposição de esquerda geralmente é formada por juventudes partidárias ou movimentos de esquerda que não concordam com as ações da diretoria da UNE e, inclusive, costumam participar das disputas internas na organização. Atualmente, é composta por: Juntos!/MES/PSOL, Correnteza/UJR/UP, Faísca/MRT/PSOL, UJC/PCB, UJC RR/PCBRR e Rebelião/PSTU.

		S16, S17, S21, S23, S28, S31, S32, S33 (14)
Se sim, qual?	União da Juventude Socialista - UJS	S3, S5, S9, S12, S15, S18, S19, S22, S26, S27, S29, S30, S34 (13)
	Levante Popular da Juventude - LPJ	S1, S2, S24 (3)
	Juventude do Partido dos Trabalhadores - JPT	S13, S20 (2)
	União da Juventude Comunista - UJC	
	Movimento Correnteza	
	Juventude Socialista - JS	
	Juventude Socialista Brasileira - JSB	
	Juventude do PSOL	
	Juventude Pátria Livre - JPL	S6 (1)
	O grito dos excluídos	S25 (1)
	Outra	
Ocupa algum cargo?	Sim	S2, S9, S12, S22, S25, S26 (6)
	Não	S1, S3, S5, S6, S13, S15, S18, S19, S20, S24, S27, S29, S30, S34 (14)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Ainda em relação ao vínculo dos sujeitos participantes com o movimento estudantil, também incluímos no nosso questionário perguntas sobre as entidades estudantis, consideradas a base da União Nacional dos Estudantes, os centros e diretórios acadêmicos, diretórios centrais dos estudantes e uniões estaduais dos estudantes. Juntas, essas entidades compõem a rede de movimento estudantil universitário liderada pela representação máxima nacional da UNE. 55,9% dos estudantes que responderam ao questionário não participam de nenhuma entidade representativa, o valor corresponde a 19 dos 34. Desses estudantes, 15 (44,1%) atuam em alguma entidade estudantil, ao nível local, na própria universidade, municipal, regional e, ainda, nacional⁸⁰. Isso, para nós, merece destaque em relação à discussão sobre as motivações que levam ao processo de colaboração e à força da identidade coletiva e do pertencimento com a UNE. S12 e S20 se sentem parte da UNE mesmo sem formalmente fazerem parte da organização, já que eles não compõem a diretoria. O S12, inclusive, é um estudante de ensino médio que se vê identificado com a entidade universitária, mesmo que a sua entidade representativa seja formalmente a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), o que reforça que a formação da identidade estudantil ultrapassa a formalidade. Os dados podem ser vistos na Tabela 6.

⁸⁰ S25 declarou fazer parte de uma entidade representativa, mas selecionou a opção "outro" e marcou "Projeto de Extensão". Logo, por não se tratar de uma entidade representativa, desconsideramos a resposta e incluímos a negativa na tabela.

Tabela 6 - Participação em entidades representativas do movimento estudantil

Faz parte de alguma entidade representativa estudantil?	Sim	S1, S2, S3, S5, S8, S11, S12, S13, S15, S16, S17, S18, S20, S24, S30 (15)
	Não	S4, S6, S7, S9, S10, S14, S19, S21, S22, S23, S25, S26, S27, S28, S29, S31, S32, S33, S34 (19)
Qual tipo de entidade representativa?	Diretório ou Centro Acadêmico	S1, S2, S5, S11, S13, S15, S16, S17, S18, S24 (10)
	Diretório Central dos Estudantes	S8, S15, S20 (3)
	União Municipal dos Estudantes	S30 (1)
	União Estadual dos Estudantes	
	União Nacional dos Estudantes	S12, S20 (2)
	Atlética	S3 (1)
Outra		
Ocupa algum cargo?	Sim	S1, S2, S3, S5, S8, S11, S13, S15, S16, S17, S18, S24, S30 (13)
	Não	S12, S20 (2)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os sujeitos participantes ocupam cargos-chave nas entidades representativas das quais fazem parte. S1, S8 e S13 compõem a diretoria de comunicação, enquanto S15 é diretor de cultura e esporte. S11 exerce a função de presidente, e S5 e S17 são vice-presidentes. S2 é diretor de articulação, S3 e S16 são secretários gerais, e S30 é diretor-geral. S18 atua como coordenadora de políticas públicas estudantis, e S24 como coordenador de assuntos estudantis e políticas institucionais. Destacamos ainda que o S3 apontou a atlética como uma entidade representativa, algo que não tinha sido mencionado por nós, mas que para ele é uma forma de participação no ambiente universitário e que consideramos legítima.

6.1.4 Uso cotidiano das plataformas de mídia social

A finalidade desta seção do questionário é entender como os sujeitos participantes usam as plataformas de mídia social em seu dia a dia, além de examinar qual o grau de acesso a informações da UNE em cada uma delas. Dessa forma, podemos verificar se a UNE está presente nas mesmas plataformas que seus colaboradores. Destacamos que existe um critério para avaliar o uso das plataformas, onde 1 representa não utiliza, 2 a 5 utiliza pouco, 6 a 9 razoável e 10 utiliza muito. Na Tabela 7, pode ser visto o resultado encontrado a partir da pergunta “O quanto você utiliza as seguintes plataformas de mídia social no seu dia a dia?”. A tabela nos permite tirar algumas conclusões sobre o consumo de plataformas de mídia social

para os colaboradores: podemos observar que o Instagram e o WhatsApp são as plataformas mais utilizadas pelos sujeitos participantes. Enquanto TikTok, X/Twitter, LinkedIn e Facebook são as plataformas menos utilizadas por eles.

Tabela 7 - Plataformas de mídia social utilizadas pelos estudantes

Plataforma	Não utiliza (1)	Utiliza pouco (2-5)	Razoável (6-9)	Utiliza muito (10)
WhatsApp	1 (2,9%)	2 (5,9%)	6 (17,6%)	25 (73,5%)
Instagram	0 (0,0%)	4 (11,8%)	9 (26,5%)	21 (61,8%)
YouTube	1 (2,9%)	15 (44,1%)	8 (23,5%)	10 (29,4%)
TikTok	10 (29,4%)	5 (14,7%)	11 (32,4%)	8 (23,5%)
X/Twitter	10 (29,4%)	12 (35,3%)	7 (20,6%)	5 (14,7%)
Telegram	4 (11,8%)	17 (50,0%)	9 (26,5%)	4 (11,8%)
LinkedIn	13 (38,2%)	12 (35,3%)	6 (17,6%)	3 (8,8%)
Facebook	10 (29,4%)	13 (38,2%)	9 (26,5%)	2 (5,9%)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quando detalhamos os números, percebemos que o Instagram é a única plataforma com 0% de rejeição. Todos usam. Além disso, 88,3% usam de forma intensa ou razoável. Esse dado nos permite concluir que o Instagram é hoje a plataforma de mídia social mais acessada pelos estudantes observados nesta pesquisa, não é à toa que ela é a plataforma sobre a qual debruçamos nossa observação. Por sua vez, o WhatsApp é a plataforma onde encontramos o uso mais intenso, pois 73,5% utilizam muito. Se pesquisas anteriores apontavam o X/Twitter como grande arena de debate público (Recuero e Zago, 2016), nossos resultados demonstram que ele sai de cena para a juventude estudantil brasileira, abrindo espaço para o Instagram; talvez pelas possibilidades de suporte que o segundo apresenta, além de que, cada vez mais, são os conteúdos audiovisuais e curtos (Navarro-Guerre, 2024) os mais consumidos e acessados na atualidade. Outro dado interessante sobre o acesso às plataformas pelos estudantes é a queda do Facebook para o público, já que apenas duas pessoas (5,9%) usam com muita frequência a plataforma. Um dado que nos gera reflexões é o uso do TikTok, cujo uso não é tão hegemônico para esse público. Enquanto dez estudantes (29,4%) não utilizam a plataforma, oito (23,5%) mencionam utilizar muito. Na etapa de entrevistas, qualificamos um pouco mais o uso das plataformas digitais para os sujeitos, entendendo não só o grau de acesso e consumo, mas os tipos e funções de uso para cada um deles.

Já na Tabela 8, podemos observar por qual (ou quais) dessas plataformas os sujeitos colaboradores mais acessam conteúdos produzidos e compartilhados pela UNE. Em relação

ao acesso às informações da UNE, o número 1 indica que não tem acesso, o número 2 a 5 tem pouco acesso, o número 6 a 9 tem acesso razoável e o número 10 acessa muito os conteúdos da organização por meio de determinada plataforma. Como podemos ver, é a partir do Instagram que a maioria dos sujeitos participantes acessa informações sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE). Já a maioria dos participantes demonstra não ter acesso a informações sobre a UNE pelo LinkedIn, X/Twitter, Telegram, YouTube, Facebook e TikTok, o que pode indicar também certa ausência da organização nessas plataformas digitais.

Tabela 8 - Plataformas em que acessam conteúdos sobre a UNE

Plataforma	Não tem acesso (1)	Acessa pouco (2-5)	Razoável (6-9)	Acessa muito (10)
Instagram	0 (0,0%)	3 (8,8%)	6 (17,6%)	25 (73,5%)
WhatsApp	11 (32,4%)	8 (23,5%)	7 (20,6%)	8 (23,5%)
TikTok	20 (58,8%)	11 (32,4%)	2 (5,9%)	1 (2,9%)
YouTube	21 (61,8%)	8 (23,5%)	2 (5,9%)	3 (8,8%)
Telegram	21 (61,8%)	8 (23,5%)	2 (5,9%)	3 (8,8%)
Facebook	24 (70,6%)	3 (8,8%)	6 (17,6%)	1 (2,9%)
X/Twitter	25 (73,5%)	4 (11,8%)	2 (5,9%)	3 (8,8%)
LinkedIn	27 (79,4%)	5 (14,7%)	1 (2,9%)	1 (2,9%)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

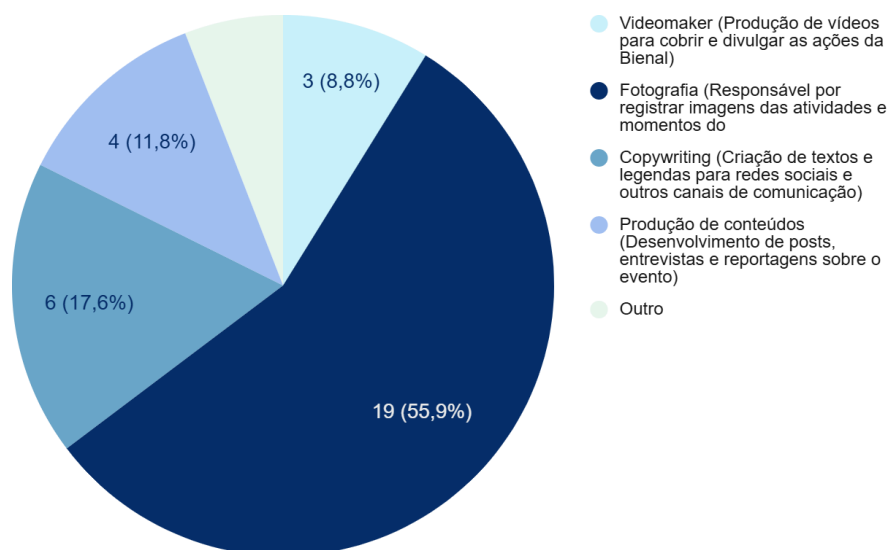
A partir dos dados, podemos perceber que, de fato, é por meio do Instagram que a UNE opera sua comunicação institucional. Nenhum dos sujeitos colaboradores indicou não ter acesso aos conteúdos da UNE por lá, enquanto 25 (73,5%) deles disseram acessar muito. Há também um elemento importante a ser observado quando comparamos ambas as tabelas: existe um público no TikTok. 23,5% usam muito e 32% usam razoavelmente a plataforma, ou seja, se formos pensar em termos de audiência, ela existe. Entretanto, quase 60% dizem não ter acesso a nada da UNE no TikTok. Talvez esse seja um espaço a ser pensado de forma mais estratégica pela entidade estudantil, existe espaço para disputa de narrativa por lá e que, talvez, possa estar sendo perdido. É uma lacuna a ser pensada pela UNE na definição de suas táticas de atuação digital.

6.1.5 Cobertura colaborativa: estudantes colaboradores

Talvez seja esta a seção mais importante do questionário aplicado, além de ser também a mais qualitativa, ao dar aos sujeitos participantes a oportunidade de escrever um pouco

sobre os motivos que os levaram a participar da cobertura colaborativa. A primeira questão da seção trazia a pergunta “Você se identifica como um comunicador?”, 30 (88,2%) estudantes responderam que sim e quatro (11,8%) responderam que não. Ou seja, se considerarmos apenas a identificação como critério para ser ou não um comunicador, temos uma maioria de comunicadores construindo a cobertura colaborativa da UNE, independente de sua atuação profissional ou área de formação. Em seguida, questionamos se a 14ª Bienal da UNE foi o primeiro evento no qual o sujeito participava como parte da rede de cobertura colaborativa. 30 (88,2%) sujeitos participantes responderam que sim e quatro (11,8%) responderam que não, dizendo também ter participado da cobertura colaborativa dos seguintes eventos ou ações coletivas: 4º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, manifestações e congressos convocados pela UNE, colaboração contínua com a cobertura colaborativa do Circuito de Arte e Cultura da UNE, Bienal do Rio (13ª Bienal da UNE), Congresso da UNE em Brasília e posse do presidente Lula em 2022. Ou seja, a resposta dos sujeitos demarca que a maioria participa pela primeira vez da ação, mesmo que para alguns a prática já aconteça há algum tempo, de forma sistemática e, por que não dizer, como uma tática. Em seguida, questionamos aos sujeitos participantes sobre qual era o seu papel na comunicação colaborativa do evento e o Gráfico 2 demonstra o resultado:

Gráfico 2 - Papel dos estudantes na cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE



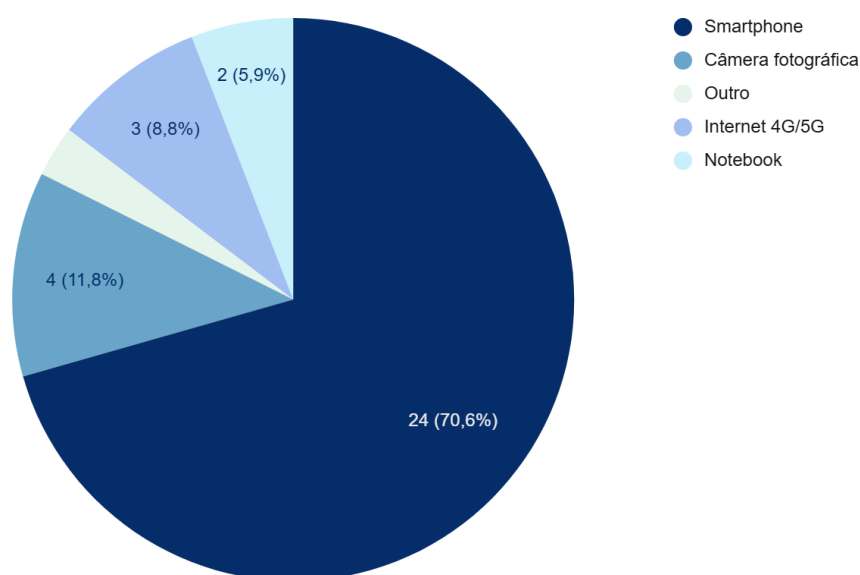
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Como pode ser visto, mais da metade da participação (55,9%) é por meio da fotografia. As categorias foram criadas a partir do formulário de inscrição implementado pela UNE para organizar os participantes da cobertura. S16 declarou ter participado de duas a três

atividades diárias da cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE. “Trabalhávamos em duplas para fazer os registros em fotos e vídeos e nos deslocávamos a partir da necessidade de cobertura e registros que as atividades exigiam. Foi uma experiência de aprendizado e colaboração”, disse. Já S29 disse ter participado tirando fotos e colaborado com *copywriting*⁸¹, principalmente de palestras e atividades que a UJS Maranhão (bancada que ele compõe) participou e ainda da cobertura do evento Lado C “Um dia no mangue”.

Nesse sentido, podemos perceber que as formas de participação são diversas e nem sempre a colaboração vai ser direta com a UNE, mas sim com organizações que fazem parte da entidade de representação dos estudantes, como a UJS. Algo bastante interessante surgiu na resposta de S23, que afirma ter colaborado à distância: “Eu me escrevi [leia-se inscrevi] para editar fotos aqui de onde moro, foi a maneira que encontrei de ajudar mesmo distante”, disse. Ou seja, mesmo à distância, as pessoas criam formas de colaborar com a organização. Nesse caso, destaca-se ainda que, sem as plataformas digitais e a conexão de internet, não seria possível que alguém, mesmo de longe, pudesse fazer parte da cobertura de um evento. Para pensar suportes, instrumentos e técnicas, o Gráfico 3 demonstra quais aparatos tecnológicos foram utilizados pelos sujeitos participantes durante a cobertura colaborativa, com grande destaque para o smartphone, utilizado por 70,6% dos estudantes. Também consideramos o próprio questionário da organização para a definição das categorias abaixo.

Gráfico 3 - Aparatos tecnológicos utilizados na cobertura colaborativa



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

⁸¹ Profissional de marketing especializado na escrita de textos personalizados, com poder persuasivo e envolvente, geralmente relacionados a um tipo de ação do público (clique, comprar, assinar).

Por fim, como um início da discussão que aprofundaremos a seguir com as entrevistas, apresentamos o Quadro “Cobertura colaborativa, sujeitos e motivações”, disponível na íntegra no Apêndice F, que traz a motivação por trás da participação dos sujeitos na cobertura colaborativa. Destacamos algumas dessas motivações: vontade de colaborar e fazer parte da UNE, paixão pela fotografia e pela captura de imagens e narrativas, poder contar a própria perspectiva e valorizar as vivências de seus companheiros de caravana, vontade de aprender mais sobre comunicação, interesse de colocar em prática aprendizados profissionais, para adquirir mais experiência na área, por gostar de comunicação e para fazer *networking*, como S15 menciona. Ou seja, os motivos são diversos, mas muito se relacionam com o que já discutimos acima: vontade de pertencer, de colaborar com os seus, de construir novos vínculos e fortalecer os já existentes, de exercer a comunicação como uma prática, participar e aprender, aproveitar as trocas coletivas.

Quando observamos detalhadamente o ponto “O que levou a participar”, notamos que muitos demonstram que, sim, a questão profissional é algo determinante para a participação. A cobertura colaborativa funciona como um estágio intensivo de curto prazo para os estudantes, parece ser a chance de testar equipamentos, cobrir um evento grande e colocar algo de peso no currículo. Eles também estão lá para se profissionalizar e para fazer *networking*. Nas próximas seções deste capítulo discutiremos mais sobre os motivos que levam esses sujeitos a deixarem de ser apenas estudantes e se tornarem colaboradores efetivos da UNE. Mas, apenas observando os dados coletados nesta etapa de pesquisa, criamos três categorias de motivação, são elas: 1) *cobertura colaborativa como espaço de aprendizagem e/ou formação profissional*; 2) *cobertura colaborativa como espaço de militância e participação política*; e 3) *cobertura colaborativa como espaço de expressão artística e cultural*, a definição de cada uma delas pode ser vista na tabela 9, abaixo.

Tabela 9 - Categorias de motivação

Categoria	Definição	Sujeitos (S)	Total
Cobertura colaborativa como espaço de aprendizagem e/ou formação profissional	Foco na carreira, na aquisição de técnica, <i>networking</i> , carga horária, teste de habilidades e experiência para o mercado/currículo. Ou ainda foco no processo de aprendizagem e curiosidade, no desejo de “aprender mais”,	S4, S8, S11, S12, S13, S15, S16, S17, S19, S20, S29, S30, S31, S33 S1, S3, S7, S9, S10, S18, S21, S27, S34	23

	“conhecer”, ter “novas experiências” ou “desafios”.		
Cobertura colaborativa como espaço de militância e participação política	Foco em “ajudar”, “contribuir”, na defesa de ideais políticos. Demonstra alinhamento com a UNE, representatividade de grupos (caravanas), entidades e organizações políticas.	S5, S14, S23, S24, S25, S28	6
Cobertura colaborativa como espaço de expressão artística e cultural	Foco na subjetividade, no “amor” pela fotografia/vídeo, na realização pessoal, no registro poético e no gosto pela atividade artística em si.	S2, S6, S22, S26, S32	5

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os dados acima serão discutidos a seguir, ao longo da apresentação das entrevistas. Esperamos que as próximas seções nos ajudem a compreender ainda mais sobre a rede de cobertura colaborativa da UNE e os imaginários, narrativas e resistências que emergem dela. Na próxima seção, apresentamos os interlocutores desta pesquisa, os oito estudantes com quem conversamos. É por meio das vozes de Antônio, Beatriz, Florestan, Kaãhy Pataxó, Kirita Kaiowá, Malcon, Rudá Wapichana e Wel que vamos discutir movimentos sociais, plataformas digitais, tecnologias e algoritmos.

6.2 INTERLOCUTORES: DE ESTUDANTES A COLABORADORES

Quando escolhemos mergulhar no trabalho de campo, não imaginávamos o quão denso seria e nem que ele representaria a possibilidade de um encontro com um Brasil diverso, suas cores, bandeiras, gentes, costumes. Entre os meses de agosto e novembro de 2025, viajamos, mesmo sem sair de Minas Gerais, para oito estados brasileiros. Bahia, Ceará, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Espírito Santo. Foram oito entrevistas realizadas com estudantes diversos, cujas lutas se encontram, em muitos sentidos, com as que já trilhamos um dia. Fomos afetados por eles e, quem sabe, também pudemos afetá-los, fazendo-os questionar o impacto da comunicação e das tecnologias em seu cotidiano, a força dos movimentos sociais, seus vínculos, marcas, aquilo que os “UNEm” em um movimento nacional e os faz tecer esperanças mesmo nas adversidades.

Todas as entrevistas foram realizadas via Google Meet e o processo de transcrição ocorreu pela Tactiq, uma extensão da própria plataforma que permite a transcrição simultânea. Entretanto, as entrevistas passaram por posterior processo de decupagem manual, realizado por nós, visto algumas incoerências no material automatizado. Deixamos aqui nosso agradecimento aos estudantes, cujos nomes estão anonimizados, que abriram suas casas,

mesmo que virtualmente, e nos receberam para uma conversa que, nas próximas páginas, nos ajuda a contar sobre os imaginários, narrativas e resistências dos estudantes brasileiros. Abaixo, apresentamos um resumo, carregado das principais observações que fizemos sobre os sujeitos, que nos permitem conhecer os interlocutores deste trabalho.

Antônio⁸²: Antônio é de Manaus, capital do Amazonas, estado que abriga boa parte da Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo. Isso é parte importante do que forma Antônio como um ativista ambientalista, dedicado às causas socioambientais e às tecnologias humanas dentro da biotecnologia, área em que cursa o oitavo período de graduação. É um homem negro, heterossexual, de 40 anos e estuda na Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro), uma universidade privada local. Antônio é também fotógrafo, se identifica como comunicador e, mesmo sem conseguir ir a Recife para a 14ª Bienal da UNE, se inscreveu na cobertura colaborativa para ajudar de casa com a edição de fotos. Essa não é a primeira vez que ele participa de coberturas colaborativas e, para ele, que sempre foi distante do movimento estudantil, a comunicação é uma forma de se aproximar da UNE, participar e, mesmo de longe, se sentir parte do movimento. Ele é do tipo que acredita na juventude e acredita que ainda é possível construir um futuro “mais bonito e melhor”.

Beatriz⁸³: Beatriz é uma mulher trans, negra, heterossexual, de 20 anos, moradora do Espírito Santo e estudante do quarto período de pedagogia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É militante do Levante Popular da Juventude e, além do movimento estudantil, são os movimentos negro e LGBTQIA+ que guiam suas bandeiras de luta. Beatriz também é diretora do diretório acadêmico de seu curso e foi uma das estudantes a compor a comissão que discutiu, durante 2025, a implementação de cotas para pessoas trans na UFES. Quando perguntamos sobre um nome que ela gostaria de ser chamada na pesquisa, não pensou duas vezes e disse: Beatriz Hilton. Imaginamos que o sobrenome não tenha sido escolhido à toa, afinal, representatividade é inspiração e a deputada Erika Hilton certamente é alguém em quem Beatriz se reconhece e é esse processo de reconhecimento que guia Beatriz no uso das plataformas digitais, especificamente o Instagram. “Eu trago muito aquele recorte de gênero e de raça de que um corpo transpreto pode estar em todos os espaços, então tudo que eu participo, eu gosto de divulgar [nas redes sociais] para as pessoas, principalmente as pessoas trans e negras, verem e saberem que elas também podem estar naquele espaço”.

⁸² Questionário respondido em 20 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 4 de agosto de 2025.

⁸³ Questionário respondido em 4 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 26 de nov. de 2025.

Florestan⁸⁴: Florestan é de Fortaleza, capital do Ceará. É um homem pardo, heterossexual, de 21 anos, estudante de agronomia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e militante do Levante Popular da Juventude. No início da nossa conversa, em suas primeiras falas, ele destaca parte importante do que é: “sou filho de um assentado da Reforma Agrária, resido em um assentamento, apesar de estar morando em Fortaleza para estudar, estudei meu ensino médio em escola de campo, uma iniciativa do movimento”. Foi o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) que o fez um comunicador a partir da participação ativa na criação, organização e direção de uma rádio comunitária dentro do assentamento onde mora, a primeira rádio em um assentamento a ser totalmente legalizada no estado do Ceará, ele lembra com orgulho. Nos movimentos sociais, ele se diz parte do movimento estudantil, do movimento ambientalista e dos movimentos trabalhistas e sindicais. Seu nome não foi escolhido à toa na hora de anonimizá-lo para a pesquisa: ele é o mesmo do grande sociólogo, político, militante e intelectual brasileiro, Florestan Fernandes, que é, para ele, uma inspiração.

Kaãhy Pataxó⁸⁵: Kaãhy é um homem indígena de 21 anos, pansexual. Do povo Pataxó, do interior da Bahia, ao falar sobre sua participação nos movimentos sociais e o início da sua militância, ele diz que “antes de entrar no movimento estudantil eu já venho do movimento indígena e nós, indígenas, não temos escolha, já nascemos e crescemos na luta”. São as pautas do movimento estudantil, movimento LGBTQIA+, movimento indígena e do movimento ambientalista que guiam sua militância. É formado em técnico de enfermagem pela Escola Egídio José da Silva, de ensino técnico e profissionalizante. Seu sonho, porém, é ingressar na faculdade de psicologia. Kaãhy é presidente da União da Juventude Socialista (UJS) em seu município e é essa função que faz com que ele já circule pelo movimento estudantil universitário mesmo sem ainda fazer parte formalmente dele. Para ele, é importante que mais indígenas ocupem espaço nos movimentos, principalmente no movimento estudantil brasileiro, e ele vê na UJS esse espaço de participação e articulação de suas lutas.

Kirita Kaiowá⁸⁶: Kirita é uma mulher indígena do povo Kaiowá de 20 anos, heterossexual, moradora do interior do Mato Grosso do Sul. Mora na sua comunidade, um pouco distante da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), onde cursa ciências biológicas, fato que faz com que sua rotina seja um tanto exaustiva, saindo de casa às cinco da manhã e retornando, na maioria das vezes, somente às onze horas da noite. Não faz parte

⁸⁴ Questionário respondido em 20 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 12 de agosto de 2025.

⁸⁵ Questionário respondido em 7 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 7 de agosto de 2025.

⁸⁶ Questionário respondido em 20 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 11 de agosto de 2025.

oficialmente do movimento estudantil e sua militância é toda construída no movimento indígena. Em nossa conversa, ela relata ainda sentir uma barreira para a entrada de indígenas na universidade, mas diz que isso tem mudado e que ela quer ser uma das pessoas a mostrar para os jovens indígenas que, sim, a universidade é um espaço a ser ocupado. Devido à distância geográfica, Kirita não conseguiu ir ao evento em Recife e acompanhou de casa, disse ter faltado recurso para a viagem. Sobre ser uma comunicadora, ela diz que a comunicação é uma forma de fugir um pouco da realidade: “a comunicação é uma coisa que eu amo desde pequena, só que eu não tive a oportunidade de tornar o meu sonho em realidade, então quando tem uma oportunidade de fazer parte de coisas de comunicação eu sempre tento participar, eu vou tentar, eu vou entrar mesmo que não seja algo da minha área”.

Malcon⁸⁷: Malcon é um homem negro, heterossexual, de 24 anos, estudante de ciência da computação na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). É de Pernambuco, mas mora desde pequeno no interior de Mato Grosso. Em nosso primeiro contato, se descreveu como um aspirante a programador, disse gostar muito de tecnologia e já ter lecionado como professor de informática. Na militância, faz parte da União da Juventude Socialista, foi um dos criadores do Centro Acadêmico Livre de Ciências da Computação já no seu segundo semestre da faculdade. Também relata ter participado da atlética de seu curso como diretor de esporte e cultura e, atualmente, atua como vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Além do movimento estudantil, são as pautas dos movimentos negro, ambientalista, trabalhistas, sindicais e em defesa de moradia que o move. Em uma de suas falas, quando questionado sobre quem era o estudante com quem conversávamos, ele disse: “acho que sou um acadêmico que entrou e se fortaleceu pela universidade, pelos movimentos sociais e agora quer ajudar mais pessoas através do estudo”.

Rudá Wapichana⁸⁸: Rudá é um homem indígena do povo Wapichana, homossexual, de 20 anos e é uma pessoa com deficiência. Quando respondeu ao questionário, ainda estudava no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), no ensino médio, e foi lá que sua militância começou ainda no movimento secundarista. Já durante a entrevista, disse ainda estar pensando sobre qual faculdade seguir, em dúvida sobre engenharia ambiental, artes ou algo relacionado a políticas públicas. Suas principais pautas e áreas de atuação se encontram no movimento estudantil, movimento LGBTQIA+, movimento indígena e no movimento ambientalista. É militante da União da Juventude Socialista (UJS) e participou efetivamente da direção da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Para ele, a comunicação

⁸⁷ Questionário respondido em 9 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 7 de agosto de 2025.

⁸⁸ Questionário respondido em 7 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 12 de agosto de 2025.

– e as possibilidades de comunicação alternativa, colaborativa, independente – provoca muitas transformações nos territórios indígenas. Ele retoma uma frase que disse ter falado em um evento de comunicação da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a força da comunicação e da tecnologia para o movimento indígena: “por exemplo, ao comunicar a invasão dos garimpeiros, a gente transforma o celular em arco e a internet em flecha, por isso a comunicação pode ser nosso arco e flecha para que a gente possa transmitir a informação que a gente quiser”.

Wel⁸⁹: Wel é uma mulher parda, heterossexual, de 20 anos, moradora de Belém do Pará e estudante de produção multimídia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Em relação à participação em movimentos sociais, ela relata já ter participado de iniciativas comunitárias em associações de bairro. Por ser filha de um cientista social e de uma assistente social em formação, Wel conta que foi a família que sempre a integrou nos movimentos sociais e nos projetos comunitários. Além disso, a irmã mais velha, militante no movimento estudantil e em partidos políticos, é uma inspiração no processo. O nome pelo qual a estudante escolheu ser chamada aqui é uma homenagem a Welfesom Campos, seu amigo, que faleceu no acidente envolvendo o ônibus de estudantes que iam para o congresso da UNE em Goiânia. Wel também estava no ônibus, também sofreu o baque do acidente e a dor da perda de pessoas queridas, mas fez do luto luta e relatou que durante o evento, quase seis meses depois da Bienal em Recife, ela também atuou na cobertura colaborativa e, dessa vez, já se sentia parte do movimento.

É a partir das vozes desses oito estudantes que construímos as reflexões que serão apresentadas e discutidas nas próximas três seções. Reiteramos que a escolha por conversar com estudantes colaboradores veio justamente da perspectiva de pensar a diversidade e, principalmente, os processos de apropriação tática das tecnologias. A UNE mobiliza, faz o convite, organiza, abre inscrição, chama à colaboração, mas a cobertura colaborativa só acontece porque existem sujeitos como Antônio, Beatriz, Kaãhy Pataxó, Kirita Kaiowá, Malcon, Rudá Wapichana, Wel e outros tantos dispostos a colaborar. Seguimos para as próximas seções para pensarmos juntos os processos de comunicação, colaboração e resistência estudantil construídos por eles.

6.3 COBERTURA COLABORATIVA: TECNOLOGIA QUE NOS UNE

No capítulo anterior, já apresentamos o relato que originou o título deste trabalho e nomeia a seção, mas cabe aqui reafirmar o que discutiremos nas próximas linhas: a cobertura

⁸⁹ Questionário respondido em 11 de fevereiro de 2025. Entrevista realizada em 6 de agosto de 2025.

colaborativa como uma tática de apropriação tecnológica, mas, mais do que isso, uma tecnologia popular de resistência, uma ferramenta de luta do movimento estudantil e dos movimentos sociais que, por meio do uso social das mídias digitais, permite aos sujeitos evocarem novos espaços de participação e cidadania.

O intuito desta seção é discutir, a partir das entrevistas em profundidade, somadas às observações de campo, o primeiro objetivo específico deste trabalho, que versa sobre a identificação das motivações para a participação dos estudantes na construção de conteúdos a partir da cobertura colaborativa da UNE. Assim, o que se busca é entender de que forma os estudantes enxergam as práticas colaborativas de comunicação e se enxergam nelas. Portanto, focamos aqui nas trajetórias dos sujeitos participantes, conectando o histórico pessoal, acadêmico, militante e político do estudante com sua experiência concreta na cobertura colaborativa da 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE e na comunicação. É no contato com os sujeitos e suas histórias de participação que buscamos compreender as motivações para a colaboração, a dinâmica das atividades práticas de comunicação realizadas durante o evento e como as tecnicidades mediam esses processos. Esta seção explora, principalmente, os imaginários dos sujeitos sobre as práticas de comunicação colaborativa.

Retornamos a Recife, naquela manhã de sexta-feira, no “Espaço Cuca”, quando a jornalista e ex-diretora de Cultura da UNE, Patrícia de Matos, em sua participação na roda de conversa “*Da retina às redes: cobertura colaborativa na vanguarda da democracia*”, afirmou que já estava passando da hora de pararmos de pensar de forma tática e começarmos a agir de forma estratégica em relação à comunicação, à tecnologia e ao contexto atual de “oligopólio das *big techs*”. Segundo ela, parece ser difícil sair desse cenário que é internacional e onde o debate público é, em suas palavras, organizado por um algoritmo que “mata a gente de ter uma saída, já que é todo mundo falando apenas com quem concorda”. Para Patrícia, é necessário combinar uma série de lutas para vencermos a batalha e, talvez, a cobertura colaborativa seja um desses terrenos, mas, por si só, ela está no plano tático, ela afirma:

A gente está em uma estrutura muito desigual, capitalista, autoritária, neoliberal, no mundo inteiro. É muito grave! Não dá pra gente ficar mentindo que não é muito grave a situação. [...] E as empresas de mídia, as grandes plataformas, as *big techs*, têm se tornado oligopólios que, inclusive, estão dentro de governos que ditam a batida que o mundo vai girar. [...] A gente perdeu várias guerras ao longo da história e a gente está de um lado da luta de classe que segue perdendo em vários lugares, em vários países. Mas tem algo que a gente pode agir. Eu tenho uma formação comunista e os comunistas têm um lema que é que para você pensar o projeto de superação dessas estruturas injustas que a gente vive, você tem que pensar táticas e estratégias de atuação. *O que seriam as táticas? As questões mais urgentes. Aquilo que você faria*

agora, a criação de alianças táticas, para o momento. [...] E a estratégia seria o “onde eu quero chegar”. E eu acho que a gente está um pouco viciado em pensar só na tática. Isso não vai levar a gente longe, porque a gente não sabe onde a gente quer chegar. [...] A verdade é que as pessoas não colam na gente pra sofrer, elas colam na gente pela esperança. A gente nunca foi a galera que pregou o fim do mundo, a gente sempre pregou vida, felicidade e nesse ponto a gente tem que ser diferente dos caras. [...] Então, talvez vocês estejam pensando que isso que eu estou falando não tem nada a ver com cobertura colaborativa e tem tudo a ver. Eu acho muito importante a gente discutir como que a gente vai circular melhor nossos conteúdos, porque esse é o nosso ponto de partida, gente. Porque se a gente está fora disso, desse circuito, a gente está fora do game (Patrícia de Matos, 2025, grifos nossos).

Patrícia observa a cobertura colaborativa da mesma lente que nós, quando a reconhece como um projeto tático e não estratégico de comunicação, a cobertura mora justamente no lugar da disputa de narrativas. Certeau (1990) defende que a tática é a arte do fraco e essa não é uma significação boba. É que a tática é comandada pelos acasos do tempo e é determinada pela ausência de poder do que os fazem, por isso, para nós, ela também pode ser vista como um ato de resistência. Refletir sobre a cobertura colaborativa aqui neste trabalho é também uma forma de pensar as alternativas, de tentar significar, junto aos estudantes envolvidos na pesquisa e à própria União Nacional dos Estudantes, os caminhos que essa tática de atuação vem nos levando ao longo do tempo. Como menciona Patrícia, é preciso fazer com que as narrativas circulem no ambiente digital. Sem isso, “a gente está fora do game”. É por isso que nesta seção do trabalho vamos discutir sobre a comunicação colaborativa com aqueles que a fazem, os estudantes colaboradores que se apropriam da tática proposta pela UNE e colaboram com a construção de narrativas a partir do viés popular. Antes de entender o que os leva a participar, cabe explorar de quais lentes eles observam a comunicação.

Os oito estudantes entrevistados se identificam como comunicadores, mesmo que a grande maioria deles não tenha formação ou atuação na área de comunicação e isso nos faz questionar justamente esse lugar potente que a comunicação popular ocupa no imaginário dos sujeitos. Kaplún e Garcia (1985, p. 13) defendem que falar da eficácia da comunicação, é também falar da comunicação do povo, da comunicação popular. Afinal, não é só a comunicação massiva, dos meios de comunicação de massa, que deve ser valorizada. “Buscamos uma forma de comunicação “diferente”: libertadora, participativa, que desperte a consciência e provoque reflexão. Para isso, precisamos também ser eficazes. Mas com princípios diferentes, fundamentos diferentes e até mesmo técnicas diferentes.”⁹⁰ Antônio,

⁹⁰ No original: “Nosotros buscamos "otra" comunicación: liberadora, participativa, concientizadora, problematizante. Para eso también necesitamos ser eficaces. Pero con otros principios, con otras bases, hasta con otras técnicas.” (Kaplún e Garcia, 1985, p. 13)

estudante de Amazonas-AM, relata que seu histórico com a comunicação popular vem do reconhecimento da fotografia como “um movimento, uma arte humana, um espaço político, uma ferramenta de ativismo socioambiental”. Ele, que é fotógrafo de profissão, conta que começou a utilizar a fotografia para fazer críticas ao poder público em sua página pessoal nas plataformas de mídia social e, “então, eu comecei a utilizar a fotografia dessa forma e aí comecei a entender também ela como uma ferramenta de comunicação popular, né? Que permite essa linguagem direta com a sociedade.” Já Beatriz, estudante do Espírito Santo–ES, enxerga atualmente a comunicação como um ato político, “uma comunicação política que você tá vendo o foco daquilo, você vai ver o impacto que aquela foto ou aquele vídeo que você fez vai ter”, ela diz. Ela conta que nem sempre foi assim e que sua experiência e seu processo de reconhecimento enquanto comunicadora aconteceram durante a pandemia de Covid-19, quando virou, em suas palavras, uma “digital influencer”.

E aí peguei gosto por fazer as coisas, por fazer arte no Canva, editar vídeo. Mas assim, tudo aprendendo sozinha mesmo. E aí tive acesso à câmera depois que entrei no movimento estudantil que peguei a câmera do Levante. [...] E aí eu peguei muito gosto por isso de fotografar e gravar e, sei lá, essa paixão foi muito forte desde a época da Covid e depois foi aumentando mais, sabe? Eu fui pegando mais gosto pela comunicação e conhecendo outras formas de comunicação também. Porque eu conhecia a comunicação só como uma forma de postar no Instagram e no TikTok, mas depois eu fui conhecendo a comunicação como uma forma política, que antes eu não conhecia e isso expandiu minha mente (Beatriz).

Por sua vez, Florestan, estudante do Ceará-CE, iniciou seu gosto pela comunicação a partir de outro suporte: a rádio comunitária criada no assentamento da Reforma Agrária onde sua família mora. Ele narra que, na estrutura organizativa do assentamento, os assentados se dividem em funções internas para gerir o local e ficou para ele o papel de atuação na gestão da rádio comunitária. Em sua percepção, o fato de ser uma pessoa tímida e introvertida faz com que nunca fuja de tarefas ligadas à comunicação ou tarefas de liderança, porque é também uma forma de vencer essa barreira da timidez. “Acredito que as pessoas só deixam de ser tímidas quando criam coragem de enfrentar seus medos, falar em público e se comunicar. [...] A comunicação através da rádio ofereceu um holofote para um jovem tímido deixar de ser tímido”. Empolgado ao falar de sua experiência na rádio comunitária, ele conta que a rádio funciona por meio da articulação de um coletivo de comunicadores populares que conta com a participação de assentados e colaboradores. Sua fala sobre o processo de conquista da outorga⁹¹ da rádio, com detalhamento de cada um dos passos burocráticos e de cada momento

⁹¹ Outorga é a autorização oficial concedida pelo Governo Federal (Ministério das Comunicações) para que fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos operem emissoras FM de baixa potência.

de luta, inspira. Dá para sentir o impacto que a participação neste espaço teve em seu processo de formação como um comunicador popular.

Tenho esse pezinho na comunicação, né? Enfim, eu acho que o rádio foi o que me colocou mais para perto da comunicação nesse sentido e também da fotografia e até mesmo do jornalismo, de uma forma mais ampla. De você querer investigar as coisas mesmo e você querer noticiar, enfim. Eu também gosto de escrever. Já escrevi um artigo para o Brasil de Fato, né? Que é o jornal dos movimentos sociais bem ligado ao Movimento Sem Terra, na verdade, é do Movimento Sem Terra. Recentemente escrevi um artigo sobre Florestan Fernandes e o fim da escala 6×1 (Florestan).

A comunicação também é uma potente ferramenta de luta para o movimento indígena e isso ficou bastante evidente durante as conversas com Kaãhy Pataxó, Kirita Kaiowá e Rudá Wapichana, estudantes da Bahia-BA, Mato Grosso do Sul-MS e São Paulo-SP, respectivamente. Kaãhy comenta sobre os meios de comunicação serem as peças-chave para quebrar a desinformação e, por isso, para o movimento indígena, que nunca viu suas narrativas representadas pela mídia tradicional, ter seus próprios meios para contar sua narrativa é um passo importante, uma conquista.

Aqui no meu território mesmo, a gente tem sofrido diversos processos de ameaça e as mídias sociais estão a todo momento falando que são os povos indígenas que ameaçam, entende? Então, a nossa comunidade, nas nossas redes sociais, faz o trabalho de tentar quebrar essa narrativa, fazendo vídeos, falando de nossos projetos, problemas e de nossas ações. A gente está vendo agora avançar o projeto da PEC da Devastação e a gente está vendo não só o movimento indígena, como diversos segmentos dos movimentos sociais se posicionarem para pedir o veto do presidente Lula. Então, a tecnologia e as mídias sociais, quando usadas de forma estratégica, possibilitam quebrarmos a desinformação e o negacionismo. Mas, infelizmente, não chega informação para todo mundo, não aparece nas redes sociais. Só aqui no meu território foram mortos quatro jovens e isso não é mostrado pela mídia tradicional e também não chega para muitos nas mídias digitais (Kaãhy).

Kaãhy, nesta fala acima, começa a explorar algo que ainda vamos discutir nas próximas seções, o problema da visibilidade das narrativas populares. Não basta ter os meios para narrar as lutas cotidianas, é preciso que isso se espalhe, mas, infelizmente, não é o que acontece na maioria das vezes nas plataformas digitais, demandando, por vezes, táticas de visibilidade (Thompson, 2008; Terra, 2024; Karhawi, 2024) por parte dos sujeitos e movimentos. Se, de um lado, sua fala mostra o otimismo de quem entende que existe uma

No caso da rádio citada por Florestan, da Rádio Resistência Salão FM 87,9 localizada no Assentamento Salão, em Mombaça, a outorga só foi concedida pelo governo de Lula, em 2024, e levou algum tempo desde a criação da rádio até a sua legalização, tempo esse que implicou inclusive no seu fechamento. A matéria do Brasil de Fato noticia a conquista da comunidade. Disponível em: <https://encurtador.com.br/oOqX>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

forma de criar e compartilhar uma contranarrativa, do outro, ele mesmo já apresenta o limite: infelizmente, a informação produzida pelos movimentos sociais não chega para todos.

Kirita conta que foi um professor que apresentou a possibilidade da comunicação. “Ele dizia que a comunicação é uma forma de você se conectar com as pessoas, e principalmente, com aquela pessoa com a qual você não pode estar perto dela.” Hoje, ela enxerga mais do que isso ao refletir sobre seu processo de encontro com a comunicação. “Aprendi que a comunicação é uma ferramenta que a gente pode usar para se proteger e, além disso, também conseguir divulgar as coisas que nos importam.” Por sua vez, Rudá vai além e resgata parte de sua ancestralidade, marcas da religiosidade que também o fazem um comunicador:

Meu histórico de comunicação vem desde pequenininho. Desde muito pequeno, porque eu sempre fui falante e a comunicação ela é isso, né? Quando eu entrei no candomblé, meu pai de santo falava que eu era de Exu, porque Exu é o dono da comunicação, é o guia da comunicação e, no final, descobri que não sou de Exu, eu sou de Oxóssi. Então tem toda uma ligação com isso, porque Oxóssi se comunica como um caçador, então a comunicação ela nasce em mim desde pequenininho, desde quando eu estava no ventre da minha mãe e hoje eu só faço a comunicação se tornar uma ferramenta de não ficar calado, de falar e não deixar que os outros falem por mim (Rudá).

Podemos perceber que a comunicação está conectada em vários sentidos para esses estudantes, a partir de vários marcadores que os movem e constituem um vínculo sensível entre sujeito e a motivação para comunicar, colaborar e construir comunicação colaborativamente. Wel, que é estudante de comunicação do Pará-PA, diz que sua escolha pela área da comunicação, e que no caso dela é também uma escolha profissional, diz respeito a ter acesso aos meios para transformar a informação em algo acessível para todos.

Eu queria fazer daquilo que eu tinha acesso acessível para todo mundo de onde eu fui criada, de onde eu cresci e transformar tudo isso para conseguir ou pelo menos tentar trazer essas informações de fato para quem forma o país, para quem está ali lutando diariamente para sobreviver, para criar sua família criar seus filhos. Resumindo, escolhi a comunicação para torná-la acessível para todos (Wel).

Essa visão é parecida com a de Malcon, que diz ter se reconhecido como um comunicador no cenário da pandemia de Covid-19, quando era bolsista de um projeto de extensão na UNEMAT e sua função era organizar as transmissões virtuais de eventos nos perfis oficiais da universidade e de projetos ligados a professores de lá. As transmissões aconteciam no YouTube e no Instagram e eram, naquele momento, a única forma de conectar o público às ações universitárias, ele conta.

Surgiu na pandemia, só que ele se estendeu e até hoje é um projeto funcional,

que transmite eventos online e presenciais. Então eu me descobri na comunicação quando eu estava nesse projeto. [...] A gente via que, por meio dessa tecnologia, mesmo com a limitação da pandemia, a gente conseguia levar conhecimento e acesso à informação para as pessoas. Claro que aquelas que tinham poder de se conectar, né? Mas já é um, vamos dizer assim, um meio de levar a informação até as pessoas mesmo na adversidade [...] Acho que foi aí, através do centro acadêmico e da universidade, que eu me tornei um comunicador (Malcon).

Esse primeiro contato com os sujeitos nos fez crer que a comunicação no imaginário deles ultrapassa qualquer perspectiva sobre técnica e é por isso que devemos observá-la a partir das lentes das mediações culturais. Como mencionado por Martín-Barbero, em entrevista a Barcelos (2000), há entre estímulo e resposta um espaço onde moram as crenças, costumes, sonhos, medos, a cultura cotidiana, a vida familiar, as tradições religiosas, o lúdico que vibra na América Latina. “Tentar medir a importância dos meios em si mesmos, sem levar em conta toda essa bagagem de mundo, da vida, da gente, é estar falsificando a vida para que caiba no modelo dos estudos dos meios” (*ibid.* 2000, p. 154).

Uma premissa que tínhamos no início da pesquisa, antes da ida ao campo e, talvez, considerando nossa bagagem pessoal de envolvimento com o fenômeno observado, já que nós já estivemos do outro lado participando e colaborando com a cobertura colaborativa da UNE, era que encontraríamos um envolvimento maior de pessoas da área da comunicação, estudantes ou profissionais, nas práticas colaborativas. Entretanto, mesmo que seja um fator que motiva, isso perdeu centralidade, visto que existem outros marcadores que mediam o processo de motivação para a participação. O Quadro 4 demonstra que, dos estudantes entrevistados, somente dois trabalham ou estudam em áreas diretamente ligadas à comunicação. Não esperávamos encontrar tantos sujeitos participantes que se veem como comunicadores, independentemente da área de atuação, e talvez seja esse processo de reconhecimento que os faz comunicadores populares. Martín-Barbero (1981) narra que muitas práticas são construídas isoladamente na cultura burguesa, enquanto na cultura popular elas acontecem na coletividade. O popular aqui emerge de vínculos construídos ao longo da história, processos de identificação, participação e, principalmente, possibilidades de apropriação e construção coletiva de narrativas.

Quadro 4 - Formação e atuação profissional dos entrevistados

Nome	Formação e atuação profissional	Comunicador(a)
Antônio	Estudante de biotecnologia, fotógrafo e videomaker	Sim

Beatriz Hilton	Estudante de pedagogia	Sim
Florestan	Estudante de agronomia	Sim
Kaãhy Pataxó	Técnico em enfermagem, pretende cursar graduação em psicologia	Sim
Kirita Kaiowá	Estudante de ciências biológicas	Sim
Malcon	Estudante de ciência da computação, trabalha como autônomo na área de T.I.	Sim
Rudá Wapichana	Formado no ensino médio, pretende cursar engenharia ambiental, artes ou algo relacionado a políticas públicas	Sim
Wel	Estudante de produção multimídia, estagiária de comunicação	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Se na etapa anterior, do mapeamento do perfil da rede colaborativa, identificamos algumas características dessas motivações, agora podemos afirmá-las a partir do contato mais direto com esses sujeitos. De fato, as motivações parecem perpassar por essas três características: 1) *cobertura colaborativa como espaço de aprendizagem ou formação profissional*: quando a participação visa produzir alguma troca em relação à carreira, como na aquisição de conhecimentos técnicos, *networking*, certificados de experiência e carga horária, ou ainda visa o processo de aprendizagem, sem necessariamente colocar em evidência a carreira ou a área de estudo, dessa forma, fazendo parte de um processo de aprendizado informal; 2) *cobertura colaborativa como espaço de militância e participação política*: quando a participação se relaciona ao desejo de contribuir, participar ativamente, defender seus ideais políticos e está mais ligada aos ideais coletivos de cidadania e participação; e 3) *cobertura colaborativa como espaço de expressão artística e cultural*: quando a participação está mais atrelada ao sensível, ao “amor” pela fotografia e pela captação de vídeo, à realização pessoal e à possibilidade de criação de narrativa a partir da subjetividade. A partir da pergunta “O que te levou a participar da cobertura colaborativa da Bienal?”, tentamos entender um pouco mais sobre o que motiva a participação dos sujeitos colaboradores.

Kirita e Antônio se inscreveram para participar da cobertura mesmo sem a possibilidade de se deslocarem para Recife. Eles escolheram colaborar mesmo à distância. Como dissemos na discussão teórica da pesquisa, as práticas colaborativas também reconfiguram os fluxos a partir das ferramentas de conexão (Milan, 2015; Fontes, 2013; Canclini, 1997). Em sua fala, Antônio menciona o impacto da participação para pensar

também o seu próprio território, sua cidade, a forma como o ambiente é afetado e afeta as decisões dos sujeitos. Para ele, aproximar-se da cobertura colaborativa é também estar mais perto dos movimentos sociais, do movimento estudantil, que nunca foi para ele uma opção durante sua juventude. Kirita, por sua vez, descreve que foi a criação de vínculos sociais, o contato com o outro e o pertencimento que gerou interesse e a fez ficar, mesmo sabendo que não haveria como se deslocar do centro-oeste rumo ao nordeste do Brasil. Cabe destacar que ambos não atuam oficialmente nas trincheiras do movimento estudantil e foi a comunicação colaborativa a porta de entrada para a aproximação e contato com a UNE.

Aqui em Manaus é uma cidade assim, eu amo minha cidade, gosto bastante da minha cidade, mas assim, a gente é muito afastado de informação com relação a muita coisa, falta muita coisa chegar aqui. Eu sou uma pessoa afro originária, nascida aqui em Manaus, e acaba que a nossa visão aqui é pra ti crescer e trabalhar, sabe? Acaba que aqui tem o distrito e tem esse contexto todo. A gente acaba não desenvolvendo muito nosso pensamento crítico, tu acaba demorando um pouco para desenvolver esse teu pensamento crítico, para contestar certas coisas que acontecem na sociedade que acabam muitas vezes passando despercebidas. [...] E dentro disso comecei a entender vários contextos, entender que existem vários movimentos dentro da nossa própria cidade que muitas vezes são invisibilizados pelo próprio poder público, sabe? Inclusive, aqui o movimento estudantil é um desses movimentos que acaba o poder público tentando de todas as formas desarticular, né? E enfim, foi isso que me trouxe até esse entendimento de encontrar a UNE e acompanhar um pouco do que acontece com relação ao movimento (Antônio).

Diferente deles, Rudá esteve mais envolvido com todo o processo, chegou em Recife um mês antes e participou ativamente da organização do evento e da comunicação colaborativa. Ele descreve um verdadeiro processo de imersão na comunicação colaborativa e revela detalhes dos bastidores. Ele narra que sua intenção inicial não era participar tão ativamente assim, diz que só queria “curtir e viver a Bienal”, mas que os colegas e amigos que estavam na coordenação o convocaram para a missão de somar na articulação. Dessa forma, ele conta que vivenciou a Bienal desse outro lado, o lado da organização: “Eu cheguei em Recife para construir a comunicação colaborativa com Mel e daí a gente montou o formulário, montamos as equipes, divulgamos o formulário. [...] a gente vivenciou Recife” (Rudá).

Wel também nos inspira ao relatar suas motivações e, no caso dela, que é diretamente ligada à área da comunicação, o desejo profissional está explícito em sua atuação. A cobertura colaborativa surge, então, como um laboratório prático e um espaço de acolhimento. É possível notar em sua fala o caráter pedagógico da cobertura. O espaço não exigia saberes prontos; ele os construía. As “oficinas formativas” mencionadas por ela demonstram que a cobertura colaborativa funciona também como uma escola de comunicação, marcada por

encontros, trocas, oficinas, rodas de conversa sobre as práticas cotidianas da comunicação. Essa ação acaba permitindo que estudantes de biologia, história, tecnologia, agronomia e de tantas outras áreas participem e também se formem comunicadores.

Quando saiu o edital da Bienal e eles fizeram a divulgação da cobertura colaborativa, eu quis entrar porque eu pensei que pela primeira vez eu poderia estar utilizando do meio que eu tô aprendendo, do meio que estou me profissionalizando e poderia utilizar isso dentro do movimento. Porque antes eu ficava assim um pouco acanhada por não ser assim de um bacharel ou então ser de uma licenciatura, eu sou da área tecnológica. [...] Então, foi assim uma maneira de ajudar no meu currículo e ajudar na minha experiência e tentar doar um pouco do que eu sei para o evento e para a UNE. [...] Tivemos também reuniões antes, tivemos oficinas para galera também que não era do meio, mas tava tentando aprender e tava tentando participar. [...] Porque apesar de ser a cobertura colaborativa, tem gente que é da área, mas tem pessoas que acabam pegando como uma oportunidade para poder participar do evento. [...] Tem o conhecimento porque a gente nasceu numa era digital, então todo mundo sabe um pouquinho ali mexendo no celular, mas eles tinham esse momento formativo para aprender de uma maneira um pouco mais profissional (Wel).

Por fim, a ideia de cidadania, socialidade e pertencimento fica bastante marcada na fala de Malcon. Para ele, a cobertura foi uma ferramenta que transformou o espectador em protagonista. Malcon expressa o desejo de não ser “apenas um participante”, mas de deixar uma marca, de “fazer a sua parte” para o movimento estudantil. É a busca por relacionamento, reconhecimento e agir comunitário (Winqes, 2024) que parecem guiar as práticas de Malcon e de outros estudantes (Wel, Florestan, Kaãhy, Beatriz). Parece, inclusive, que esse apreço pela participação e pelas socialidades é mais demarcado para os estudantes vinculados diretamente a algum movimento estudantil. Talvez, para eles, seja ainda mais importante colaborar nesse lugar de coletividade.

O que me levou a participar foi que eu sempre gostei muito de registrar. [...] Eu acho que é o jeito de fazer a minha parte, sabe? Como integrante da Universidade, colaborar e ajudar as pessoas ali de alguma maneira, né? Porque sempre a gente vai, participa e é uma maneira de se sentir parte daquilo, né? Mais ainda do que se participasse “só” como um participante (Malcon).

Parte importante do processo de discussão sobre as plataformas digitais como espaço narrativo é um fato observado por nós: todos os estudantes colaboradores ficaram sabendo da cobertura colaborativa por meio da divulgação feita no perfil oficial da UNE no Instagram⁹² ou pela divulgação do link desse conteúdo em grupos de WhatsApp. Ou seja, como a fala de Patrícia, apresentada no início desta seção, parece que, se você não ocupa esses espaços, de

⁹² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DDx0Jw2y9yM/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2026.

fato há uma ausência de significados, um vazio deixado também no quesito mobilização. Beatriz conta que viu a postagem no Instagram da UNE e já de cara se inscreveu. Logo depois, no grupo de WhatsApp do Levante Popular da Juventude, movimento no qual milita, enviaram o link convidando as pessoas a fazerem parte para “mostrar um pouco da nossa visão enquanto capixabas e trazer os nossos recortes para essa cobertura”. Essa informação se relaciona com algo já discutido por nós anteriormente: o papel das plataformas digitais como mediadoras institucionais dos processos comunicacionais. A cobertura acontece também porque o seu chamado é veiculado em uma plataforma onde, posteriormente, o conteúdo produzido será veiculado em busca de visibilidade algorítmica e disputa narrativa. Como já dissemos aqui, é inclusive por meio do Instagram que alguns dos entrevistados tiveram o seu primeiro contato com a UNE, ou seja, a plataforma também possibilita a criação de vínculos construídos por meio da mediação tecnológica.

Buscando entender a dinâmica de participação dos sujeitos participantes, solicitamos aos oito entrevistados que descrevessem as rotinas experienciadas durante a cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE. Além disso, também perguntamos sobre as expectativas e o processo de avaliação a fim de entender a completude da ação, não só o que aconteceu, mas também aquilo que morou no imaginário dos sujeitos antes de virar realidade. A dinâmica, para quem estava em campo, era regida por um ritual matinal de alinhamento. Os estudantes podiam escolher no que queriam atuar. A fala de Florestan evidencia uma gestão baseada na afinidade, onde a organização servia para garantir a cobertura na totalidade do evento, sem sacrificar o interesse pessoal do militante-comunicador.⁹³ “Presencialmente, a gente se reunia geralmente pela manhã, no caso, bem cedinho, para organizar a divisão de acordo com os interesses de cada um. [...], para garantir que a maioria das pessoas fizesse os registros naqueles eventos que tinha mais afinidade” (Florestan).

Essa rotina é detalhada por Wel, que descreve a dinâmica da instantaneidade. Em sua fala, o celular aparece não como limitação, mas como ferramenta que dita o ritmo: captação, edição rápida, envio e aprovação. Mesmo em um ritmo acelerado, havia espaço entre o trabalho e o lazer, uma permissão para viver a Bienal entre um registro e outro, afinal, estamos falando de uma atividade baseada no voluntariado. “Lá em Recife, a dinâmica iniciava normalmente meia hora antes do evento. Então a gente chegava e ia para a sala que era reservada para a gente ou então chegava em uma área ali que estava livre [nomeado Espaço CUCA] e lá a gente se reunia e fazia a divisão.” Ela conta que geralmente eram

⁹³ Os termos militante e militante-comunicador são utilizados para falar dos estudantes que se vinculam à luta de forma mais ativa, transformando-a em militância.

consideradas as atividades nas quais o movimento (as organizações estudantis) estaria participando e, nesse caso, os colaboradores eram liberados para assistir às atividades sem a necessidade de cobri-las.

Na Bienal, como eu ainda não tinha equipamento, eu estava só com o celular, eu participei gravando vídeos para as redes sociais e fiz algumas edições desses vídeos para poder postar em story, postar no *feed*. Além disso, fiz alguns registros fotográficos com a câmera do celular mesmo, no modo *mobile*. E aí eu fazia a edição dessas imagens e compartilhava no nosso grupo da cobertura colaborativa que normalmente é veiculada no Instagram [...] Finalizou as filmagens, mandava lá no grupo e falava com a Mel que tava organizando para dar um ok para ver se a gente já tava liberado ou não, e aí depois de conversar com ela a gente saía para as nossas atividades, saía para passear ou saía para ir descansar. E aí a dinâmica era assim normalmente a gente participava de duas a três atividades no dia registrando e gravando e também registrando a parte dos corredores que a gente passava ou então em locais que a gente assistia alguma palestra e a gente já aproveitava para estar gravando ali, para estar registrando e mandando também (Wel).

A partir dessa fala, é possível perceber que, mesmo se tratando de uma atividade voluntária, existe toda uma lógica de produção, de organização e logística. As pessoas que de fato participam do processo se sentem responsáveis pelas tarefas que lhes são dadas, há um compromisso, uma rotina produtiva. Malcon descreve sua participação como uma “via de mão dupla”, uma vez que a experiência da cobertura se entrelaçou com a própria vivência do militante e era assim que ele realizava as escolhas do que cobrir, obedecendo à lógica do “já queria participar” e tornando o registro uma extensão natural da sua presença nos espaços, focando em eventos menores e na sua própria bancada. Talvez para ele a experiência tenha sido mais leve em relação às demandas e ao peso colocado, fazendo dela mais uma “tarefa militante”. Já Beatriz apresenta uma dinâmica de participação guiada pela intencionalidade política. Sua rotina não foi apenas de registro passivo, mas de uma busca ativa por narrativas que dialogassem com sua realidade local, principalmente como estudante de pedagogia. A cobertura serviu como ferramenta pedagógica para disputar o imaginário sobre a militância em sua universidade:

Então, teve uma apresentação cultural de dança e aí eu fiquei responsável pela cobertura dos ensaios, eu participei da gravação desses ensaios e participei também de alguns atos, gravando e tirando fotos de algumas pessoas. Eu também fiz uma entrevista com alguns estudantes que estavam lá na Bienal representando pessoas de licenciatura, [abordando] como era importante estar naquele espaço. E aí fiz esse vídeo, postei acho que até no Instagram do diretório aqui da pedagogia e foi muito importante aquela troca e também publicaram isso no Instagram da pedagogia para mostrar para os estudantes que eles podem se colocar neste espaço, sabe? (Beatriz).

Como já mencionamos mais acima, existem também aqueles que participaram e colaboraram (ou tentaram colaborar) à distância. Enquanto Kirita conseguiu estabelecer uma rotina funcional de participação através do compartilhamento dos conteúdos da cobertura em suas próprias redes sociais, sentindo-se parte do processo. Para Antônio, a dinâmica presencial era tão acelerada que o tempo da edição remota não conseguia acompanhar o tempo do acontecimento real, gerando uma experiência de espectador, apesar da vontade de ser um colaborador ativo:

Eu me inscrevi para editar alguma foto, alguma coisa, que eu pudesse ajudar daqui, mas acabou que era tanta informação no grupo que acabei não conseguindo participar diretamente, só consegui acompanhar. Imaginei que eu ia conseguir acompanhar, que eu ia conseguir editar mesmo algumas fotos, eu imaginei que ia ser necessário, que ia ter tanta informação, tantas coisas que ia ser necessária minha mão de obra para eu fazer a edição de imagens, alguma coisa assim, do que estava acontecendo lá. Foi esse meu pensamento. Só que aí acabou que eu não consegui acompanhar, como eu tô falando, foi tanta informação e eu acredito também que a galera lá acabou resolvendo em tempo real [...]. Porque assim, a minha expectativa, na verdade, eu queria mesmo era participar de um presencial (Antônio).

A fala de Kirita nos chama muita atenção e nos convida a refletir sobre os limites da colaboração mediada algoritmicamente. “Eu expliquei para algumas pessoas da organização que eu não podia participar, só que eu podia acompanhar, né? Tipo, eu podia postar, repostar, né? As notícias sobre a UNE. Eu conseguia participar e me comunicar através das redes sociais” (Kirita). Para ela, o processo de engajar o conteúdo, curtir, repostar, compartilhar, também fazia dela uma colaboradora. De onde parece ter vindo essa sensação? Do sentimento de pertencimento, de comunidade. Afinal, ela estava em um grupo de colaboradores e, enquanto a distância física a impedia de participar, as mediações tecnológicas davam a ela a sensação de ser parte daquilo. Um detalhe importante é que ela é uma das estudantes entrevistadas que não conheciam a UNE e que se aproximaram da organização justamente por meio do convite à colaboração. O que demonstra algo já debatido aqui por nós. O processo de cobertura colaborativa ultrapassa a comunicação, ele vai além, está no campo das sensibilidades, socialidades, cidadanias, do processo de mobilização.

Não sabemos se a UNE – e outros movimentos – sabem o poder mobilizador que têm em mãos quando convocam para a colaboração, quando chamam para a coletividade materializada pelo processo comunicativo. Nossos diálogos mostram isso e vão ao encontro com o que Peruzzo (1198, p. 157) nomeia de reelaboração de valores, quando o receptor assume o papel de emissor e “coletivamente vão sendo reelaborados valores simbólicos condizentes com o exercício da cidadania”. Organizamos no Quadro 5 um resumo da

participação dos estudantes colaboradores nesta edição da cobertura.

Quadro 5 - Dinâmica de participação dos colaboradores

Entrevistado	Fluxo de participação	Atividades realizadas
Antônio	Remota	Tentativa de edição de fotos a distância; acompanhamento do fluxo de informações pelo grupo de WhatsApp.
Beatriz	Presencial	Gravação e fotografia de atos e eventos culturais; gravação de conteúdos com foco em entrevistas.
Florestan	Presencial	Fotografia e gravação de vídeo.
Kaãhy	Presencial	Fotografia e gravação de vídeo.
Kirita	Remota	Acompanhamento do fluxo de informações pelo grupo de WhatsApp; compartilhamento dos conteúdos produzidos pela cobertura colaborativa em seu perfil pessoal no Instagram.
Malcon	Presencial	Fotografia e gravação de vídeo, principalmente o de ações com participação de sua bancada.
Rudá	Presencial	Construção prévia do evento; recepção de imprensa e acompanhamento de entrevistas; gestão da equipe de cobertura colaborativa; produção de matérias oficiais para o site.
Wel	Presencial	Fotografia e gravação de vídeo.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026)

Os estudantes com quem conversamos também revelaram experiências em outros tipos de cobertura colaborativa, de outras organizações e movimentos, o que nos mostra que a prática não é isolada e é de fato uma tecnologia, uma ferramenta popular de luta mobilizada pelos movimentos sociais. Florestan relata sua experiência na comunicação colaborativa do Encontro da Juventude do Campo, das Florestas e das Águas, da Via Campesina. Ele diz que não se recorda se a ação era nomeada de cobertura colaborativa, mas, na prática, a comunicação era toda produzida por colaboradores, sejam eles os próprios participantes ou veículos de comunicação independentes como o Brasil de Fato e a Mídia Ninja. Ele narra que sua participação, em específico, foi como membro do coletivo de fotografia, responsável pelos registros do evento. Antônio, por sua vez, disse ter participado também remotamente da cobertura da Semana Chico Mendes, mas que também sentiu dificuldades em colaborar de fato devido à distância física do restante dos colaboradores. “Saber que eu posso colaborar de

alguma forma, mesmo estando distante, e de alguma forma me sentir lá, né? Me sentir no evento, de alguma forma sentir que eu tô colaborando, sabe?”, Antônio conclui sobre a importância da colaboração.

Essas reflexões sobre os fluxos e as possibilidades de conexão remota colocam em evidência as tecnicidades, importantes para nós neste trabalho. Para finalizar esta seção, abordamos os imaginários dos estudantes colaboradores sobre as tecnicidades como mediadoras do processo de colaboração. Nosso intuito era reconhecer como eles percebem as mediações tecnológicas, de certa forma, também como colaboradoras. Beatriz reflete sobre algo que nos remete à expansão das temporalidades, já mencionado por nós na discussão teórica. A cobertura colaborativa, para ela, é o registro do tempo que vira memória que pode ser resgatada depois. Ela cita um momento do evento, detalha que lembra como foi e que foi muito especial e depois diz:

E se esses momentos não fossem gravados? Eu acho que muita gente ia ficar só com aquilo na saudade de como aconteceu e tal, mas não, não precisa ficar na saudade. Se eu ficar com saudade agora, eu posso pegar, abrir o Instagram e procurar lá embaixo que tem o registro desse momento que aconteceu. Então eu acho que, para além dessa comunicação que não é só os meios digitais, mas quando ela é no meio digital, ela atinge a maioria dos públicos e ela pode deixar eternizado (Beatriz).

Malcon complementa essa reflexão mencionando a possibilidade de expansão do espaço, visto que a tecnologia permite que aquele conteúdo produzido ali, no território físico da 14ª Bienal, chegue também para aqueles que não puderam estar fisicamente presentes. Ela é essencial para o processo de circulação, ele diz. “É essencial o papel da tecnologia nessa transferência de informação de um lugar para o outro” (Malcon). Wel fala das tecnologias como prática, dos fluxos acelerados da comunicação digital, da velocidade, da rapidez, mas argumenta que a tecnologia é uma ferramenta que ajuda na cobertura colaborativa.

E a tecnologia acaba ajudando a gente ali porque sem internet a gente não vai conseguir mandar esses arquivos, ou então até a gente pegar um arquivo e, sei lá, passar cabeado ou então passar por *pen drive*, que são tecnologias também, demandaria muito tempo. Então, a internet acaba ajudando a gente e os canais de comunicação acabam ajudando porque a gente consegue se comunicar com quem tá do outro lado do evento ou com quem nem está no evento participando, mas tá editando da sua casa, então a gente consegue ter esse contato imediato (Wel).

Por sua vez, quando questionado sobre as tecnologias e o processo de construção de comunicação colaborativa, Antônio insere a mediação algorítmica na discussão, que falaremos mais à frente nas próximas seções, e defende a questão sobre a disputa no digital, a

preocupação com a distribuição, com a visibilidade, algo já observado no início desta seção. Para ele, os fluxos estão cada vez mais acelerados.

É fundamental, né? [a tecnologia] Porque assim, além de ter essa facilidade de distribuir mais rápido a informação, também tu pode resolver tudo na hora. Porque assim, depende muito também do que a gente quer fazer com a informação que a gente recebe, como é que vai ser o contexto da informação. Se for para entrar nos algoritmos das redes sociais, é necessário que seja logo de imediato, seja o mais rápido possível, ou ao vivo, né? Eu acho que as pessoas estão cada vez mais atrás dessa realidade do que tá acontecendo no momento e tal, do que realmente tá acontecendo. Agora, se for para distribuir em outras mídias, em outras coisas, acho que se organiza mais tem mais tempo de se organizar, pode procurar os profissionais mais apurados, vamos dizer assim. [...] eu acho que a tecnologia é fundamental, porque aí tem várias possibilidades de abrir janela de informação (Antônio).

Cabe mencionar que nesta pergunta sobre as tecnologias, fizemos questão de frisar para todos os entrevistados que queríamos que eles pensassem em tecnologia a partir do que eles consideram como tal. E assim, tivemos sujeitos observando-a a partir das tecnologias digitais, a partir dos suportes e ferramentas, das plataformas digitais e até mesmo observando suas dimensões materiais, como os algoritmos. Acreditamos ser necessário que os movimentos sociais comecem a pensar ou intensifiquem o pensamento que observa o ativismo digital, a participação digital e a comunicação popular sob essa lógica de que já não basta mais apenas produzir e, sim, é necessário fazer com que a comunicação produzida avance e chegue a mais gente, é necessário entrega, chegar até o outro lado do processo comunicacional.

A partir das falas e das observações de campo, foi possível sistematizar os imaginários dos estudantes colaboradores sobre as práticas colaborativas de comunicação. Notamos que, para eles, a cobertura colaborativa não se trata apenas de técnica e o processo diz muito mais sobre narrar o cotidiano e os seus, participar, se enxergar parte, pertencer. O Quadro 6 a seguir organiza esses sentidos em dois eixos estruturantes: um que olha para as socialidades, institucionalidades, cidadanias e narrativas e outro que observa as mediações tecnológicas.

Quadro 6 - Imaginários sobre a cobertura colaborativa

Dimensões analíticas	Elementos e significados atribuídos
	<p><i>Sensação de pertencimento:</i> a cobertura colaborativa alimenta uma ideia de que se está fazendo algo “na prática” pelo coletivo. Isso cria vínculos reais (Wel, Kirita, Beatriz, Florestan, Kaãhy e Malcon).</p>

<p>Socialidades, Institucionalidades, Narrativas e Cidania</p>	<p><i>Comunicação feita a partir do popular:</i> existe um processo de desprofissionalização intencional, de forma que os participantes não precisam ser formalmente da área de comunicação, isso transforma a cobertura colaborativa em uma ferramenta de comunicação popular vista pelos sujeitos simbolicamente como arma política (Florestan, Malcon, Kirita, Kaãhy, Rudá e Beatriz).</p> <p><i>Prática de cidadania e mobilização:</i> a cobertura é vista como um convite à participação política e porta de entrada para o movimento, primeiro contato com a UNE e com o movimento estudantil (Kirita, Wel e Antônio).</p> <p><i>Dinâmica relacional e de criação de vínculos sociais:</i> espaço de criação de novos vínculos, mas também marcado por hierarquias, rotinas produtivas e momentos de caos (Wel, Beatriz e Rudá).</p> <p><i>Arma popular de luta:</i> a comunicação colaborativa como “arco e flecha” do movimento social (Rudá).</p>
<p>Tecnicidades, Temporalidades e Fluxos</p>	<p><i>Desterritorialização:</i> a distância física não é impedimento; a participação acontece além do presencial e organiza novas formas de colaboração (Kirita e Antônio).</p> <p><i>Fluxos acelerados:</i> a cobertura colaborativa opera a partir do aceleração e do imediatismo característico das plataformas digitais (Antônio, Wel, Rudá).</p> <p><i>Registro temporal da memória:</i> a narrativa produzida e veiculada no grupo do Telegram ou no perfil do Instagram permite que se “guarde” a temporalidade do momento. O tempo presente, quando transformado em narrativa, vira história e memória (Beatriz, Florestan, Rudá).</p> <p><i>Vontade como técnica de participação:</i> a maioria dos estudantes participa apenas com o celular, sem grandes equipamentos ou aparatos técnicos, o que nos faz perceber que a vontade política supera a necessidade de equipamento profissional (Todos)</p> <p><i>Plataformas digitais como mediadoras do processo colaborativo:</i> é o WhatsApp e o Telegram que mediam as conversas, o contato entre os sujeitos, as trocas e articulações e no Instagram que a cobertura é materializada (Wel, Kirita e Florestan).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O quadro acima é uma primeira proposta de sistematização. Nele podem ser enxergadas as mediações tomadas por nós como elementos analíticos e as observações realizadas por meio do encontro entre teoria e campo. Ele é construído a partir de uma

retomada ao nosso guia teórico-reflexivo, o Mapa das Mediações Algorítmicas (2024), e nos permite responder como os estudantes colaboradores imaginam a práxis colaborativa. Na próxima seção, avançamos no nosso segundo objetivo específico: entender os imaginários dos sujeitos colaboradores sobre o papel das plataformas de mídia social e suas tecnologias como mediadoras das ações coletivas e mobilizações dos movimentos sociais na atualidade e as principais transformações observadas no contexto brasileiro.

6.4 FLUXOS E USOS TÁTICOS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Após compreendermos um pouco dos imaginários dos sujeitos sobre a cobertura colaborativa e os motivos que os levam a se apropriar dela, a colaborar com a UNE e a participar ativamente de uma prática colaborativa de comunicação, adentramos um pouco mais em nuances em relação às percepções dos estudantes sobre as transformações dos movimentos sociais e das formas de mobilização e ação coletiva a partir da chegada das plataformas de mídia social e outras tecnologias digitais no cotidiano dos sujeitos e movimentos. O conceito de movimentos sociais datafificados, apresentado por Milan e Beraldo (2024) e já discutido no Capítulo 2, nos motivou a incluir este objetivo específico em nossa pesquisa, a fim de avaliar se as dinâmicas de transformação identificadas pelos autores são também perceptíveis no contexto do movimento estudantil brasileiro, além de nos guiar nas observações específicas sobre o cenário local. Nesta seção, discutimos sobre os processos colaborativos e as resistências, sobretudo no que tange às transformações dos movimentos sociais no cenário da plataformização. Aqui, o enfoque está no uso cotidiano da tecnologia para processos de mobilização e práticas ativistas. O eixo centraliza a análise a partir da percepção dos sujeitos sobre como as tecnologias digitais transformam o ativismo, modificando as maneiras de mobilização e a dinâmica das manifestações tanto online quanto offline, além de analisarmos como os estudantes colaboradores percebem o papel dos movimentos sociais na atualidade.

Touraine (2006) defende que, ao discutir movimentos sociais, antes de qualquer coisa, nos empenhemos em diagnosticar em que contexto estamos analisando determinado fenômeno considerado um movimento social ou ação coletiva. Assim, cabe destacar que, neste trabalho, estamos falando do contexto em que opera a sociedade de plataformas (Van Dijck, Poell e de Wall, 2013), orientado por dados e algoritmos e pela articulação entre sujeitos e tecnologias. Já nos primeiros minutos de contato com os entrevistados, notamos algo que produziu muitos significados ainda no curso das entrevistas: estávamos falando com sujeitos diversos e que se afetam e são afetados de formas um tanto diferentes pelos

movimentos sociais. Mesmo o nosso recorte sendo a UNE, o movimento estudantil é apenas um dos demarcadores que os colocam na luta e em movimento. Para alguns dos sujeitos entrevistados, a luta estudantil não é nem uma identidade já adquirida, é, talvez, um processo em curso, inclusive a partir da comunicação colaborativa como elemento de integração, vínculo e identificação.

O estudante Florestan demarcou suas raízes já no início da conversa e fez questão de relembrar ao longo das nossas mais de três horas de entrevista: conversamos com um estudante fruto das escolas de campo, filho de assentados da reforma agrária, seu principal vínculo com a luta vem bem antes do movimento universitário: ele nasceu, cresceu e vivenciou a fundo o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)⁹⁴. Percebemos ao longo da pesquisa que, para muitos estudantes, a luta chega bem antes do movimento estudantil. Esse também é o caso de Kirita, Rudá e Kaãhy que, desde o nosso primeiro contato, demarcam de onde vêm: do movimento indígena, da vida em comunidade – como pode ser visto no tópico 6.2 que trata sobre o perfil dos interlocutores. “Eu gosto muito de falar que, querendo ou não, eu, como venho do movimento indígena, a gente já nasce e cresce na luta” (Kaãhy). Há também aqueles que vão se identificando ao longo da vida (Beatriz, Malcon, Wel, Antônio) com determinadas pautas e constroem suas militâncias a partir delas.

Para entender o que os sujeitos identificam como movimento social, questionamos qual seria, para eles, o papel dos movimentos sociais hoje em dia. A resposta imediata é unânime. Eles modificam apenas os sinônimos em que nos comunicam: os movimentos sociais são fundamentais para o funcionamento da sociedade. Como aponta Antônio, não se trata apenas de uma necessidade momentânea, mas de uma ferramenta histórica. “Todas as lutas construídas até hoje foram construídas através dos movimentos sociais”, ele diz e complementa, defendendo a importância das pessoas terem ciência sobre o papel da luta de classes na sociedade e “do tanto que é necessário a gente se organizar como sociedade através dos movimentos sociais para a gente conseguir realmente dar uma caminhada rumo à melhora para o nosso país e para o nosso planeta.” Florestan, por sua vez, destaca que dentre as ações dos movimentos devem estar a fiscalização do Estado e a organização da classe trabalhadora para que ela possa reivindicar seus direitos, inclusive via institucional, por meio do voto e das reivindicações formais. “Então, um dos papéis dos movimentos sociais é justamente ajudar a classe trabalhadora a se organizar enquanto classe, sabe? E assim se formar politicamente e

⁹⁴ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil.

debater política”, defende. Portanto, podemos dizer que, independentemente do contexto, o capitalismo segue dominando o cenário e, logo, a luta de classes (Marx e Engels, 2017) parece ser central para os movimentos. É por isso que a dimensão da economia não é ignorada em nossa análise e se soma a outras centrais como política, cultura e comunicação.

Nessa perspectiva, as plataformas são vistas como um espaço de luta e, em termos marxistas, um componente da luta de classes. Karhawi e Grohmann (2025) argumentam que existe certo conflito entre marxistas e plataformas que só é possível pelo poder de agência dos sujeitos (Bonini e Treré, 2024) que conseguem utilizar as próprias plataformas digitais, dados e ferramentas também para dar visibilidade a suas bandeiras políticas. “O contexto para esses conflitos é a compreensão de que as materialidades da luta política – e, portanto, da luta de classes – envolvem atualmente as lutas por significados nas plataformas de mídia social, como base para essa luta”⁹⁵ (Karhawi e Grohmann, 2025, p. 227). A ideia defendida pelos autores vai ao encontro a uma frase dita por Florestan que nos marcou e nos fez refletir ainda mais sobre essa perspectiva de olhar o território digital como um território em disputa, como um território onde a luta de classes acontece de forma cada vez mais intensa. Para ele, estar nas plataformas e buscar entendê-las aparece como uma tarefa militante, uma tarefa histórica dos dias de hoje dada à classe trabalhadora e que não pode ser ignorada, como ele descreve:

As redes sociais são um espaço, em teoria, democrático. Então é um ponto positivo, é uma ferramenta, em certo sentido, revolucionária, que dá essa possibilidade de alcançar um número gigantesco de pessoas. Então, é necessário, na verdade, não é necessário não. É obrigação dos movimentos sociais utilizarem as redes sociais como esse mecanismo mesmo, “democrático”, de comunicação. Então não é que a gente pode criar ferramentas para utilizá-las, a gente precisa! Querendo ou não, é uma tarefa que a história nos deu, né? Uma tarefa histórica do desenvolvimento da classe trabalhadora, do movimento estudantil, dos movimentos sociais, é usar as redes sociais para comunicação. E enfim, a classe trabalhadora, diferente da burguesia, não foge das tarefas que a história nos dá, né? [...] É tarefa histórica da classe trabalhadora usar as redes sociais como mecanismo de comunicação popular. (Florestan).

E aí vêm as partes negativas. Nada é de graça, nada é fácil para a classe trabalhadora. Mas tem uma frase do filósofo Antonio Gramsci que diz mais ou menos assim: “contra o pessimismo da razão, o otimismo da vontade”. Então, se a gente olhar pela razão, pela objetividade e tal, né? Se a gente for ser objetivo, a gente vai ver que rede social é um espaço cheio de algoritmo⁹⁶, cheio de entaves, que a gente não vai conseguir se comunicar com um monte

⁹⁵ No original: The context for these struggles is the understanding that the materialities of political struggle – and therefore class struggle – currently involve the struggles over meanings on social media platforms, as a groundwork. (Karhawi e Grohmann, 2025, p. 227).

⁹⁶ Essa questão será discutida mais a fundo na próxima seção, mas é interessante destacar o quanto os algoritmos aparecem como mediadores das falas dos sujeitos entrevistados por esta pesquisa.

de pessoas. Esse é o pessimismo da razão, né? Só que contra isso, tem o otimismo da vontade. O otimismo de querer fazer, de ter essa vontade de mudar a realidade. (Florestan).

Para Florestan e outros estudantes entrevistados (Malcon, Antônio, Beatriz e Kaãhy), as plataformas digitais possibilitam que a comunicação seja apropriada pelos sujeitos como uma tática de organização e disputa, apesar das adversidades, apesar das assimetrias de poder entre sujeitos e plataformas (Bonini e Treré, 2024). Depois dessa fala potente, seguimos observando os imaginários dos estudantes sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade. Uma das funções destacadas nas entrevistas é a acessibilidade e o caráter pedagógico dos movimentos. É como se um dos papéis dos movimentos sociais fosse o de traduzir para a classe trabalhadora temas importantes para ela, mas que talvez não sejam de fácil acesso para todos. Vivemos em uma sociedade onde o conhecimento político e científico muitas vezes fica restrito aos muros das universidades e aos espaços institucionais da política, como as casas legislativas e prédios administrativos do poder público.

Wel traz uma perspectiva de que não adianta o conhecimento se ele não chega à comunidade, ela cita, em especial, a comunidade de seu bairro, onde nasceu e foi criada. Para ela, o movimento social atua como um tradutor, transformando termos formais de difícil acesso, ou até mesmo artigos científicos, em uma linguagem que a população trabalhadora consiga entender e usar. “Eu vejo tanto os movimentos estudantis quanto os movimentos sociais como meios de comunicação para trazer as informações e trazer o conhecimento ao público”, defende. Beatriz complementa essa visão. Para ela, o movimento é uma escola de cidadania e política que deve formar o militante para lidar com as pautas políticas. “Então, acho que o movimento social ele vem para formar a gente mesmo, enquanto uma pessoa melhor, enquanto um ser humano melhor, sabe?”. Na visão delas, os movimentos sociais devem formar sujeitos, a partir de suas realidades e de temas que os afetam, tanto as que atuam internamente em suas trincheiras, quanto aquelas que podem ser indiretamente impactadas pelas ações.

Sob o viés do movimento indígena, marcador forte para ela, Kirita destaca que esses espaços (dos movimentos sociais) permitem que indígenas e outras minorias “sejam eles mesmos”, rompendo com a invisibilidade, e o relato de Rudá materializa essa fala. Ele conta que, antes de se organizar no movimento social e estudantil, não tinha coragem de abraçar sua identidade indígena, tinha receio de se identificar assim. Foi o movimento social que lhe deu a estrutura para entrar no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) usando seu cocar, assumindo sua identidade. “Então o movimento social ele leva a voz daqueles que não conseguem falar, a

voz das periferias, a voz das comunidades, dos ribeirinhos e de todos que não conseguem falar”. Sua fala é complementada por Kaãhy, que ressalta que “em um país marcado por mais de 500 anos de etnocídio e apagamento, os movimentos não servem apenas para pedir melhorias, mas para reivindicar a própria vida e a memória de povos originários”. Em meio a tantos diálogos fortes, nos surpreendemos com esse lugar que vai além do movimento estudantil. Todos os estudantes entrevistados por nós, antes de serem afetados pela luta estudantil, demarcam outras tantas pautas que os afetam cotidianamente, talvez esteja aí mais um dos desafios da UNE enquanto um movimento de identidade nacional: dar conta de representar toda essa diversidade brasileira.

Quando falamos de reconfigurações das formas de mobilizar e se comunicar dos movimentos sociais no Brasil a partir das plataformas, seus dados e algoritmos, cabe destacar algumas informações que já trouxemos anteriormente: alguns dos sujeitos entrevistados tiveram seu primeiro contato com a UNE por meio de conteúdos veiculados no Instagram da entidade estudantil, todos os estudantes receberam o formulário de inscrição da cobertura colaborativa em grupos da própria militância pelo WhatsApp, ou viram pelo Instagram da UNE. Ou seja, o caráter de mobilização, da comunicação como um elemento mobilizador, quando observamos a cobertura colaborativa e também no sentido mais amplo das ações ativistas, pode ser notado ao constarmos exatamente isso: as plataformas digitais passam a ser suporte para as mobilizações, são articuladoras de eventos, contribuem para que os movimentos possam ampliar suas pautas, conquistar mais pessoas (Milan e Beraldo, 2024) e também consigam distinguir aliados e oponentes (Milan, 2015). Logo, são elas mediadoras dos processos de comunicação colaborativa, mobilização e práticas ativistas.

Também questionamos os sujeitos entrevistados sobre como eles avaliam os pontos positivos e negativos dessa mediação, como percebem as transformações no ativismo a partir das mobilizações online. O ponto principal que aparece na análise está no esvaziamento das ruas, que parece ocorrer junto ao processo de ocupação das plataformas digitais, se é que dá para cravar essa relação entre os processos. Em trabalho anterior (Paula e Coutinho, 2023), identificamos que a pandemia também foi um divisor em relação à mobilização digital, visto a indisponibilidade de ações presenciais. Parece que, quando as ações começam a acontecer no campo virtual, há um possível desengajamento dos sujeitos nas mobilizações presenciais. Boa parte dos entrevistados demonstrou ter vivenciado isso, de alguma forma, na prática. Beatriz reconhece a importância das mobilizações na internet, mas demonstra preocupação com pessoas que não têm acesso ou têm acesso digital precário.

Acho muito legal o debate que o Levante [Popular da Juventude] tem, que a gente colocou agora, que é fazer a mobilização para fora da internet também, sabe? De uma forma que outras pessoas possam acessar. Se no interior só vai rodar jornal, então vamos fazer uma mobilização que invista no jornal, que você vai colar no poste informações para que a pessoa possa ler. A pessoa não sabe ler? Vamos de mobilização boca a boca mesmo (Beatriz).

Ela destaca a importância do retorno às ruas, utilizar as redes digitais, sim, mas ir além delas. Ela cita as ações relacionadas ao Plebiscito Popular 2025, que aconteceu entre 1º de julho e 12 de outubro de 2025, uma iniciativa dos movimentos sociais, centrais sindicais, juventudes, artistas, entidades de fé e partidos progressistas para ouvir a população brasileira sobre duas pautas centrais no Brasil: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, e o fim da escala 6x1; e a isenção do imposto de renda, a partir da condição de quem ganhe mais de 50 mil pague mais imposto, para que quem recebe até 5 mil não pague imposto de renda. Beatriz conta que o Levante, movimento estudantil do qual faz parte, optou por não divulgar o link do Plebiscito online, de forma estratégica, a fim de mobilizar presencialmente, conversar com as pessoas sobre a pauta, esclarecer sobre as dúvidas. Ela destaca a vontade de que as pessoas não só votassem, mas que elas pudessem conversar e entender no que de fato elas estavam votando e o que aquilo poderia significar para elas. Rudá faz uma avaliação parecida, mas traz em sua fala elementos do ambiente online ou privado que, na visão dele, deveriam estar nas ruas.

Muitos movimentos sociais só querem viver da internet e esqueceram das ruas. Esqueceram de levar os atos para as ruas. Esqueceram de fazer panelaço na rua e não na janela. Esqueceram de gritar na rua e não fazer tuitaço. Então muitos movimentos sociais se esqueceram da verdadeira raiz, de onde veio o movimento social, que vem da rua e não da internet, a internet é algo novo (Rudá).

Ao mesmo tempo que avaliam essas questões e são críticos a esse distanciamento dos movimentos sociais das ruas, os estudantes, que também são líderes estudantis e militantes, relatam dificuldade de mobilizar dentro e fora das plataformas. Malcon relata sentir na pele que, se de um lado, as plataformas ampliam o número de pessoas engajadas nas pautas ou a possibilidade de que elas se mobilizem digitalmente (Milan e Beraldo, 2024), do outro, há pouca conversão quando o assunto é a mobilização presencial. “As pessoas comentam muito em rede social, mas na hora da prática ali, da ação, do ato, poucas pessoas aderem”, ele diz. “Com o aumento das redes sociais, a gente tem mais pessoas ‘mobilizadas’ entre aspas. Porque elas estão só ali. Fazem um comentário no Instagram, falam mal no seu post, mas na realidade ela não faz nada para mudar aquilo” e complementa dizendo que, para ele, as

plataformas de mídia social deveriam apenas ser um chamariz para as ações no campo físico e material. “A rede social deveria ser para a gente ter trabalhadores de base, comunicadores de base, para converter realmente essas pessoas e fazer parte da base com a gente”.

Wel apresenta outro lado, que é o do imediatismo, e diz que para esses momentos, para ações de caráter imediato, as plataformas digitais podem e devem ser aliadas. Além disso, a estudante destaca que, por vezes, essa é a única forma que uma pessoa tem de participar, mesmo à distância, de determinada ação. Ou seja, as plataformas digitais acabam possibilitando fluxos que extrapolam o territorial, é, de certa forma, uma expansão do espaço físico de mobilização, mais um espaço para atuação, novos fluxos de visibilidade (Milan, 2015) para os movimentos sociais.

Já participei de tuitaço, de votações a partir de comentários. No movimento estudantil a gente tem isso. Isso acaba ajudando muito para quem não tem tanto tempo assim. Eu falo essas coisas assim sobre a questão de ir para a rua, mas eu sou uma das pessoas que às vezes não tem tempo. Partindo para o lado positivo, isso acaba nos ajudando. Porque a gente consegue participar de uma maneira ativa, né? E aí sim. Já participei de tuitaços, já participei de reuniões, já participei de mobilizações que aconteceram dentro das redes sociais, compartilhando, comentando e escrevendo (Wel).

Assim como Wel, outros entrevistados também mencionaram ter participado de ações coletivas nas redes (Rudá, Beatriz, Antônio, Florestan e Kaãhy). A partir disso, observamos que outra dinâmica perceptível na fala dos sujeitos é a preocupação com a visibilidade das ações. Nesse momento, ainda quando avaliam as ações dos movimentos sociais nas plataformas, já foi possível observar que os sujeitos identificam os algoritmos como mediadores dos processos de mobilização e ativismo e, inclusive, demarcam bem seu papel no processo: eles não são tão amigos dos movimentos, talvez por seguirem as diretrizes e governanças, a economia moral das plataformas (Bonini e Tereré, 2024) e funcionarem sob lógicas neoliberais e individualistas, nem um pouco coletivas. Não basta apenas um movimento produzir conteúdo ou organizar determinada mobilização no ambiente digital se, como menciona Florestan, ele estará “nadando contra a corrente”, ele argumenta:

O que a gente tá vendo na realidade mesmo, eu falo como militante do movimento estudantil da base, o que a gente está vendo é que as mobilizações puxadas somente pela rede social, pelo menos aqui em Fortaleza, não geram uma grande mobilização. Isso por causa do próprio algoritmo mesmo e tal. A gente faz uma publicação boa, bem escrita e tal que era para engajar e, tipo, tem 50 curtidas. Então, é uma coisa que não faz muito sentido, entende? Até por ser uma publicação que vai contra a lógica dos algoritmos, contra a lógica das publicações que os algoritmos favorecem para ser mais técnico, né? (Florestan).

Como podemos ver na fala dele, há uma preocupação com o engajamento das ações e mobilizações virtuais. Sued e Hernández Garza (2023) argumentam que a visibilidade algorítmica é caracterizada por uma distribuição desigual de poder, e, ao analisá-la, é importante considerar o funcionamento sociotécnico dos algoritmos, as condições das plataformas e as estratégias de uso de *hashtags* (#), pois o uso consciente desses elementos representa uma luta por significado no ambiente digital. Acreditamos que os estudantes percebem essa luta por significado, que é um pouco do que Bonini e Tereré (2024) mencionam sobre entendermos as plataformas digitais como um campo de batalha, um espaço de disputa. Daí questionamos, seria a visibilidade algorítmica um elemento possível de ser conquistado pelos movimentos sociais ou, como visto em muitas das lutas históricas e recentes, ela opera em um campo utópico para os movimentos? Um debate que temos feito é que precisamos pensar em métricas para medir o sucesso das ações ativistas no ambiente digital que não sejam simplesmente as métricas impostas pelas plataformas digitais, como curtidas, comentários e compartilhamentos, porque, se não, sempre haverá a sensação de frustração, como demonstrou Florestan acima e como Antônio também debate, destacando o lugar de luta:

A galera saiu um pouco mais da rua e veio para a rede, mas não conseguiram se articular tanto na rede e eu acho que é necessário ter essa articulação, né? Essa pegada de luta mais dentro da rede, sabe? Por isso que é necessária essa questão de imagem, saber como é que a gente vai fazer essa imagem para atrair mais jovens para que também tenham essa pegada de luta e de contexto, de querer realmente lutar pelos ideais sem um olhar tão capitalista assim, né? Sem um olhar tão financeiro, sabe? Mas querer realmente acreditar naquilo que tá lutando sabe? E as redes sociais vieram de maneira que elas fazem isso, né? De unir ou separar uma galera, né? Ao mesmo tempo (Antônio).

Percebemos, a partir da análise das entrevistas, que, em um contexto geral, os estudantes imaginam os movimentos sociais na atualidade como: a) *articuladores da luta de classes*; b) *espaços pedagógicos, de aprendizagem coletiva e tradução da sociedade*; e c) *demarcadores de identidades históricas, espaços de pertencimento*. Já em relação às transformações que as plataformas operam nas práticas dos movimentos sociais, a partir da percepção dos sujeitos, podemos verificar algumas questões que nos permitem avançar na interface entre estudos sobre movimentos sociais, plataformas digitais e comunicação.

Em primeiro lugar, os sujeitos enxergam as plataformas como mediadoras dos processos de comunicação e ativismo e, não só elas, como também conseguem identificar os algoritmos como mediadores e produtores de sentidos para as práticas ativistas (Winques, 2024). Isso perpassa pela noção de imaginário algorítmico (Bucher, 2017; Winques, 2022),

que discutiremos na próxima seção. Em seguida, eles avaliam que as plataformas são as causadoras do esvaziamento do espaço físico, visto que, em teoria, ficou mais fácil mobilizar sem precisar sair de casa. Entretanto, outro ponto importante é que a mobilização digital também não reflete o impacto esperado pelos sujeitos, principalmente pelo baixo engajamento dos conteúdos digitais que nos leva a mais um ponto de observação. Por fim, a visibilidade algorítmica (Sued e Hernandez Garza, 2023; Terra, 2024; Resende, 2025) parece ser um ideal a ser conquistado pelos sujeitos e pelos movimentos sociais que compõem, visto que eles avaliam que os movimentos ainda não possuem essa visibilidade, mas, todas as vezes que são mencionados números, alcance ou engajamento, podemos perceber que há nas entrelinhas uma frustração pelo baixo engajamento e uma expectativa de que um dia ela seja alcançada, afinal, como dizem a todo momento, os movimentos se constroem no otimismo, na esperança e na luta. Na próxima seção, avançamos para pensar a mediação algorítmica e a agência dos sujeitos, compreendendo, a partir dos imaginários dos sujeitos colaboradores, quais são os potenciais e os limites das plataformas digitais e seus algoritmos para os movimentos sociais.

6.5 AGÊNCIA ALGORÍTMICA DO SUJEITO: POTENCIAIS E LIMITES

Na última seção deste capítulo, nos propomos a analisar a visão dos estudantes sobre as potencialidades e fraquezas das plataformas digitais como espaço para os movimentos sociais. A discussão desta seção se baseia em nosso terceiro e último objetivo específico neste trabalho: avaliar a percepção dos sujeitos participantes da cobertura colaborativa sobre os limites e as potencialidades das plataformas, a liberdade de produção *versus* a liberdade de alcance, ou seja, as tensões que permeiam os usos táticos e estratégicos das mediações algorítmicas e *affordances* das plataformas de mídias sociais nas ações coletivas. Este eixo investigou a visão dos estudantes acerca das estruturas de poder das plataformas, indagando como (e se) eles percebem a mediação algorítmica e como avaliam as assimetrias de poder nas plataformas digitais. Também discutimos as possíveis táticas de atuação de sujeitos e movimentos sociais para disputar a narrativa no contexto digital.

A discussão teórica desta seção se concentra em algumas questões já mencionadas ao longo do trabalho. Em primeiro lugar, ela perpassa pelo tensionamento entre as estruturas de poder e resistência entre a economia moral dos sujeitos usuários e a economia moral das plataformas (Bonini e Treré, 2024), que operam em lados opostos do jogo. Dessa forma, é preciso identificarmos as táticas ou estratégias de atuação dos sujeitos que possibilitam a agência humana de exercer seu poder e contrapoder nas plataformas, mesmo a partir das assimetrias impostas. Ricaurte (2024, p. 322) defende que as formas de ação e agência dos

sujeitos devem servir para nos dar esperança. “Às vezes em tensão, às vezes em negociação, às vezes em aceitação, mas definitivamente mostram uma maneira pela qual os sujeitos estabelecem uma relação com as tecnologias que usam”. Isso volta à lente central desta pesquisa, os usos sociais das mídias e das tecnologias, que dialogam com a perspectiva da agência quando observamos os estudos de plataformas, dados e algoritmos.

Outro ponto que agora será articulado com os dados coletados em campo são as dimensões de reconhecimento dos algoritmos como mediadores dos processos sociais, culturais e comunicacionais (Winques, 2024) por parte dos sujeitos estudantes. Dessa forma, adentramos a noção de imaginários algoritmos para compreender como eles aparecem nas falas dos sujeitos entrevistados a partir da mediação dos processos de comunicação popular e ativismo digital. Bucher (2017) argumenta que esses imaginários são descritos a partir da imaginação dos sujeitos em relação aos algoritmos, mas também a partir das produções de sentido, afeto e sensibilidade que se desdobram nessas imaginações. Cabrera-Altieri e Agulo-Egea (2020, p. 6, tradução livre)⁹⁷ definem o imaginário como fonte daquilo que é sentido e significado. “É a força instituidora do instituído: símbolos, mitos, arte, filosofia, política, tecnologia e ciência. O núcleo imaginal de uma sociedade consiste em significados que são imperceptíveis como tais, aceitos, invisíveis e, portanto, inquestionáveis para essa sociedade.” Ou seja, é como os sujeitos produzem significados a partir da mediação algorítmica e se afetam a partir desses significados em seu cotidiano.

Iniciamos as discussões da seção a partir da pergunta que fizemos aos sujeitos entrevistados sobre que tipo de conteúdo eles consideram que funciona melhor nas plataformas digitais quando o objetivo é mobilizar. Se na seção anterior já discutimos como eles pensam as plataformas digitais como espaço de mobilização, agora queremos avaliar a fundo as possibilidades de agência nessas plataformas, a partir das negociações, tensionamentos, acordos e oposições entre a agência de sujeitos e a agência de plataformas (Bonini e Treré, 2024). Identificamos alguns padrões nas respostas que nos permitem discutir consumo, desempenho e engajamento nas plataformas a partir das mobilizações e ações ativistas, mas, a partir também de uma percepção maior sobre como opera a lógica de métricas de engajamento e visibilidade digital (Karhawi, 2024)

Para eles, para um conteúdo ter potencial mobilizador, ele deve apresentar as seguintes características: a) *Instantaneidade e rapidez*: os estudantes (Malcon, Florestan, Wel, Kirita)

⁹⁷ No original: “Es instituyente de lo instituido: símbolos, mitos, arte, filosofia, política, técnica y ciencia. El núcleo imaginal de una sociedad son los significados imperceptibles como tales, aceptados, invisibles y por eso mismo incuestionables para esa sociedad. Más aún ese núcleo constituye la matriz de los significados que se naturalizan como racionales”. (Cabrera-Altieri e Agulo-Egea 2020, p.6).

identificam que as dinâmicas de consumo de conteúdo digital mudaram e apontam para uma aceleração do tempo em que conteúdos que passam mensagens mais curtas têm maior entrega e visualização. Como menciona Malcon, “o cérebro do pessoal não consegue mais focar em uma coisa que seja duradoura, um conteúdo que seja mais de um minuto o pessoal já não vê”; b) *apelo visual e estético*: há também forte apreço por conteúdos que prezam por uma boa captação de imagens, visto que, para eles (Rudá, Antônio, Wel), as pessoas estão cada vez menos consumindo conteúdos textuais ou grandes legendas, assim, o melhor é construir a comunicação de forma simplificada a partir da linguagem audiovisual e *cards* informativos dinâmicos; c) *apropriação das linguagens populares*: como as *trends* das redes sociais, músicas ouvidas no momento, ou coisas que estão no imaginário popular. Florestan cita a apropriação do funk e outros estilos musicais típicos da juventude, formatos de esquete, característicos das novelas verticais, e os “memes de gatinhos” como conteúdos que podem dar certo em relação à mobilização social; e, por fim, d) *arte e humanização*: os estudantes (Beatriz, Wel, Antônio) enxergam que conteúdos que foquem no dia a dia dos movimentos, na rotina da atuação do movimento estudantil, nas dinâmicas da luta, que humanizam e se constroem a partir da arte e da cultura, tenham grande potencial mobilizador. Antônio comenta que o que “chama muito a atenção das pessoas é a vida real... A solução pra gente atrair mais esse olhar da juventude para a luta é esse contexto através do 'artevismo’”, ele defende. Ou seja, por meio da junção da arte e do ativismo, histórico ao observarmos a atuação da União Nacional dos Estudantes.

Também como uma forma de identificar os limites da agência dos sujeitos e o poder assimétrico que têm as plataformas digitais, questionamos aos sujeitos se eles se lembravam de alguma situação em que se sentiram prejudicados ou “boicotados” pelas plataformas de mídia social. Aqui foi possível perceber o espaço de embate entre as economias morais, visto que os relatos apresentam situações que deixam claro quem manda no jogo: as plataformas, seus programadores e os empresários que as comandam. Também foi possível identificar o grande apelo que as métricas algorítmicas têm. Na maioria das vezes, o boicote é visto como baixo rendimento de determinada postagem (Kaãhy, Florestan, Beatriz, Antônio, Wel e Malcon) ou silenciamento (Kirita, Rudá, Florestan e Wel), por meio da retirada de determinado conteúdo do ar. Em trabalho anterior (Resende, 2025), identificamos táticas subversivas a partir do silenciamento, quando o perfil da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) foi retirado do ar pelo Instagram e os estudantes criaram táticas de visibilidade algorítmica para subverter a situação. Identificamos naquele momento que, no imaginário estudantil, voz e silenciamento estão condicionados à participação nas plataformas

e nos atos de resistência por meio delas. Wel menciona que esse processo de boicote e silenciamento pode também estar relacionado a um processo de agência do sujeito, quando denunciam as publicações, ela diz:

Ainda que a gente tenha essa liberdade para estar postando, as pessoas também têm liberdade para comentar o que querem e para denunciarem certas publicações, então, tu sempre vê páginas políticas tanto de esquerda quanto de direita ou então daquela galera que se considera do centrão, posts que foram removidos a partir de denúncias, posts que não chegaram da maneira que foi esperada ou então receberam um público totalmente diferente do que estava sendo aguardado, então a gente acaba encarando algumas barreiras sim. A gente acaba tendo alguns empecilhos no meio, mas faz parte do processo (Wel).

Kirita e Rudá relatam situações práticas em que vivenciaram ou viram pessoas próximas passar relacionadas a esse silenciamento por parte das plataformas digitais. O curioso é que, em ambos os casos, os conteúdos retirados do ar foram conteúdos que retratavam o cotidiano da população indígena. Rudá comenta que, quando aconteceu a invasão do território Yanomami, ele fez uma publicação em seu perfil pessoal falando sobre o caso, denunciando a gravidade do ocorrido, mas, quando entrou no dia seguinte, o conteúdo tinha sido removido. Imaginamos que talvez o conteúdo possa ter sido removido por conta das imagens que, segundo ele, eram fortes: “as pessoas estavam com tarjas, mas eram crianças desnutridas, imagens que mostravam a invasão dos garimpeiros, barcos pegando fogo, aí elas foram retiradas” (Rudá). Kirita também relata uma situação parecida que, na visão dela, dá a entender que as plataformas não aceitam qualquer tipo de narrativa. Ela relata que um vídeo feito por um grupo, relacionado à identidade indígena, foi retirado do ar. “A gente não colocou a tradução no vídeo, a gente só colocou um idioma que é a nossa própria língua, nossa língua materna no caso, a gente não colocou a tradução, a gente suspeita que seja por causa disso [que o conteúdo possa ter sido removido]”. É crucial reconhecer que a economia moral das plataformas (Bonini e Treré, 2024) não apenas define ideais, mas também pode silenciar causas, à medida que quem comanda esses espaços pode não se interessar por elas ou elas podem não servir à lógica neoliberal, conservadora e colonialista das plataformas digitais.

Malcon também diz já ter sofrido boicote, mas considera que ele é específico em relação às pautas ativistas e de mobilização. Segundo ele, a maioria das publicações com cunho ativista parece ser boicotada. “Quando é coisa da vida da gente, o alcance é lá em cima, mas quando é uma mobilização ou alguma coisa assim para o bem coletivo, parece que o alcance é pela metade”, ele diz. Mais uma vez, podemos perceber o quanto o imaginário dos

sujeitos é construído a partir das métricas de engajamento e do jogo da visibilidade no espaço digital. Sued e Hernández Garza (2023) destacam que a visibilidade algorítmica é demarcada pela distribuição desigual de poder, por isso, deve ser observada a partir do funcionamento sociotécnico dos algoritmos. Pois, de fato, eles podem interferir na lógica de distribuição de determinado conteúdo. Portanto, a visibilidade talvez seja uma das principais metas a serem conquistadas pelos movimentos sociais por meio de suas táticas, visto que é impossível contar com a colaboração algorítmica, a menos que sejam organizadas táticas algorítmicas de alinhamento ou subversão (Bonini e Treré).

Agora, adentramos mais nos imaginários dos sujeitos sobre os algoritmos como mediadores dos processos de comunicação, mobilização e resistência no ambiente digital. Cabe destacar que optamos por não mencionar a palavra algoritmo ou alguma expressão relacionada a ela ao longo do roteiro de nossas entrevistas, de modo a não gerar nenhum tipo de enviesamento nas respostas dos sujeitos participantes. O objetivo era perceber se eles apareceriam como mediadores dos processos e como eles apareceriam nas falas dos sujeitos. Assim, ao longo da entrevista, íamos observando e, para aqueles que mencionaram algo relacionado ao tema (Kaãhy, Wel, Antônio e Florestan)⁹⁸, incluímos ao fim uma pergunta relacionada ao que eles entendiam como algoritmos e como eles imaginavam que os algoritmos atuavam ou poderiam atuar para os movimentos sociais. Essa foi uma forma de entender as percepções dos sujeitos sobre o poder de agência algorítmica e, principalmente, de resistência. Será mesmo possível, como já discutido por Bonini e Treré (2024), pensar a resistência através dos algoritmos? É o que veremos agora.

Primeiramente, os sujeitos identificam que os algoritmos orientam o engajamento nas plataformas digitais. Para Kaãhy, o algoritmo é visto como um mediador que define o público e o alcance das mensagens com base na identificação e na linguagem. Ele percebe que o engajamento está diretamente ligado à capacidade do conteúdo chegar a grupos específicos e alcançar maior visibilidade. Para ele, são os algoritmos que definem o grau de engajamento de determinado conteúdo, porém, há em sua fala uma percepção de que a agência dos sujeitos também importa para o processo de visibilidade. Para ele, o algoritmo atua delimitando quem vê e quem interage: “eu acho que o algoritmo atua nesse sentido de definir a questão de público, né?”, questiona. Seria “o algoritmo” mediador (Winques, 2024) do processo relacional da comunicação, entre o produzir e receber determinado conteúdo. Logo, aqui a

⁹⁸ Malcon não mencionou a palavra algoritmo ao longo de sua entrevista. Entretanto, devido a sua formação em ciência da computação e atuação como programador, optamos por perguntar também a ele, imaginando que sua visão, talvez um pouco mais técnica, poderia enriquecer o debate na pesquisa.

visibilidade parece ser percebida como indissociável da lógica algorítmica.

Outro ponto observado por eles (Wel, Antônio e Florestan) é o papel de recomendação dos algoritmos. Wel, foca na personalização e no ciclo de retroalimentação gerado pelo consumo do sujeito usuário. O imaginário aqui é construído a partir da observação dos algoritmos como elementos que observam e devolvem ao sujeito uma experiência customizada baseada em seus interesses prévios e nos dados captados anteriormente. Para ela, o algoritmo trabalha a partir do consumo do sujeito: “Então, por exemplo, se tu ver uma publicação de política de esquerda, o algoritmo começa a te mandar conteúdos desse público”. Essa lógica de recomendação serve para capturar a atenção: “ele começa a trabalhar a partir do meu interesse e ele vai trabalhando métodos que façam esses conteúdos chegarem mais para mim e que me chamem mais atenção para eu ficar mais tempo presa dentro daquela rede”, ela diz. Bentes (2019, p. 226) destaca que, para que as previsões algorítmicas e suas formas de intervenção no comportamento humano sejam possíveis, é imprescindível o acúmulo de dados e, para que esses dados sejam produzidos, é necessário capturar a atenção dos usuários “de modo que eles passem o máximo de tempo e com a maior frequência possível conectados às plataformas, gerando os mais variados tipos de informação sobre suas formas de ação e interação”.

Antônio também observa o contexto em que a autonomia do sujeito usuário é reduzida pela curadoria algorítmica: “Porque nós estamos presos dentro de algoritmos, então os algoritmos eles vão te lançar aquilo que tu mais olha.” O estudante defende que a única forma dessa situação mudar é com uma política de regulamentação das plataformas e ainda a partir do processo de descobrimento sobre o poder algorítmico: “a questão é tu também ter esse entendimento de entender como funciona isso e é o que ninguém faz, né? As pessoas nem leem o que está passando no *feed*” (Antônio). Florestan corrobora com essa visão, associando a manipulação à retenção do usuário na plataforma para fins comerciais. Ele descreve a ação do algoritmo como “uma forma de manipular e de tentar te deixar mais tempo preso nessa ferramenta e assim vender mais anúncio e conseguir lucrar mais com isso, então é uma ferramenta para maximizar a empresa, né?”, observando, mais uma vez, o poder da economia moral das plataformas (Bonini e Treré, 2024) e da economia da atenção (Bentes, 2019).

Entretanto, para os estudantes (Antônio e Florestan), é possível burlar e reprogramar os algoritmos com criatividade. Florestan aponta para a agência do sujeito e a criatividade como formas de resistência. Ele acredita ser possível “usar o máximo de estratégias possíveis para burlar esses algoritmos”. A estratégia envolve “nossa criatividade para tentar porque não é fácil” e até mesmo a apropriação tática do que ele chama de “ferramentas do inimigo”,

analisando o que funciona para eles e adaptando para a luta popular. Ele compartilha inclusive uma experiência pessoal de “reprogramação” manual do seu *feed*: “tentei reprogramar meu algoritmo não mexendo na parte computacional dele, na parte do código dele, né? [...] Acabei pesquisando sobre temas relacionados ao que eu queria para treiná-lo e fui tentando maximizar o uso do aplicativo”, demonstrando que o comportamento do sujeito pode, em certa medida, treinar a máquina a seu favor. Bonini e Treré (2024) orientam essas práticas também como táticas, afinal, elas emanam de certo repertório do sujeito, de certa ação que busca treinar a máquina para seu próprio proveito, mostrando na prática como opera a agência do sujeito nas microações cotidianas.

Antônio reforça essa perspectiva de agência, defendendo que o domínio sobre a lógica da rede permite inverter a relação de controle. Para ele, o usuário não precisa ser passivo; se houver compreensão do funcionamento da plataforma, é possível contra-atacar: “se a gente entender também o que tá acontecendo ali, a gente também vai conseguir manipular as coisas”. Já Malcon, que, como já mencionamos, é estudante de ciência da computação e atua na área da programação, talvez por isso, sua visão sobre os algoritmos é um pouco mais técnica e cética em relação ao processo de usá-los como repertório (Bonini e Treré, 2024):

Os algoritmos são desenvolvidos na maioria das vezes por programadores que são pagos e contratados terceirizadamente ou diretamente por empresas que na maioria das vezes têm suas sedes nos Estados Unidos e que pagam em dólar. Então, levando em conta o ponto de vista capitalista do desenvolvimento do algoritmo, ele é desenvolvido para um fim específico e todos esses algoritmos que estão sendo desenvolvidos para as redes sociais são para prender cada vez mais a atenção da pessoa [...] e ela prende a sua atenção para um conteúdo cada vez mais fútil e inútil que não agrega conhecimento que vai te prender cada vez mais ali. Então, o algoritmo trabalha a favor do capitalismo sempre, porque os programadores são contratados por grandes empresas. Então, é difícil surgir um algoritmo que venha contra a lógica capitalista do desenvolvimento de aplicativos. [...] Em contrapartida, se existe um algoritmo que pode ser desenvolvido para bater de frente com esse algoritmo do capitalismo, vou chamar assim, eu acredito que não exista. A gente só tem um grupo que desenvolve software livre, ele tá longe de competir com a área capitalista, que é o Linux, que é Ubuntu. Então a gente desenvolve software livre e é uma outra pegada, não é nem a mesma tecnologia que se usa, então não tem como a gente pegar o software livre, os programadores livres e que acreditam no mundo melhor, no mundo socialista e bater de frente no algoritmo contra o capitalismo que tá ali lucrando milhões e investindo milhões nessa cadeia produtiva de software (Malcon).

A fala de Malcon é potente e descreve o poder das plataformas e do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) no comando do mundo e das práticas cotidianas. Silveira e Xiong

(2025) argumentam que, com base nas informações compiladas em um mapeamento sobre soberania digital, o nível geral da soberania brasileira é considerado fraco, uma vez que nenhum dos indicadores alcança o nível 4, que seria o de competência. Eles destacam que o Brasil enfrenta dificuldades para realizar uma transição rápida para um Estado mais autônomo e independente, devido à dependência de tecnologias que não controla ou desenvolve. É exatamente isso que descreve Malcon quando fala da falta de competitividade dos softwares e tecnologias livres em relação aos algoritmos internacionais desenvolvidos por conglomerados tecnológicos do Norte Global. Entretanto, não podemos deixar de destacar iniciativas, principalmente alternativas que surgem dos movimentos sociais brasileiros, para pensar a soberania, como o Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)⁹⁹, que propõe atuação no desenvolvimento de ferramentas e na apropriação de técnicas para a construção do trabalho de base através da tecnologia.

Para finalizar a discussão da pesquisa, nossa última pergunta da entrevista solicitava aos entrevistados que indicassem o que para eles podiam ser consideradas as fraquezas e os potenciais das plataformas digitais para os movimentos sociais. Nosso objetivo com essa pergunta era realizar um mapeamento mais geral dos imaginários dos sujeitos sobre as plataformas como espaço de disputa, de resistência, de ocupação pelos movimentos sociais, que pode ser visto no Quadro 7.

Quadro 7 - Fraquezas e potenciais das plataformas para os movimentos sociais

Fraquezas	Potenciais
<p>Ausência de recursos financeiros por parte da sociedade civil, inclusive para a contratação de serviços especializados em segmentação de público e estratégia digital (Antônio).</p> <p>Ausência de articulação e investimento do poder público em iniciativas e soluções para problemas relacionados ao ambiente digital (Antônio e Florestan).</p> <p>Ausência de regulação das plataformas digitais (Antônio e Florestan).</p> <p>Aceleração da desinformação, ainda mais prejudicial para os movimentos sociais que muitas vezes não conseguem “bater de frente” com o fluxo de compartilhamento e visibilidade do conteúdo desinformativo (Kaãhy e Florestan).</p>	<p>Visibilidade e possibilidade das pessoas serem vistas, democratização de narrativas (Todos).</p> <p>Possibilidade de exposição de pautas que antes poderiam ficar escondidas (Todos).</p> <p>Possibilidade de exposição e fiscalização de pessoas, políticos e governos (Antônio).</p> <p>Possibilidade de apropriação de ferramentas digitais para criação de alternativas, como grupos de WhatsApp e Telegram (Rudá e Florestan).</p> <p>Espaço de demarcação da luta indígena, silenciada em outros meios (Kaãhy, Kirita, Antônio e Rudá).</p> <p>Em teoria, as plataformas são um espaço mais democrático que os meios tradicionais de comunicação, sem a necessidade de mediadores,</p>

⁹⁹ Disponível em: <https://www.nucleodetecnologia.com.br/>. Acesso em 30 de janeiro de 2026.

<p>Alinhamento das plataformas ao capitalismo e novas formas de luta de classe, também no digital, mais um território de disputa. Algoritmos são programados por grandes empresas e programadores que servem ao capital (Malcon e Florestan).</p>	<p>como jornalistas. Narrativa contada pelos próprios autores (Kaãhy e Florestan).</p>
<p>Dominância das plataformas que dificulta a criação de uma alternativa real às plataformas (Malcon).</p>	<p>Não precisar de um equipamento mega especial, não precisar de concessão do governo (Florestan).</p>
	<p>Possibilidade de mostrar para os “meus” (pessoas negras e trans) que eles também podem ocupar os espaços por meio do compartilhamento de conteúdos (Beatriz).</p>
	<p>Organização coletiva cotidiana e espaço de solidariedade (Beatriz, Antônio e Florestan).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entendemos que os imaginários construídos pelos sujeitos os colocam em oposição às plataformas e sua economia moral, logo, podemos pensar que resistências são construídas nesses espaços (Bonini e Treré, 2025). É por isso que, a partir do diálogo com os sujeitos, identificamos algumas ações que nos remetem a táticas de atuação dos movimentos sociais, quiçá de resistência algorítmica, já que evocam o lugar da luta, da resistência e reconhecem as plataformas como espaços onde o poder não é dado, mas deve ser disputado. Consideramos táticas de resistência algorítmica, mencionadas pelos sujeitos: a) Construção de alternativas que perpassem pela soberania tecnológica (Malcon); b) construção de cartilhas ou materiais educativos de orientação para os movimentos sociais sobre a atuação tática nas plataformas digitais (Malcon, Florestan); c) criação de redes, como iniciativas em grupos de WhatsApp, que promovam táticas de engajamento digital (Kirita, Rudá, Kaãhy,); d) entendimento sobre palavras proibidas pelas plataformas, como violência, genocídio, e substituição de palavras ou inclusão de elementos como asteriscos para não fazer com que o conteúdo seja retirado do ar ou tenha seu alcance reduzido (Kirita, Rudá, Florestan); e e) investimento em formação e comunicação popular com ênfase na comunicação digital (Malcon, Florestan, Antônio).

Não menos importante, como já discutimos ao longo deste capítulo, entendemos a cobertura colaborativa também como uma tática de atuação dos movimentos sociais, no caso aqui estudado, a UNE e seus colaboradores, que atuam a partir do acionamento tático da visibilidade algorítmica para que as narrativas e resistências estudantis possam ser capturadas, gravadas e registradas. Ricaurte Quijano (2023) menciona que muitas são as formas de resistência possíveis no contexto da sociedade algorítmica, as resistências podem emergir, persistir, serem múltiplas, heterogêneas, visíveis ou não, poderem se transformar ou não. “Muitas dessas formas de resistência manifestam-se por meio do ativismo organizado e da mobilização social; no entanto, outras operam de maneiras mais sutis, na experiência da vida

cotidiana” (*ibid.*, p. 6, tradução livre)¹⁰⁰.

Os tempos atuais apresentam desafios, sim, mas também um tanto de oportunidade, de otimismo e esperança para que sujeitos ressignifiquem suas histórias. Martín-Barbero (2014) declara que o caminho perpassa pelo compromisso emancipador e pela cultura política na qual a resistência é, ao mesmo tempo, criadora de iniciativas e alternativas. As plataformas digitais são um território em disputa pelos movimentos sociais e os algoritmos são usados como repertório de luta (Bonini e Treré, 2024). Talvez não exista uma grande revolução à frente, mas existem, e os relatos aqui descritos neste trabalho são exemplo disso, pequenas vitórias e conquistas acontecendo por meio de táticas cotidianas (Certeau, 1990) de resistência. Esperamos que as plataformas sejam territórios cada vez mais ocupados pelos movimentos sociais.

¹⁰⁰ No original: “Muchas de estas resistencias se manifiestan a través del activismo organizado y la movilización social; sin embargo, otras se encuentran operando de maneras más sutiles, en la experiencia de la vida cotidiana..” (Ricarurte Quijano, p.6, tradução livre)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolhemos um caminho nada fácil para desbravar os imaginários, as narrativas e as resistências estudantis a partir dos usos sociais da tecnologia e das práticas colaborativas de comunicação. A pergunta que guiou nossa rota foi: de que forma os estudantes brasileiros imaginam e se apropriam de forma táctica das tecnicidades e das plataformas digitais para a construção de narrativas e resistências? Antes de discutirmos os principais achados da pesquisa, queríamos falar sobre o caminho, denso, extenso e imprevisível, do trabalho de campo, da pesquisa qualitativa, da potência dos encontros. Siles, Gomez-Cruz e Ricaurte (2023) reforçam que olhemos para os sujeitos, para a agência e para os usos sociais da tecnologia a partir das tensões, mediações e das transversalidades. Esse nos pareceu ser um bom trajeto a seguir, observando as tecnologias pelas lentes dos estudos culturais, nos somando a autores que pensam perspectivas populares e do Sul Global e imaginam resistências por meio da comunicação popular e colaborativa.

Assim, cabe destacar, ainda que não como um resultado da pesquisa, mas como uma apropriação metodológica que tem um caráter original e que pode servir para pesquisas futuras: o Mapa das Mediações Algorítmicas (Winques, 2024) pode ser um guia potente para inspirar pesquisas que pensem essas perspectivas a partir do encontro entre as materialidades e os simbolismos dos artefatos tecnológicos, sem esquecer, é claro, das mediações históricas. Dessa forma, retomamos aqui nas considerações finais, a importância que o Circuito das Práticas de Comunicação Colaborativa teve para nos guiar por esses caminhos e conduzir nossas escolhas de pesquisa, que foram sendo sentidas e experimentadas ao longo desses quase dois anos. Pensar a comunicação a partir das mediações nos trouxe muitas reflexões. Por vezes, as situações e os objetos nos tocam atravessados por outras significações que só podem ser vistas e entendidas nas entrelinhas, e por meio da conversa, do contato, da escuta, da vontade do entrevistado e da sensibilidade do pesquisador.

Nessa perspectiva, nossa aposta neste trabalho foi discutir a cobertura colaborativa como táctica de agência algorítmica (Bonini e Treré, 2024; Certeau, 1990) e, ao longo do caminho, fomos percebendo as diversas formas pelas quais os sujeitos a imaginam. Entendemos que, para desbravar essas linhas e responder à pergunta que guiou a pesquisa, seria necessário trabalhar em três camadas. Primeiramente, entender a cobertura colaborativa da UNE e como ela é apropriada pelos sujeitos colaboradores. Isso se deu por meio de três técnicas de pesquisa que, se formos observar, apresentaram resultados bastante parecidos, mas foi a ida ao campo que nos possibilitou desbravar essa primeira camada. Em seguida, entender como os sujeitos imaginam as transformações das práticas de ação coletiva a partir do

contexto da plataformização (Poell, Nieborg e van Dijck, 2020) e dataficação (van Dijck, 2014; Mejias e Couldry, 2019; Milan e Treré, 2022; Milan e Beraldo, 2024). Por fim, captar as nuances ditas por eles que nos permitem identificar como (e se imaginam) as mediações algorítmicas (Winques, 2024) e quais são as fraquezas e potenciais das plataformas digitais para os movimentos sociais.

Foi o resgate das notas de campo feitas a partir da observação participante da 14ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, realizada em Recife-PE, entre 29 de janeiro e 2 de fevereiro de 2025, que se fez potência e se transformou no título deste trabalho. Talvez esse seja um destaque que valha ser feito aqui: a percepção da comunicação como tecnologia, ferramenta, espaço narrativo, de criação de vínculos, de potência, de sensibilidade, formativa. A comunicação não como técnica, mas espaço para o sensível. Como reflete Martín-Barbero (2002), o lugar da cultura na sociedade se altera “quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, adensar-se e converter-se em estrutural” (2002, p. 225). Portanto, acreditamos que a comunicação colaborativa é, sim, uma tática de disputa da UNE e dos sujeitos colaboradores. Disputa de espaço no território digital, disputa de narrativa, disputa política e até mesmo disputa no campo do popular. Como disse a comunicadora do Mídia Ninja, Pâmela Ortiz, lá em Recife-PE, a cobertura colaborativa emerge como uma tecnologia popular, feita, principalmente, a partir da apropriação tática da tecnologia e do uso social da comunicação.

Nosso primeiro objetivo específico era identificar as motivações para a colaboração. Após a análise dos achados, percebemos que elas perpassam três dimensões principais: 1) *cobertura colaborativa como espaço de aprendizagem ou formação profissional*: quando a participação visa produzir alguma troca em relação à carreira, como na aquisição de conhecimentos técnicos, *networking*, certificados de experiência e carga horária, ou ainda visa o processo de aprendizagem, sem necessariamente colocar em evidência a carreira ou a área de estudo, um processo de aprendizado informal; 2) *cobertura colaborativa como espaço de militância e participação política*: quando a participação se relaciona ao desejo de contribuir, participar ativamente, defender seus ideais políticos e está mais ligada aos ideais coletivos de cidadania e participação; e 3) *cobertura colaborativa como espaço de expressão artística e cultural*: quando a participação está mais atrelada ao sensível, ao “amor” pela fotografia e pela captação de vídeo, à realização pessoal e à possibilidade de criação de narrativa a partir da subjetividade.

Identificamos ainda os imaginários dos sujeitos sobre a cobertura colaborativa a partir de duas dimensões de análise que se conectam às mediações e submediações do Mapa das

Mediações Algorítmicas (Winques, 2024): 1) socialidades, institucionalidades, narrativas e cidadanias; e 2) tecnicidades, temporalidades e fluxos. No primeiro caso, aparecem a) *sensação de pertencimento*: a cobertura colaborativa alimenta uma ideia de que se está fazendo algo “na prática” pelo coletivo, pelo movimento, pelo que acredita; b) *comunicação feita a partir do popular*: existe um processo de desprofissionalização intencional, de forma que os participantes não precisam ser formalmente da área de comunicação, isso transforma a cobertura colaborativa em uma ferramenta de comunicação popular vista pelos sujeitos simbolicamente como uma arma política; c) *prática de cidadania e mobilização*: a cobertura é vista como um convite à participação política e porta de entrada para o movimento, primeiro contato com a UNE e com o movimento estudantil; d) *dinâmica relacional e de criação de vínculos sociais*: espaço de criação de novos vínculos, mas também marcado por hierarquias, rotinas produtivas e momentos de caos; e e) *arma popular de luta*: a comunicação colaborativa como “arco e flecha” do movimento social.

Na segunda dimensão, aparecem: a) *Desterritorialização*: a distância física não é impedimento; a participação acontece para além do presencial e organiza novas formas de colaboração; b) *fluxos acelerados*: a cobertura colaborativa opera a partir do aceleração e do imediatismo característicos das plataformas digitais; c) *registro temporal da memória*: a narrativa produzida e veiculada no grupo do Telegram ou no perfil do Instagram permite que se “guarde” a temporalidade do momento. O tempo presente, quando transformado em narrativa, torna-se história e memória; d) *vontade como técnica de participação*: a maioria dos estudantes participa apenas com o celular, sem grandes equipamentos ou aparatos técnicos, o que nos faz perceber que a vontade política supera a necessidade de equipamentos profissionais; e e) *plataformas digitais como mediadoras do processo colaborativo*: são o WhatsApp e o Telegram que mediam as conversas, o contato entre os sujeitos, as trocas e articulações e é no Instagram que a cobertura é materializada.

Nosso segundo objetivo específico é guiado pelo desejo de reconhecer como os estudantes imaginam o território digital como um espaço de luta para os movimentos sociais. Como atravessamento, nos pautamos nas transformações do ambiente digital a partir da dataficação e da plataformização e dos efeitos causados por essas mudanças na prática cotidiana de luta e mobilização dos movimentos sociais. O conceito de movimentos sociais datafificados, de Milan e Beraldo (2024), foi um potente motor que nos inspirou a pensar as ideias dos autores também a partir do cenário brasileiro. Talvez esse também seja um ponto relevante da nossa pesquisa. Queremos falar sobre as resistências que emergem do Brasil, do Sul Global, dos estudantes que, por muitas vezes, são ignorados como sujeitos de voz, de

peessoas diversas, que carregam muita luta e bagagem em suas causas. Foi especial encontrar tantos outros demarcadores identitários que constroem a militância desses sujeitos para além de sua bagagem estudantil: estudantes negros e negras, estudantes indígenas, estudantes trans, estudantes da classe trabalhadora, estudantes fruto da Reforma Agrária. Foi interessante perceber que, muitas vezes, antes de carregar a bandeira da UNE, são outras as bandeiras carregadas por quem quer colaborar e participar da entidade estudantil.

Avançando na discussão dos nossos achados, percebemos a partir da análise das entrevistas que, em um contexto geral, os estudantes imaginam os movimentos sociais na atualidade como: a) *articuladores da luta de classes*; b) *espaços pedagógicos, de aprendizagem coletiva e tradução da sociedade*; e c) *demarcadores de identidades históricas, espaços de pertencimento*. Já em relação às transformações que as plataformas operam nas práticas dos movimentos sociais, a partir da percepção dos sujeitos, podemos verificar algumas questões que nos permitem avançar na interface entre estudos sobre movimentos sociais, plataformas digitais e comunicação. Em primeiro lugar, os sujeitos enxergam as plataformas como mediadoras dos processos de comunicação e ativismo e, não só elas, como também conseguem identificar os algoritmos como mediadores e produtores de sentidos para as práticas ativistas (Winques, 2024), isso perpassa pela noção de imaginário algorítmico (Bucher, 2017; Winques, 2022). Em seguida, eles avaliam que as plataformas são as causadoras do esvaziamento do espaço físico, visto que, em teoria, ficou mais fácil mobilizar sem precisar sair de casa. Ao mesmo tempo que reconhecem o poder das plataformas como um espaço de novos fluxos de visibilidade (Milan, 2014; Sued e Hernández Garza, 2023) para os movimentos sociais, eles entendem que elas também causaram certo comodismo nas pessoas que antes precisavam sair de casa para se sentirem parte do processo de mobilização e agora não precisam fazer o mesmo, já que podem ser ativistas digitais a partir de seus próprios celulares. Entretanto, outro ponto importante é que a mobilização digital também não reflete o impacto esperado pelos sujeitos, principalmente pelo baixo engajamento dos conteúdos digitais, que nos leva a mais um ponto de observação, nos levando a questionar se falta mobilização ou sobra mediação algorítmica (Winques, 2024) interferindo na lógica de visibilidade das ações.

Por fim, é justamente a visibilidade algorítmica (Sued e Hernández Garza, 2023; Terra, 2024; Karhawi, 2024; Resende, 2025) que parece ser um ideal a ser conquistado pelos sujeitos e os movimentos sociais que compõem, visto que eles avaliam que os movimentos ainda não possuem essa visibilidade, mas, todas as vezes que são mencionados números, alcance ou engajamento, podemos perceber que há nas entrelinhas uma frustração pelo baixo

engajamento e uma expectativa de que um dia ela seja alcançada, afinal, como dizem a todo momento, os movimentos se constroem no otimismo, na esperança e na luta.

Os algoritmos aparecem, sim, como mediadores (Winques, 2024) dos processos de ativismo, mobilização e comunicação para os sujeitos entrevistados. De um lado, eles enxergam a agência das plataformas, demonstrando o poder dos algoritmos em relação à recomendação e à metrificação dos resultados nas plataformas. Ainda, identificam que, no geral, os movimentos sociais operam contra a lógica dos algoritmos, esses últimos guiados pela economia moral das plataformas e por ideais neoliberais, individualistas, internacionais, antinacionalistas. Do outro lado, eles também observam a agência algorítmica dos sujeitos quando mencionam que existem formas de burlar os algoritmos, principalmente a partir do processo de entendimento, de descoberta, de aprendizado sobre eles e suas entrelinhas. Se, como mencionam Bonini e Treré (2024), o poder da plataforma é um poder de “caixa-preta” e mais facilmente aceito por quem desconhece sua lógica de atuação, quanto mais se conhece sobre os bastidores e as entrelinhas dessa “caixa-preta”, maior a possibilidade de criar táticas e estratégias para subvertê-las.

Um conceito valioso para esta pesquisa é o de resistência algorítmica. Bonini e Treré, em entrevista a Winques *et al.* (2025, p. 4), observam que pensar a agência humana é “estudar as negociações situadas, em que a agência pode, às vezes, se transformar em resistência, mas também pode ser capturada, normalizada ou até mesmo mercantilizada”. Os autores defendem que a resistência – independente da forma em que ela acontece, resistência aos algoritmos ou utilizando-os como repertório – perpassa por uma postura de oposição à economia moral da plataforma, à lógica neoliberal e aos valores que orientam as governanças das plataformas. Dessa forma, podemos concluir que os sujeitos entrevistados, a partir do acionamento de seus imaginários, entendem o processo de ocupação das plataformas digitais pelos movimentos sociais, que em essência se opõe aos valores morais das plataformas, como um ato de resistência algorítmica. Várias das falas evidenciam oposição às plataformas e seus algoritmos e reconhecem, inclusive, que as plataformas operam em um terreno contrário ao dos movimentos. Portanto, estar nas plataformas, disputar espaço, narrar lutas cotidianas é, sim, resistir.

Cabe destacar, porém, a insuficiência da pesquisa em avançar em algumas questões, principalmente dadas as limitações e recortes. Alguns temas que surgiram serviram mais para que pudéssemos mapear o cenário e traçar novas rotas do que para responder muitas perguntas. Entendemos que, por vezes, os sujeitos trouxeram questões bastante importantes, mas que necessitam de mais tempo e profundidade para serem debatidas. Sabemos da

limitação de uma pesquisa de mestrado, realizada em um período de menos de dois anos e ainda do limite do próprio tamanho da amostra, oito pessoas (uma limitação natural do qualitativo que não é passível de generalizações) e ainda a ausência de entrevistados da região Sul. Entendemos também que seria importante ampliar o contato com a própria União Nacional dos Estudantes, instituição mediadora da cobertura colaborativa. Dessa vez, optamos pelo contato com os colaboradores e por tecer reflexões a partir das lentes deles. Guardamos algumas inquietações na bagagem para que elas possam ser respondidas em pesquisas futuras.

Para nós, as próprias táticas mapeadas a partir dos imaginários dos sujeitos podem ser caminhos para novas perguntas de pesquisas a serem respondidas. Podem ser consideradas táticas de resistência algorítmica: a) construção de alternativas que perpassem pela soberania tecnológica; b) construção de cartilhas e materiais educativos de orientação para os movimentos sociais sobre a atuação tática nas plataformas digitais ; c) criação de redes, como iniciativas em grupos de WhatsApp, que promovam táticas de engajamento digital; d) entendimento sobre palavras proibidas pelas plataformas, como violência, genocídio, e substituição de palavras ou inclusão de elementos como asteriscos para não fazer com que o conteúdo seja retirado do ar ou tenha seu alcance reduzido; e e) investimento em formação e comunicação popular com ênfase na comunicação digital.

Esperamos que esta dissertação possa inspirar novas iniciativas a pensar o impacto das plataformas de mídia social e de seus algoritmos no dia a dia dos movimentos sociais e possa, ainda, contribuir para que coletivos e movimentos sociais se organizem para refletir coletivamente de que forma são impactados, mas não só são impactados, como também impactam, de alguma forma, mesmo que de uma forma muito pequena, as estruturas algorítmicas das grandes empresas de mídia social.

Ainda em tempo, que possamos ESPERANÇAR pelo caminho, afinal, ele ainda não acaba aqui.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudiantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2007.
- BARROS, Matheus.; LUCENA, André. Fake news geram mais engajamento que notícias verdadeiras, diz pesquisa. **Olhar Digital**, 3 set. 2021.
- BENTES, Anna. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. POLIDO, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza. **Políticas, internet e sociedade**, p. 222-234, 2019.
- BERLINK, Manoel. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984.
- BONIN, Jiani Adriana. Inter-relações entre culturas, tecnicidade e cidadania na obra de Jesús Martín-Barbero. **MATRIZES**, v. 13, n. 2, p. 27–44, 2019.
- BONINI, Tiziano; TRERÉ, Emiliano. **Algorithms of resistance: the everyday fight against platform power**. Cambridge: MIT Press, 2024.
- BRIGNOL, Liliane Dutra. Tecnicidade e identidades migrantes: contribuições de Martín-Barbero para pesquisas sobre migrações e usos sociais das mídias. **Intexto**, p. 119–134, 2018.
- BUCHER, Taina. The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 1, p. 30–44, 2017.
- CABRERA-ALTIERI, Daniel H.; ANGULO-EGEA, María. Lo imaginario de las narrativas algorítmicas. **Perspect. comun.**, Temuco , v. 13, n. 1, p. 13-28, jun. 2020 .
- CAIAFA, Janice. Sobre a etnografia e sua relevância para o campo da comunicação. **In: Encontro anual da Compós**, 28., 2019. Anais [...]. 2019.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.
- CARRIJO, Ana Júlia; ESCOSTEGUY, Ana. Paola Ricaurte-Quijano: tecnologias digitais a partir de uma práxis política feminista. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 18, n. 3, p. 313–326, 2024. DOI: 10.22409/rmc.v18i3.63444
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- COLEMAN, Rebecca. Making, managing and experiencing ‘the now’: digital media and the compression and pacing of ‘real-time’. **New Media & Society**, v. 22, n. 9, p. 1680–1698, 2020.
- COULDRY, Nick.; MEJIAS, Ulises. Data colonialism: rethinking big data’s relation to the contemporary subject. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, 2018.

- D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. 2020.
- DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**: sobre pesquisa e escrita acadêmica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. **In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, v. 2, p. 62–83, 2005.
- FONTES, Breno. **Redes sociais e poder local**. Recife: DUFPE, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**, tome 1: la volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Ilustrações de José Francisco Borges. Buenos Aires: Catálogos, 1993
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio/ago. 2011.
- GUBER, Rosana. **La etnografía**: método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Norma, 2001.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.
- ITUASSU, Arthur *et al.* **As campanhas digitais para a Câmara dos Deputados**: como as mídias sociais se relacionam com o voto para deputado federal em 2022. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2025.
- JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela. Os meios em Martín-Barbero: antes e depois das mediações. **MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 115–130, 2018.
- KAPLÚN, Mario; GARCÍA, Maricarmen. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.
- KARHAWI, Issaaf. Entre algoritmos, métricas de engajamento e plataformas digitais: influenciadores digitais e trabalho de visibilidade. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 23, n. 46, 2024.
- KARHAWI, Issaaf; GROHMANN, Rafael. Struggling with platforms: Marxist identities, cultural production, and everyday work in Brazil. **International Journal of Cultural Studies**, v. 28, n. 1, p. 223-240, 2025.
- LAIA, Evandro. **O jornalismo em equívoco: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, v. 33, n. 148, p. 871–883, 1998.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 39–63, 2018.

MALY, Ico. New right metapolitics and the algorithmic activism of Schild & Vrienden. **Social Media + Society**, v. 5, n. 2, 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; BARCELOS, Claudia. Comunicação e mediações culturais. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 1, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. De la Comunicación a la Cultura: perder el "objeto" para ganar el proceso. **Signo y pensamiento**, v. 31, n. 60, p. 76-84, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Prácticas de comunicación en la cultura popular: mercados, plazas, cementerios y espacios de ocio. SIMPSON, Máximo. **Comunicación alternativa y cambio social**, p. 32-53, 1981.

MARTÍN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. **MATRIZES**, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Oficio de cartógrafo**: travesías latino-americanas de la comunicación en la cultura. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; BERKIN, Sarah Corona. **Ver con los otros**: comunicación intercultural. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Teses de Abril. 1º Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZER, Dulce; MARRA, Pedro Silva. Observação: gesto fundamental do pesquisador, da herança etnográfica às abordagens plurimetodológicas. In: WOTTRICH, Laura (coord.); ROSÁRIO, Nísia Martins do (orgs.). **Experiências metodológicas na comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, p. 49–66, 1989.

MEJIAS, Ulisses A.; COULDRY, Nick. Datafication. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, 2019.

MILAN, Stefania. When algorithms shape collective action: social media and the dynamics of cloud protesting. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, 2015.

MILAN, Stefania. Resistance in the data-driven society. **Internet Policy Review**, v. 13, 2024.

MILAN, Stefania; BERALDO, David. Data in movement: the social movement society in the age of datafication. **Social Movement Studies**, v. 23, n. 3, 2024.

MILAN, Stefania; TRERÉ, Emiliano. Big data a partir do Sul/dos Sul: uma matriz analítica para investigar dados nas margens. **Revista Fronteiras**, v. 24, n. 3, 2022.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969–1979)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NAPOLI, Philip; CAPLAN, Robyn. Por que empresas de mídia insistem que não são empresas de mídia, por que estão erradas e por que isso importa. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, 2018.

NAVARRO-GÜERE, Hector. El vídeo de formato vertical en dispositivos móviles. Estudio de caso en TikTok, Instagram Reels y YouTube Shorts. **Revista de Comunicación**, v. 23, n. 1, p. 377-393, 2024.

NEMER, David. **Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

OROZCO, Guillermo. Medios, audiencias y mediaciones. **Comunicar**, n. 8, 1997.

PAULA, Ana. L. R.; WINQUES, Kérley. Identidade coletiva: movimentos sociais e transformação das identidades a partir das tecnicidades digitais. **In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação**, 47., 2024, Balneário Camboriú. Anais [...]. 2024.

PAULA, Ana. L. R., COUTINHO, Iluska. Fluxos de mobilização na comunidade @uneoficial durante a pandemia de Covid-19. **In 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas**. 2023

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, p. 377–391, 2014.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. **MATRIZES**, v. 7, n. 2, p. 73–93, 2013.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161–190, 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 43–61.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2–10, 2020.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero**, n. 24, p. 81-94, 2016.

RESENDE, Ana Lúcia; WINQUES, Kérley. Movimentos dataficados e resistência estudantil: usos táticos das materialidades da colaboração mediada por algoritmos. **In: 34º Encontro Anual da Compós**, 2025, Curitiba-PR. Anais do 34º Encontro Anual da COMPÓS, 2025.

RESENDE, Ana Lidia. Subversão e resistência algorítmica: táticas e estratégias de visibilidade da UBES antes, durante e depois da queda de seu perfil no Instagram. In:

WINQUES, Kérley (org). **Plataformização e comunicação**: tensões, representações e assimetrias. Ieded.: Pimenta Cultural, 2025, v. , p. 36-61

RICAURTE, Paola. Epistemologias de dados, colonialidade do poder e resistência. **Dispositiva**, v. 12, n. 22, p. 6–26, 2023.

RICAURTE QUIJANO, Paola. Resistencia como reexistencia: la defensa del cuerpo-territorio en la sociedad algorítmica. **Pléyade (Santiago)**, Santiago, n. 32, p. 65-92, dic. 2023.

RINCÓN, Omar. Las narrativas colabor-activistas: las identidades otras como innovación mediática. **Dixit**, n. 19, p. 4–15, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

SEVERO, Cristine Gorski. Bakhtin e Foucault: apostando em um diálogo. In: DE PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grenissa (orgs.). **Círculo de Bakhtin**: pensamento interacional. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 143–166.

SILES, Ignacio; GÓMEZ-CRUZ, Edgar; RICAURTE, Paola. Toward a popular theory of algorithms. **Popular Communication**, v. 20, n. 2, 2023.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; XIONGM Jeff. dice de soberania digital: o caso do Brasil. In: **Liinc em Revista**, v. 21, n. 01, e7451

SUED, Gabriela. Visibilidades algorítmicas del feminismo en plataformas sociales. **Zona Franca**, n. 31, p. 70–101, 2023.

SUED, Gabriela; HERNÁNDEZ GARZA, Carolina. #Justiciaparatodas in Latin America: algorithmic visibility of feminist demands for justice on Twitter. **Comunicación y Sociedad**, v. 20, 2023.

TERRA, Carolina. Clickbait corporativo: o polêmico como ferramenta de visibilidade. **Comunicação & Inovação**, v. 25, 2024.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, v. 1, n. 2, p. 15–38, 2008.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 17–28, 2006.

VAN DIJCK, José. **The culture of connectivity**: a critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: big data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, 2014.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VELKOVA, Julia; KAUN, Anne. Algorithmic resistance: media practices and the politics of repair. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 5, p. 676–693, 2019.

WINQUES, Kérley. **Mediações algorítmicas**: articulação entre as dimensões simbólicas e materiais das tecnologias digitais. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

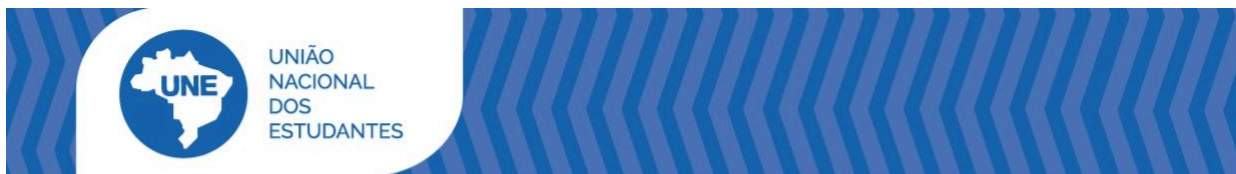
WINQUES, Kérley. Imaginários algorítmicos: reflexões a partir de um estudo de recepção de

matriz sociocultural. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 24, p. 2–13, 2022.

WINQUES, Kérley *et al.* Modos de resistência algorítmica: fissuras, táticas, estratégias e disputas no contexto da plataformização: entrevista com Emiliano Treré e Tiziano Bonini. **Liinc em Revista**, v. 21, n. 1, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

APÊNDICE A - Declaração UNE



DECLARAÇÃO

Eu **MANUELLA MIRELLA NUNES DA SILVA**, responsável pela **União Nacional dos Estudantes (UNE)**, autorizo a realização da pesquisa intitulada **“Movimentos dataficados e resistência algorítmica: redes colaborativas, sentidos e resistências no movimento estudantil brasileiro”**, a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora **Ana Lidia Resende Paula**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM/UFJF, sob orientação da Prof. Dr^a. Kérley Winkes. **DECLARO** que a União Nacional dos Estudantes (UNE) está de acordo com a realização da pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética da UFJF para a referida pesquisa.

Nada mais a tratar,

Saudações Estudantis,


Manuella Mirella Nunes da Silva

Presidente da UNE

APÊNDICE B - Questionário aplicado “Cobertura Colaborativa da 14ª Bienal da UNE”

Questionário - Cobertura Colaborativa da 14ª Bienal da UNE

Prezada/o/e participante,

Você está sendo convidada/o/e a participar como voluntário(a) da pesquisa *“Movimentos datafídicos e resistência algorítmica: redes colaborativas, sentidos e resistências no movimento estudantil brasileiro”*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O objetivo central da pesquisa é compreender os motivos por trás da participação e da resistência colaborativa dos estudantes universitários brasileiros a partir da construção de processos de comunicação colaborativa. Este estudo se justifica frente ao cenário atual em que, cada vez mais, as plataformas de mídia social estão penetradas no cotidiano das pessoas e causam mudanças nas práticas e dinâmicas da vida social, inclusive nas práticas de comunicação dos movimentos sociais.

Ressaltamos a importância da sua participação para compreender como esses processos estão sendo reconfigurados no âmbito da comunicação colaborativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como de que forma os sujeitos se adaptam e se apropriam das tecnologias para ativismos e resistências.

Esta pesquisa observa a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS e a Lei nº 14.874/2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos.

Metodologia e Método

O estudo adota abordagem etnográfica, dividida em três etapas: (1) observação participante e aplicação de questionários aos participantes da cobertura colaborativa da 14ª Bienal da UNE; (2) observação da cobertura colaborativa no perfil da UNE no Instagram; e (3) realização de entrevistas em profundidade. Este questionário corresponde à primeira etapa da pesquisa.

O instrumento é composto por perguntas fechadas, de múltipla escolha, escalas e algumas questões abertas. O tempo estimado de resposta é de aproximadamente 15 minutos. As respostas serão armazenadas por cinco anos e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos

e científicos, garantindo o anonimato dos participantes. A participação é voluntária, sem custos ou compensação financeira, podendo ser interrompida a qualquer momento.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estou ciente dos critérios e CONCORDO em participar do estudo.

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Sim

Não

Informações Básicas

Nome completo.

[Resposta curta – obrigatória]

Idade.

[Resposta curta – obrigatória]

E-mail.

[Resposta curta – obrigatória]

WhatsApp.

[Resposta curta – obrigatória]

Qual é o seu gênero de identificação?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Masculino

Feminino

Transmasculino

Transfeminino

Não binário

Gênero fluido

Prefiro não dizer

Outro

Qual é a sua orientação sexual?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Pansexual
- Assexual
- Queer
- Prefiro não dizer
- Outra

Qual é a sua cor?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Branco
- Negro
- Pardo
- Indígena
- Prefiro não dizer
- Outra

Você é uma pessoa com deficiência?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Sim
- Não

Onde você mora? – Cidade.

[Resposta curta – obrigatória]

Onde você mora? – Estado.

[Resposta curta – obrigatória]

Onde você mora? – Região.

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Centro-Oeste
- Nordeste
- Norte

- Sudeste
 - Sul
-

Dados Socioeconômicos

Onde e como você mora atualmente?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Em casa ou apartamento próprio, com sua família
- Em casa ou apartamento alugado, com sua família
- Em casa ou apartamento próprio, sozinho(a)
- Em casa ou apartamento alugado, sozinho(a)
- Em casa de outros familiares
- República ou dividindo moradia com amigos
- Moradia universitária
- Outra

Número de pessoas que moram na sua casa (incluindo você).

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- 1 pessoa
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas ou mais

Qual a renda mensal da família?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Até R\$ 1.500,00
- De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00
- De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00
- De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.500,00
- De R\$ 7.501,00 a R\$ 10.000,00
- Acima de R\$ 10.000,00
- Não tem renda fixa

Você recebe algum tipo de benefício ou bolsa assistencial?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Bolsa Família
 - Bolsa de estudos
 - Programas de assistência estudantil
 - Nenhum benefício
-

Escolaridade e Trabalho**Você é estudante?**

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Sim
- Não

Se sim, você está no:

[Questão de múltipla escolha – condicional]

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino técnico e profissionalizante
- Ensino superior
- Pós-graduação – Especialização
- Pós-graduação – Mestrado
- Pós-graduação – Doutorado

Vinculado(a) a qual instituição de ensino?

[Resposta curta – condicional]

Se não estuda mais, qual o seu nível de escolaridade?

[Questão de múltipla escolha – condicional]

Você recebe alguma bolsa ou apoio financeiro?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

- Sim
- Não

Se sim, qual tipo?

[Questão de múltipla escolha – condicional]

Você trabalha?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Sim

Não

Se sim, com o quê?

[Resposta curta – condicional]

Qual tipo de trabalho?

[Questão de múltipla escolha – condicional]

Participação em Movimentos Sociais**Você já participou ou participa de algum movimento social?**

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Sim

Não

Quais desses movimentos você participa?

[Questão de múltipla seleção – condicional]

Faz parte de alguma organização do movimento estudantil?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Se sim, qual?

[Questão de múltipla seleção – condicional]

Ocupa algum cargo no movimento em que faz parte?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Se sim, qual?

[Resposta curta – condicional]

Uso de Plataformas de Mídia Social

O quanto você utiliza as seguintes plataformas de mídia social no seu dia a dia?

[Escala linear de 0 a 10 – obrigatória]

Em quais dessas plataformas você mais acessa conteúdos sobre a UNE?

[Escala linear de 0 a 10 – obrigatória]

Cobertura Colaborativa

Você se identifica como um comunicador?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

É a primeira vez que participa de uma cobertura colaborativa da UNE?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Se já participou, quais outros eventos ou mobilizações você colaborou com a UNE?

[Resposta curta – condicional]

Qual seu papel na comunicação colaborativa da 14ª Bienal da UNE?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

Caso queira, descreva um pouco das atividades desenvolvidas.

[Resposta longa – opcional]

Quais os aparatos tecnológicos utilizados por você no processo?

[Questão de múltipla seleção – obrigatória]

Por que você escolheu participar da cobertura colaborativa?

[Resposta longa – obrigatória]

Você gostaria de colaborar com a etapa de entrevistas desta pesquisa?

[Questão de múltipla escolha – obrigatória]

APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado das entrevistas em profundidade

Eixo 1 - Cobertura colaborativa e participação

- 1) Para começar, queria que você falasse um pouquinho sobre você, de onde você vem, qual curso faz, suas experiências e vivências na universidade e um pouco da sua trajetória acadêmica. Quem é a/o estudante com quem eu converso?
- 2) Você tem algum histórico de participação em movimentos sociais e no movimento estudantil, não só na universidade, como também no ensino médio, por exemplo?
- 3) Qual o papel dos movimentos sociais na sociedade hoje?
- 4) Como se dá a sua participação no(s) movimento(s) em que faz parte?
- 5) O que te levou à 14ª Bienal da UNE? Foi o primeiro evento da UNE que você participou?
- 6) Você tem algum grau de envolvimento com a UNE, se sim qual?
- 7) O que te levou a participar da cobertura colaborativa da Bienal?
- 8) Como ficou sabendo da cobertura colaborativa?
- 9) Quais atividades você realizou durante a cobertura colaborativa? Descreva um pouco da dinâmica da sua participação.
- 10) Quais eram as suas expectativas e qual a sua avaliação após a participação?
- 11) Como a tecnologia contribuiu para a prática de comunicação colaborativa?
- 12) Já participou outras vezes da cobertura colaborativa da UNE ou de outra organização/instituição? Conta um pouco das suas experiências anteriores. (para aqueles que tiverem respondido no questionário que já participaram anteriormente da cobertura).
- 13) Qual o seu histórico de envolvimento com comunicação?
- 14) O curso que você faz (ou fez) e sua área de atuação profissional tem alguma relação com o seu envolvimento com o movimento estudantil e com a cobertura colaborativa?

Eixo 2 - Tecnicidades e resistências

- 1) Como a tecnologia faz parte do seu cotidiano?
- 2) E as redes sociais? Como elas fazem parte do seu dia a dia?
- 3) Especificamente o Instagram, como você utiliza? Uso pessoal, profissional? Faz o uso frequente? O que você mais gosta de acompanhar por lá?
- 4) Identificamos que o Instagram é a rede social com maior presença e produção de conteúdo pela UNE. Você acompanha a organização por lá? O que acha da estratégia

de comunicação da UNE?

- 5) De que forma você percebe que as novas tecnologias e as redes sociais reconfiguram as práticas dos movimentos sociais?
- 6) Destaca algum ponto positivo e negativo a partir dessas reconfigurações?
- 7) Como você percebe que as novas tecnologias impactam os processos de mobilização e ação ativista?
- 8) Já participou de alguma mobilização/manifestação online? O que você acha dessas ações?
- 9) E alguma mobilização/manifestação presencial que tenha sido organizada ou divulgada pela internet, se lembra de ter participado?

Eixo 3 - Imaginários sobre algoritmos e plataformas digitais

- 1) Você acha que as redes sociais amplificam o alcance das mobilizações e pautas estudantis?
- 2) Que tipo de conteúdo você acha que “funciona melhor” nas redes sociais quando o objetivo é mobilizar?
- 3) Você recebe no seu feed de notícias do Instagram conteúdos publicados pela UNE? Com que frequência? E de outros movimentos sociais?
- 4) Você acha que as plataformas tratam igualmente todos os tipos de pauta ou movimento?
- 5) Você enxerga alguma barreira para o alcance das narrativas e pautas dos movimentos sociais nas redes sociais?
- 6) Você já sentiu que alguma publicação sua ou de um movimento que você acompanha foi “boicotada” ou teve seu alcance reduzido? Por quê?
- 7) Como disputar esse espaço? Há alguma estratégia específica que pode ser utilizada nesta disputa?
- 8) O que você enxerga como fraquezas e potenciais das redes sociais para o movimento estudantil e outros movimentos sociais?
- 9) Mais alguma coisa que você queira dizer?

APÊNDICE D - E-mail convite para etapa de entrevistas

Boa tarde, entrevistada(o)!

Sou Ana, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Em fevereiro, logo após a 14ª Bienal da UNE, entrei em contato com você para participação na pesquisa “Movimentos dataficados e resistência algorítmica: redes colaborativas, sentidos e resistências no movimento estudantil brasileiro”, cujo objetivo é compreender os motivos por trás da participação e da resistência colaborativa dos estudantes brasileiros a partir da construção de processos de comunicação colaborativa e entender como as plataformas digitais alteram as dinâmicas da vida social, inclusive nas práticas de comunicação dos movimentos sociais.

Entro em contato hoje para confirmar seu interesse em participar da próxima etapa da pesquisa, que consistirá em entrevistas semiestruturadas que abordarão as temáticas: cobertura colaborativa, movimentos sociais e plataformas digitais. Ao responder o questionário, você demonstrou o interesse em contribuir com esta etapa e, dentre as pessoas que responderam, o seu perfil foi um dos selecionados para representar as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Caso você possa e queira realmente participar, gostaria de agendar um dia e horário para nossa conversa, que será feita através do Google Meet e gravada para posterior análise e discussão na dissertação. A duração será de no máximo uma hora e você ficará bastante livre para abordar questões de seu interesse dentro dos temas listados acima. Ressalto que seu nome será anonimizado, para garantir maior liberdade e conforto nas respostas.

Ficarei muito feliz com a sua participação e tenho certeza que ela será de grande valia para pensarmos caminhos para os movimentos sociais no cenário da plataformização. Aguardo seu retorno.

Atenciosamente,

Ana Lídia Resende Paula

Mestranda em Comunicação no PPGCOM/UFJF

Pesquisadora no Assimetrias – Núcleo de estudos das mediações simbólicas e materiais das tecnologias digitais

APÊNDICE E - Íntegra das entrevistas

Devido ao tamanho dos arquivos, um total de 175 páginas em arquivo Word, optou-se por disponibilizar as decupagens em uma pasta na nuvem do Google Drive.

Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1rDr3-kaSLKWT-O6FuFtJTRzuM_NvH2TB?usp=drive_link

APÊNDICE F - Quadro “Cobertura colaborativa, sujeitos e motivações”

	O que levou a participar	Comunicador	Primeira vez
S1	Gostaria de aprender mais e poder me adentrar mais na cultura da comunicação	SIM	SIM
S2	Amo fotografia com todo o meu coração e me considerei apta a participar desse projeto; acredito que cada comunicador, especificamente os do audiovisual, têm suas próprias perspectivas e é um exercício muito interessante compartilhá-las e compará-las (saudavelmente) com os seus companheiros. Gosto da minha perspectiva e quis que ela fosse valorizada e que existisse materialmente nessa edição da bienal	SIM	SIM
S3	Achei muito interessante	SIM	SIM
S4	Porque achei uma ótima oportunidade de aprimorar, participar e conhecer como funciona cobrir uma Cobertura de um evento como a da UNE, além de ter a oportunidade de conhecer vários tipos de pessoas com suas crenças, e diferenças e sabermos trabalhar em equipe para cobrir um evento tão grandioso como a Bienal. Além de fotografias, produzi filmagens também. De momentos importantes e marcantes de oficinas, passeatas políticas e de organizações religiosas. Além, de mostras artísticas nas áreas de artes visuais, literatura e fotografia, além também, de debates nos auditórios.	SIM	SIM
S5	A fim de contribuir para o evento.	SIM	SIM
S6	É muito lindo ver pessoas empolgadas falando de um futuro isso sempre é bom registrar	SIM	NÃO
S7	Para desenvolver os conhecimentos adquiridos no curso de Letras, me desafiando.	NÃO	SIM
S8	Queria novas experiências na área	SIM	SIM
S9	Dessa vez queria abranger todos os espaço possíveis, para não perder nada da Bienal, com isso decidi fazer parte da comunicação colaborativa.	SIM	SIM
S10	Aprendizagem	SIM	SIM
S11	Tenho bastante interesse na área	SIM	SIM
S12	Para poder conhecer mais de perto a comunicação da UNE	SIM	SIM
S13	Cobrir eventos está virando uma paixão para mim. Quando eu vi que haveria chamada pra Bienal eu não pensei duas vezes. Mesmo com a correria por lá eu consegui cobrir bastante coisa.	SIM	SIM
S14	Fotografei e gravei vídeos durante o evento. Pois acredito nos mesmos ideais defendidos pela UNE! E faço parte da Mídia Ninja e Estudantes Ninja! [Por isso, participei da] cobertura colaborativa através de fotografia e filmagem.	SIM	NÃO
S15	Para poder fazer mais networking	SIM	SIM
S16	Participei de 2 a 3 atividades diárias da Cobertura Colaborativa. Trabalhávamos em duplas para fazer os registros em fotos e vídeos e nos deslocávamos a partir da necessidade de cobertura e registros que as atividades exigiam. Foi uma experiência de aprendizado e colaboração. Para ganhar maior experiência dentro da minha área de estudo e profissão (produção multimídia).	SIM	SIM
S17	Gosto do universo da comunicação	SIM	SIM
S18	Era uma oportunidade de novas experiências e uma novo olhar sobre o ato e as pessoas	NÃO	SIM
S19	Levar experiência	SIM	SIM
S20	Experiência	SIM	SIM
S21	Quero ter mais conhecimento e algo me motiva a conhecer e fazer parte dessa colaborativa.	SIM	NÃO

S22	Por realização pessoal e interação social.	SIM	SIM
S23	Eu me escrevi para editar fotos aqui de onde mora, foi maneira que encontrei de ajudar mesmo distante. Por acredito que uma juventude sadia e pensante é um dos caminhos para uma planeta justo, inclusivo e sustentável.	SIM	NÃO
S24	Garantir que todos apareçam nos registros(principalmente da minha caravana)	SIM	SIM
S25	Por que a Tecnologia Social que represento trata de Rede de Capital Social OSC em Parceria Transformadoras Transfere Gov. Assim trata-se de incubação desta Rede nas Universidades (NIT/ICT), capacitando pessoas em Rede de Capital Social em difusão do bem comum.	SIM	SIM
S26	Gosto de fotografar	SIM	SIM
S27	Porque é uma boa	SIM	SIM
S28	Para ajudar na comunicação da UNE.	NÃO	SIM
S29	Adoro essa parte de fotografia e redes sociais. Nessa edição, participei tirando fotos e copywriting de palestras que a UJS Maranhão participou e do Lado C "Um dia no mangue"	SIM	SIM
S30	Sou apaixonada por fotografia e quis testar meus conhecimentos na bienal da une	SIM	SIM
S31	Porque eu queria ter a experiência de cobrir um evento vinculado ao público jovem.	SIM	SIM
S32	Gosto de fazer trabalhos com a câmara	NÃO	SIM
S33	Adquirir conhecimento e experiencia, além de carga horaria	SIM	SIM
S34	Por novas experiências	SIM	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Movimentos datafizados e resistência algorítmica: redes colaborativas, sentidos e resistências no movimento estudantil brasileiro

Pesquisador: ANA LIDIA RESENDE PAULA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 84984624.9.0000.5147

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.343.638

Apresentação do Projeto:

Este trabalho visa analisar práticas de resistência e colaboração digital de estudantes universitários brasileiros nas plataformas de mídia social, com foco especial no Instagram. Inspirada pela abordagem de Milan e Beraldo (2024), que exploram a noção de "movimentos datafizados", a pesquisa busca entender como os movimentos sociais e ações coletivas se adaptam e se manifestam na era da datafização. O objetivo geral é investigar os

motivos por trás da participação dos estudantes na construção colaborativa de conteúdos, além de explorar o impacto das dinâmicas digitais nas práticas de comunicação. Os objetivos específicos incluem observar as redes colaborativas estudantis, identificar as motivações para a colaboração e avaliar como os sujeitos participantes compreendem as limitações e potencialidades das plataformas digitais nos processos de resistência. A

metodologia adotada inclui uma abordagem etnográfica com observação no evento 14ª Bienal da Une (offline) e no perfil @uneoficial no Instagram

(online), além de entrevistas em profundidade com participantes dos processos de colaboração da União Nacional dos Estudantes (UNE). O estudo espera esclarecer como os processos colaborativos são mediados pelas tecnologias e como os estudantes negociam suas práticas comunicativas em um ambiente digital mediado algorítmicamente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender os motivos por trás da participação e da resistência

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.343.638

colaborativa dos estudantes universitários brasileiros a partir da construção de processos de comunicação colaborativa no Instagram.

Objetivo Secundário: 1. Discutir de que forma os algoritmos são mediadores das resistências para o movimento estudantil brasileiro e qual o nível de reconhecimento de seus participantes sobre os processos de mediação; 2. Analisar se as motivações para colaborar de forma voluntária com a rede estão ligadas a aspirações profissionais, ideológicas, pertencimento cultural ou de outra natureza, e se essas motivações são baseadas em ideais individuais ou coletivos. E ainda, verificar as tensões e assimetrias também impostas nas relações entre os sujeitos das redes de comunicação colaborativa. 3.

Identificar qual a percepção dos participantes sobre o alcance das plataformas, a liberdade de produção versus a liberdade de alcance, ou seja, as tensões que permeiam os usos e interpretações das mediações algorítmicas presentes nas plataformas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em entrevistas e levantamento de dados a partir de observação participante e aplicação de questionários, os riscos são reduzidos, tais como sentir desconforto ou constrangimento com algum tema que lhe seja sensível, tanto na etapa do questionário quanto na etapa das entrevistas. Para minimizar os riscos, garantimos que os dados não serão identificados de forma

personalizada. Visando assim preservar a liberdade e a integridade dos participantes, bem como evitar possíveis desconfortos em relação aos seus posicionamentos.

Benefícios: Além do objetivo principal desta pesquisa, o de conhecer os motivos que levam os participantes a colaborarem na rede de comunicação colaborativa da UNE e qual o impacto das mediações algorítmicas nos processos de resistência, compreendemos que esta pesquisa também contribui para a preservação da história e da memória da entidade representativa dos estudantes universitários brasileiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Ainda traz contribuições para o aprofundamento dos estudos sobre movimentos sociais, comunicação comunitária e alternativa e plataformas digitais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos previstos na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 7.343.638

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as disposições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as normas definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com o que prevê o Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com a regulamentação definida na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecidos na Res. 466/12 CNS e Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 31/08/2025.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF**



Continuação do Parecer: 7.343.638

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2462983.pdf	19/12/2024 16:44:32		Aceito
Outros	PendenciasALRPaula.docx	19/12/2024 16:40:22	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ModificadoQUESTIONARIOTCLE.docx	19/12/2024 16:33:27	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ModificadoENTREVISTASTCLE.docx	19/12/2024 16:33:08	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	22/11/2024 18:29:31	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	timbradoune.docx	22/11/2024 14:43:02	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Outros	latteskerley.pdf	22/11/2024 14:41:14	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Outros	lattesana.pdf	22/11/2024 14:40:35	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Outros	roteiroentrevista.docx	22/11/2024 14:39:56	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Outros	propostaquestionario.docx	22/11/2024 14:39:32	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADOFINAL.docx	22/11/2024 14:34:41	ANA LIDIA RESENDE PAULA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 24 de Janeiro de 2025

Assinado por:

**Patrícia Aparecida Baumgratz de Paula
(Coordenador(a))**

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

CEP: 36.036-900

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br